



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

ADRIANA DOS SANTOS SOUZA

**CONTRIBUIÇÕES PARA O ESTUDO DA  
GRAMATICALIZAÇÃO DO ITEM ONDE NA HISTÓRIA DO  
PORTUGUÊS BRASILEIRO:  
DOCUMENTOS PARANAENSES**

---

Londrina  
2012

ADRIANA DOS SANTOS SOUZA

**CONTRIBUIÇÕES PARA O ESTUDO DA  
GRAMATICALIZAÇÃO DO ITEM ONDE NA HISTÓRIA DO  
PORTUGUÊS BRASILEIRO:  
DOCUMENTOS PARANAENSES**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Estudos da Linguagem.

Orientadora: Profa. Dra. Vanderci de Andrade Aguilera.

Londrina  
2012

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)  
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR., Brasil)

Souza, Adriana dos Santos  
\$729c Contribuição para o estudo da gramaticalização do  
item onde na história do português brasileiro:  
documentos paranaenses/Adriana dos Santos Souza,  
Londrina, 2012.  
195 f. : il. col., figs., tabs.

Orientador: Prof.ª Dr.ª Vanderci de Andrade  
Aguilera.

Fees (doutorado) - Universidade Estadual de  
Londrina, Centro de Ciências Humanas, Departamento  
de Letras, Programa de Pós-Graduação em Estudos da  
Linguagem, 2012.

1. Gramaticalização. 2. Onde. 3. Documentos  
paranaenses. 4. Políticas linguísticas. 5. Séculos  
XVIII e XIX. I. Aguilera, Vanderci de Andrade,  
orient. II. Universidade Estadual de Londrina,  
Centro de Ciências Humanas, Departamento de Letras,  
Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem.  
III. Título.

CDD 21.ed. 415

JLM000722

ADRIANA DOS SANTOS SOUZA

**CONTRIBUIÇÕES PARA O ESTUDO DA GRAMATICALIZAÇÃO DO  
ITEM ONDE NA HISTÓRIA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO:  
DOCUMENTOS PARANAENSES**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Estudos da Linguagem.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Vanderci de Andrade Aguilera  
UEL – Londrina - PR

---

Profa. Dra. Fabiane Cristina Altino  
UEL – Londrina - PR

---

Profa. Dra. Maria Regina Pante  
UEM – Maringá - PR

---

Profa. Dra. Emília Helena P. M. de Souza  
UFBA – Salvador - BA

---

Profa. Dra. Sônia Maria Lazzarini Cyrino  
UNICAMP – Campinas - SP

Londrina, 19 de outubro de 2012.

Ao Senhor Ambrózio e à Senhora  
Helena, meus pais.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, sem o qual nada somos;

À família, cujo apoio incondicional proporcionou mais uma conquista;

Ao amado Amarildo, muitas vezes privado da atenção merecida;

Às amigas Ana Paula Perón, Isilda Campaner Palangana, Lucy Mara Paiola, Priscila Kalinke, Fernanda Coutinho, Priscila Nascimento, Luciene Ruzzene, Hérika Ribeiro, Bianca Almeida, Luíza Brum, Juliana Orsini.

À Jacqueline Botassini, professora, amiga, companheira de jornada no caminho do doutorado;

Às amigas da França, Paula Rigato, Ana Lúcia Ferreira, Ermelinda Barrichelli, Letícia Gritti, Daniela dos Anjos, Priscila Vieira e Silvana Ribeiro, as quais tornaram a vivência em Paris possível;

Ao Laboratoire, Lexique et Informatique – LDI, da Université Paris 13, na pessoa do professor Dr. Salah Mejri, que me orientou no estágio doutoral;

À Professora Dr<sup>a</sup>. Vanderci de Andrade Aguilera, minha orientadora, a qual me possibilitou enveredar por caminhos de vivência e de conhecimentos;

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Capes, pelo apoio financeiro durante parte do doutorado, sobretudo durante o estágio na França;

Aos membros da banca de qualificação e de defesa, professoras Doutoradas Fabiane Altino, Maria Regina Pante, Emília Helena Souza e Sônia Cyrino, cujas contribuições auxiliaram na compreensão dos caminhos da Linguística Histórica e da gramaticalização.

*E não desconfiemos da nossa língua porque os homens fazem as línguas, e não a língua os homens.*

Fernão de Oliveira

SOUZA, Adriana dos Santos. **Contribuições para o estudo da gramaticalização do item ONDE na história do Português Brasileiro: documentos paranaenses.** 2012. 193p. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.

## RESUMO

Nos estudos sobre as mudanças linguísticas no Português Brasileiro, à luz da abordagem funcionalista, encontram-se muitas pesquisas concernentes ao ONDE, tanto em visão sincrônica, diacrônica como pancrônica. Diante deste quadro, a presente pesquisa objetiva compreender o processo de gramaticalização do item em questão, no que diz respeito aos valores não preconizados pela gramática tradicional, mas já registrados em sincronias anteriores. Também visa a observar como essa mudança está acontecendo, a partir dos estágios de Hopper (1991). O *corpus* do trabalho é constituído por documentos que compõem o projeto *Para a História do Português Paranaense: estudos diacrônicos em manuscritos dos séculos XVII a XIX – PHPP*. São manuscritos pertencentes à antiga 5.<sup>a</sup> comarca de São Paulo (atual estado do Paraná), guardados no Arquivo Público do Estado de São Paulo, sendo transcritos e editados pela equipe do projeto acima mencionado, na Universidade Estadual de Londrina. Em face dessas considerações, esta tese é composta por um capítulo sobre a história do Paraná e do Projeto PHPP; um histórico sobre os advérbios e os pronomes, classes a que pertence, em geral, o elemento pesquisado; uma seção destinada às reflexões sobre a gramaticalização; a descrição do *corpus* e análise dos dados e, por fim, a discussão dos resultados. A metodologia empregada envolveu a pesquisa bibliográfica e a análise quantitativa e qualitativa. Foi realizado um pequeno tratamento dos dados a partir da junção e/ou separação de palavras para a aplicação do programa de busca de ocorrências NOTEPAD+++, adquirido por meio do convênio CAPES/COFECUB, que proporcionou à doutoranda um estágio de cinco meses no LDI da Université Paris 13. Os resultados indicaram que o item se encontra, no período estudado (séculos XVIII e XIX), na primeira fase proposta por Hopper (1991) do processo, ou seja, a estratificação. Também foram verificadas como as políticas linguísticas pombalinas para a educação influenciaram o uso da norma culta da Língua Portuguesa nas sincronias assinaladas, contribuindo para que o ONDE não tivesse usos tão afastados do seu valor canônico.

**Palavras-chave:** Gramaticalização. Onde. Documentos Paranaenses. Políticas linguísticas. Séculos XVIII e XIX.

SOUZA, Adriana dos Santos. **Contributions to grammaticalization study of item ONDE in the history of Brazilian Portuguese: paranaenses documents.** 2012. 193 p. Thesis (Doctor's degree in Letters – Literary Studies) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.

## ABSTRACT

In studies about the linguistic changes in Brazilian Portuguese language, in the functionalist approach view, there are many studies concerning the ONDE, both in synchronic vision, diachronic as panchronic. Given this context, this research aims to understand the process of grammaticalization of the item in focus, in relation to the values don't recommended by the traditional grammar, but ever recorded in previous synchronicities. It also aims to see how this change is happening from the stages of Hopper (1991). The corpus of work consists by documents that make part the project *Para a História do Português Paranaense: estudos diacrônicos em manuscritos dos séculos XVII a XIX – PHPP*. They are manuscripts belonging to the ancient 5<sup>th</sup> Comarca de São Paulo (current state of Paraná), stored in the Public Archives of São Paulo state, being transcribed and edited by the project staff mentioned above in Universidade Estadual de Londrina. Given these considerations, this thesis consists of a chapter about the history of Paraná and PHPP Project; a history about the adverbs and pronouns classes to which they belong, in general, the element searched; a section devoted to reflexions about the grammaticalization; the description of the corpus and analyzing data and finally the discussion of results. The methodology involved a literature review and qualitative and quantitative analysis. The cleaning of the data was performed through the criteria of PHPP to implement search program occurrences NOTEPAD +++, acquired through the agreement CAPES/COFECUB, that provided the doctoral an internship of five months in LDI of Université Paris 13. The results indicate that the item is found in the first phase of process, the stratification, proposed by Hopper (1991), on the period studied (18<sup>th</sup> and 19<sup>th</sup> centuries). It was also checked how pombalinas language policies for education influenced the use of the standard language of Portuguese language in synchronicities marked, contributing to the ONDE had not so far uses from its canonical value.

**Key-words:** Grammaticalization. Onde. Paranaenses Documents. Language policies. 18<sup>th</sup> and 19<sup>th</sup> centuries.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Mapa da distribuição das Capitânicas Hereditárias e seus donatários.....	27
<b>Figura 2</b> – Exemplo de carta oficial no PHPP .....	126
<b>Figura 3</b> – Exemplo de ata no PHPP .....	128
<b>Figura 4</b> – Exemplo de aviso do acervo do PHPP .....	130
<b>Figura 5</b> – Exemplo de requerimento so acervo do PHPP .....	132
<b>Figura 6</b> – Exemplo de atestado do acervo do PHPP .....	134
<b>Figura 7</b> – Exemplo de relato do acervo do PHPP .....	136

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> – As formas locativas latinas .....	76
<b>Tabela 2</b> – Alguns valores semânticos de <i>onde</i> e suas formas arcaicas.....	77
<b>Tabela 3</b> – Os parâmetros de gramaticalização de Lehmann .....	112
<b>Tabela 4</b> – ONDE e suas variantes gráficas.....	137
<b>Tabela 5</b> – Ocorrências do AONDE nos manuscritos .....	145

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>NURC</b>	Projeto de Estudo da Norma Urbana Linguística Culta
<b>PEUL</b>	Programa de Estudos sobre o Uso da Língua
<b>PHPB</b>	Projeto Para a História do Português Brasileiro
<b>PHPP</b>	Projeto Para a História do Português Paranaense
<b>PB</b>	Português Brasileiro
<b>UEL</b>	Universidade Estadual de Londrina
<b>UEM</b>	Universidade Estadual de Maringá
<b>VALP</b>	Projeto Variação Linguística no Estado da Paraíba

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>CONSIDERAÇÕES INICIAIS</b> .....	13
<b>2</b>	<b>PANORAMA DO BRASIL E DO PARANÁ COLONIAL</b> .....	23
2.1	A COLONIZAÇÃO DO BRASIL E AS CAPITANIAS HEREDITÁRIAS .....	24
2.2	O “NASCIMENTO” DO PARANÁ.....	28
2.3	A EXPANSÃO BANDEIRANTE, A MINERAÇÃO E O TROPEIRISMO NO PARANÁ.....	30
2.3.1	Caminho de Peabiru.....	36
2.3.2	Caminho da Graciosa.....	37
2.3.3	Caminho de Itupava .....	38
2.3.4	Caminho do Arraial.....	38
2.3.5	Estrada da Mata .....	38
2.4	A EMANCIPAÇÃO DO PARANÁ.....	39
2.5	A CRIAÇÃO DAS PRIMEIRAS VILAS NO PARANÁ .....	42
2.5.1	Antonina .....	43
2.5.2	Morretes .....	43
2.5.3	Curitiba .....	44
2.5.4	Paranaguá.....	46
2.5.5	Guaratuba .....	47
2.5.6	Lapa .....	48
2.5.7	Castro.....	48
<b>3</b>	<b>PARA A HISTÓRIA DE UMA LÍNGUA</b> .....	50
3.1	PARA A HISTÓRIA DO PORTUGUÊS PARANAENSE .....	53
<b>4</b>	<b>UM ITEM, VÁRIAS CLASSIFICAÇÕES</b> .....	59
4.1	HISTÓRICO DOS ADVÉRBIOS .....	59
4.2	HISTÓRICO DOS PRONOMES .....	70
4.3	ITEM ONDE: MÚLTIPLAS CLASSIFICAÇÕES .....	75
<b>5</b>	<b>MUDANÇA LINGUÍSTICA, FUNCIONALISMO E GRAMATICALIZAÇÃO</b> .....	84
5.1	A MUDANÇA LINGUÍSTICA EM DIFERENTES PERSPECTIVAS .....	84

5.2	DESENVOLVIMENTO DO FUNCIONALISMO.....	86
5.3	CONSIDERAÇÕES ACERCA DA GRAMATICALIZAÇÃO.....	91
5.4	PRINCÍPIOS E ESTÁGIOS DA GRAMATICALIZAÇÃO.....	102
<b>6</b>	<b>OS MANUSCRITOS E O ITEM ONDE.....</b>	<b>118</b>
6.1	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	118
6.2	Os GÊNEROS TEXTUAIS DOS MANUSCRITOS DO PHPP.....	120
6.2.1	Gênero carta.....	123
6.2.2	Ata.....	127
6.2.3	Aviso.....	129
6.2.4	Requerimento.....	131
6.2.5	Atestado.....	133
6.2.6	Relato.....	135
6.3	AS OCORRÊNCIAS DE ONDE NO PHPP.....	137
<b>7</b>	<b>O QUE REVELAM OS DOCUMENTOS PARANAENSES.....</b>	<b>156</b>
<b>8</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>164</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>168</b>
	<b>ANEXOS.....</b>	<b>180</b>
	ANEXO A – Todos os fragmentos com o item ONDE retirado dos manuscritos do PHPP.....	181
	ANEXO B - Quadro demonstrativo dos gêneros textuais dos documentos do PHPP.....	191

## 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Nos compêndios gramaticais, ao pesquisar o item ONDE, não raro encontramos a explicação de que se atribui, à forma em questão, o sentido de lugar, sendo empregado como pronome relativo ou advérbio:

(1) **Onde** você mora?

Ele mora **onde** você residia.

A cidade **onde** nasci mudou muito.

No entanto, nos últimos anos, ao observarmos a produção escrita de discentes e docentes da Educação Superior, durante correções de artigos, trabalhos científicos e avaliações<sup>1</sup>, verificamos um significativo emprego do item ONDE com funções e sentidos diferentes daqueles preconizados pela gramática tradicional. A constatação de que outros valores têm sido aplicados ao ONDE motivou-nos a pensar sobre um possível processo de mudança linguística, uma vez que a recorrência desses novos usos mostrou-se frequente.

Por sua vez, nosso interesse por pesquisar sincronias mais remotas do Português surgiu ao longo do nosso percurso acadêmico. Ao inscrever-me em uma disciplina do Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Estadual de Maringá, UEM, sobre a história da Língua Portuguesa, vieram as primeiras leituras sobre o português arcaico. Ao passar a compreender as fases do próprio idioma, o interesse pelas mudanças ocorridas tornou-se parte dos nossos questionamentos. E, diante das inquietações surgidas, foi possível definir um tema: a problemática classe gramatical dos advérbios.

Aliada à pesquisa em momentos anteriores da Língua Portuguesa, principalmente no que diz respeito aos advérbios, os usos “diferenciados” do ONDE vieram completar as observações e, assim, transformaram-se no objeto de pesquisa ainda no Mestrado. Anos mais tarde, ao ser apresentada ao projeto *Para a História do Português Paranaense - PHPP*, verificamos a possibilidade de continuar as pesquisas sobre o ONDE nos documentos que compõem os *corpus* do PHPP.

---

<sup>1</sup> Além de docente na Educação Superior, atuamos como revisora de textos acadêmicos.

Encontramos diversos trabalhos a respeito da mudança linguística do item ONDE, cuja classificação morfossintática é tão vasta quanto os sentidos a ele atribuídos. Entre as pesquisas existentes, podemos destacar a de Kersch (1996), Coelho (2001), Souza (2003), Bittencourt (2006), Pante (2006), Souza (2007) e Cacciaguerra (2009), entre outros, cuja observação reside justamente no olhar sincrônico e/ou diacrônico do Português Brasileiro. Nesses estudos, foi possível observar empregos do item com acepção de:

- Posse:

(2) *Fiz uma classe **onde** os estudantes eram europeus ou asiáticos (século XX)*<sup>2</sup>.

- Hipótese:

(3) *[...] per tal guisa que provejan os seus corpos en boa maneyra e non por muyta fartura da sua garganta nen por fazerem e criarem luxuria; nen outrossi **onde** ouvensen panos preçados que vestissem nẽ por que ensobrevecessen, mais os pobres e miçgados e nuus e famijntos, chamã a Deos (século XIV)*.<sup>3</sup>

- Explicação:

(4) *XCIV, 537, p. 213: [...] beenzem aquêle que faz maldades. **Onde**, se verdadeiramente fôr entendido este despredaçamento das cousas desta vida presente [...]* (século XVI)<sup>4</sup>

- Tempo:

(5) *Um Natal **onde** Jesus é a razão de ser dessa palavra, por causa do Natal dele, veio à terra pra me fazer renascer (século XXI)*.<sup>5</sup>

- Conjuntivo ou coesivo:

(6) *E\* Como você conheceu a sua esposa?  
I\* (...) me procurando pro pai dela dizer **onde** ela tava né porque ela tinha me procurado o irmão dela. (VALPB – III, 17. I. 28)*.<sup>6</sup>

- Discursivo<sup>7</sup>:

<sup>2</sup> KERSCH (1996).

<sup>3</sup> SOUZA (2007).

<sup>4</sup> SOUZA (2007).

<sup>5</sup> SOUZA (2007).

<sup>6</sup> Os exemplos (6), (7), (8) e (9) são encontrados em Andrade (2009, p. 121-126) e correspondem aos séculos XX e XXI.

<sup>7</sup> Nesse fragmento, Andrade (2009, p. 127) explica que “(...) aonde já passou por um processo metafórico, uma vez que não retoma mais a idéia de lugar, embora possamos supor que seu uso tenha ocorrido por influência da semântica do verbo *vir* que pede um complemento locativo. Na

(7) E\* *Fale um pouco de sua infância.*

I\* *A minha infância foi uma infância sofrida, bem [vi-] bem vivida honestamente porém sofrida (...). Fui morar na Benjamim Constants, em uma casinha muito pobre, naquele tempo com meu pai, e minhas primas e depois meu pai casou novamente, uns anos depois casou novamente **aonde** a sua segunda esposa já veio com quatro filhos (VALPB-III, 74, l. 34)*

- Virtual<sup>8</sup>:

(8) E\* *O que seria diferente na sua vida se tivesse continuado os estudos, o que poderia ter sido?*

I. (...) *aí fui pra o Recife, (hes) conclusão final dos exames que teriam sido feito **onde** eu podia ser reprovado (VALPB – III, 94, L. 37).*

- Universal<sup>9</sup>:

(9) E\* *De que brincadeira o senhor mais gostava?*

I\* *Bom a brincadeira da época era:: principalmente era carnaval, quando havia carnaval perto de onde eu morava tinha um clube **onde** sediava sob o comando do maestro. (VALPB – III, 74, l. 31).*

- Comparativo:

(9) E\* *Em que setores o senhor acha que o Presidente deveria investir mais?*

I\* *O Presidente deveria investir em rodovia ferroviária, para tentar o barateamento de frente norte-sul e leste oeste em toda a economia brasileira. Negócio de caminhão, essas coisas, só dá prejuízo. **Aonde** a locomotiva puxa trinta, quarenta vagões, o caminhão só carrega um, e o consumo é o mesmo. (VALPB – III, 86. l. 13).*

- Conclusivo:

(10) E\* *Antes de morar neste bairro, onde o senhor morava?*

I\* *Eu morava na rua Aragão e Melo onze vinte e oito no bairro da Torre. Já me mudei pra aqui prevendo que isso aqui ia melhorar muito rápido, mas a melhora não aconteceu porque nem a prefeitura nem o governo estadual se importam atualmente com a situação de residência nesse bairro. Haja visto, somente o que é visto nas vistas do prefeito e inclusive do governador, é a orla marítima, **aonde** ali eu tenho certeza que tem serviço de limpeza que funciona dia e noite (VALPB – III, 72 l. 24).*

Mediante o fato de que os estudos sobre mudança linguística são compreendidos por meio de várias concepções, buscamos, à luz do funcionalismo, verificar se há alteração de sentidos e de usos para o item em questão, a partir da

---

nossa análise, consideramos duas funções para esse *aonde*: uma função coesiva, exercendo a função do conectivo *e*, como também a função de preservar a unidade temática do discurso.”

<sup>8</sup> “Projeção de um domínio espacial para outro domínio” (ANDRADE, 2009, p. 123).

<sup>9</sup> Quando o ONDE é empregado como substituto da forma QUE (ANDRADE, 2009, p. 124).

observação de registros em outras sincronias, especificamente naquelas em que foi produzida parte da documentação que se atribui ao Estado do Paraná, em momentos remotos de nossa História.

A partir disso, surgiu a pergunta de pesquisa que permeou nossa investigação: Durante os séculos XVIII e XIX, no Português Paranaense, o uso do item ONDE contrariaria o preconizado pela gramática tradicional?

Dessa forma, o trabalho aqui realizado envereda pelos caminhos da diacronia, da linguística histórica. Conforme Mattos e Silva (2006, p. 16), os estudos histórico-diacrônicos surgem da necessidade interna de nosso país frente à língua utilizada majoritariamente: o português brasileiro - PB. Entendemos como PB, designação dada pela Sociolinguística, a “língua oficial amplamente majoritária do Brasil” (MATTOS E SILVA, 2004, p. 46).

Nesse sentido, conhecer como se configura o português daqui, não apenas no presente, mas em sincronias anteriores, tem sido o foco de muitas pesquisas no ambiente acadêmico. Isso porque a variação documentada fornece dados capazes de nos fazer compreender o processo histórico de mudança, além da apreensão das variantes registradas no período arcaico e que permanecem até hoje. A autora ainda sustenta a tese de que os dados de uma língua relativos a determinado período mais remoto podem contribuir para teorias que objetivam explicar mecanismos cognitivos e psicológicos de uma língua, além de auxiliar na compreensão de fenômenos do uso no presente.

Mattos e Silva (2006, p. 17) ressalta que o trabalho com o português arcaico é instigante porque nos períodos em que ele figurava, “[...] ainda não se explicitara a norma, os padrões do uso prestigiado, estabelecido pelos gramáticos”. No período arcaico, “a variação é recorrente, não apenas na grafia – as primeiras propostas de ortografia para o português se iniciam nos meados do século XVI - mas também na morfologia e na sintaxe” (MATTOS E SILVA, 2006, p.17).

Sobre o português arcaico residem muitas dúvidas, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de datas para seu início e término. Embora não seja o intuito deste trabalho periodicizar o português, é importante discorrer, ainda que brevemente, sobre questões da fase arcaica de nossa língua, pois a escrita dos manuscritos aqui analisados apresentam traços bem próximos aos

verificados em documentação remanescente do período considerado arcaico de nosso idioma.

Desta feita, o português arcaico tem seu início atribuído ao século XIII, conforme pondera Mattos e Silva (2006, p.21), pois é o momento em que aparecem os primeiros registros escritos da Língua Portuguesa, por meio do *Testamento de Afonso II*, de 1214. Credita-se o fim da fase arcaica ao final do século XV, tendo por base alguns acontecimentos, de ordem extralinguística, como o surgimento do livro impresso; a expansão imperialista portuguesa no mundo e a normatização gramatical, a partir das gramáticas de Fernão de Oliveira, em 1536, e de João de Barros, em 1540. Esses aspectos influenciaram de forma significativa o processo de mudança da língua portuguesa (MATTOS E SILVA, 2006, p. 22-23).

A autora elenca inúmeros pesquisadores que se debruçaram sobre esta periodização, como Leite de Vasconcelos, Silva Neto e Lindley Cintra. Mattos e Silva (2006, p. 25) ainda pondera que, por falta de um número maior de estudos sistemáticos sobre a documentação que vai do século XIII ao século XVI, com intuito de estabelecer limites para o português arcaico em comparação ao moderno, utilizam-se os anos de publicação das mencionadas gramáticas de João de Barros e de Fernão de Oliveira como limite entre essas duas fases. Assim, empregamos, nesta pesquisa, o termo português arcaico para referir à língua portuguesa registrada entre os séculos XIII e XV, seguindo como parâmetro o postulado de Mattos e Silva (2006, p.21): “Denominamos aqui português arcaico o período histórico da língua portuguesa que se situa entre os séculos XIII e XV”.

A pesquisa aqui proposta, utilizando como fonte de dados os documentos que integram o projeto *Para a História do Português Paranaense - PHPP*, justifica-se pelo fato de que, diante da riqueza linguística que esse *corpus* apresenta, ainda é reduzido o número de pesquisas de caráter diacrônico tendo-o como base. Isso evidencia que há muito a ser pesquisado a partir desses documentos, no tocante a aspectos fonológicos, morfossintáticos, lexicais e semânticos, a fim de compreendermos peculiaridades de nossa língua, como as mudanças linguísticas e o léxico, reconstruindo, assim, linguisticamente, a história da Língua no Paraná e, conseqüentemente, no Brasil.

O *corpus* da pesquisa para esta tese é constituído por parte dos documentos produzidos na antiga 5.<sup>a</sup> comarca de São Paulo (atual estado do

Paraná), especificamente aqueles guardados no Arquivo Público do Estado de São Paulo, escritos entre os séculos XVII a XIX. Esses manuscritos estão sendo editados pela equipe do projeto PHPP, na Universidade Estadual de Londrina e procedem das vilas (hoje cidades) de Curitiba, Paranaguá, Antonina, Guaratuba, Castro, Morretes, entre outras. A partir deles, há várias investigações linguísticas realizadas, como a de Vasconcellos (2006), sobre os manuscritos da Vila de Paranaguá; Toniolo (2007), acerca dos documentos produzidos em Castro, Cunha (2008), sobre a Vila de Antonina e Silva (2011), sobre Morretes, entre outras. Todas elas apresentam glossários e possuem enfoque filológico. No entanto, esses trabalhos não esgotam as pesquisas sobre léxico nem abrangem todos os aspectos morfossintáticos, os quais contribuiriam para o estudo do Português Brasileiro.

Ao lado dessa constatação, observamos que os estudos sobre mudanças linguísticas pautam-se em várias teorias, como a Sociolinguística e a Gramaticalização. Optamos por adotar esta última, ainda que sobre ela residam algumas lacunas terminológicas, conforme veremos no decorrer desta tese. Esta opção deve-se ao fato de que existem variados trabalhos publicados tendo-a como base, os quais se configuram como uma considerável proposta de pesquisa, uma vez que esse processo compreende a análise das formas não somente de maneira sincrônica, mas procura apreendê-la na perspectiva diacrônica.

Nesse sentido, o referido embasamento teórico nos permite atingir o objetivo geral da presente pesquisa, assim descrito: Investigar os empregos e sentidos que o item ONDE apresenta nos documentos paranaenses, buscando identificar registros que se afastem do valor locativo, valores estes que indicariam um processo de mudança ou variação linguística.

Os objetivos específicos da tese são:

- a. Estudar as acepções atribuídas ao *onde* e seus correlatos nos manuscritos paranaenses do século XVIII e XIX;
- b. Observar os possíveis condicionantes para os sentidos encontrados (termos antecedentes, termos pospostos ao item, contexto, gêneros textuais);
- c. Verificar o processo de mudança linguística do ONDE com base nos estudos sobre gramaticalização.

Esta tese está alicerçada em três hipóteses: (i) o valor locativo do item *onde* é o mais utilizado pelos escribas, uma vez que o período estudado, ainda que corresponda à fase de constituição do português brasileiro (multidialestismo), é o momento do Brasil colonial, o que levava Portugal a tentar colonizar linguisticamente o povo, a fim de manter seu poder sobre as novas terras. Diante disso, a preocupação dos escribas em relação à norma vigente seria maior; (ii) também acreditamos que o uso de AONDE, em contextos que exigiriam o uso de ONDE ou vice-versa, ocorra de forma pouco significativa, já que o período pesquisado é marcado pela imposição da língua portuguesa adotada em Portugal, pelo Marquês de Pombal. Também temos como hipótese iii) que as ocorrências do item, caracterizadas como inovações, não se afastem daqueles sentidos já observados em *corpora* produzidos no mesmo período estudado.

Sobre a terminologia adotada neste trabalho quanto ao uso de uma norma, procuramos utilizar *norma culta* por nos pautar em discussões acerca da distinção entre norma culta, padrão e gramatical. Dessa forma, apresentamos uma breve reflexão sobre o assunto.

Faraco (2008, p. 71) explica que a norma culta, também chamada por ele de culta/comum/standard, “[...] designa o conjunto de fenômenos linguísticos que ocorrem habitualmente no uso dos falantes letrados em situação mais monitorada de fala e escrita”. Diante disso, ou seja, o fato de a língua ter relação com usos monitorados e práticas escritas leva as pessoas à atribuição de um valor positivo do ponto de vista social, dando a essa modalidade um prestígio social. O autor complementa que esse fato tem levado a norma culta a ser alvo de “[...] registro, pesquisa e cultivo sociocultural” (FARACO, 2008, p. 71).

O prestígio atribuído à norma culta, não raro, faz que os falantes a vejam como uma variedade linguística superior às demais, confundindo-a com a língua. Soma-se a isso o fato de os usuários acreditarem que as demais variações são desvios, falas de menor valia (FARACO, 2008). O autor, ainda sobre a norma culta, discorre sobre a homogeneidade da língua, relatando que a língua é heterogênea porque é composta por variedades. Dessa forma, a norma culta é “[...] apenas uma dessas variedades, com funções socioculturais bem específicas” (FARACO, 2008, p. 72), já que ser prestigiada decorre do apregoamento de valores a ela e não a traços gramaticais. Esse prestígio entre os letrados, conforme o

pesquisador, tem levado as línguas europeias a serem gramatizadas, ou seja, objeto de estudo de gramáticas, dicionários, entre outros.

Por sua vez, a norma padrão é compreendida a partir de questões históricas. Faraco (2008) esclarece que, na Europa do século XV, a busca por uma modalidade linguística que proporcionasse certa unidade dentro da nação era uma busca constante. Em face da diversidade existente, os chamados novos Estados empreenderam um projeto de padronização, procurando obter um padrão de língua para os estados, com “[...] um instrumento de política linguística capaz de contribuir para atenuar a diversidade linguística regional e social herdada da experiência feudal. A esse instrumento damos hoje o nome de norma-padrão” (FARACO, 2008, p. 73).

O pesquisador esclarece que a norma padrão é relativamente abstrata e promove certos apagamentos de marcas regionais, dialetais. Ainda assim, ela não consegue suplantar a diversidade, pois, para isso, seria necessário o processo de homogeneização da língua, o que, provavelmente, não ocorrerá. Dessa feita, norma culta é uma variedade falada por letrados enquanto a norma padrão serve para promover a uniformização linguística de uma nação (FARACO, 2008, p. 78). Diante desta distinção, optamos por não adotar, neste trabalho, nem norma culta, porque não podemos afirmar que a modalidade utilizada nos manuscritos seja a variedade falada por letrados da época em que os documentos foram escritos, nem podemos atestar que se trata da norma padrão usada nos períodos setecentista e oitocentista, já que o estudo não tem este caráter filológico.

Faraco (2008) ressalta que a palavra *norma* adquire hoje duas acepções: a primeira corresponde à normalidade, isto é, ao que é normal na língua, ao passo que, em um segundo momento, é vista como normatividade, isto é, normativa. Assim, nos estudos linguísticos, a palavra norma é empregada para designar os fenômenos recorrentes, normais da língua. Mas, se observarmos a língua em um funcionamento monitorado, entenderemos língua como norma, como regulador (FARACO, 2008, p. 74).

Sobre a norma padrão no Brasil, Faraco (2008, p. 79) registra que, embora se credite ao Marquês de Pombal a imposição total da língua portuguesa lusitana em nosso país, na verdade, foram os letrados de nossa elite os responsáveis por essa prática, uma vez que nossos letrados eram conservadores e

herdaram a tradição normativa dos países falantes de língua latina. “Por trás da atitude excessivamente conservadora dessa elite letrada [...] estava seu desejo de viver num país branco e europeu, o que a fazia lamentar o caráter multirracial e mestiço do nosso país”. Compreendemos que havia certa movimentação por parte da elite brasileira em combater variantes linguísticas que distanciassem o falar brasileiro do lusitano.

As discussões sobre a norma padrão no Brasil explicam-se mediante a questão de que a norma, fruto de codificação no século XIX, não foi capaz de determinar o modo de escrever e de falar do brasileiro. No entanto, a ideia de que deve ser seguida ainda nos acompanha a ponto de cultivarmos a crença de que falamos mal, que não sabemos nossa língua materna (FARACO, 2008, p. 82).

Nossa reflexão a respeito da norma expande-se para a norma gramatical, por Faraco (2008), denominada Norma Gramatical Contemporânea, a qual corresponde aos fenômenos tidos como cultos pelos gramáticos. Nesse sentido, o autor explica que as “nossas melhores gramáticas atuais estão, assim, num meio termo entre os ‘excessos caprichosos’ da norma-padrão (para usar a feliz expressão de Evandro Bechara – cf. notas 55 e 56) e as descrições sistemáticas da norma culta/comum/*standard*” (FARACO, 2008, p. 81).

Os conflitos existentes entre a norma gramatical e a norma culta no Português Brasileiro evidenciam que a primeira é limitadora e que a segunda deveria se subordinar aos instrumentos normativos (FARACO, 2008). O autor exemplifica o embate entre as duas normas ao explicitar a colocação pronominal atualmente em relação às construções com futuro (do presente ou do pretérito). No PB, usa-se mais frequentemente a próclise (*se diria*), uma vez que a mesóclise é tida como arcaizada. Mas há o impasse, pois a norma gramatical recomenda evitar o pronome oblíquo em início de frase.

Barbosa (2007, p. 494) estabelece como hipótese, em seu trabalho, que os modelos de textos que circulavam no Brasil no período colonial eram os burocráticos: “Entre as poucas necessidades de escrita para além das motivações pessoais e familiares, a maior parte estava vinculada direta ou indiretamente às questões públicas”. Para o autor, até o início do século XIX, os brasileiros tinham contato com a língua escrita por meio de suas bibliotecas particulares ou a partir de algum impresso distribuído na colônia, além dos textos oficiais.

Assim, supõe-se que a norma escrita na sociedade colonial de nosso país era encontrada nos textos da Administração Pública, conforme assevera o autor. Dessa forma, ao final dessa discussão, reafirmamos nossa predileção pelo termo *norma culta*, pois trabalhamos com textos oficiais, em que se postula a utilização da escrita normativa empregada na época pesquisada.

Para alcançarmos nossos objetivos, organizamos esta tese em seis capítulos. Apresentamos, no capítulo intitulado *Panorama do Brasil e do Paraná Colonial*, de forma breve, a história do Brasil e do Paraná, desde o descobrimento do país até a emancipação do estado paranaense, em 1853. Esse material configura-se como base para a compreensão dos assuntos tratados nos documentos.

Em seguida, discorremos sobre o Projeto *Para a História do Português Paranaense*, em *Para a história de uma língua*. Trata-se de um relato sobre o surgimento e as atividades que o PHPP executa. Na continuação, abordamos aspectos da classe adverbial e da pronominal em que, tradicionalmente, se insere o item ONDE, na seção *Um item, várias classificações*.

Em *Mudança linguística, funcionalismo e gramaticalização*, são discutidos os conceitos que permeiam a gramaticalização, assim como os aspectos mais relevantes sobre essa teoria (unidirecionalidade, metáfora, metonímia, princípios e estágios). Na sequência, o capítulo seis, *Os manuscritos e o item ONDE*, compreende a apresentação do *corpus*, a constituição dos gêneros textuais dos documentos e a análise dos dados. Após a análise, procedemos à discussão dos dados, à luz da gramaticalização e de aspectos como as políticas linguísticas adotadas no Brasil Colonial na seção *O que revelam os documentos paranaenses*. Ao final, encontram-se as Considerações finais e as referências.

## 2 PANORAMA DO BRASIL E DO PARANÁ COLONIAL

Quando estudamos períodos mais remotos de um idioma, é necessário não apenas o conhecimento linguístico, mas também o entendimento advindo sobre “a contextualização histórica em que funcionava a língua no momento estudado” (MATTOS E SILVA, 2006, p.15). Assim, é preciso que o pesquisador conheça aspectos da sociedade no momento em que se registrava aquela variante pesquisada.

Toniolo (2007, p. 28), nesse sentido, esclarece que,

[...] embora os estudos sobre a História do Português estejam centrados em uma metodologia nuclearmente linguística, suas hipóteses e explicações fundam-se também em informações historiográficas. Um claro exemplo é a palatalização carioca do –s em final de sílaba ou palavra, atribuída unanimemente ao impacto causado na sociedade do Rio de Janeiro pela chegada da Família Real e seus acompanhantes, foragidos da invasão napoleônica, em princípios do século XIX.

Dessa forma, o esboço aqui apresentado sobre a história do Brasil e a do estado do Paraná, no que diz respeito, sobretudo, ao período compreendido entre o século XVII e o século XIX, tem como finalidade conhecer a vida e os acontecimentos principais que permearam a sociedade durante o período em que os manuscritos do PHPP foram produzidos.

Atualmente, o estado do Paraná<sup>10</sup> conta com, aproximadamente, 400 municípios, porém, neste trabalho, tratamos apenas da história de sete deles: Curitiba, Paranaguá, Guaratuba, Castro, Lapa, Morretes e Antonina<sup>11</sup>, por serem citados frequentemente nos documentos analisados.

---

<sup>10</sup> O termo *Paraná* (do guarani: “*para*” ... *mar* + “*anã*” ... *parecido*) significa “aquele que é semelhante ao mar”, em referência ao rio Paraná, o maior curso d’água do estado. Originalmente, a pronúncia seria *Paraná*, mas o uso consagrou a forma com acento agudo na última vogal. O vocábulo *Paraná* ainda aparece em várias denominações, como *Paranapanema*, rio que serve como divisa para os estados de São Paulo e de Paraná, e *Paranaguá*, nome da primeira vila do estado. A denominação *Paraná* surgiu em 1853, quando da elevação da então comarca de Curitiba para a categoria de Província. Disponível em: <http://www.cidadao.pr.gov.br/modules/conteudo/> Acesso em: 02 abril 2012.

<sup>11</sup> As cidades de Cananéia e Iguape, ainda mencionadas nos manuscritos, pertencem atualmente ao Estado de São Paulo e, dessa forma, não haverá explanação sobre elas, uma vez que nos pautaremos apenas naquelas pertencentes, atualmente, ao Estado do Paraná.

## 2.1 A COLONIZAÇÃO DO BRASIL E AS CAPITANIAS HEREDITÁRIAS

O Tratado de Tordesilhas, acordado entre os reinos de Espanha e Portugal, em 1494, dividiu as terras recém-descobertas na América entre eles. Mesmo com o descobrimento da imensa extensão territorial do Brasil, Portugal levou anos para colonizar as novas terras, visto que seriam necessários muitos investimentos por parte da coroa lusitana e, porque, em 1500, para os lusos, era mais interessante se ocupar do comércio com o Oriente, o qual gerava bastantes lucros (STECA; FLORES, 2002).

A economia portuguesa, em 1530, encontrava-se, porém, em situação calamitosa, pois o comércio com o Oriente havia entrado em decadência, em virtude da concorrência estrangeira crescente nesse mercado. Além disso, França e Inglaterra pressionavam politicamente Portugal e Espanha por terem partilhado, entre si, a América. Essas pressões ficam evidentes quando se observa que a costa do Brasil, nos anos seguintes ao descobrimento, sofreu muitos ataques de corsários franceses. Os ataques permaneceriam ainda por muito tempo, pois a descoberta de minas em Potosi, na Bolívia, em 1545, aguçaria mais a cobiça europeia em relação às terras americanas (TEIXEIRA; DANTAS, 1977).

Nesse contexto, os portugueses viram-se obrigados a tomar alguma atitude em relação à colônia brasileira, face às constantes ameaças de invasão dessas terras por outros povos. Como a colonização demandava investimentos e os colonizadores não tinham recursos, D. João III, em 1534, resolveu adotar o sistema de doação de terras em solo brasileiro:

No esforço de valorização das terras americanas para o grande comércio europeu, as metrópoles são obrigadas a um investimento maciço exigido pelo transporte dos colonos, pela montagem das unidades produtoras, bem como pela necessária organização nas colônias de um adequado aparelho administrativo e militar (TEIXEIRA; DANTAS, 1977, p. 64).

A doação de terras procurava solucionar o problema da falta de administração que havia na colônia, bem como o fato de que o Erário português não conseguiria bancar o investimento. Esse sistema já funcionava nas ilhas do Atlântico sob domínio português, apresentando relativo sucesso. Assim, o país foi dividido em

quinze lotes de terras (capitanias hereditárias), distribuídos a pessoas de confiança do rei e de posses. Cada capitania possuía entre 30 a 100 léguas<sup>12</sup>.

As capitanias hereditárias constituíam-se como “estruturas jurídicas, políticas, administrativas, econômicas, e não simplesmente latifúndios” (CARVALHO, 2008, p. 63). Cabia ao donatário<sup>13</sup> custear a sua capitania. Os herdeiros dos donatários deveriam manter o nome de família ao receber a herança e solicitar ao rei a confirmação de posse.

O governo desejava transferir à colônia os encargos pela colonização. Além disso, buscava recompensar seus fidalgos por terem prestado serviços na África e nas Índias. Para isso, distribuiu títulos de Capitão Mor e de Governador, bem como poderes, privilégios e terras brasileiras (TEIXEIRA; DANTAS, 1977) aos ilustres que o auxiliaram na expansão de seu território.

Segundo Carvalho (2008), a intenção de D. João III era dividir o Brasil em lotes, a partir de Pernambuco, estendendo-se até o rio da Prata. Essa intenção foi manifestada por meio de carta a Martim Afonso de Sousa, em 1532. Dois anos depois, o rei refez a divisão, partindo, dessa vez, da região ocupada atualmente pelo Estado do Pará e findando em Santa Catarina, obedecendo, assim, ao acordado no Tratado de Tordesilhas.

Teixeira e Dantas (1977, p. 66) explicam que a capitania era constituída por dois estatutos jurídicos: a carta de doação e o Foral. A carta compreendia “[...] a doação efetiva por parte do governo” – nela estava descrito o poder do donatário de tomar posse e o número de léguas que compunha a Capitania. Já o Foral registrava os direitos e obrigações dos donatários.

A primeira capitania criada foi a do Maranhão, doada a João de Barros e Aires da Cunha, cuja extensão ia da baía do rio Gurupi até o Cabo de Todos os Santos. As demais foram distribuídas da seguinte maneira, conforme Carvalho (2008):

- Maranhão (havia duas capitanias com o mesmo nome), doada a Fernando Álvares de Andrade; estendia-se do Cabo de Todos os Santos até o rio da Cruz (atual Camocim);

---

<sup>12</sup> Medida que equivale, aproximadamente, a 6.600m (FERREIRA, 1999).

<sup>13</sup> Donatário, segundo Martins (1995), era a pessoa que obtinha do *el-rei* uma capitania. O donatário tinha dever de colonizar as terras e possuía direitos feudais sobre ela. Com a morte do dono, as terras passavam para seus herdeiros.

- Ceará, doada a Antônio Cardoso de Barros, cuja extensão ia do rio da Cruz a Mucuripe;
- Rio Grande, doada a João de Barros e Aires da Cunha, com limites entre Mucuripe e Baía da Traição;
- Itamaracá, doada a Pero Lopes de Souza; estendia-se da Baía da Traição até o rio Igarauçu;
- Pernambuco, doada a Duarte Coelho, cuja extensão ia até a foz do rio São Francisco;
- Baía de Todos os Santos, doada a Francisco Pereira Coutinho; começava no rio São Francisco até a Baía de Todos os Santos;
- Ilhéus, doada a Jorge de Figueiredo Correia, cuja área ia da Baía de Todos os Santos até Rio Santo Antônio;
- Porto Seguro, doada a Pero do Campo Tourinho; ia do rio Santo Antônio ao rio Mucuri;
- Espírito Santo, doada a Vasco Fernandes Coutinho; situava-se entre os rios Mucuri e Itapemirim;
- São Tomé, doada a Pero de Góis; situava-se entre os rios Itapemirim e Macaé;
- São Vicente (1º lote), doada a Martim Afonso de Sousa; ia do rio Macaé até o rio Curupace;
- Santo Amaro, doada a Pero Lopes de Sousa; o limite era o rio São Vicente;
- São Vicente (2º lote), doada também a Martim Afonso de Sousa; a extensão ia do rio São Vicente até Cananéia;
- Santana, doada a Pero Lopes de Sousa; começava em Cananéia, indo à altura de  $28^{\circ} \frac{1}{3}$  graus de latitude ao sul.

**Figura 1** – Mapa da distribuição das Capitanias Hereditárias e seus donatários



Fonte: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br>. Acesso em: 10 set. 2011

Quanto aos donatários, conforme já explicitado, tratava-se de pessoas com prestígio perante *El-rei*. Entre eles havia tesoureiros, cavaleiros fidalgos, capitães, escrivães, bem como membros da Casa Real (Martim Afonso de Sousa) e figuras importantes para o processo de colonização e divisão de terras, como Pero Lopes de Sousa.

Competia aos donatários usar o título de *governador da capitania*; doar terra em sesmarias<sup>14</sup>; reservar parte das terras da capitania para si; receber o dízimo referente ao quinto dos metais preciosos recolhidos em suas terras; o direito de criar vilas; interferir nas eleições dos juízes, entre outras atribuições.

As capitanias constituíam um regime descentralizado, uma vez que eram unidades autônomas, funcionando como empresas independentes. Os encargos exorbitantes; a escassez de recursos financeiros; as dificuldades que surgiam para mantê-la, como a defesa insuficiente das divisas e o despreparo dos donatários levaram a um resultado desastroso. Boa parte delas foi assumida por

<sup>14</sup> De acordo com Carvalho (2008), sesmarias eram grandes extensões de terra, doadas a pessoas cristãs livres. A doação era feita por meio de documentos, considerando o fator hereditariedade. Eram concedidas não apenas pelo rei, mas também pelo Governador Geral.

Portugal, por meio de confisco ou compra dos herdeiros. Apenas duas capitanias obtiveram relativo sucesso: a de Pernambuco e de São Vicente. Em 1759, o Marquês de Pombal<sup>15</sup> decretou o fim desse sistema (TEIXEIRA; DANTAS, 1977).

## 2.2 O “NASCIMENTO” DO PARANÁ

De acordo com Wachowicz (1995), toda a região do litoral sul foi repartida em quatro capitanias, distribuídas a Martim Afonso de Sousa e seu irmão, Pero Lopes de Sousa. A parte que coube ao primeiro estendia-se da faixa que corresponde atualmente ao Estado do Rio de Janeiro até o de São Paulo. Já o segundo detinha em suas mãos a parte que se iniciava na barra de São Vicente até Paranaguá, compreendendo as capitanias de Itamaracá, Santo Amaro e Sant’Ana.

Pero Lopes não teve tempo de conhecer suas capitanias, já que foi designado, conforme Camargo (2004), para prestar serviços na Índia logo após receber a notícia de sua recompensa. Nas costas do continente africano, em um naufrágio, faleceu. Como o donatário não pôde cuidar de suas terras por ter sucumbido tão cedo, coube a seus descendentes essa tarefa, os quais, contudo, de início, não se importaram com a herança.

De acordo com Carvalho (2008), a disputa pelas terras começou quando a quarta donatária das Capitanias de Santo Amaro, Santana e Itamaracá, D. Isabel de Lima Sousa de Miranda, renunciou à posse das terras em favor de seu primo, Lopo de Sousa, donatário da Capitania de São Vicente. Em 1610, com a morte de Lopo, o seu filho, por não ser filho natural, passou o direito da herança à tia, D. Mariana de Sousa Guerra, condessa de Vimieiro, em 1621.

No entanto, em 1615, um suposto neto do donatário, D. Álvaro Pires de Castro e Sousa, o Conde de Monsanto, apresentou-se, requerendo para si a posse da capitania, o que desencadeou disputas entre o referido conde e a condessa de Vimieiro. Entre brigas judiciais, a condessa perdeu as terras, mas criou a capitania de Nossa Senhora da Conceição de Itanhaém.

---

<sup>15</sup> Boto (2010) explica que, ao tomar posse, em Portugal, o rei D. José I, em 1750, designou Sebastião José de Carvalho e Melo Ministro dos Assuntos Exteriores e da Guerra e este, ao conquistar a efetiva confiança do monarca, foi nomeado, seis anos depois, Secretário de Estado dos Negócios do Reino de Portugal. Em 1759, tornou-se Conde de Oeiras e dez anos depois, Marquês de Pombal, em 1769. Sua reputação garantiu-lhe o posto de primeiro ministro de Portugal até 1777, ano da morte do rei.

Por sua vez, o Conde de Monsanto, apreensivo diante da expansão de Itanhaém, criou, junto com Gabriel de Lara, a Capitania de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá. Vasconcelos (2006) apresenta a lista de Capitães-mores que governaram a Província até sua incorporação à de São Paulo: Capitão Gabriel de Lara, Capitão Tomaz Fernandes de Oliveira, Capitão Martins Leme, Capitão Gaspar Teixeira de Azevedo, Capitão Francisco da Silva Magalhães, Capitão João Rodrigues de França, Sargento mor Antonio Gracia, Mestre de Campo André Gonçalves Pinheiro, Coronel Anastacio de Freitas Trancoso, Capitão D. João Francisco Laynes, Capitão Antonio de Souza Pereira, Capitão Antonio Ferreira Mathoso, Capitão Manoel Nunes de Lima, Capitão José Carneiro dos Santos e Capitão Manoel Antonio Pereira.

Anos mais tarde da criação de Paranaguá, o capitão-mor e ouvidor de Itanhaém, Simão Dias de Moura, ordenaria a ocupação da baía de Guaratuba, criando a freguesia de Nossa Senhora da Luz e Bom Jesus do Perdão dos Pinhais, a atual Curitiba. A Capitania de N. S. do Rosário de Paranaguá existiu até 1709, quando foi comprada pela coroa portuguesa, e em 1711, tornou-se parte da capitania de São Paulo, recém-criada (WACHOWICZ,1995). De acordo com Camargo (2004, p.60), “Essas querelas judiciárias causaram uma série de complicações na administração das capitanias envolvidas, obrigando o rei Dom João V a adquiri-las de seus herdeiros para a Coroa”.

Quando, em 1853, houve a elevação do Paraná a uma província independente da de São Paulo, aquela, segundo Martins (1995, p. 228); compunha-se de:

- Curitiba, compreendendo a sua sede, a Vila Nova do Príncipe (Lapa); a Vila de Guarapuava, as freguesias de São José dos Pinhais e de Campo Largo, da Palmeira, do Rio Negro e vários povoados como o da Campina Grande, do Arraial Queimado, do Pacotuba, de Votuverava, da Ribeira, etc...
- Paranaguá, compreendendo a sede, a Vila de Morretes, a freguesia de Guaraqueçaba, de Superagui, da Anhaia, etc.
- Castro, compreendendo a sede, as freguesias de Jaguariaíva, do Tibagi e de Ponta Grossa; e os povoados de Catanduvas, Furnas, Pirai, São João do Cristianismo, dos Carrapatos, de Itaiacoca, Conchas, Cupim, etc.

Curitiba, como sede da Província, teve alguns homens da sociedade escolhidos para compor a Assembleia Legislativa Provincial (Morais Roseira, Manoel Antônio Guimarães, Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, entre outros) e a Câmara

Municipal da Capital (Francisco de Paula Guimarães, Inácio José de Moraes, entre outros). Em 1853, “A população colonial resulta de um enorme aglomerado de raças que a colonização faz convergir e amalgamar” (TEIXEIRA; DANTAS, 1977, p. 72). Era estimada em 62.258 pessoas, com taxa de crescimento em torno de 1,7% ao ano (CAMARGO, 2004).

Mas a história do Paraná não se configura apenas nas disputas de terras entre os herdeiros de Martim e Pero de Sousa. Os bandeirantes<sup>16</sup> foram responsáveis pela ampliação do território paranaense, sobretudo no século XVIII, quando houve grande deslocamento de paulistas e portugueses em busca de aproveitar o gado disperso nos pampas em virtude dos ataques bandeirantes às missões jesuíticas (TEIXEIRA; DANTAS, 1977).

A mineração e o tropeirismo, por exemplo, foram também atividades que contribuíram de forma definitiva para a fundação de várias vilas<sup>17</sup> que viriam, anos mais tarde, a se transformar em cidades como Curitiba, Castro, Morretes, entre outras. Some-se a isso o auxílio dos tropeiros em relação ao desenvolvimento e à emancipação do Estado. Dessa forma, nos próximos tópicos, discorreremos sobre essas atividades, bem como os caminhos abertos pelos tropeiros.

### 2.3 A EXPANSÃO BANDEIRANTE, A MINERAÇÃO E O TROPEIRISMO NO PARANÁ

A expansão bandeirante teve seu início em terras paulistas. Isso porque, como São Paulo não podia ter sua economia pautada na exportação, sobrava-lhe o direito de ter uma economia de subsistência, cujo funcionamento sustentava-se na mão de obra indígena. A escravidão dos índios gerava conflitos entre colonos e jesuítas, levando à expulsão destes em 1641 (TEIXEIRA; DANTAS, 1977).

No século XVII, o apresamento de índios deixou de ter caráter natural e passou a ser administrado como empresarial, visto que a dominação

<sup>16</sup> Lideravam as “bandeiras”, expedições de colonos portugueses e brasileiros, acompanhados por índios e mamelucos, a fim de aprisionar índios. Ao lado das bandeiras havia as entradas, expedições que buscavam reconhecer geograficamente o interior brasileiro e sondar a existência de minas (TEIXEIRA; DANTAS, 1977).

<sup>17</sup> Carvalho (2008, p. 62) explica que vila ou cidade “era a unidade básica do povoamento e o centro da vida política”. Nas vilas, era preciso haver um Pelourinho, que simbolizava a Justiça, e a casa da Câmara de vereadores, que uma vez constituída, administrava a vila, nomeava funcionários e fiscalizava tanto o cumprimento das leis como o comportamento dos moradores.

holandesa, principalmente no Nordeste do país, controlava o tráfico negreiro, reduzindo a mão de obra no país. Assim, a escravidão indígena aumentou, realizada pelos bandeirantes paulistas:

O simples apresamento transforma-se numa empresa, reunindo o capital de alguns e a coragem de muitos, que rompem os limites dos campos de Piratininga, dirigindo-se para o Sul, onde estão as maiores concentrações indígenas, nas missões jesuíticas de Tape, Itatim, Guairá e Patos. Apesar da resistência tenaz oposta pelos índios e organizada pelos padres, os bandeirantes acabam vencendo, e trazendo milhares de nativos para vendê-los à Bahia e outras regiões exportadoras (TEIXEIRA; DANTAS, 1977, p.104).

Destacam-se, entre os bandeirantes, Antônio Raposo Tavares, Pedro Vaz de Barros e Manuel Preto, os quais aprisionaram milhares de indígenas na região do Paraguai, Uruguai e Rio Grande.

Quando, no nordeste do Brasil, ocorreu a expulsão dos holandeses, a atividade bandeirante, por consequência, decaiu. No entanto, os bandeirantes, no século XVII, não deixaram de atuar, mas, dessa vez, possuíam novo objetivo: a busca por minas. Com isso, foram descobertas as minas de Caeté, Sabará, Vila Rica, Ribeirão do Carmo, todas na região das “Minas Gerais”. A migração para essa área era intensa, promovendo povoamento maciço em pouco tempo.

Anos depois, os bandeirantes se encaminharam para Goiás e Mato Grosso, onde Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera, encontrou também minas de ouro. Dessa vez, paulistas migraram para a região, constituindo a “última grande etapa de penetração bandeirante” (TEIXEIRA; DANTAS, 1977, p.106).

Ao descobrir as terras brasileiras, Portugal desejou encontrar ouro imediatamente e, assim, obter lucros com a extração desse metal precioso. Conforme Teixeira e Dantas (1977), durante o século XVI, muitas foram as entradas que percorreram o Brasil, na esperança de encontrar o metal valioso. No entanto, conforme pondera Wachowicz (1995), esse desejo somente se tornou realidade muitos anos após o descobrimento do Brasil.

Quando o ouro foi finalmente encontrado, realizou-se o grande sonho português e, além disso, abriu-se a possibilidade de salvação para a crise da economia portuguesa, extremamente dependente da Inglaterra. De acordo com Teixeira e Dantas (1977, p.147):

Prova clara disso é o Tratado de Methuen (1703), pelo qual a Inglaterra abre seus mercados ao **vinho** português, e Portugal abre os seus aos **tecidos** ingleses. No fim, quem arca com o déficit do comércio metropolitano é o produto da mineração brasileira. Diante disso, é inegável a importância da mineração para o mercantilismo português, explicando-se, assim, a rigidez da **fiscalização** sobre ela exercida, e a tributação que de tão pesada, acaba por asfixiá-la depois de meio século de contínua expansão (grifos dos autores).

Segundo Alves Filho (1999), o ouro foi encontrado, pela primeira vez, em terras brasileiras, por volta de 1560, próximo à Vila de Santos, por Brás Cubas e Luis Martins. O próprio Brás Cubas comunicou o rei sobre o achado, conforme se lê nos fragmentos abaixo da carta enviada ao soberano:

Senhor. Por uma nau que desta Capitania de S. Vicente partiu para esse Reino no ano passado escrevi a Vossa Alteza como vindo a esta capitania o governador Mem de Sá lhe parecera vosso serviço que eu fosse por este sertão adentro com um homem que V.A. de lá mandou a buscar minas de ouro e prata e como fora a minha custa a gente que levava comigo e que andaria de jornada 300 léguas e por respeito das águas que se vinham me tornei e as amostras do que trouxe mandei a V.A. e ao governador à Bahia para que por ambas as vias soubesse o que achara daquela viagem. Por eu vir muito doente do campo e não poder logo a tornar tomei o mineiro Luis Martins ao sertão em busca do ouro e quis Nosso Senhor que o achasse em seis pontos a 30 léguas desta vila tão bom como o da mina e dos mesmos quilates e a amostra que trouxe mando daqui ao governador da Bahia [...] Beijo as reais mãos de V.A. Desta vila do Porto de Santos, hoje 25 de abril de 1562 – Do provedor da Capitania de São Vicente – Brás Cubas.<sup>18</sup>

Consta que, na segunda metade do século XVI e nas primeiras décadas do século seguinte, a região em que se situa atualmente Paranaguá recebeu inúmeras bandeiras à procura de ouro. Em 1641, Gabriel de Lara o teria encontrado na Serra Negra e, na mesma época, em Cananéia, em Iguape e no Vale do Ribeira.

A atividade mineradora tinha legislação e exploração monopolizada pela coroa, não importando onde fosse encontrado o ouro, independentemente de autorização dos donatários das capitanias exploradas. Do que era recolhido extraía-se o quinto, o imposto previsto pela coroa, referente à quinta parte de todo ouro encontrado.

Os mineradores levavam uma vida difícil, já que tinham de enfrentar a mata virgem e todos os seus perigos; reuniam-se em acampamentos conhecidos

---

<sup>18</sup> O documento, na íntegra, encontra-se transcrito em Alves Filho (1999, p. 62). O original encontra-se, conforme o autor, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

como arraial e, muitas vezes, passavam fome, dado o fato de que poucas pessoas destinavam-se à produção alimentícia, preferindo o garimpo. Quando se descobriu ouro em Minas Gerais, houve êxodo por parte dos garimpeiros paranaenses, motivados pela ambição e pela possibilidade de viverem em melhores condições (WACHOWICZ, 1995).

Constituindo-se como uma das primeiras economias do Estado, a mineração trouxe muitas contribuições para o Paraná, dentre as quais destaca Wachowicz (1995, p. 57):

- 1 – o povoamento do litoral, por mineradores vindos de vários pontos do Brasil;
- 2 – o surgimento de Paranaguá;
- 3 – o desbravamento e a colonização do primeiro planalto, até então praticamente desconhecido;
- 4 – a fundação de Curitiba, hoje capital do Estado, que se originou dos antigos arraiais auríferos;
- 5 – a abertura de picadas que ligaram o planalto curitibano ao litoral, transpondo a Serra do Mar, vias de comunicação vitais para o desenvolvimento da região.

A mineração, tanto de ouro como a de diamante, levou às regiões de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, um contingente populacional substancial. Dadas as condições precárias dos primeiros núcleos populacionais surgidos, bem como o fato de a atividade mineradora consumir tempo e mão de obra, a falta de alimentos e de produtos variados (ferramentas, roupas, armas, entre outros) eram constantes. Assim, surgiu “um animado mercado consumidor para o gado em pé, para bois de carro, para cavalos de montaria e muares de tração e carga” (TONIOLO, 2007, p. 31), que serviram para o transporte e abastecimento dessa região.

Aproveitou-se, dessa maneira, o meio de locomoção mais comum no Brasil até então: o uso de muares, utilizando-se, para isso, vias abertas aleatoriamente e conhecidas como caminhos. Na região paranaense, os primeiros caminhos foram abertos por índios e, posteriormente, empregados pelos bandeirantes. Um dos mais conhecidos foi o caminho de Peabiru.

Visto que os caminhos eram cheios de obstáculos, os povoados existentes ao longo do trajeto serviam como pontos de pouso e de alimentação para

que a viagem tivesse sucesso. Em contrapartida, os tropeiros<sup>19</sup> estimulavam o comércio local e, conseqüentemente, o desenvolvimento dessas povoações. Em algumas regiões, os latifundiários ocupavam-se em manter a propriedade rural para receber as tropas, por meio de cobrança de aluguel (STECA; FLORES, 2002).

O comércio dos tropeiros data de 1704. O gado criado em Curitiba e em outras partes do Sul do Brasil era levado pelas estradas até São Paulo, onde era comercializado. O forte lucro obtido nesse comércio proporcionou a criação de mais estradas, como a que ligava Curitiba à Colônia do Sacramento, no atual território do Rio Grande do Sul. Esse trajeto foi ampliado pelo português Cristóvão Pereira de Abreu, que abriu o caminho desde os Campos de Viamão, no Rio Grande do Sul, passando por Lages (Santa Catarina) chegando a Curitiba. Esse novo traçado recebeu o nome de Estrada de Viamão<sup>20</sup>.

Graças a Cristóvão Pereira, considerado o primeiro tropeiro a fazer a viagem da colônia do Sacramento até Itapeva, em São Paulo, a Estrada de Viamão ganhou pontes, desvios e outras benfeitorias. O sucesso da viagem incentivou a atividade tropeirista na região.

Uma das feiras mais conhecidas da época, em que o comércio de gado demonstrava toda a sua expansão, era a de Sorocaba<sup>21</sup>, cidade localizada no interior paulista. Marcondes e Suprinyak (2007) destacam que, entre 1825 e 1880, mais de dois milhões de animais foram negociados nessa feira.

Como o volume de negócios na feira era elevado, o governo adotou um sistema de arrecadação sobre os animais vindos da região sul. A cobrança perdurou até o final do século XIX. O sistema adotado permitia a emissão de uma guia referente à tropa, ao passar por Curitiba (onde se verificava o tamanho dos animais, a composição da tropa, o nome do condutor e o valor do imposto a ser pago). Após a emissão, a tropa podia seguir até Sorocaba, onde seria recolhida a taxa (MARCONDES; SUPRINYAK, 2007).

O tropeirismo foi uma atividade muito importante para o desenvolvimento do país, no período colonial, sobretudo para o atual estado do

---

<sup>19</sup> Tropeiro é a designação dada aos condutores de tropas, compostas por muares. Este era o nome atribuído às tropas de burros ou de mulas que transportavam as cargas (STECA; FLORES, 2002).

<sup>20</sup> Viamão remete à forma de uma mão humana que os rios apresentavam, quando vistos de cima das serras. Daí "Vi a mão" (STECA; FLORES, 2002).

<sup>21</sup> Essa feira de gado teria se iniciado por volta de 1750 e seu declínio teria ocorrido em 1860 (ALMEIDA, 1945).

Paraná. Numa época em que era muito difícil construir estradas, devido à falta de recursos e à existência de obstáculos naturais, como rios e escarpas, além da densidade demográfica ser pequena, os caminhos utilizados pelos tropeiros mostravam-se como a melhor alternativa. Os tropeiros também faziam o trabalho de correio, já que traziam e levavam notícias aos vilarejos que percorriam, além de portar bilhetes, recados e intermediar muitos negócios. Graças a eles, por exemplo, os gaúchos tiveram contato com o restante do país, impedindo, assim, que eles não sofressem tanta influência espanhola, como falar castelhano (WACHOWICZ, 1995).

De acordo com Wachowicz (1995), o animal utilizado nas tropas era o burro que, embora lento, era mais resistente a longas caminhadas, além de suportar mais peso que os cavalos. Existiam, todavia, os inconvenientes desse tipo de transporte, já que muitas vezes os animais mostravam-se indóceis, alguns fugiam e havia ainda a desproporcionalidade entre a despesa que o mular dispensava e a carga que ele podia suportar. Também oferecia dificuldade a rotina de descarregar e carregar o animal diariamente para pousos, pernoites, descanso e travessias dos rios.

O dono de uma tropa era uma pessoa com boa situação financeira, já que a formação de tropas era dispendiosa. Dessa forma, foram tropeiros o Barão do Tibagi, o Barão dos Campos Gerais, bem como Francisco Paula e Silva Gomes, importante nome atrelado à emancipação da 5.<sup>a</sup> Comarca.

Como já informado, as tropas eram registradas em determinados pontos das rotas, a fim de que uma guia fosse emitida, relacionando o gado que viajava, para que houvesse a cobrança de imposto. Por meio dessas guias, como documento histórico, sabe-se o nome de alguns tropeiros: Manoel Pinto Ribeiro, Tenente João Batista Diniz, Sargento-mor João da Silva Machado, entre outros. O fim do tropeirismo é marcado pelo fim da famosa feira que comprava gado sulista, em Sorocaba. As estradas de ferro também contribuíram para o fim da atividade tropeirista (STECA; FLORES, 2002).

O fim do tropeirismo também está atrelado ao declínio da mineração. Esta, por sua vez, encerra-se mediante o esgotamento das jazidas, pela falta de tecnologia para explorar mais profundamente as minas e pela sobrecarga de impostos sobre o ouro encontrado (TEIXEIRA; DANTAS, 1997).

A seguir, apresentamos os principais caminhos utilizados pelos tropeiros e as contribuições que essas estradas proporcionaram ao Paraná.

### 2.3.1 Caminho de Peabiru

Nos anos seguintes ao do descobrimento do Brasil, enquanto os portugueses voltaram seus olhares para o comércio com a Índia, os espanhóis, por sua vez, organizaram expedições nas terras americanas, a fim de encontrar uma passagem interoceânica. Graças a essas expedições, o caminho de Peabiru passou a ser utilizado com mais frequência (STECA; FLORES, 2002).

O referido caminho começava no litoral de São Paulo e poderia ser atravessado parte por terra, parte pela água, utilizando-se, assim, os rios Tietê, Paranapanema, Ivaí, Piquiri, Iguaçu, Paraná e Paraguai. Seu fim era no litoral peruano. A importância dessa estrada levou à fundação de um município que hoje leva seu nome, Peabiru (“rumo ao sertão”), cuja área é cortada no sentido Leste-Oeste do trajeto.

Wachowicz (1995) menciona que a existência desse trajeto remonta ao período pré-colombiano. Iniciava em São Vicente ou em Cananéia, estendendo até o litoral peruano. O autor registra que o primeiro europeu a ter percorrido o Peabiru foi Pero Nuñez Cabeza de Vaca, comandando 250 homens. Acredita-se, ainda, que ele só tivesse conseguido tal feito por ter conhecimento prévio do caminho e contar com a ajuda de índios guias. Em *Comentários* (NUÑEZ, 1995), o viajante narra justamente sua trajetória pelas terras paranaenses. No capítulo VII, intitulado *Que trata do que passou com o governador e sua gente pelo caminho e do aspecto da terra*, ele descreve que,

Daquele rio chamado Iguaçu, o governador seguiu adiante com sua gente e aos três dias do mês de dezembro chegaram a outro rio que os índios chamam Tibagi, que era todo ladrilhado, com lajes grandes e tão bem formadas como se ali tivessem sido colocadas pelo homem. Tivemos grande trabalho para atravessar aquele rio, pois tanto os cavalos como as pessoas resvalavam muito e, além disso, a correnteza era muito forte (NUÑEZ, 1995, p. 29).

Steca e Flores (2002), por sua vez, declaram que o caminho teria sido percorrido inicialmente por Aleixo Garcia, em 1524. Os jesuítas intitularam esse

trajeto como Caminho de São Tomé, por acreditarem que esse apóstolo teria vindo à região para catequizar os indígenas. Isso se deve ao fato de os padres associarem a figura de Pai Zumé, uma personagem conhecida pelos índios, a esse discípulo em questão.

### 2.3.2 Caminho da Graciosa

Havia outros caminhos que cortavam o território paranaense, como o Caminho da Graciosa, que ia do litoral a Curitiba. De difícil trânsito por conta da geografia local, era utilizado também por faiscaidores<sup>22</sup> de ouro. Em 1721, o caminho recebeu reparos, como os feitos por ordem particular do Sargento Simão Cardoso Pazes e pelo tropeiro Tenente Manuel Teixeira de Carvalho (STECA; FLORES, 2002).

Assim como o caminho de Peabiru, o da Graciosa também teria sido utilizado inicialmente pelos índios e depois pelos mineradores, que desciam do planalto em direção ao litoral. O trajeto, todavia, possuía péssimas condições e, mesmo com propostas de melhorias, não era muito utilizado porque sua extensão era maior que os outros existentes.

Além da extensão e das condições, o caminho da Graciosa também foi alvo de protestos por parte dos moradores de Morretes e Antonina, porque os habitantes dessas vilas foram obrigados a contribuir para a reforma do trajeto. Soma-se a isso o fato de o caminho passar longe de Morretes, o que prejudicava o comércio local, já que os tropeiros se dirigiam mais a Antonina, cidade que integrava o trajeto da Graciosa. Ao lado disso, Paranaguá, cujo porto recebia os produtos vindos de Morretes, estava em desvantagem em relação a Antonina, uma vez que esta também possuía porto e exportava diretamente, ao contrário de Paranaguá, que dependia de outras vilas (WACHOWICZ, 1995).

Esses motivos levaram Morretes e Paranaguá a serem aliadas na Guerra dos Portos contra Antonina. O resultado disso foi o atraso no progresso da região, pois a abertura de uma estrada foi retardada, ocorrendo apenas em 1872, quando uma rodovia foi inaugurada, aproveitando parte do trajeto da Graciosa.

---

<sup>22</sup> As faisqueiras eram compostas pelo minerador e alguns escravos. Assim, faiscaidor era o nome dado a quem pertencia a uma faisqueira (TEIXEIRA; DANTAS, 1997).

### 2.3.3 Caminho de Itupava

O Caminho de Itupava, aberto por caçadores, também era de difícil acesso, mas preferido pelos tropeiros por ser curto, pois levavam apenas dois dias para ir de Curitiba (com o muare carregados de erva-mate, couro, fumo, carne seca) ao litoral. A viagem de volta permitia o transporte de sal, fazendas, açúcar, ferramentas (STECA; FLORES, 2002).

Seu surgimento está relacionado a uma lenda, segundo a qual caçadores teriam perseguido uma anta e, por conta disso, o caminho trilhado por eles viria a se tornar o caminho de Itupava. A princípio, o trajeto era percorrido apenas por pedestres, mas, posteriormente, os tropeiros passaram a preferi-lo em detrimento ao da Graciosa. Essa procura deve-se a duas razões: era mais curto e a amizade existente entre tropeiros e os habitantes de Morretes levava os primeiros a escolherem Itupava, já que o caminho passava pela referida vila. O grande movimento nesse caminho só desapareceu quando foi construída a rodovia da Graciosa (WACHOWICZ, 1995).

### 2.3.4 Caminho do Arraial

Nas palavras de Wachowicz (1995), esse caminho era considerado o mais difícil de ser transposto, já que passava por locais estreitos e perigosos. Foi aberto por faiscadores de ouro que residiam onde hoje fica a cidade de São José dos Pinhais, servindo então aos moradores dali e aos da Vila do Príncipe, atual cidade da Lapa.

### 2.3.5 Estrada da Mata

Segundo Steca e Flores (2002), também era utilizada pelos tropeiros a Estrada da Mata, uma trilha que ligava os campos do Rio Grande do Sul desde Viamão a Sorocaba, já em terras paulistas. Por esse caminho, os viajantes transportavam muare e gado bovino que seriam vendidos em Sorocaba e conduzidos até Minas Gerais, uma vez que, nesse período histórico, o estado mineiro dedicava-se apenas às atividades auríferas.

Inicialmente, a estrada ficou conhecida como Estrada do Mota, em homenagem ao bandeirante curitibano Manoel Rodrigues da Mota. Posteriormente, esta denominação foi alterada para *Estrada da Mata* porque do Rio Negro para o sul, o caminho atravessava uma região de intensa floresta. A abertura desse caminho foi iniciada em 1730 e finalizada em 1731<sup>23</sup>.

Ao perceber que era possível registrar as tropas que passavam por essa estrada e, dessa forma, controlar a cobrança de impostos, D. João VI ordenou que fosse construída uma estrada no mesmo trajeto das tropas. A construção, porém, tardou a acontecer. As vilas que surgiram ao longo da Estrada da Mata estavam longe uma das outras a uma distância que correspondia, na época, a um dia de viagem. Essas povoações serviam de pouso para os tropeiros, além de dar-lhes toda a assistência necessária para prosseguir a rota.

Esse caminho trouxe muitas contribuições para o Paraná, pois permitiu o surgimento e o desenvolvimento de várias cidades importantes hoje para o Estado. Dentre as cidades que integraram esse caminho estão Lapa, Palmeira, Ponta Grossa, Castro e Curitiba. Por 120 anos, a estrada foi útil “para as comunidades sulinas e para as demais províncias do Império para onde se conduziam bestas muares transportando gêneros de comércio” (STECA E FLORES, 2002, p. 17).

Curitiba foi bastante beneficiada por essa estrada, já que se localizava no entroncamento de duas rotas e era ponto final dos caminhos da Graciosa e de Itupava, o que permitia um fluxo grande de tropeiros. As contribuições advindas dos tropeiros fizeram a cidade crescer a ponto de superar Paranaguá e tornar-se, mais tarde, capital da Província do Paraná (WACHOWICZ, 1995).

## 2.4 EMANCIPAÇÃO DO PARANÁ

O território paranaense teve seu povoamento iniciado na região de Curitiba, mas os limites do atual estado do Paraná devem-se, ainda, à disputa entre Portugal e Espanha. A última ocupou o aldeamento Sete Povos das Missões (de propriedade portuguesa), enquanto Portugal fundou a Colônia do Sacramento (atual Uruguai), em terra espanhola. Com o Tratado de Madri, essa troca foi oficializada,

<sup>23</sup> Disponível em: <http://www.explorevale.com.br/rotadostropeiros/lapa/historia.htm> Acesso em: 5 set 2011.

mas em 1777, com o Tratado de Santo Ildefonso, a troca foi desfeita (STECA; FLORES, 2002).

Consta que, em 1698, a província de São Paulo já havia pleiteado a instalação de quatro ouvidorias em suas terras. Entre as ouvidorias sugeridas, estavam aquelas a serem instaladas em Itu, São Paulo, Paranaguá e uma que atendesse às vilas de Mogi, Paraíba, Taubaté e Guaratinguetá (PEGORARO, 2007).

Diante do fato de que, em 1648, foi fundada a vila de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá (anos mais tarde, a vila se tornaria o município de Paranaguá) e, ante a possibilidade de haver ouro nessas terras, o Marquês de Cascais não mediu esforços para criar a Capitania de Paranaguá.

Em 1659, conforme Camargo (2004), desembarcou no porto de Paranaguá Pedro de Souza Pereira, Provedor Perpétuo da Real Fazenda, com o objetivo de levar os índios da região para o Rio de Janeiro, uma vez que faltava mão de obra nesta cidade. A população parnanguara manifestou-se contrária à ordem e, graças a Gabriel de Lara, a situação foi contornada. A atitude de Lara permitiu que seu prestígio junto aos governantes aumentasse, garantindo-lhe os títulos de capitão-mor, ouvidor-mor e alcaide-mor: “Esse ato confirmava para sempre o reconhecimento pela Câmara de Paranaguá, da existência da Capitania de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá e [...] selava sua independência da Capitania de Itanhaém” (CAMARGO, 2004, p. 83).

Em 1710, a Capitania de Paranaguá foi extinta porque, segundo Camargo (2004), o Rei de Portugal adquiriu as terras onde estava a capitania, comprando-as do 2º Marquês de Cascais (CAMARGO, 2004). Para Pegoraro (2007), a Capitania de Paranaguá foi extinta também por não haver minas auríferas significativas na região e porque, de imediato, a economia local passou a ser fundada na lavoura e no comércio, levando ao desinteresse em manter a Capitania. Esta foi incorporada à de São Vicente e de Santo Amaro.

Dada a extensão dessa nova capitania (São Vicente e Santo Amaro), de acordo com Camargo (2004), o rei criou a Capitania Real de São Paulo e Minas de Ouro. Em 1720, foi criada a Capitania de Minas Gerais, separando-a da de São Paulo, que tinha como sede a cidade de mesmo nome e manteve Paranaguá como vila integrante.

Em 1723, “[...] por determinação das autoridades representativas da Corte-Real no Brasil - Colônia, Paranaguá tornou-se sede da 2ª Comarca da Capitania de São Paulo” (CAMARGO, 2004, p. 86). Posteriormente, ocorreu o desmembramento da Ouvidoria de Paranaguá, dado o fato de ter sido criada a Ouvidoria de Santa Catarina. Em 1812, houve a transferência da Ouvidoria para Curitiba, passando a ser denominada Comarca de Curitiba e Paranaguá, considerada a Quinta Comarca de São Paulo (CAMARGO, 2004).

Quando a Quinta Comarca foi instaurada, logo surgiu a vontade da população de que a região fosse elevada à condição de Província. Essa separação, todavia, não agradava a São Paulo, uma vez que as terras paranaenses possuíam muitas riquezas florestais, solos férteis e a exploração desses bens era toda da Província. Essa exploração contribuía para que a Quinta Comarca tivesse dificuldade de desenvolvimento. Faltavam professores e escolas, havia apenas um juiz para atender toda a região (STECA; FLORES, 2002).

Ao chegar ao Brasil, D. João voltou sua atenção para a comarca de Paranaguá, aumentando o desejo da população de, novamente, ter um governo próprio. Para tanto, a vila enviou, em 1811, um representante, Pedro Joaquim Correia de Sá, para pleitear essa vontade, o qual ansiava ser nomeado Capitão mor da nova capitania. No entanto, foi frustrada a tentativa (WACHOWICZ, 1995)

Anos depois, em 1821, os habitantes da Comarca de Curitiba e Paranaguá iniciaram a Conjura Separatista, um movimento criado com o propósito de elevar à condição de capitania. Os simpatizantes da causa aproveitaram a presença do Juiz de Fora, Dr. Antônio Azevedo Melo e Carvalho, cuja função era participar do juramento de fidelidade ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, para anunciar a separação, tendo como representante para o brado o comandante da guarda do Regimento de Milícias, Capitão Bento Viana.

Em 15 de julho de 1821, após o juramento, os defensores da emancipação solicitaram ao Juiz de Fora que nomeasse a separação. No entanto, Dr. Antônio Azevedo garantiu que ainda era cedo para aquele ato. Como os militantes se amedrontaram com a resposta do Juiz, a Conjura Separatista fracassou (WACHOWICZ, 1995).

Mesmo com duas tentativas frustradas, os paranaenses continuaram lutando pela emancipação, solicitando mais autonomia para as vilas de Paranaguá,

Morretes, Antonina, Vila do Príncipe (Lapa), Curitiba e Santo Antônio do Iapó (Castro). Nesse contexto, surgiram na vida política da região os nomes de Francisco de Paula e Silva Gomes e Manuel Francisco Correia Júnior.

Como os pedidos para emancipação não obtiveram efeito, foi somente a crise política e militar na região que trouxe resultados satisfatórios ao Paraná. Entre os revolucionários da Revolução Farroupilha, do Rio Grande do Sul, e os da Coluna Libertadora, de São Paulo, estava Curitiba que, se aderisse à Revolução, faria a ligação entre os movimentos, o que traria problemas para o Império.

Para evitar que isso acontecesse, foi prometida a Curitiba a elevação à categoria de Comarca, caso não se envolvesse com a Revolução. Ao fim desta, a promessa foi cumprida. Todavia, isso não foi feito de forma tão pacífica, já que a Província de São Paulo resistia a reconhecer essa emancipação, crendo que perderia muito das riquezas do Paraná. Como o governo imperial se manifestou a favor da separação, os governantes paulistas apresentaram um projeto para desmembrar a Província de Minas Gerais, o que reavivou a rivalidade entre paulistas e mineiros.

Assim, a emancipação só veio em agosto de 1853, graças às pressões feitas pelas províncias de Minas Gerais e da Bahia, cuja ajuda se pautava no fato de que o desmembramento traria uma diminuição do território de São Paulo. Na época, a Província paulista tinha grande poder político, nacionalmente, dada a forte economia cafeeira (STECA; FLORES, 2002).

## 2.5 A CRIAÇÃO DAS PRIMEIRAS VILAS NO PARANÁ

A denominação aplicada a cidades paranaenses e catarinenses não corresponde exatamente àquela empregada antes do povoamento europeu. Conforme Martins (1995), nas terras da capitania de Santo Amaro, bem como as que ficavam mais ao sul, os nomes das povoações eram Paranaguá, Guarapiróca (Antonina), Guaratuba, Mbitanga (São Francisco), Massiambu (depois Porto dos Patos, Santa Catarina), entre outras. Por conta das primeiras explorações, atribuíam-se nomes mais genéricos, como Terra dos Carijós, Terra de Santa Ana e Sertão de Paranaguá.

Nas próximas subseções discorreremos sobre as cidades mais citadas nos manuscritos: Antonina, Morretes, Curitiba, Paranaguá, Guaratuba, Lapa e Castro.

### 2.5.1 Antonina

Antonina, situada nos fundos da baía de Paranaguá, cuja história não pode ser desvinculada desta última vila, foi percorrida inicialmente por pessoas que buscavam ouro na região. Em meados do século XVII, conforme explana Wachowicz (1995), três sesmarias passaram a existir em Antonina.

A respeito dessas sesmarias, Cunha (2008, p.31) informa que “[...] a de Antonio Leão foi vendida ao marido de Maria de Pinha, que, por sua vez, em 1673, revende ao filho de Antonio Leão, Christovão de Leão. A sesmaria de Pedro de Uzeda foi vendida em 28 de dezembro de 1662 a Manoel da Costa Veloso”. O destino da última delas, pertencente a Manoel Duarte, é desconhecido.

Mas a fundação da povoação só ocorreu em 12 de setembro de 1714, com a autorização da construção de uma capela na fazenda Graciosa, cujo proprietário era o sargento-mor Manoel do Valle Porto. Em 1797, a freguesia, que contava com 2.300 pessoas, tornou-se Vila, denominada Antonina em homenagem ao príncipe D. Antônio, primogênito de D. João VI e de D. Carlota Joaquina.

Cunha (2008) explica ainda que, como a cidade surgiu em torno de uma capela, a da Graciosa, por muito tempo o município ficou conhecido como Capela, fato que justifica os moradores serem chamados ainda hoje de capelistas.

### 2.5.2 Morretes

Morretes surgiu como um povoado próximo ao rio Nhundiaquara (antigo rio Cubatão), visto ser o litoral a única porta de entrada para o Paraná, segundo Miranda (2007). A região, como Paranaguá e Antonina, nos seus primórdios, era percorrida por interessados em ouro. O ouvidor Rafael Pires Pardini havia percebido que, às margens desse rio, seria importante a construção de povoados, a fim de tornar a vazão fluvial uma via comercial. Assim, em 1733, foi criada uma povoação nessa região. Aos poucos, Morretes foi se desenvolvendo,

principalmente após a construção de uma capela e com a inauguração de casas de negócios secos. Em 1853, a sua população era de 3.709 pessoas.

Anos mais tarde, esse comércio traria prejuízos para Paranaguá, já que os tropeiros que desciam de Curitiba para o litoral já não mais se deslocavam para Paranaguá para fazerem suas compras, optando por Morretes, conforme assevera Wachowicz (1995). Ainda que o governo de Paranaguá tentasse coibir a existência dessas vendas, os morretenses conseguiram impedir que houvesse tal proibição.

As principais atividades econômicas da região no final do século XIX eram o fabrico da cachaça e a plantação da banana e da mandioca. Em 1841, Morretes foi elevado à categoria de município. Em 1869, teve seu nome alterado para Nhundiaquara, mas, no ano seguinte, voltou à antiga denominação.

### 2.5.3 Curitiba

No início do século XVII, no atual planalto curitibano, havia vários núcleos populacionais, compostos por garimpeiros. Próximo dali também viviam os índios tingüi, pertencentes à nação tupi-guarani. Os garimpeiros, a princípio, organizaram-se com base nas ordens de Eleodoro Ébano Pereira, um administrador das minas de ouro nos distritos do sul, representante do governo geral instalado na cidade do Rio de Janeiro, sob o comando de Duarte Correa Vasqueannes (MARTINS, 1995). Ébano teria chegado ao planalto curitibano com uma comitiva formada por mineiros, peritos, tesoureiros, escrivão, serviçais índios, entre outros “profissionais”, por volta do ano de 1643, ainda que haja controvérsias quanto à data exata.

Sobre a criação de Curitiba residem muitas lendas. Há aquela relacionada a um membro de uma família paulistana que teria fugido por se desentender com o governador da Capitania de São Paulo, vindo parar na região onde hoje fica a capital do Paraná. Essa fuga o teria levado à Vilinha, uma pequena povoação existente nos campos curitibanos, que viria mais tarde a ser transferida devido ao fato lendário de que a imagem de Nossa Senhora da Luz, que ficava na capela do povoado, voltava seu olhar para o local onde ela desejava que fosse construída a igreja definitiva. Ainda por explicações lendárias, os habitantes daquele

povoado teriam pedido auxílio aos índios que habitavam nas proximidades para indicar o melhor local para a vila. O cacique teria procurado um local onde exclamaria “Coré-etuba”, isto é, “muito pinhão”. Seria essa expressão a origem do nome Curitiba (WACHOWICZ, 1995).

Wachowicz (1995, p.62) explica que não há documentos que comprovem a veracidade dos fatos narrados anteriormente, mas, “como é uma tradição que não se contradiz com a verdade que conhecemos sobre o assunto, completa-se com fatos reais ocorridos. Desta forma, pode ser considerada como verdadeira”. Isso se fundamenta também no fato de que não se registram problemas entre os faiscadores de ouro e os indígenas que habitavam a região, o que indicaria uma ligação entre os índios e a fundação de Curitiba.

Curitiba passa a contar sua história, de forma documentada, a partir de 1668, quando “[...] Gabriel de Lara, capitão-mor de Paranaguá e procurador do donatário da capitania, tomou posse da povoação que estava surgindo nos campos de Curitiba” (MARTINS, 1995, p. 211). No mesmo ano, reuniram os “homens bons” de Curitiba, ou seja, homens proprietários de terras, e solicitaram a Lara que elevasse o pelourinho, símbolo de posse da coroa portuguesa.

Martins (1995, p.217) apresenta parte da ata em que se lê sobre esse ato: “[...] e visto o requerimento ser justo, mandou logo levantar o pelourinho com todas as solenidades necessárias em paragem e lugar decente nesta praça”. No entanto, como não havia autoridades eleitas, a situação da vila era estranha. Isso só foi resolvido em 29 de março de 1693, quando o povoamento foi elevado à categoria de vila, por Eleodoro Ébano, quando a denominação inicial foi Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Coritiba<sup>24</sup>.

A principal atividade econômica referente aos primeiros anos de colonização curitibana foi a exploração de ouro. O registro dessa descoberta data de 1646, por meio de um comunicado de Gabriel de Lara ao governador da Capitania, fato já mencionado neste trabalho.

---

<sup>24</sup> Curitiba: conforme já mencionado, trata-se de um nome indígena que expressa a grande quantidade de pinhões existentes na região. Com o tempo, passou-se a utilizar a forma *Curitiba* (STECA; FLORES, 2002).

#### 2.5.4 Paranaguá

A região que corresponde atualmente ao município de Paranaguá, nos primeiros anos pós-descobrimento do Brasil, era percorrida por alguns mineradores, jesuítas e pequenas bandeiras. Com a notícia de que havia ouro nessa baía, muitas pessoas, advindas de São Vicente, Cananéia, Santos, São Paulo e Rio de Janeiro, partiram para lá. Dentre esses pioneiros, estava a família espanhola Peneda. Anos depois, em 1617, uma bandeira se dirigiu para essa região, organizada por Antônio Pedroso. Um de seus componentes era Gabriel de Lara (bandeirante participante ativo da vida política do local) que, juntamente com os Peneda, fundou o vilarejo na ilha de Cotinga (WACHOWICZ, 1995).

A região de Paranaguá, entre 1578 e 1580, era dominada pela tribo indígena Carijó. Como já relatado, o ouro existente ali favoreceu o povoamento, pois se registra que em 1643 já existia a povoação de Nossa Senhora do Rosário, organizada por Gabriel de Lara (STECA; FLORES, 2002). A fundação dessa vila foi estrategicamente pensada justamente em virtude da quantidade de índios que por ali havia. Assim, a ilha de Cotinga oferecia certa segurança aos habitantes. No entanto, o local era impróprio, o que ocasionou a mudança para a margem esquerda do rio Taquaré, atualmente conhecido como Itiberê. Em 29 de junho de 1648, ocorreram as eleições para a Câmara Municipal, criando-se também as justiças. Gabriel de Lara foi nomeado então capitão fundador e povoador.

Face à existência aurífera nessa região, os herdeiros de Pero Lopes de Souza passaram a disputar a posse da Capitania em questão que, ao fim, foi dividida em duas outras: a Capitania de Santana (que começava na Barra de Paranaguá e ia até Laguna – Santa Catarina), de propriedade de Diogo Vaz Escobar, e a Capitania de Paranaguá (que se estendia a partir de 40 léguas ao sul da Barra de Paranaguá), cujo dono era dom Luís Álvares de Castro e Souza (STECA; FLORES, 2002).

Muitas jazidas de ouro foram encontradas em Paranaguá, mas também há registro de ouro nos Campos de Curitiba. Em 1668, cria-se a Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, cujos primeiros moradores foram mineradores.

Em 1710, D. João V adquiriu as terras donatárias de São Vicente e de Paranaguá do herdeiro D. Luís de Ataíde de Castro Noronha e Souza. Com

essas terras, o rei de Portugal criou a Capitania Real de São Paulo e Minas Gerais. Dessa forma, Paranaguá perdeu o privilégio de se tornar sede de uma capitania. Dez anos depois, aconteceu a separação da Capitania de Minas Gerais de São Paulo, mas Paranaguá continuou como parte da Capitania de São Paulo.

Em 1749, ocorreu o desmembramento da Ouvidoria<sup>25</sup> de Paranaguá, criando-se a Ouvidoria da Ilha de Santa Catarina. Conforme já descrito, foi transferida, em 1812, a sede da Ouvidoria de Paranaguá para Curitiba, passando a ser denominada Comarca de Paranaguá e Curitiba, sendo considerada 5.<sup>a</sup> Comarca de São Paulo (STECA; FLORES, 2002).

De acordo com Algacyr (1985), a fase do ouro (do século XVII até 1734) contribuiu deveras para a expansão do porto de Paranaguá, já que a movimentação era realizada por meio de barcos a remo ou a vela, os quais atracavam nas barrancas da Vila de N. Senhora do Rosário de Paranaguá. Com o fim do ciclo aurífero, Paranaguá ficou em estado de penúria (ALGACYR, 1985). Nessa época, surgem os chamados caminhos. No entanto, o tropeirismo não trouxe grandes contribuições para o porto de Paranaguá.

#### 2.5.5 Guaratuba

Devido às disputas entre portugueses e espanhóis em relação às terras americanas, no litoral paranaense, foi decidida a construção de uma fortaleza na barra de Paranaguá, na ilha do Mel, em 1767, concluída dois anos mais tarde. No entanto, a região litorânea, com exceção de Paranaguá, era praticamente deserta. Havia poucos moradores ali, o que levou os governantes a obrigarem os moradores da região a se reunirem no pequeno povoado existente na entrada da baía e ali fundar, em 1771, a vila de São Luís de Guaratuba (WACHOWICZ, 1995).

Quando a vila foi fundada, cerca de 200 casais foram selecionados para cultivar a terra. A demarcação dessas terras entre os moradores foi feita com base nas possibilidades de cada um. A ordem para construção da primeira igreja foi em 1768<sup>26</sup>.

---

<sup>25</sup> De acordo com Teixeira e Dantas (1977), era o órgão responsável pela aplicação da justiça em toda a colônia.

<sup>26</sup> Disponível em [www.guaratuba.pr.gov.br](http://www.guaratuba.pr.gov.br). Acesso em: 03 set. 2011.

Em termos políticos, Guaratuba foi governada por vereadores e assistida pelo Presidente da Província até a Proclamação da República. Em 1838, por meio do Decreto Lei Estadual nº 7572, o município de Guaratuba foi extinto, passando a ser considerado um distrito de Paranaguá. Somente em 1947 voltou a ser município.

### 2.5.6 Lapa

Cogita-se a possibilidade de que o famoso bandeirante Raposo Tavares teria passado pelos Campos Gerais, justamente na área atualmente ocupada pelo município de Lapa. Mas não é apenas esse bandeirante que percorreria a região. Inicialmente, o povoado que surgiu à beira do caminho da Estrada da Mata era conhecido como Capão Alto e servia de pouso para os tropeiros que passavam por ali<sup>27</sup>.

Com a abertura da Estrada da Mata, em 1731, o governo da Capitania de São Paulo resolveu criar um registro para cobrar o pedágio do gado transportado à margem do Rio Iguaçu. Mediante essa atividade, o nome Registro também foi utilizado para denominar a povoação.<sup>28</sup> Mas também recebeu o nome de freguesia de Santo Antônio da Lapa, em 1797. Ao ser elevada à categoria de vila, em 1806, recebeu o nome de Vila Nova do Príncipe<sup>29</sup>. Somente anos mais tarde, voltou a adotar a denominação Lapa.

### 2.5.7 Castro

Consta que o capitão-mor Pedro Taques de Almeida teria solicitado à coroa um lote de terras – onde está hoje Castro – para nele se fixar, juntamente com sua família, em 1704. Iniciou-se, também, nesse período, a construção de uma capela, hoje a Matriz Senhora Sant'Ana<sup>30</sup>.

---

<sup>27</sup> Disponível em <http://www.explorevale.com.br/rotadostropeiros/lapa/historia.htm> Acesso em: 03 set. 2011.

<sup>28</sup> Disponível em [http://www.lapa.pr.gov.br/cidade\\_rg2007.asp](http://www.lapa.pr.gov.br/cidade_rg2007.asp) Acesso em: 27 out. 2011.

<sup>29</sup> Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=411320#> Acesso em: 03 set. 2011.

<sup>30</sup> Disponível em [http://www.castro.pr.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=4&Itemid=5](http://www.castro.pr.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4&Itemid=5). Acesso em: 05 set. 2011.

A história de Castro também se relaciona ao tropeirismo, uma vez que os tropeiros que passavam pela área, vindos do Sul em direção a Sorocaba, costumavam acampar em uma margem do rio Iapó (“rio que alaga”). Assim, conforme expõe Toniolo (2007), não se sabe quando surgiram os primeiros ranchos nessa região, mas a contribuição do tropeirismo foi extremamente importante.

Em 1774, o agrupamento formado próximo ao rio Iapó foi elevado à categoria de Freguesia de Sant’Ana do Iapó. Em 1789, o Ouvidor Francisco Leandro de Toledo Rendon transformou a freguesia em Vila Nova de Castro. Essa denominação teria sido uma homenagem ao então Secretário de Estados dos Negócios Ultramarinos, Martinho de Melo e Castro. Posteriormente à instalação da Comarca, em 1854, a vila passou a ser cidade em 21 de janeiro de 1857, sendo a primeira instituída na Província do Paraná, já que Curitiba e Paranaguá foram criadas pelo governo de São Paulo.

Ao fim deste capítulo, pudemos conhecer como o estado do Paraná foi criado e os principais acontecimentos relacionados às cidades mencionadas como origem das correspondências paranaenses dos séculos XVII a XIX. Na próxima seção, encontra-se o relato acerca do PHPP, projeto por meio do qual os documentos estão sendo transcritos e editados.

### 3 PARA A HISTÓRIA DE UMA LÍNGUA

Quando nos deparamos com fragmentos de nosso passado linguístico, muitas vezes não percebemos a contribuição que eles proporcionam para a compreensão de nosso idioma na atualidade. Essa percepção é relatada por Mattos e Silva (2006, p. 17), ao descrever que o trabalho com sincronias mais afastadas do português é motivante, pois as normas ainda não estão bem definidas, apresentando variação tanto na grafia como na morfossintaxe. Por meio dessa variação, torna-se, em alguns casos, possível, a identificação de processos de mudanças linguísticas empreendidas ou ainda em variação atualmente.

Essa possibilidade de investigar uma língua a partir de seus aspectos semânticos, sintáticos, fonológicos e morfológicos em documentação que atesta momentos remotos do português, por exemplo, fomenta inúmeros trabalhos científicos em todo o país, bem como além-mar, já que falamos português por herança de nossos colonizadores. Mesmo que hoje o português falado no Brasil seja tão estrangeiro diante do português falado em terras lusas, o fato é que suas histórias se fundem, completam-se.

Mattos e Silva (2004, p. 148) enfatiza que a heterogeneidade do PB tem raízes “[...] em condicionamentos de fatores da nossa sócio-história”. A autora pondera que o multilinguismo presente no Brasil foi contido, até certo ponto, pelas leis de Pombal no século XVIII. Nesta fase colonial, existiam muitas línguas em uso: “Sabe-se que no Brasil se usavam para mais de mil línguas autóctones, de vários grupos linguísticos, no início da colonização” (MATTOS E SILVA, 2004, p. 37).

Contudo a pesquisadora explica que, no século XIX, o multilinguismo passou a ser encontrado em algumas regiões, mas com configurações distintas. Até hoje encontramos muitas comunidades que empregam as línguas indígenas (sobretudo na região amazônica); comunidades imigrantes (alemãs, italianas, ucranianas, japonesas), predominantemente no Sul e Sudeste do país, que possuem o português como segunda língua e as comunidades bilíngues em região de fronteira com países hispânicos:

Multilinguismo que perdura até hoje, mas localizado, porque, apesar de a língua portuguesa ser a língua oficial (não mais nacional, desde a Constituição Federal de 1988) e amplamente majoritária no Brasil, persistem/resistem entre 150 a 180 línguas autóctones indígenas, também consideradas nacionais, usadas por uma população geral do Brasil [...] (MATTOS E SILVA, 2004, p. 93).

O multilinguismo, presente há tempos em terras tupiniquins, levou, em um passado remoto, à tentativa de estabelecimento de uma língua, especialmente no período colonial, capaz de promover a comunicação entre índios e brancos. A história nos revela a *língua geral* que, de acordo com Mariani (2004, p. 23), foi sistematizada por Padre José de Anchieta. Tratava-se do registro de uma gramática da língua falada nos primórdios da colonização brasileira, o tupi, também chamado de língua *brasílica* e que veio, mais tarde, a ser base da chamada língua geral. A autora explica que a língua geral era a língua tupi jesuítica, ou seja, o resultado do uso e da transformação promovida pelos missionários, para fins catequéticos, em relação à língua tupinambá, a qual era amplamente falada na costa brasileira no período colonial (MARIANI, 2004, p. 22).

Rodrigues (1996, p. 8) destaca que havia duas línguas gerais: uma paulista e uma amazônica. Quanto à primeira, a origem está na miscigenação entre brancos e índios, na região paulista do país, o que resultou em uma língua de base indígena, por herança, em geral, materna. Essa língua, falada entre os séculos XVII e XVIII, foi chamada de *geral*. No séc. XVII, a expansão bandeirante contribuiu, sobretudo, para a divulgação dessa língua.

A outra língua geral, amazônica, era falada na região do Maranhão, Pará e Amazônia. A história dessa língua assemelha-se à paulista, pois os soldados portugueses que foram deslocados para a região, para impedir a invasão francesa, casaram-se com índias. A população, oriunda dessas uniões, passou a empregar o tupinambá, língua da maioria dos índios locais, como meio de comunicação. Modificações linguísticas tornaram-na diferente do tupinambá, passando a nova forma ser chamada também de língua geral (RODRIGUES, 1996).

Complementam as explicações sobre essa língua falada no período colonial as proposições de Naro e Scherre (2007, p. 28), os quais explicam que “Todos os grupos étnicos – índios de diversas tribos, europeus e africanos – sabiam se comunicar usando esse sistema tupi, sem dúvida com conhecimentos mais ou menos profundos, segundo as circunstâncias individuais de cada um”.

O multilinguismo sobreviveu, de maneira marcante, no Brasil, até o século XVIII, período em que o Marquês de Pombal tornou a língua portuguesa o idioma oficial do Brasil e expulsou os jesuítas, que contribuíam para que a língua geral se mantivesse em nosso país. Isso não quer dizer que, após a imposição do Português, tenha acabado com os dialetos no nosso país: houve, no entanto, uma tentativa significativa de coibir o uso de outras formas linguísticas que não o português lusitano, mas sem o sucesso esperado. Pombal implantou também o ensino leigo no país, antes restrito à Companhia de Jesus, conforme discorre Mattos e Silva (2004, p. 131): “Com a expulsão dos jesuítas em meados do século XVIII, instalou-se a primeira rede leiga oficial de ensino”.

Com o veto de Pombal, a língua geral lentamente deixou de ser usada no Brasil, mas a mistura linguística brasileira sobreviveu como resultado da modificação gradual e da influência das línguas indígenas e africanas que incidiriam sobre o português europeu falado no Brasil. Isso porque, no multilinguismo que havia em nosso país, o idioma português, ainda que língua oficial, encontrava uma série de empecilhos nas relações do dia a dia, em vista da baixa escolaridade dos habitantes em solo brasileiro e do uso do idioma tal como os lusos falavam, era realizado por uma minoria.

Em relação à baixa escolaridade, Houaiss (1985 *apud* Mattos e Silva, 2004) relata que, no século XVIII, somente 0,5 % da população brasileira era letrada. Mattos e Silva (2004, p. 130) esclarece que o primeiro censo oficial do Brasil, de 1872, apontava que apenas 16,8% da população entre 6 a 15 anos frequentavam a escola. Menos de 12 mil dos 4.600.000 de habitantes estavam em colégios de nível secundário, mas 8 mil possuíam educação superior. No final do século XVIII e início do século XIX, segundo a autora, observa-se o aumento nos índices educacionais, posto que, em 1920, cerca de 30% da população era escolarizada.

Quanto à constituição do povo no período colonial, boa parte dele era composta por índios, negros e mulatos (cerca de 70%), enquanto europeus e brancos brasileiros compunham um total de 30%, no final do século XIX. Esse número já era apresentado desde o século XVII, o que demonstra que poucos eram aqueles que tinham o português como língua materna (MUSSA, 2004 *apud* MATTOS E SILVA, 2004).

No entanto, Mattos e Silva (2004, p.132) expõe que a norma padrão, por ela denominada lusitanizante, avançou, condicionada à escolarização adotada no século XIX, pois, após a abolição da escravatura, muitos africanos e afro-descendentes “[...] puderam chegar à escola, antes proibida aos escravos”, bem como alavancada pelo surgimento de normativistas ainda nos anos 1800.

Frente a isso, observa-se que, nas cidades dos séculos XVIII e XIX, aparece o português africanizado em oposição a um português europeizado (MATTOS E SILVA, 2004). Além disso, no século XIX, a imigração favorece a diversificação regional, sobremaneira nas regiões Sul e Sudeste. Alia-se a esse fato a corte portuguesa ter permanecido no Rio de Janeiro, o que auxiliou no retorno da influência lusa no Brasil. Isso é verificado por Mattos e Silva (2004), quando se estuda o “chiamento” das sibilantes do falar carioca, o qual se configuraria como uma herança do “chiamento” do português europeu, em referência aos trabalhos de Teyssier (1982).

Ainda faltam pesquisas que revelem efetivamente como cada elemento (africano, português, indígena, europeu) influenciou, em seus diversos segmentos, a língua portuguesa aqui falada, levando à diferenciação desta em relação ao português falado além-mar. Daí a importância de projetos sobre a história de nosso idioma, como o *Para a História do Português Paranaense - PHPP*.

Nesse sentido, nos próximos parágrafos, discorreremos sobre o PHPP sobre cuja documentação nos debruçamos.

### 3.1 PARA A HISTÓRIA DO PORTUGUÊS PARANAENSE

Em 2001, na Universidade Estadual de Londrina – UEL, iniciou-se o projeto *Para a História do português Paranaense: nas veredas do Atlas Linguístico do Paraná*, sob a coordenação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vanderci de Andrade Aguilera, cujos trabalhos de investigação voltavam-se para o vocabulário rural paranaense registrado no *Atlas Linguístico do Paraná – ALPR* (AGUILERA, 1994), nos documentos do *Boletim do Arquivo Municipal de Curitiba* (NEGRÃO, 1908), bem como nos dados do *Atlas Toponímico do Paraná*<sup>31</sup>. Em seguida, a continuidade do projeto recebeu a denominação de *Para a História do Português Paranaense:*

---

<sup>31</sup> Projeto em andamento.

*estudos diacrônicos de manuscritos dos séculos XVII a XIX*, que se encontra em sua segunda fase, atualmente sob coordenação da professora Dr.<sup>a</sup> Fabiane Altino. Todos esses projetos ligam-se a um projeto maior, intitulado *Para a História do Português Brasileiro*, PHPB, sob a coordenação do Prof. Dr. Ataliba Teixeira de Castilho, da Universidade de São Paulo (USP).

Sobre o PHPB, Mattos e Silva (2004, p. 108) destaca que

[...] Certamente pesquisas sistemáticas, nas diversificadas áreas geográfico-sociais de nosso território, tornarão mais precisas distinções que, esperamos, em futuro não longínquo, sejam feitas pelo Projeto Nacional para a História do Português Brasileiro, coordenado por Ataliba de Castilho, estruturado em equipes regionais que se vêm constituindo, a partir de 1996, e assim se torne possível melhor e mais especificamente aprofundar o conhecimento do passado do português brasileiro, considerando as variáveis próprias às diversas partes de nosso território nacional.

Os trabalhos do PHPB têm sido desenvolvidos por equipes pertencentes a várias universidades brasileiras que, por sua vez, são coordenadas por renomados pesquisadores, como Dinah Callou, no Rio de Janeiro; Tânia Lobo, na Bahia; Dermeval da Hora, na Paraíba; e Vanderci Aguilera, no Paraná.

A preocupação com o Português Paranaense, há tempos, é verificada por meio do volume de publicações existentes sobre o assunto, na área da dialetologia, geolinguística, toponímia e filologia, sobretudo na UEL. Entre as produções que tratam do português paranaense, Baronas *et al.* (2009) destacam os trabalhos dialetológicos de Ênio Toniolo (1981, 2007) e José Luiz da Veiga Mercer (1992). Na área da geolinguística, a importante obra *Atlas Linguístico do Paraná*, de Vanderci Aguilera (1994), oportunizou a outros pesquisadores estudar diversos aspectos da língua portuguesa falada no Paraná, como Joyce Almeida Baronas (2005), Ismael Pontes (1999), Alessandra Babler-Gusmão (2005), Fabiane Altino (2007), Vanderci Aguilera (2009), entre outros.

No entanto, estudos diacrônicos ainda são reduzidos tendo como objeto de estudo a língua portuguesa falada no Paraná, evidenciando a necessidade de pesquisas nesse âmbito. Diante dessa necessidade é que se fundamenta o PHPP, com *corpora* de, aproximadamente, 1500 documentos<sup>32</sup>, sendo:

---

<sup>32</sup> Informações do PHPP (2012).

- a) 735 manuscritos digitalizados, datados entre 1693 a 1853, cujos originais pertencem ao Arquivo Público de São Paulo;
- b) 332 documentos da Casa da Memória do Paraná, em versão digitalizada, produzidos entre os séculos XVIII e XIX;
- c) 403 manuscritos encontrados no Arquivo Público do Paraná, em versão digital e impressa, referentes ao século XIX;
- d) 24 documentos digitalizados, constantes no Livro de batismo da paróquia Nossa Senhora do Rosário – Paranaguá, referente ao ano de 1887.

Os manuscritos utilizados como *corpus* desta pesquisa correspondem aos 735 documentos do Arquivo Público de São Paulo, datados, conforme já anunciado, entre 1693 (ao ano de fundação de Curitiba) até 1853, ano em que ocorre a emancipação do Estado, até então 5.<sup>a</sup> Comarca de São Paulo. Está prevista ainda a inclusão, nos *corpora* do PHPP, de manuscritos obtidos em outras fontes, como arquivos públicos de municípios mais antigos, como Antonina, Paranaguá, Guaratuba e Lapa.

Sobre o PHPP e as contribuições que as investigações dos documentos que compõem os *corpora* do projeto trazem, Barbosa (2010, p.16) explica que,

Divididos pelas diversas localidades (vilas) onde foram escritos, proporcionam invejável detalhamento da ocupação do Estado em partes dos séculos XVIII e XIX. Por se tratar de material da máquina oficial, devem, a princípio, revelar marcas do grupo profissional que trabalhava em cartórios e instituições de governo. No entanto, nada impede que, ou em função do maior ou menor preparo profissional de cada escrivão, ou em função de o conteúdo dos documentos trazer assuntos e realidades locais, enfim, pelo menos no nível do léxico, se possa captar especificidades locais em tais materiais.

O PHPP tem como objetivo geral contribuir para a história do português brasileiro, com enfoque no paranaense. Procura descrever, registrar, analisar e comparar dados nos manuscritos já mencionados. Quanto aos objetivos específicos, o PHPP busca organizar um banco de dados com manuscritos sobre a História do Paraná referente aos séculos XVII a XIX; editar os documentos coletados; produzir obras lexicográficas sobre o léxico paranaense e viabilizar o

acesso da comunidade científica aos dados diacrônicos, extraídos dos manuscritos (BARONAS *et al.* 2009).

As atividades são desenvolvidas por uma equipe composta por doutores, mestres e discentes da UEL. Na primeira fase do projeto, os documentos foram transcritos, a fim de selecionar os dados mais relevantes para constar dos comentários filológicos, como data, local, destinatário, escriba, assunto de cada manuscrito. A edição desses documentos segue os critérios do PHPB, com orientações filológicas de pesquisadores como Heitor Megale (USP), Manoel Mourivaldo S. Almeida (USP) e Rosa Virgínia Mattos e Silva (UFBA). Também são elaborados glossários com termos arcaicos - cuja classificação como tal se deve a fatores já estabelecidos previamente, como a não presença no vocabulário atual dos falantes, entre outros critérios.

Os critérios para a edição semidiplomática envolvem, por exemplo:

- a) desenvolvimento de abreviaturas, alfabéticas ou numéricas – ouv.<sup>or</sup> (ouvidor);
- b) fronteiras de palavras estabelecidas conforme o original – somente;
- c) manutenção da pontuação original;
- d) registro de intervenções escritas por terceiros no documento original por colchetes duplos.

Além dessas considerações, também são incluídas, nas edições, os *fac-símiles*, uma ficha descritiva sobre o documento e um glossário, elaborado conforme normas propostas pelo PHPP, tais como entrada das lexias em ordem alfabética, significado no manuscrito, definição dos vocábulos encontrados nos dicionários, a partir da cronologia dos autores. Assim, já foram publicadas duas edições: *Scripturae nas Villas de São Luiz de Goaratuba e Antonina: manuscritos setecentistas e oitocentistas* (AGUILERA; BARONAS, 2007) e *Scripturae na Villa de Pernagoa: manuscritos setecentistas* (AGUILERA; VASCONCELOS, 2007).

Até o presente momento, há vários trabalhos de iniciação científica, dissertações e teses, concluídos e em andamento na UEL, cujo propósito é pesquisar momentos remotos do Português Paranaense. Entre eles, podemos destacar a tese de Toniolo (2007), que organizou uma edição semidiplomática dos documentos oficiais da vila de Castro, dos séculos XVIII a XIX, a fim de que estes

textos pudessem servir como *corpus* para pesquisas sobre a língua portuguesa. O pesquisador também editou um glossário seletivo com base no léxico presente nos manuscritos. Outra pesquisa de doutorado com dados do PHPP é a defendida por Silva (2011) sobre o léxico de documentos escolares em Morretes, além da edição semidiplomática dos manuscritos utilizados como *corpus* nos anos 1800 da referida vila. O trabalho também abordou o reflexo da sociedade letrada para a construção da realidade morretense, sobretudo à realidade linguístico-social.

Em termos de dissertação, temos o estudo de Vasconcellos (2006) sobre a Vila de Paranaguá, no século XVIII, com uma edição semidiplomática dos documentos pertencentes a essa região, acrescido também por um glossário seletivo. Cunha (2007), por sua vez, elaborou uma edição semidiplomática dos documentos de Antonina, além de um estudo acerca dos valores semânticos das preposições A e PARA.

Como trabalhos de curso de pós-graduação *lato sensu*, há os de Vanessa Santiago, com título de *Manuscritos paranaenses: um estudo ortográfico e fonético em documentos de Antonina*. Ao lado desse estudo, apresentamos a monografia de especialização de Vanessa Lini, a qual investigou o uso da norma culta dos alunos do Ensino Fundamental, por meio de estudo comparativo entre textos de discentes da 4ª série e manuscritos paranaenses do século XVIII. A pesquisadora verificou a semelhança nas escritas analisadas quanto aos desvios, propondo explicações sobre alguns dos fatos linguísticos encontrados.

Registramos ainda algumas pesquisas em andamento, como as teses de doutorado de Celciane Vasconcellos, com título provisório de *Vocabulário caipira no Paraná: proposta para a elaboração de um glossário nas trilhas da Filologia* e o estudo empreendido por Cláudio Cunha, provisoriamente intitulado *O Léxico em documentos paranaenses dos séculos XVII a XIX*; a pesquisa de mestrado de Silvane Luceli de Andrade Alves, *Análise de Manuscritos de Guaratuba do século XVIII*, além de, no âmbito das pesquisas de Iniciação Científica, a de Rebeca Macedo, a qual envereda pelos caminhos da gramaticalização dos verbos *ter* e *haver* a partir da vila de Paranaguá, dentre outros trabalhos.

Os manuscritos do PHPP ainda integram outro projeto: *O Léxico Histórico do Português Brasileiro* – LHiPB, ao lado dos *corpus* que compõem o próprio PHPB. O objetivo desse projeto é a construção de um léxico de nosso

português, compreendendo o período que vai do século XVII ao XIX. Os manuscritos foco de pesquisa são os considerados oficiais (correspondências eclesiásticas, notoriais, cartas ao governo, entre outros).

## 4 UM ITEM, VÁRIAS CLASSIFICAÇÕES

Neste capítulo, discorreremos sobre a etimologia e a classificação morfossintática do ONDE a partir de discussões sobre os advérbios e os pronomes, classes gramaticais em que, de acordo com a gramática tradicional, está inserido o item. Em seguida, visitamos a literatura concernente ao elemento pesquisado a fim de observar sua classificação e seu comportamento sintático e semântico.

### 4.1 HISTÓRICO DOS ADVÉRBIOS

Historicamente, o advérbio está associado à ideia de formas que trazem sentido suplementar ao verbo. Nesse sentido, Pereira (1953) define os elementos que compõem essa classe como palavras invariáveis que modificam o adjetivo, o verbo e o próprio advérbio, indicando circunstâncias, entendidas como

[...] determinadas condições ou particularidades que caracterizam o conteúdo expresso pelo termo ao qual o advérbio se refere. Sendo assim, pode-se entender como expressando circunstâncias, dados informacionais bastante diferentes entre si, como tempo, lugar, modo, causa e, até mesmo, intensidade (MARTELOTTA, 1991, p. 36-37).

Martelotta (1991) ainda destaca que é difícil a admissão de que determinados advérbios expressem circunstâncias, tais como os de dúvida (*Talvez amanhã chova*), de afirmação (*Sim, choveu muito*) e de negação (*Não choveu muito*). Seriam, nesses casos, indicações de atitude ou posicionamento do falante em relação àquilo que está falando. Por fim, o linguista explica que alguns advérbios considerados circunstanciadores (tempo, lugar, modo, causa e intensidade) são empregados para direcionar a interpretação do ouvinte, promovendo a organização de informações no discurso. Para exemplificar, menciona o advérbio *já*, o qual pode assumir “um papel de elemento de contra-expectativa, no sentido que Heine *et al.* (1991) dão ao termo” (MARTELOTTA, 1991, p.38), como em “A reunião já terminou?”. Nesse período, o item demonstra uma expectativa por parte do falante de que a reunião não tivesse terminado, e não apenas uma noção de tempo.

Em relação à modificação, Pereira (1953, p. 351) explica que a “[...] pratica facilmente ensina quaes os advérbios que podem modificar o adjetivo, o verbo ou o advérbio”. Também complementa que existe a possibilidade de flexão e

derivação, ainda que tradicionalmente essa classe seja considerada invariável, ao exemplificar com as formas *menas* e *pertinho*.

O autor analisa também o valor sintático, o sentido e a forma desses itens. Quanto à sintaxe, existiriam os itens simples, os quais apresentariam apenas a função de advérbio, como *aqui*, *hoje* e os conjuntivos, que teriam função de conjunção. Nessa última classificação se encontra o item ONDE, ao lado de *quando*, *como*, *enquanto*, entre outros. Em relação aos sentidos, destaca o autor que são vários e distribuídos de acordo com as circunstâncias que eles indicam, como de lugar, de modo, de tempo. Finalmente, a forma seria dividida entre os advérbios propriamente ditos (*sempre*, *talvez*) e as locuções adverbiais (*a esmo*, *às cegas*, *às pressas*).

Said Ali (1971) também define advérbio como determinante dos verbos, dos adjetivos e de outros itens componentes da classe gramatical em questão. O autor esclarece que poucos deles, em sua maioria de base pronominal ou nominal, passaram do latim para as línguas românicas e que várias palavras vieram compor essa classe com o fato de alguns adjetivos admitirem o sufixo *-mente*, sendo classificadas, assim, como advérbios: *feliz+mente*, *clara+mente*, *oportuna+mente*, entre outros exemplos.

O gramático relata também que a classificação é feita com base na significação de cada elemento, havendo, dessa forma, os de tempo, de lugar, de modo, de negação, de afirmação, de dúvida, de quantidade, de ordem. Alguns deles expressam circunstâncias e condições de caráter determinados enquanto outros admitem graus de comparação, principalmente os modais: *mais depressa*, *tão depressa*.

Rocha Lima (1972) também afirma que os advérbios são modificadores de verbo, exprimindo circunstâncias sobre a significação verbal. Ainda complementa que os de intensidade se ligam a adjetivos e advérbios, indicando-lhes grau: *muito belo*. Explica, ainda, que há os que acompanham somente adjetivos e advérbios, tais como as formas *tão*, *quão*, *que* em frases exclamativas.

Conforme Mattoso Câmara Jr. (1976, p. 115), os gramáticos gregos denominaram inicialmente o advérbio por meio do termo *epirrhéma* (acrescentado ao verbo - gr. *rhéma* 'verbo'). Já os latinos o chamaram de *adverbium*. Diante da existência de formas nominais e pronominais que estão relacionadas ao verbo,

chamadas posteriormente de advérbio, o linguista explica que há três tipos: dois de natureza pronominal e um de base nominal. Os dois primeiros, por sua função na comunicação linguística, servem para situar o espaço ou o tempo em relação ao falante. São os locativos e os temporais, respectivamente.

Os advérbios locativos se associam mórfica e semanticamente aos pronomes demonstrativos latinos *hic* – neste lugar em que falo, *istic* – nesse lugar em que estás, *illic* – naquele lugar. Os temporais situam a comunicação com base na linha temporal ou fora dela: *nunc* – nesse momento em que falo, *tunc* – então, em outro momento.

O terceiro grupo descrito por Mattoso Câmara Jr. (1976), de natureza nominal, é chamado de advérbio modal ou de modo por assinalar “modos de ser” do evento. É herança do sistema adverbial latino e das formas que se originam por derivação com acréscimo do sufixo – *mente* a um adjetivo: *claramente*, *justamente*. Ainda, segundo o linguista, a tradicional definição como modificador se refere a esses tipos de advérbios.

O caráter modificador também é destaque no Dicionário Etimológico, de Cunha (1982). Anos depois, ao lado de Lindley Cintra, o gramático publica a *Nova gramática do português contemporâneo* (1985) e, nela, comenta que, em Portugal, a Nomenclatura Portuguesa acrescenta, por exemplo, à lista dos advérbios os de ordem (*primeiramente*, *depois* etc.). Os linguistas acrescentam que há os de causa, de lugar, de modo e de tempo que, empregados em interrogações diretas ou indiretas, passam a ser chamados de interrogativos. São exemplos deles as formas *por que*, *onde*, *como* e *quando*.

Quanto à posição ocupada na sentença, Cunha e Cintra (1985) explicam que aqueles que modificam adjetivo, particípio ou outro advérbio são colocados antes desses, como em *Muito apressado*. Quando há um advérbio de modo modificando o verbo, aquele vem depois deste (*Ela ouvia-o atentamente*); quando é de tempo ou de lugar, pode ser posicionado antes ou depois do verbo: *De manhã, acordei assustado*. Já os de negação antecedem sempre o verbo – *Não sabia de nada*. Nesse sentido, o advérbio *não* tem outra particularidade: o fato de aparecer duas vezes na mesma sentença, a chamada dupla negação do Português Brasileiro. Segundo Cavalcante (2007), sobre essa negação, os *não* pré e pós-verbal podem ter como função marcar a negação da sentença, sendo ambos

responsáveis por esse valor: *Não vi não*. No entanto, há diferenças entre eles, pois o pré-verbal, foneticamente, pode ser realizado como *num*, mas o pós-verbal ([Não V não] ou [Vi não]) não admite essa realização. Além disso, o uso do *não* pós-verbal garante à frase a “quebra de pressuposições levantadas ou inferíveis pelo contexto discursivo, ao passo que [Não V] representa uma negação neutra. Essa diferença permite postular que o marcador final do PB é de conteúdo pressuposicional” (CAVALCANTE, 2007, p. 120-121)<sup>33</sup>.

Em relação aos advérbios formados a partir do sufixo *-mente*, os linguistas enfatizam que, quando há a repetição (dois ou mais advérbios assim formados), pode-se empregar o sufixo apenas no último deles: *de forma lúdica e religiosamente*. Também é permitido omitir a conjunção *e*, acrescentando o sufixo a todos os advérbios, caso se queira enfatizar as circunstâncias que eles exprimem: *Vinha caminhando cansadamente, vagarosamente*.

Em suas pesquisas, Bonfim (1988) não considera elementos pertencentes à classe gramatical aqui estudada as palavras rotuladas como advérbios de afirmação e de negação. Para a autora, os de intensidade são os legítimos representantes, pois são vistos como qualificadores. A linguista expõe ainda algumas conclusões a que chegou em seus estudos, como a falta de oposição entre *sim* e *não*, quando falamos de uso na frase; a proposta de eliminação dos advérbios de dúvida, de negação e de afirmação; a inclusão dos dêiticos (aqui, ali, cá, lá) no grupo dos pronomes demonstrativos e a revisão dos elementos que ora são listados como advérbios, ora como palavras de classificação à parte.

Perini (1996), ao estudar sobre o assunto, também se vale do valor modificador dos advérbios, pois ressalta que a gramática tradicional os apresenta como elementos capazes de modificar itens de outras classes ou mesmo o próprio advérbio. O pesquisador salienta que o advérbio não possui geralmente uma estrutura interna, sendo formado por um único morfema – *sempre, nunca, depois, aqui* – ou se forma por meio do sufixo – *mente*.

Em seguida, o pesquisador expõe alguns problemas quanto à definição, ao comentar que muitos compêndios gramaticais exemplificam essa classe por meio de palavras como *não, simplesmente, perto*. Diante desses

---

<sup>33</sup> Sobre a dupla negação, Cavalcante (2007), à luz da Sociolinguística Variacionista, apresenta um estudo a partir de dados obtidos em três comunidades afro-descendentes do interior da Bahia. Furtado da Cunha (1996) também aborda o tema na cidade de Natal, Rio Grande do Norte.

exemplos e por se tratar da mesma classe gramatical, espera-se que essas palavras tenham o mesmo comportamento gramatical, o que efetivamente não ocorre. Dessa forma, reconhece que a classe dos advérbios engloba uma série de classes, visto que grande parte das palavras que a constitui são vocábulos cujas características morfossintáticas se aproximam de outras classes. Nota-se, assim, que não há possibilidade de estabelecer critérios que deem conta de postular uma classe única.

Ilari (1996) é outro autor que discorre sobre a “problemática” classe, apontando algumas dificuldades acerca dos critérios para classificação, a partir de um *corpus* do Português falado. Com base nos dados analisados em sua pesquisa, o linguista observa que, quanto à posição dos advérbios em uma sentença, enquanto se espera que esses ocorram depois dos termos integrantes do predicado, o que se verifica é que alguns deles possuem certa mobilidade dentro do período. Dessa forma, observa-se que a irregularidade que se atribui ao advérbio quanto à natureza das palavras que assim se classificam também ocorre quando se estuda sua disposição dentro de uma oração.

Segundo Ilari, os critérios tradicionais para classificação têm como base a morfossintaxe, descrevendo-o como a palavra invariável e modificadora de não substantivos<sup>34</sup>. O linguista também destaca que, às vezes, parte-se da presença do sufixo – *mente* para classificar a palavra como advérbio. Há, todavia, palavras que não atendem aos critérios nocionais, mórficos ou sintáticos tradicionalmente referentes ao advérbio, mas são classificadas como tais:

[...] as gramáticas enquadram atualmente entre os advérbios uma quantidade enorme de *palavra* de que seria mais correto dizer que, apenas em algumas ocorrências particulares e em alguns ambientes sintáticos, atendem aos critérios tradicionais para a classificação como advérbios. Tratar do ‘advérbio’ é, antes de mais nada, tomar consciência desses equívocos, constatando a diversidade de emprego dessas expressões (ILARI, 1996, p. 69).

Novamente, chama à atenção dos linguistas a insuficiente definição tradicionalmente atribuída ao advérbio. Ilari (1996) menciona casos em que os advérbios *assim*, *aqui*, *lá*, considerados advérbios dêiticos, possuem outros usos, como em *Uma escolha assim sem base* ou *Entidades aqui do bairro*. Nesses exemplos, os advérbios utilizados seriam mecanismos que corresponderiam a um

---

<sup>34</sup> Visto que os adjetivos se ligam sintaticamente aos substantivos.

processo de planejamento verbal e a uma sinalização de que o uso de uma expressão genérica anteciparia:

[...] o tipo de função sintática e semântica que se vai realizar na expressão que segue; esse mecanismo se estende a outros dêiticos como os pronomes e clíticos redobrados; as alternativas de uso desses ‘catafóricos’ não se restringem aos adjuntos adverbiais. (ILARI, 1996, p. 71).

Com base nisso, o pesquisador propõe duas dimensões para a classificação: uma é a dos segmentos sintáticos a que se aplicam os advérbios e a outra a das “funções” que esses vocábulos desempenham. Desse modo, ele propõe classificar com base na função que exercem, necessitando distinguir predicativos<sup>35</sup> de não predicativos<sup>36</sup> e outra com base na unidade sintática a que são aplicados, antevendo a distinção entre advérbios sentenciais<sup>37</sup> e constituintes<sup>38</sup>.

Para Neves (2000), os problemas da classificação estão nos diversos pontos de partida para definir advérbio. Morfologicamente, é uma palavra invariável. No entanto, verificam-se alguns registros que contrariam a regra: *É que ela tá meia doente, já não tem vontade* ou *Agorinha mesmo*. Nesses exemplos, o elemento flexionado e/ou derivado contraria o prescrito pela norma, embora seja utilizado com frequência por falantes de português brasileiro.

Neves (2000) descreve que, sintaticamente, os advérbios funcionam como satélite<sup>39</sup> de um núcleo, ao estarem associados a

- um verbo: *Não grita TANTO homem!*;
- a um adjetivo: *Seus sentimentos são MUITO delicados*;
- a outro advérbio: *Não passa TÃO cedo*;
- a um numeral: *QUASE 1.500 habitantes*;
- a um substantivo: *Greve AGORA não vai nada bem*;

<sup>35</sup> Entre os advérbios predicativos estariam os qualitativos, os intensificadores, os modalizadores e os aspectualizadores.

<sup>36</sup> Os advérbios não predicativos, por sua vez, apresentam propriedade negativa, não modificando sentidos, aplicados à negação e aos circunstanciais. No *corpus* analisado por Ilari (1996), os circunstanciais limitam-se aos dêiticos. Há, entretanto, alguns advérbios dêiticos cuja aplicação ultrapassa os limites dos constituintes da sentença. É o caso de *agora*, *então*, *aí*. Esses advérbios exercem funções discursivas, ocorrendo um esvaziamento espaço-temporal do advérbio.

<sup>37</sup> Aqueles que se aplicam a partes da sentença. Por exemplo, os advérbios que indicam a frequência com que o evento descrito na sentença ocorre. É o caso de *geralmente*, *normalmente*, *de vez em quando* etc.

<sup>38</sup> Que tradicionalmente se aplicam aos verbos, adjetivos e advérbios.

<sup>39</sup> Conforme Neves (2000, p. 23), “construções que trazem informações suplementares”.

- a um pronome: *E por isso MESMO tão cansados e não querem saber de arriscar o emprego;*
- à conjunção *embora*: *MUITO embora.*

É preciso ressaltar, ainda, que em análise feita em textos do século XVI, Costa (2002) adota a nomenclatura *item adverbial* por melhor descrever as formas classificadas como advérbio, além da possibilidade de incluir entre elas as locuções adverbiais:

[...] utilizamos a denominação *adverbiais* para referir conjuntamente os tradicionalmente chamados *advérbios* e as também tradicionalmente chamadas *locuções adverbiais*, renunciando a separá-los em dois grupos, por não nos parecerem viáveis critérios que distingam, seguramente, elementos considerados autônomos, como por exemplo, *devagar, acima e debaixo*, de elementos considerados locucionais, como por exemplo, *de fora, em breve, em cima*. Assim, os dois tipos serão aqui denominados *itens adverbiais*. Distinguimos itens adverbiais (simples e locucionais) de itens conjuncionais e preposicionais (simples e locucionais), pela natureza não-juntiva dos adverbiais face ao caráter juntivo, quer envolvendo sentenças, quer sintagmas, característico dos dois últimos (COSTA, 2002, p. 199).

Mira Mateus *et al.* (2003), quanto à classificação de advérbios, distinguem-nos entre advérbios de localização temporal, de frequência e de duração. Os primeiros são os que possibilitam fornecer coordenadas temporais, as quais situem a eventualidade descrita em uma frase. Essa localização pode ser absoluta – quando se recorre a datas ou eventos que possam funcionar como datas (*O Manuel nasceu a 9 de Outubro de 1992*), ou relativa, quando a localização dependerá de outra “referência estabelecida pelo momento de enunciação (dêictica) ou então por alguma expressão na frase (ou texto) (anafórica)” (MIRA MATEUS *et al.*, 2003, p.168), verificado em *Os convidados chegaram neste momento/agora ao recinto da festa*, pois a localização é feita de forma dêitica.

Nos de frequência, encontram-se aqueles propriamente ditos como tal e os que envolvem certa quantificação fora da unidade temporal. Os pesquisadores explicam que no primeiro caso, no exemplo *Desde que começou o Porto 2001, eles têm ido a um espetáculo duas vezes por semana*, a palavra “semana” apresenta frequência dentro da unidade temporal, mas em *Desde que começou o Porto 2001, eles têm ido ao espetáculo todas as semanas*, o que se verifica é a relação de eventualidade e intervalos de tempo. Os advérbios de

duração compreendem a duração de intervalos de tempo (*O atleta correu durante duas horas*) ou de eventualidades por meio da relação entre medida e tempo quantificado (*A criança leu o livro em duas horas*).

Por fim, os autores ressaltam que a classificação dos advérbios apresentada acima é aspectual e que a relação compreendida por eles volta-se para a relação dêitica e anafórica. A relação dêitica envolve a interpretação relativa ao momento da enunciação, como em *Encontrei o Jorge há dez minutos*. Já os advérbios anafóricos “dependem em grande medida de um ponto de perspectiva temporal estabelecido na frase, ao qual se pode sobrepor, ser anterior ou posterior” (MIRA MATEUS *et al.*, 2003, p. 172), observados em *Teresa encontrou Ana na conferência e nesse momento convidou-a para jantar*.

Ainda em relação ao termo utilizado para designar essa classe, Mira Mateus *et al.* (2003) salientam que emprega o termo “adverbial” tanto para advérbios como para sintagmas preposicionais (*O escritor morreu em Agosto*) e nominais (*duas vezes, nessa altura, nessa ocasião*).

Bechara (2004) parte dos estudos realizados por Mattoso Câmara Jr. (1976) ao chamar a atenção para as bases nominais e pronominais que constituem o advérbio:

[...] é a expressão modificadora que por si só denota uma circunstância (de lugar, de tempo, modo, intensidade, condição, etc.) e desempenha na oração a função de adjunto adverbial. [...] O advérbio é constituído por palavra de natureza nominal ou pronominal e se refere geralmente ao verbo, ou ainda, dentro de um grupo nominal unitário, a um adjetivo e a um advérbio (como intensificador), ou a uma declaração inteira (BECHARA, 2004, p. 287).

Desse modo, o autor acrescenta que alguns advérbios podem modificar uma oração por completo e não apenas elementos que a compõem, como em *Infelizmente nem o médico chegou*. Nesses casos, o item se refere a toda a declaração e exprime um comentário pessoal de quem fala. Esse fato também é verificado por Cunha e Cintra (1985) e Neves (2000).

A visão de Bechara (2004) é semelhante à de Perini (1996) sobre a heterogeneidade da classe adverbial e da dificuldade de estabelecer parâmetros suficientes para classificá-los de modo uniforme. O primeiro autor, acerca desse assunto, acrescenta que o advérbio não se prende apenas a um núcleo (verbo), mas

também ao conteúdo semântico da oração. Isso permite a flexibilidade de posição em um sintagma verbal.

Dessa forma, Bechara (2004, p. 290) relata que há advérbios de papel semântico-sintático “internamente ligado ao núcleo verbal (e estes não gozam das flexibilidades de posição e entoação atrás referidas), e há os advérbios mais externamente ligados ao núcleo verbal”. De acordo com o pesquisador, são tantos os pontos a serem considerados e descritos que uma classificação unitária capaz de abarcar todos os casos possíveis não consegue ser formulada.

As classificações existentes sobre o advérbio pautam-se na semântica e/ou na função que o elemento considerado exerce. Assim, semanticamente, pertenceriam à classe adverbial formas como *agora*, *antes*, *tarde*, *aqui*, *tanto*, ou seja, os chamados advérbios de tempo (*agora*, *tarde*), de lugar (*aqui*, *fora*), de quantidade (*muito*, *tanto*) etc. Os definidos como advérbios demonstrativos (*aqui*, *aí*), relativos (*onde*, *como*) e interrogativos (*quando?* *onde?*) exemplificariam a classificação voltada para a função.

Bechara (2004) também elenca diversos tipos de advérbios, classificados a partir da circunstância que expressam (*assunto*, *causa*, *companhia*, *referência*, *concessão*, *condição*, *conformidade*, *tempo*, *dúvida*, *fim*, *instrumento*, *intensidade*, *lugar*, *modo*, *negação*). Ressalta ainda que a Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB) propõe que os denotadores de inclusão (*até*, *também*), exclusão (*somente*, *salvo*, *apenas*), situação (*então*, *pois*), retificação (*aliás*, *melhor*, *isto é*), designação (*eis*), expletivo (*lá*, *só*), explicação (*a saber*, *por exemplo*) e de realce tenham uma classificação à parte.

Já o grau é tratado pelo autor como uma característica de alguns elementos, os quais podem manifestar relação intensificadora, baseada nas regras aplicadas aos adjetivos: grau comparativo de inferioridade (Falou *menos* alto que o irmão); de igualdade (Falou *tão* alto quanto o irmão) e de superioridade, dividido em analítico (Falou *mais* alto que o irmão) e sintético (Falou *melhor* que o irmão). Há ainda o superlativo sintético (Falou *pessimamente*) e o analítico (Falou *muito* ruim). O autor destaca que as gradações ou intensificações dos advérbios, assim como do adjetivo, expressam-se por meio de estruturas sintáticas e devem ser estudadas dentro dos padrões frasais do português.

Perini (2006) aponta que o potencial funcional<sup>40</sup> dessas palavras ilustra o problema da conceituação insuficiente, visto que, ao contrário do que ocorre com os substantivos, não há possibilidade de substituição mútua de advérbios em vários ambientes. São exemplos as formas *sim* e *não*, as quais são registradas em ambientes distintos, assemelhando-se apenas quando funcionam como uma espécie de interjeição, como nos exemplos “Não, minha casa não é essa” e “Sim, esta é minha casa”. Além disso, *não* se liga semanticamente a um verbo ou a um adjetivo, sempre os antecedendo (*Os cartões não foram entregues*), o que não acontece com o *sim* (*\*Os cartões sim foram entregues*). Essa observação já havia sido feita por Bonfim (1988). Da mesma forma, *depressa* se liga a um verbo (*Ele dirige depressa*) e a um adjetivo (*Um trabalho terminado depressa*), mas sempre se pospõe a eles, o que o diferencia do *não* (*Um trabalho não terminado*).

Castilho e Elias (2012), em trabalho recente, a respeito dos advérbios, assinalam que os pesquisadores, em geral, concordam apenas que a classe é invariável e seus elementos modificam o sentido de palavras a que eles se aplicam. Os autores esclarecem que modificação significa o mesmo que predicação: “O termo predicação capta uma interessante relação gramatical, em que uma palavra predicatora ‘atira’ sobre a palavra a que ela se aplica (= tecnicamente, seu ‘escopo’) propriedades que lhe são próprias”. Seriam classes predicadoras a dos verbos, substantivos deverbais, adjetivos, advérbios e preposições.

Nesse sentido, observa-se que, na Nomenclatura Gramatical Brasileira, há cerca de dez espécies de advérbios: afirmação, dúvida, intensidade, lugar, modo, negação, tempo, ordem (*primeiramente*, *ultimamente*), inclusão (*inclusive*, *somente*) e designação (*eis*) (CASTILHO; ELIAS, 2012). Os autores distribuem esses dez em três classes: predadores, verificadores e dêiticos. Os primeiros conferem propriedades semânticas a outra palavra, como *Provavelmente*, que torna a sentença duvidosa. O segundo tipo sugere conferência de conceitos, verificação, exemplificado por *só*, *sim*, *não*, *apenas*. O último, dêitico, é usado para situar uma ação no tempo e no espaço. *Hoje*, *aqui*, *anteontem* são exemplos de advérbios dêiticos.

Castilho e Elias (2012) também tratam das funções como adjunto e como marcadores gramaticais que os advérbios desempenham na sentença.

---

<sup>40</sup> Conjunto de funções que uma palavra pode desempenhar.

Funcionam como adjunto adverbial e adsentencial – modificando toda uma sentença - quando são dependentes da classe à qual eles se aplicam. Ao serem considerados marcadores gramaticais, entende-se que os advérbios podem “[...] prevenir nosso interlocutor que se aproxima uma estrutura gramatical” (CASTILHO; ELIAS, 2012, p. 261). São exemplos desse uso as formas *aí* e *assim* em sentenças como *Aí ele chegou cansado* e *Achei ele assim... cansado*.

Sobre a transitividade e os advérbios, os autores explicitam que os itens que derivam de verbos e de adjetivos transitivos mantêm a propriedade de “selecionar complementos” (CASTILHO; ELIAS, 2012, p. 264), como o verificado em “Agiu vinculadamente ao estrangeiro”. Quanto à colocação, os advérbios podem vir antes (Realmente você saiu) ou depois da sentença (Você saiu, realmente), entre o sujeito e o verbo (Você realmente saiu) ou entre o verbo e seu complemento (Você passa realmente mal).

Quanto às propriedades semânticas do advérbio, aos predicadores, verificadores e dêiticos, há subclasses que permitem alterar ou não o sentido dos vocábulos a que eles se aplicam (CASTILHO; ELIAS, 2012, p. 267). Os predicadores são subdivididos em modalizadores, qualificadores e quantificadores. Os primeiros expressam avaliação sobre uma palavra ou sentença. Correspondem aos advérbios de modo denominados na gramática tradicional: *Talvez eu saia*. Os qualificadores alteram características às palavras a elas aplicadas. São exemplos de qualificadores os itens *mal, bem, muito, demais*, bem como expressões *um tipo de, em geral* etc. Por fim, os quantificadores designam a frequência com que ocorrem as ações que o verbo expressa ou delimitam, restringem uma opinião. Exemplificam esta subclasse as formas *geralmente, pessoalmente, particularmente*.

Os advérbios verificadores, por sua vez, subdividem-se em focalizadores – focalizam trechos da sentença (*Nós temos exatamente a roupa que você quer*); inclusão/exclusão (*Hoje um carrinho custa vinte mil reais, até menos*); afirmação/negação (*Não aceito a situação*) (CASTILHO; ELIAS, 2012, p. 272). Finalmente, os dêiticos são divididos em locativos e temporais.

Ainda que haja essas possibilidades distintas em nomear o advérbio, a dificuldade em definir o termo é que se sobressai. Embora existam diversas pesquisas acerca do assunto, o fato é que não há entre os linguistas consenso sobre o esclarecimento da heterogeneidade dessa classe gramatical.

Diante do estudo sobre o ONDE, objeto de investigação de nosso trabalho, discorreremos, no tópico a seguir, sobre a classe pronominal, considerando, sobretudo, o pronome relativo.

#### 4.2 HISTÓRICO DOS PRONOMES

Ao abordar a classe dos pronomes, detivemo-nos, inicialmente, sobre a conceituação dos vocábulos pronominais e a respeito da sua subdivisão em pessoais, demonstrativos, indefinidos, entre outros, em visão tradicional e funcionalista. Especificamos ainda as questões pertinentes ao pronome relativo, classificação esta, muitas vezes, atribuída ao ONDE, apresentando também uma visão histórica sobre os relativos.

Castilho (2010, p. 472) observa que, na tradição gramatical do Ocidente, os critérios para a classe dos pronomes pautam-se em aspectos semânticos, discursivos e gramaticais. Na fase latina, com base em Donato (séc. IV d. C.), conforme pondera Castilho (2010, p. 473), os pronomes eram divididos em finitos (os que designavam as pessoas – *ego, tu, ille*); infinitivos (não designam pessoas, não são dêiticos nem anafóricos – *quis, qualis*); menos que finitos, podendo ser dêiticos ou anafóricos – *ipse, iste*); possessivos – *meus, tuus*. Nas palavras de Coutinho (1976), são os pronomes pessoais, por exemplo, os que ainda nos mostram vestígios do sistema de declinação latina.

Nessa perspectiva histórica, Castilho (2010) menciona Prisciano (séc. V d. C.), o qual definia o pronome como a parte da oração que substitui o nome e “que recebe pessoas finitas” (CASTILHO, 2010, p. 473). Também o pesquisador enumera os gramáticos renascentistas, como Nebrija (1492), que entendia pronome como uma das dez partes da oração, sendo uma palavra colocada no lugar de outro nome. João de Barros (1540) também tinha essa compreensão sobre os itens pronominais, classificando os pronomes de primitivos (*eu, tu*) e derivados (*teu, nosso*). Do ponto de vista morfológico, teríamos os pronomes simples (*eu, tu*) ou composto (*eu mesmo, aquesse*) (CASTILHO, 2010, p. 473).

Somente a partir do século XVII os pronomes relativos e interrogativos passaram a compor a classificação pronominal. E a gramática de Port Royal, ao retomar as concepções gregas, recolocou o nome em destaque e garantiu,

por empréstimo dos substantivos, ao pronome, certas propriedades, tais como o gênero (CASTILHO, 2010, p. 473-474). Os estudos sobre essa classe, com base na classificação, chegaram até o século XX, quando da publicação da Nova Nomenclatura Gramatical Brasileira.

Coutinho (1976) esclarece, sobre o pronome relativo, que este, em latim, apresentava três formas: *qui* (masculino), *quae* (feminino) e *quod* (neutro). Segundo o filólogo, no século III, *quae* foi substituído por *qui* e este, ao indicar posteriormente singular e plural, levou ao “desaparecimento dos acusativos plurais *quos* e *quas*” (COUTINHO, 1976, p. 260). Outras mudanças resultaram na sobrevivência dos “acusativos *que(m)* átono e *quid* > *que*, *quem* (tônico) > quem, *cujus* > *cujus*” (COUTINHO, 1976, p. 260).

O autor explica que, no português moderno, a forma *quem* é empregada somente em referência à pessoa, mas, na fase antiga da língua, era utilizada para designar coisa. O pronome *cujus* – praticamente extinto no Português Brasileiro, conforme nos informam Castilho e Elias (2012) – no latim, de acordo com Coutinho (1976), era um adjetivo (*cujus, a, um*), advindo de *qui/quis*. Dessa feita, era empregado como pronome relativo e como interrogativo.

Ainda sobre os relativos no latim, Coutinho (1976) afirma que *qual* e *quando*, utilizados como relativos e interrogativos, são oriundos da forma *quale* – qualidade - e *quanta* – tamanho e quantidade – os quais substituíram *quot*. Registram-se também os interrogativos *quejando/quejendo* (do latim *quid genitu*), no português antigo, em referência às propriedades e à natureza das coisas (COUTINHO, 1976, p. 261).

Bechara (2004, p. 162), a respeito dos pronomes, postula que esta classe é composta por “[...] unidades em número limitado e que se refere a um significado léxico pela situação ou por outras palavras do contexto”. A classificação dos itens pronominais indica os pessoais, possessivos, demonstrativos, indefinidos, interrogativos e relativos. O autor ainda diferencia os pronomes substantivos e os pronomes adjetivos, sendo o primeiro aquele o que substitui um substantivo, enquanto o segundo faz referência a um nome.

Quanto ao pronome relativo, o pesquisador o conceitua como o item que se refere a um termo anterior. Apresenta uma série de termos considerados relativos: *qual*, *o qual* (*a qual*, *os quais*, *as quais*), *cujos* (*cujas*, *cujos*, *cujas*), *que*,

*quanto* (*quanta, quantos, quantas*), *onde* (BECHARA, 2004, p. 171). Além disso, o autor identifica o pronome relativo sem antecedente, ou relativo indefinido, sendo *quem* e *onde* tipos desses pronomes (*Quem tudo quer tudo perde/ Moro onde mais me agrada*). Na seção *Empregos dos pronomes* (BECHARA, 2004, p. 173), são elencados os usos dos pronomes a partir da classificação exposta pelo pesquisador. No que se refere ao emprego dos relativos, Bechara (2004) não apresenta nenhuma consideração acerca do uso do ONDE.

Perini (2006, p. 329) questiona a denominação *pronome* atribuído a um determinado grupo de palavras, pois, segundo ele, essas palavras, assim classificadas, não possuem traços comuns que nos permitam classificá-las pertencentes a uma classe única. Sobre a definição tradicional, por exemplo, Perini (2006) questiona o significado de *substituir* e *acompanhar*, afirmando que tais vocábulos não são claros quanto ao seu sentido em relação ao pronome: “Temos que concluir, pois, que as propriedades de ‘substituir’ ou ‘acompanhar’ o substantivo não nos ajudam a delimitar a classe tradicional dos ‘pronomes’. Ou seja, essa classe não apresenta coerência sintática visível” (PERINI, 2006, p. 330).

Nesse sentido, o autor propõe classificar como *pronome* ou *substantivo tipo 1* somente itens que indicam as pessoas do discurso – *eu, ele, nós, eles, isto etc.* Na sequência, as formas *alguém, algo, tudo* deveriam ser chamados de *substantivos tipo 2*, “ao lado de muitos itens tradicionalmente chamados ‘substantivos’ (PERINI, 2006, p. 331). Haveria o grupo dos *relativos* (incluindo os interrogativos), por terem um comportamento especial quanto à sua posição na sentença e à sua propriedade semântica. Perini (2006) destaca que a classificação por ele apresentada até aqui se aplica aos pronomes tradicionalmente chamados de pronomes substantivos. Já as formas *todos* e *ambos* integrariam o grupo dos predeterminantes.

Na sequência, o autor aborda os itens situados à esquerda do sintagma nominal, distribuindo-os em determinantes (*o, um, esse etc.*); possessivos (*meu, nosso etc.*); quantificadores (*muitos, vários etc.*) e numeradores (*outro* e os cardinais) (PERINI, 2006, p. 332). Sobre essa classificação, o autor esclarece que

Essas oito classes compreendem todos os “pronomes” da gramática tradicional. Naturalmente, os traços definitórios propostos não esgotam as propriedades sintáticas dos itens, e é possível subdividir várias das classes acima. Por outro lado, também é possível agrupar algumas em classes maiores, definidas por alguma propriedade mais geral [...]. Entretanto, não vou desenvolver a classificação além do ponto a que chegamos, pois isso demandaria mais tempo do que aquele de que dispõe um simples autor de gramáticas (PERINI, 2006, p. 332).

Outro pesquisador do Português Brasileiro, Castilho (2010, p. 474) reitera que, para definir a classe pronominal, é preciso examinar as propriedades discursivas, semânticas e gramaticais. Agrega-se a esses o processo de gramaticalização. Nesse sentido, os aspectos semântico-discursivos dos pronomes demonstram que eles representam as pessoas do discurso, por meio da dêixis, retomam ou antecipam os participantes, com base na anáfora ou catáfora. Por sua vez, do ponto de vista gramatical, as propriedades morfológicas referem-se a caso, pessoa, número e gênero. Em relação ao caso, ainda que o PB seja considerado uma língua de caso abstrato, ou seja, que não apresenta casos morfológicos, os pronomes pessoais revelam a distinção de casos latinos, como os nominativos - eu, tu, ele, nós; acusativos – o; entre outros. Em relação à sintaxe, Castilho (2010, p. 475) exemplifica que há duas relações: a de acompanhar o substantivo e de substituí-lo.

A classe dos pronomes compreende um conjunto de palavras com características semelhantes (flexão de número e de gênero, em alguns tipos, por exemplo) e relacionadas ao substantivo, pois são capazes de retomá-lo. Castilho e Elias (2012, p. 84) apregoam que os pronomes classificados como pessoais, possessivos, demonstrativos, quantificadores indefinidos e relativos “[...] integram a classe dos pronomes porque podem retomar um substantivo previamente enunciado, substituindo-o na sentença”. Os autores ainda mencionam que a anáfora, no caso dos pessoais, só é realizada por *e/le*, capaz de retomar algo informado no texto.

Castilho e Elias (2012) também explicam a propriedade dêitica dos pronomes, por meio dos pronomes pessoais de primeira e de segunda pessoas, os quais identificam os participantes em uma conversa. Assim, concluem que os pronomes podem ser anafóricos ou dêiticos, sendo esta classificação baseada na semântica. Os autores complementam que existe diferença na disposição dos itens na sentença, considerando que os possessivos, os demonstrativos e os

quantificadores indefinidos podem aparecer tanto antes quanto depois de um substantivo, enquanto os pessoais e os relativos não gozam dessa mobilidade.

Os pronomes, classificados conforme Castilho e Elias (2012, p. 83), como pessoais “[...] representam as pessoas envolvidas numa conversação, ou seja, as pessoas do discurso”. Assim, em *Eu ainda não assinei o documento*, o termo em destaque representa a pessoa que fala. Por sua vez, em *Meu computador não está funcionando*, a forma sublinhada indica a relação de posse entre o objeto e a pessoa do discurso. Nesse caso, temos um exemplo de pronome possessivo. Outra classificação pronominal é a dos demonstrativos, itens que permitem localizar os objetos no espaço, a partir da posição do interlocutor, como em *Este computador está com defeito*. Os autores também mencionam os pronomes quantificadores indefinidos, os quais remetem a uma quantidade indefinida. Em *Preciso de algum dinheiro*, a palavra *algum* não especifica o valor de dinheiro necessário.

Por fim, são apresentados os pronomes relativos que, de acordo com Castilho e Elias (2012), acumulam dupla função: pronome e conjunção, haja vista que eles servem para retomar um antecedente – função pronominal – e encaixam uma sentença na expressão (nominal ou pronominal) anterior, funcionando, neste caso, como conjunção. É o que ocorre em *O filho da vizinha que chegou ontem é estudante* (CASTILHO; ELIAS, 2012, p. 84), pois o pronome que retoma o filho da vizinha, inserindo esta expressão na oração seguinte.

Ressalta-se a mudança, no Português Brasileiro, no quadro dos pronomes relativos, uma vez que a forma *cujo* e suas flexões desapareceram, resistindo ainda na expressão *dito cujo* (CASTILHO; ELIAS, 2012, p. 126). Também *quem* e *qual* “[...] andam balançando”. Com isso, *que* se transforma numa espécie de pronome relativo universal, ocupando o lugar dos outros” (CASTILHO; ELIAS, 2012, p. 126). Sobre o desaparecimento ou desuso de certos pronomes relativos, observa-se que estes, ao perderem a característica pronominal, adotando apenas a função conjuntiva, deixam de exercer função sintática de retomar o antecedente. Assim, faz-se necessário um “pronome pessoal, preposicionado ou não, para exercer função sintática”, como em *Não há uma área em São Paulo que a polícia não entre nela* (CASTILHO; ELIAS, 2012, p. 368).

Ainda segundo os autores, na sentença acima, a função sintática outrora exercida por *que* tem seu sentido retomado pelo pronome pessoal

preposicionado *nela*. Esse tipo de sentença é nominada copiadora, pois a função de pronome do relativo é exercida/copiada pelo pronome pessoal (CASTILHO; ELIAS, 2012). Também se verificam casos de adjetivas cortadoras, nas quais o pronome relativo é usado como conjunção, mas não há um pessoal para exercer a função sintática. Assim:

Dado o sumiço do pronome pessoal, essas adjetivas foram denominadas **adjetivas cortadoras**. Deve haver alguma relação entre essa sintaxe e o uso crescente do advérbio **onde**, que substituiria a estrutura padrão **em que**:

(d'') Não há uma área em São Paulo **onde a polícia não entre**.  
(CASTILHO; ELIAS, 2012, p.368, grifo dos autores)

Embora a gramática tradicional defina os pronomes como uma classe homogênea, elencando propriedades comuns aos itens que dela fazem parte, observa-se existirem certas divergências a respeito dos pronominais, haja vista nem todos os elementos referirem-se às pessoas do discurso, por exemplo. Percebem-se ainda mudanças no paradigma dos pronomes, bem como o desaparecimento de certas formas, como o pronome relativo *cujo*, descrito por Castilho e Elias (2012).

No tópico seguinte, discorreremos sobre a etimologia e as classificações atribuídas ao ONDE.

#### 4.3 ITEM ONDE: MÚLTIPLAS CLASSIFICAÇÕES

Nos compêndios gramaticais latinos, os advérbios são distribuídos em grupos, com base nas circunstâncias que indicam. As principais são as que denotam lugar, tempo e modo. No que concerne aos locativos, há quatro formas relacionadas às funções atualmente atribuídas ao advérbio ONDE: *ubi*, *quo*, *unde* e *qua*. A tabela 1, a seguir, demonstra o uso dessas formas:

**Tabela 1 – As formas locativas latinas**

FORMA	USO
<i>Ubi</i>	Locativo, usado com verbos que indicam permanência (estar, permanecer, ficar)
<i>Quo</i>	Deslocamento, usado com verbos de movimento (ir, dirigir-se)
<i>Unde</i>	Proveniência
<i>Qua</i>	Passagem (passar, andar por um lugar)

**Fonte:** Elaborada pela autora.

Esses advérbios eram utilizados com regularidade, conforme os exemplos apresentados a seguir, extraídos da parábola *Cura do cego de nascença* (COMBA, 1986), narrada no Evangelho de São João:

12 Et dixerunt ei: **Ubi** est ille? Ait: Nescio. (grifo nosso)  
Perguntaram-lhe ainda: Onde ele está? Ele respondeu: Não sei.<sup>41</sup>

30 Respondit ille homo et dixit eis: In hoc enim mirabile est, quia vos nescitis **unde** site et aperuit meos óculos. (grifo nosso)  
O homem respondeu-lhes: Isto é de admirar! Vós não sabeis de onde ele é? No entanto, ele abriu-me os olhos!

Assim, no primeiro caso, a presença do verbo de permanência *está* leva ao emprego da forma *ubi*, tal qual a regra preconiza. No segundo, a indicação de proveniência leva ao uso de *unde*.

No glossário da obra *A Demanda do Santo Graal*, registra-se ainda a forma *du*, uma fusão da preposição *de* com *u* (variante de *hu*, encontrada em textos escritos em português arcaico), em alusão a *donde*. Além disso, Magne (1944) descreve as possibilidades semânticas associadas tanto ao *u* quanto ao ONDE. A seguir, apresentamos uma tabela com os valores atribuídos ao HU e o ONDE nos séculos XIV e XV:

<sup>41</sup> Versão portuguesa extraída da Bíblia Sagrada, tradução CNBB, 2001.

**Tabela 2** – Alguns valores semânticos de **onde** e suas formas arcaicas.

Obra	Forma <i>HU</i>	Forma <b>ONDE</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Diálogos de São Gregório (MATTOS E SILVA, 1989) Século XIV</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>ponto em que/ponto a que</i>);</li> <li>• temporal;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>ponto de que</i>, quando usado como locativos interrogativos;</li> <li>• <i>abstrato ou nocional</i>;</li> <li>• <i>posse</i>;</li> <li>• <i>temporal</i>;</li> <li>• <i>conclusivo</i>.</li> </ul>
Obra	Forma <i>U</i>	Forma <b>ONDE</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Santo Graal (MAGNE, 1944) Século XV</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Como advérbio de lugar equivalendo a onde, em qual lugar, em que, para onde</i>;</li> <li>• <i>Como o étimo latino ubi, u pode também ser conjunção de tempo, equivalendo a “quando”</i>;</li> <li>• <i>Equivalendo a donde ou onde no significado relativo de “de que”</i>.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Com acepção de de que lugar, de que (equivale ao lat. unde)</i>;</li> <li>• <i>Com valor relativo, significando de que, do qual, da qual, dos quais</i>;</li> <li>• <i>Como pronome relativo precedido de preposição que introduza adjunto circunstancial de origem, lugar, causa</i>;</li> <li>• <i>Equivalendo a u temporal, significando quando, logo que</i>;</li> <li>• <i>Correspondendo a visto como, por onde, pelo que</i>.</li> </ul>

**Fonte:** Elaborada pela autora.

No português arcaico, observa-se que houve a redução de quatro para duas as formas expressivas de lugar. Said Ali, sobre o sistema adverbial locativo arcaico, afirma que: “para denotar o lugar de presença, e o lugar de procedência, serviram à linguagem antiga os advérbios *u* (latim *ubi*), também grafado *hu*, e *onde* (latim *unde*), podendo ambos fazer às vezes de pronome relativo” (SAID ALI, 1971, p.185).

Faz-se necessário esclarecer que, na fase arcaica do português, ao lado do uso de **ONDE** antecedido da preposição *de* para indicar procedência, surge, analogicamente, a forma *donde*, encontrada em textos arcaicos como o *Santo Graal*. A forma *donde* se vulgariza de tal maneira que a ocorrência do **ONDE**, sem a

preposição, passa a ser admitida como sinônimo de *u*. Essa modificação semântica, conforme Said Ali (1971), leva a um período de confusão de uso.

Em relação ao uso semântico de ONDE em contextos de *u*, bem como o desaparecimento deste último e o emprego das preposições (*de*, *a*) para indicar proveniência e movimento, Said Ali (1971) esclarece que

[...] cedido o posto do antigo advérbio ao vocábulo *onde*, nem por isso se mostram daí por diante convencidos os escritores de que o termo sem algum reforço preposicional basta sempre para indicar o que o latim *ubi* indicava; e assim *aonde* e *donde*, só ou aumentado em *adonde*, passam a usar-se também como sinônimos de *onde*. (SAID ALI, 1971, p, 185). (grifo do autor)

Mattoso Câmara Jr. (1976, p.120), por sua vez, resume a história do locativo ONDE da seguinte forma:

[...] quanto aos interrogativos, o sistema latino, baseado na oposição entre situação (*ubi*), direção (*quo*), proveniência (*unde*) continuou, mas com substituições de vocábulos. A partícula *ubi* (que persistiu em italiano e francês) aparece em português arcaico sob a forma *u*. Mas predominou afinal a adoção de *onde* (latim *unde*) para a situação, e o recurso às preposições *a* e *de*, respectivamente, para com a mesma partícula assinalar a direção e a proveniência (*aonde*, *donde*).

Em relação à nomenclatura gramatical atribuída ao ONDE, Ernesto Carneiro Ribeiro (1890 *apud* COELHO, 2001), em *Serões Grammaticaes*, refere-se a ele como *adjectivo relativo ou conjuntivo* e esclarece que essa terminologia era adotada para as formas latinas *ubi* e *unde*. Para o autor, o ONDE não é um pronome, pois só o seriam os pessoais, uma vez que somente esses designariam pessoas. Os considerados pronomes possessivos, demonstrativos, relativos e indefinidos poderiam figurar como substantivos ou como adjetivos. Ainda sobre o item, adverte “para as constantes confusões com o uso indiscriminado do ONDE e suas respectivas combinações, o que vem se tornando recorrente na língua, além de constituir erro muito vulgar” (RIBEIRO, 1890 *apud* COELHO, 2001, p. 29).

Em perspectiva histórica, Bonfim (2005) relata que, no século XVI, a forma *u* é considerada fora de uso, de acordo com João de Barros e Duarte Nunes de Leão. Said Ali (1971), por sua vez, observa que nos períodos quatrocentista e quinhentista ainda se verifica a ocorrência do *u*, mesmo que rara. Nesses poucos usos encontrados, é possível observar a combinação do item arcaico com artigo,

originando a forma *ulo*, cujo significado era “onde é o” ou “onde está o”. Por influência da construção *adonde*, encontrou-se também *adulo*.

Mattos e Silva (1989) verificou, em sua pesquisa nos *Diálogos de São Gregório*, o emprego de *hu* (como *ponto em que/ponto a que*) e ONDE (*ponto de que*) quando usados como locativos interrogativos. A autora inclui o ONDE e o *hu* no item *Substitutos*. Nessa categoria encontraríamos ainda os pronomes pessoais, os locativos, os temporais e os modais. A linguista ainda explica que, além dos pronomes pessoais, há vários advérbios que, por serem de natureza pronominal, funcionam como “sucedâneos sintéticos e econômicos de sintagmas nominais analíticos e que indicam circunstâncias do discurso” (MATTOS e SILVA, 1989, p. 210)

Ao ser empregado como relativo, hu aparece em bom número de frases afirmativas:

...*assi como o Filho sempre He ali hu o Padre he. (2.38.16) (p.243)*<sup>42</sup>

Em geral, como locativo, antecede ao *hu* a palavra *lugar*, além do locativo *ali*. Conforme Souza (2007), o emprego do vocábulo *lugar* antes do relativo é justificado pelo fato de que, por se tratar de texto religioso, a oposição locativa entre céu e terra é frequente. Mattos e Silva (1989) também evidencia o uso relativo do *hu*, ao assumir valor temporal, como em

*Ça, como quer que aqueles que ordiada vida fazem non queiran seer meestres hu primeiramente non foron discipulos. (1.2.20) (p.243)*

Já o ONDE, ao ser empregado como locativo, tem significado de *ponto de que*:

*Tornade este homem a seu logar onde o tirastes. (1.28.4) (244)*

Foram encontrados, todavia, outros empregos para o ONDE, como relativo retomando ponto abstrato ou nocional<sup>43</sup>, indicador de posse, temporal e conclusivo:

<sup>42</sup> O primeiro parêntese indica o número atribuído ao exemplo na obra original e o segundo, a página em que o fragmento se encontra.

<sup>43</sup> A expressão “nocional” diz respeito ao emprego anafórico que se refere a lugar não físico.

a) ponto abstrato ou nocional:

*E pera crecentar mais mha tresteza? todas aquelas cousas onde mi door e desprazer algũũ podia nacer (1.1.6) (p. 245)*

b) indicação de posse – o ONDE tem a mesma função e sentido do pronome relativo *cujo* e suas flexões:

*fiiz ... que foi noutro dia preposto naquel moesteiro onde o fora libertino, contou a mim (= libertino foi abade do mosteiro) (1.5.24) (p. 245).*

c) Temporal – empregado para expressar tempo, exercendo função e sentido da conjunção temporal *quando*:

*Acecer-lhis-ia que onde homen cuidava que a culpa menguasse, ende creceria e faria-se maior. (4.8.8) (p. 246).*

d) Conclusivo – o advérbio poderia ser substituído por formas como *logo*, *portanto*, em face do valor semântico de conclusão:

*Onde porque o miragre que fez quando os cegos alumeou quis que jovesse ascondudo e pero non se pôde asconder (1.17.26) (p. 246)*

Quanto ao uso conclusivo, a autora salienta que o termo não apresenta uma função de relativo, mas expressa “uma conclusão decorrente da argumentação desenvolvida no discurso, equivalente ao actual donde, logo” (Mattos e Silva, 1989, p. 246). A linguista conclui que, a partir dos dados, o sistema adverbial locativo no período trecentista é constituído pelo *hu* e pelo ONDE, sendo o primeiro não marcado, indicando *ponto em que*, *ponto a que* e associado à preposição *per*, remete a *ponto através de que*, enquanto o segundo é marcado, indicando o *ponto a partir de que* (ponto espacial, nocional, temporal, conclusivo, possessivo). A pesquisadora chama a atenção para o fato de que os dois termos podem ser empregados como temporais, além do uso como relativo ser mais frequente, dado o tipo de narrativa, ao lado das ocorrências do ONDE conclusivo visto haver partes argumentativas na obra.

Quanto às alterações gráficas, Macambira (1978) salienta que, na mudança de *ubi* e de *unde* para ONDE, a oclusiva e a semivogal desaparecem da forma *quonde*, dando origem a ONDE, uma vez que este pertence à família de palavras que possuem o étimo<sup>44</sup> *qu-*, um radical indo-europeu. Esse étimo está presente expressamente nas formas *qual*, *quando*, *que*, *quem*. Esse grupo é considerado, segundo Bonfim (1988), interrogativo-relativo e conectivo oracional simultaneamente.

Cunha (1982) classifica ONDE como advérbio, com o significado de “em que lugar” e data sua primeira ocorrência no século XIII. O autor explica ainda as ressalvas ao estabelecer a primeira ocorrência de um termo: “O fato, porém, de haveremos atribuído uma data de primeira ocorrência para determinado vocábulo não significa, de modo algum, que essa data não possa ser recuada. A lexicografia histórica portuguesa ainda se encontra em uma fase de lamentável atraso (1982, p. XIV)”<sup>45</sup>.

Sacconi, em *Nossa Gramática: Teoria e Prática* (1983), classifica o item em questão como pronome relativo, ressaltando que ele pode ser usado com ou sem antecedente. Quando sem antecedente, o autor o denomina pronome indefinido locativo. Dessa forma, o valor de lugar permanece, ainda que subentendido. O autor também explica que ONDE se usa com verbos estáticos e *aonde* com verbos dinâmicos ou que denotem deslocamento, tais como *ir*, *chegar*, *voltar*. Ele chama atenção para o fato de o advérbio também poder ser antecedido pelas preposições *de* e *por*, dando origem à forma *donde* e à construção *por onde*.

Diante da classificação como pronome relativo para o ONDE, Cunha e Cintra (1985) declaram que

[...] o relativo onde, por desempenhar normalmente a função de adjunto adverbial (= o lugar em que, no qual), é considerado por alguns gramáticos ADVÉRBIOS RELATIVOS designação que não consta da Nomenclatura Gramatical Brasileira, mas que foi acolhida pela Portuguesa (CUNHA; CINTRA, 1985, p. 532).

<sup>44</sup> De acordo com Mattoso Câmara Jr. (1986, p. 111), “nome dado ao vocábulo latino, ou de outra origem, do qual proveio certo vocábulo português primitivo”.

<sup>45</sup> Cunha (1982) justifica essa imprecisão ao observar que os recursos para datação são “parcos”. Isso porque não há dicionário do português medieval. As consultas para a datação apresentada, segundo o autor, baseiam-se na obra de José Pedro Machado, “Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa”, além da obra de Ramón Lorenzo, *Sobre cronologia do vocabulário Galego-Português (Anotações ao “Dicionário Etimológico” de José Pedro Machado)*, entre outras obras.

Em relação à distinção ONDE/AONDE, os autores descrevem que ela é praticamente inexistente na linguagem coloquial e já não era tão rigorosa nos clássicos. Bonfim (1988) chama a atenção para o ONDE, ao descrever que ele pode se relacionar à localização espacial, mas pode ser ainda um advérbio interrogativo (*Onde está o livro?*) ou um pronome relativo (*Você mora onde gostaria de morar*), também denominado pronome-advérbio ou advérbio relativo.

Na visão de Neves (2000), a classe adverbial abriga duas subclasses: modalizadores e não modalizadores. O item ONDE estaria nessa última subclasse, nos chamados circunstanciais. A autora afirma que o advérbio funciona como adjunto ou complemento adverbial de lugar. Às vezes é empregado equivalendo a *em que* sem valor locativo, o que não apresentaria justificativa. Esses casos são aqueles de anáfora com antecedentes nocionais: *Na prática, a venda com caderneta funciona como um negócio onde o dinheiro também é virtual*. Barreto (1996) já verificara a recuperação de sintagmas não locativos por ONDE na *Carta de Caminha* e por *u* na *Demanda do Santo Graal*, o que revela uma tendência de o item ser um relativo cujo uso ultrapassa as regras tradicionais.

Em estudos recentes, como o de Marinho (2002), ele é considerado um mecanismo de coesão sequencial por atuar como um conectivo que auxilia na junção de conceitos ativados ao longo de um texto, condensando informações ou um conectivo discursivo, ao expressar ideias de conclusão e de explicação, conforme Kersch (*apud* MARINHO, 2002). Incluem-se ainda empregos com valores de posse e de tempo, além de retomar, em casos de anáforas, lugares abstratos e noções.

Bechara (2004) também faz uso do termo advérbio relativo ao referir-se ao ONDE, complementando que o elemento em questão pode ser usado sem antecedentes, sendo chamado de relativo indefinido. Para esse caso, o antecedente estaria subentendido, possibilitando a substituição do ONDE pela expressão *o lugar em que*: “Os advérbios relativos, como os pronomes relativos, servem para referir-se a unidades que estão postas na oração anterior. Nas ideias de lugar empregamos *onde*, em vez de *em que*, *no qual* (flexões)” (BECHARA, 2004, p. 294).

O linguista acrescenta que, assim como os pronomes relativos podem ser empregados sem referência, os advérbios relativos também podem,

como no exemplo *Moro onde mais me agrada*. O autor ainda admite que os interrogativos, cuja base seja pronominal, são empregados em perguntas diretas ou indiretas em referência a um antecedente: *Onde está estudando o primo? Ignoro onde estuda*. Entretanto a segunda oração assemelha-se aos casos em que o item é empregado como conjunção integrante. A possibilidade de o ONDE contrair-se com as preposições *a* ou *de*, originando *aonde* e *donde*, também é mencionada por Bechara (2004).

Ao lado dessas classificações, conforme já vimos na introdução desta pesquisa, o item é empregado como elemento conclusivo, discursivo e, em alguns casos, de acordo com Andrade Neto (2004), o elemento pode ser usado como uma forma de elegância da linguagem. Assim, o item ONDE não se constitui um elemento fácil de ser compreendido, dado o fato de que sua classificação não é única e as possibilidades de uso vão além daquelas preconizadas pelas gramáticas tradicionais, conforme vários estudos aqui apresentados. O que se depreende disso é a necessidade de pesquisar em outros *corpora* o uso desse item, contribuindo para sua compreensão.

## 5 MUDANÇA LINGUÍSTICA, FUNCIONALISMO E GRAMATICALIZAÇÃO

O estudo do processo de gramaticalização não representa uma tarefa simples, visto haver uma acirrada discussão acerca do estabelecimento de um conceito único e de princípios norteadores do fenômeno, fomentados pelos pesquisadores que fazem uso desse aparato teórico em seus trabalhos.

Dessa forma, tendo em vista os objetivos do presente trabalho, delimitamos os aspectos relevantes da gramaticalização a serem abordados neste capítulo, como os problemas de conceituação (ressaltando os mais conhecidos), descrevemos os princípios e estágios mais difundidos, além de privilegiarmos questões referentes à mudança linguística e o Funcionalismo (corrente linguística em que se insere a gramaticalização).

### 5.1 A MUDANÇA LINGUÍSTICA EM DIFERENTES PERSPECTIVAS

As línguas humanas são passíveis de mudanças, manifestadas nos mais diversos níveis da análise linguística, como o fonético, o morfológico, o semântico, o lexical, o sintático e o pragmático. Na Língua Portuguesa, as pesquisas sobre essas alterações indicam, segundo Faraco (2005), que a mudança fonético-fonológica é uma das que mais se constituem como foco de trabalho, exemplificada pelas reduções das formas *tá (está)*, *né (não é)*, *você/cê (Vossa Mercê)*, entre outras.

Assiste-se, no entanto, nas últimas décadas, à crescente produção científica acerca de mudanças sintáticas do português brasileiro, oriundos de núcleos de pesquisas localizados nas mais diversas universidades do país, como na Universidade Federal da Bahia, Universidade Federal Fluminense, Universidade Estadual de Londrina, Universidade Estadual de Campinas, Universidade Estadual Paulista e Universidade de São Paulo.

Sobre a mudança linguística, os estudiosos da área remetem ao neogramático alemão Hermann Paul<sup>46</sup> (1886) que, embora não apresentasse

---

<sup>46</sup> Segundo Castilho (2012, p. 64-65), os neogramáticos se voltavam para a história das línguas retomando atividades da Filologia Clássica, a qual era atacada pelos comparatistas. A teoria dos chamados neogramáticos foi sistematizada por Herman Paul, em 1880, por meio de obras que se transformaram em clássicos da Linguística. Nessa teoria, há alguns princípios destacados por Castilho (2011, p. 64-65):

explicações específicas desse fenômeno, já expunha considerações que viriam, anos mais tarde, compor parte dos princípios da gramaticalização, um dos processos que visam a observar como ocorrem as mudanças em uma língua. Nesse sentido, o autor pondera que uma mudança

[...] baseia-se, como vimos, na natureza da evolução da língua, o facto de se formarem em nós continuamente uma pluridade de palavras, formas e construções equivalentes. Uma das causas deste fenómeno é a formação por analogia; podemos considerar como segunda causa uma evolução semântica convergente de vários lados, como terceira acrescentaremos a adopção duma palavra estrangeira para uma noção já representada por uma palavra da língua materna [...]. Mas o aparecimento duma tal abundância, se é inevitável, é também incapaz de se manter por muito tempo. A língua não tende para o luxo (PAUL, 1886, p. 267).

Assim, a não tendência para o luxo a que se refere o gramático corresponde à necessidade de desaparecimento de formas e expressões, mediante a conservação de apenas uma delas. Essa constatação, por exemplo, também é vislumbrada pela gramaticalização, a qual postula que, durante um período, formas distintas sejam empregadas com a mesma função e que, posteriormente, apenas uma delas permaneça ou, ainda, que as formas resistam, com usos específicos.

O estudo sobre mudança linguística também recebeu contribuições dos estruturalistas. Roman Jakobson, no campo da fonologia, demonstrou que a abertura silábica do latim foi determinante para o fim dos casos latinos e, em consequência disso, a atribuição de valores gramaticais associada à ordenação das

---

(1) O historiador de uma língua natural tem como tarefa de base acompanhar as diversas fases ou diversos estados da língua, entendida como um “organismo psíquico”, ou mental, como diríamos hoje. Esse organismo é uma sorte de gramática internalizada, e dela decorrem os enunciados; tais enunciados são elementos relacionados uns com os outros.

(2) As relações linguísticas são perceptíveis na fala individual, o que permite lançar uma ponte entre a pesquisa linguística e a pesquisa psicológica. Mas é necessário relacionar os usos individuais com os usos coletivos, para melhor entender o mecanismo da mudança linguística. O uso coletivo não passa de um artefato do linguista: (i) Não há limites entre usos coletivos, que serão idealmente concebidos como uma soma de usos individuais. (ii) A única realidade disponível é o uso individual, e é nesse nível de consideração que as mudanças são desencadeadas, sobretudo quando usos são acrescentados ou representações das categorias cognitivas e sua diacronia subtraídos ao uso coletivo. (iii) Dois mecanismos causam as mudanças no uso individual: a) a mudança espontânea, explicável pelas tensões sintagmáticas, isto é, pela acomodação de um som ao que lhe está contíguo na cadeia da fala, e b) as adaptações da fala individual a outra fala individual, o que pressupõe o intercurso verbal como um momento importante na mudança.

(3) O momento decisivo da mudança linguística está, portanto, localizado no uso individual. Paul (1880/1920/1970) afirma que tal mudança se dá por meio de “passos infinitesimais”, um dos quais é o princípio do “maior conforto [articulatório]”, expressão que se tornou conhecida entre nós como “lei do mínimo esforço”, acaso uma versão infeliz da denominação original. Sendo foneticamente gradual, a mudança “avança por uma implementação imperceptível, mas lexicalmente abrupta, afetando simultaneamente todas as palavras relevantes”, na leitura de Labov (1981).

palavras na frase. O estruturalismo ainda buscou investigar modificações morfológicas, como o fim do particípio presente e sua substituição pelo gerúndio.

As mudanças linguísticas também foram compreendidas por meio da teoria da variação e mudança, proposta por Labov (2008). À luz dessa visão, a variação resultaria no fenômeno da mudança, uma vez que, havendo a primeira, as formas passam a competir. Ao final, uma delas predomina no uso. Pesquisadores como Weinreich, Labov e Herzog (2006) destacam pontos fundamentais para essa teoria, como o reconhecimento da existência de princípios que governariam as modificações.

A partir de 1970, conforme discutimos nas próximas páginas, assiste-se a um crescente número de estudos sobre mudança linguística empregando a teoria da gramaticalização. Marchello-Nizia (2001) confirma essa informação, destacando que, nas últimas duas décadas do século passado, essa perspectiva foi a que mais trouxe resultados significativos sobre mudança, além de levar a Linguística Histórica a se constituir como um novo campo de estudo<sup>47</sup>.

Tendo em vista que a teoria adotada neste trabalho é a da gramaticalização, dispensamos, no tópico a seguir, uma revisão sobre esse processo e sobre a vertente teórica do Funcionalismo, na qual ela se insere.

## 5.2 DESENVOLVIMENTO DO FUNCIONALISMO

A Linguística Moderna tem seu início com a publicação de *Cours de linguistique générale*, de Saussure, em 1916, em cuja obra, entre as contribuições oferecidas à Ciência, está o estabelecimento da noção de sistema. Junto a essa noção, estão a de estrutura e a de função, vistas como fundamento para a evolução da Linguística a partir de 1916 (MARTELOTTA; AREAS, 2003).

O sentido de estrutura foi estabelecido com base no entendimento de que a língua é um sistema e, como tal, consiste em um conjunto de elementos agrupados em um todo organizado. Os trabalhos que têm a estrutura como tema central apareceram no Círculo Linguístico de Praga – CLP, em 1928. Quanto à

---

<sup>47</sup> “Au cours des deux dernières décennies, c'est certainement dans ce cadre théorique que les acquis les plus considérables ont été obtenus concernant le changement linguistique, et cela a permis à la linguistique historique de se constituer à nouveau en champ propre, alors que le changement n'était plus considéré que comme une modalité particulière, et annexe, de la diversité constitutive des langues (MARCHELLO-NIZIA, 2001, p.33)

função, segundo Martelotta e Areas (2003, p. 18), “vários autores a utilizam para caracterizar suas análises, que nem sempre apresentam características semelhantes”. Os autores salientam que os sentidos do termo *função* estão em dependência de um elemento da estrutura em relação a elementos de outra ordem ou ao papel desempenhado por um elemento no processo comunicativo. No Círculo de Praga, as duas acepções foram utilizadas (MARTELOTTA; AREAS, 2003).

A compreensão, todavia, mais utilizada como noção de função no CLP foi a de que a língua deveria ser vista como um sistema funcional, por ser empregada com uma finalidade. Posto isso, verifica-se que, no estruturalismo, a existência de dois polos: o formalista<sup>48</sup>, em que a análise está pautada na forma, e o funcionalista<sup>49</sup>, cuja atenção está centrada na função desempenhada pela forma (MARTELOTTA; AREAS, 2003).

A Escola de Praga, nas palavras de Furtado da Cunha (2009, p. 160), influenciou os estudos de forma “duradoura e profunda”. A pesquisadora ressalta que muitos trabalhos têm como base as propostas do CLP, como os de Roman Jakobson e André Martinet. Questões como a distinção entre fonética e fonologia, análise de fonemas foram algumas das contribuições dessa Escola.

Em uma reflexão sobre a influência da CLP, Furtado da Cunha (2009) destaca que algumas correntes linguísticas pós-Saussure, como a Escola de Genebra, por meio de nomes como Charles Bally, o qual se debruçou sobre a estilística; Henri Frei, que se dedicou aos desvios da gramática normativa. “Frei se fez o promotor da linguística de base funcional, que associa os fatos linguísticos a determinadas funções a eles relacionadas” (FURTADO DA CUNHA, 2009, p. 162).

A Escola de Londres também recebeu manifestações funcionalistas, por meio de Michael Halliday, cuja teoria está fundamentada no conceito de função, entendida como “funções de unidades dentro de uma estrutura”, além das funções de enunciados e textos (FURTADO DA CUNHA, 2009, p. 162).

Na Holanda, o funcionalismo se fez presente na década de 1970, com Simon Dik, que apresentou um modelo de sintaxe funcional. Para ele, “o

---

<sup>48</sup> Os formalistas analisam a língua como um objeto autônomo. Martelotta e Areas (2003) mencionam que, dentre os pesquisadores que compõem esse grupo, estão os da Escola de Copenhague, Dinamarca, como Hjelmslev. Ao lado desses, encontramos ainda Bloomfield e Bloch, entre outros (MARTELOTTA; AREAS, 2003).

<sup>49</sup> Os funcionalistas veem a língua como instrumento de comunicação e possuem como expoentes Jakobson, Martinet e Halliday (MARTELOTTA; AREAS, 2003).

principal interesse de uma linguística funcionalista está nos processos relacionados ao êxito dos falantes ao se comunicarem por meio de expressões linguísticas” (FURTADO DA CUNHA, 2009, p. 163).

De acordo com Furtado da Cunha (2009, p. 157), “funcionalismo é uma corrente linguística que, em oposição ao estruturalismo e ao gerativismo, se preocupa em estudar a relação entre a estrutura gramatical das línguas e os diferentes contextos comunicativos em que elas são usadas”. Nesse sentido, a linguagem é vista como instrumento de interação social. A autora ainda salienta que

Para essa corrente teórica, os domínios da sintaxe, semântica e pragmática são relacionados e interdependentes. Por um lado, não há estruturas linguísticas que operem independentes do significado; por outro lado, se fatores discursivos contribuem para a codificação sintática, então a pragmática deve ser incorporada à gramática. Ao lado da descrição sintática, cabe investigar as circunstâncias discursivas que envolvem as estruturas linguísticas – seus contextos específicos de uso e os propósitos comunicativos dos interlocutores. Segundo a hipótese funcionalista, a estrutura é uma variável dependente, pois são os usos da língua que, ao longo dos tempos, dão forma ao sistema. A necessidade de investigar a sintaxe em termos da semântica e da pragmática é comum a todas as abordagens funcionalistas atuais (FURTADO DA CUNHA, 2009, p. 174).

Martelotta e Areas (2003, p. 24) explicam que, de maneira geral, o funcionalismo passou também a ser base para muitas pesquisas, nos Estados Unidos, a partir dos linguistas Sandra Thompson, Paul Hopper e Talmy Givón. Para eles, a “sintaxe é uma estrutura em constante mutação em consequência das vicissitudes do discurso. Ou seja, a sintaxe tem a forma que tem em razão das estratégias de organização da informação empregadas pelos falantes no momento da interação discursiva”.

Em 1975, surgiram inúmeros trabalhos com fundamentação funcionalista, pois essa corrente linguística propõe explicar a língua baseando-se em contexto linguístico e situações extralinguísticas. Nessa perspectiva, discurso e gramática estão vinculados e a compreensão da sintaxe seria a partir da língua em uso. Disso resulta a chamada gramática emergente (FURTADO DA CUNHA, 2009, p.163).

A primeira publicação sobre funcionalismo nos Estados Unidos foi *The origins of syntax in discourse: a case study of Tok Pisin relatives*, de Gillian Sankoff e Penelope Brown, em 1976, no qual são elencadas as motivações que geram as estruturas de relativização de uma língua *pidgin* de Papua Nova Guiné

(FURTADO DA CUNHA, 2009). Três anos depois, Talmy Givón publicou *From Discourse to Syntax*, considerado um texto antigeraivista.

Furtado da Cunha (2009) evidencia que, mesmo não existindo uma teoria gramatical funcionalista consolidada, encontramos muitas análises funcionalistas, por meio de estudos como o de Givón, Sandra Thompson e Paul Hopper. Também há também pesquisas de Bernd Heine e Tânia Kuteva.

No Brasil, os estudos funcionalistas foram impulsionados nos anos 1980, quando muitos grupos de pesquisa foram constituídos (FURTADO DA CUNHA, 2009). Neves (1999), em seu artigo *Estudos funcionalistas no Brasil*, apresenta um interessante histórico sobre as pesquisas embasadas no funcionalismo realizadas em nosso país. A autora explica que os pioneiros nessa área são Evanildo Bechara e Rafael Hoyos-Andrade. Somam-se a eles nomes como o de Rodolfo Ilari, cujos trabalhos funcionalistas se iniciam com sua tese de doutoramento sobre os recursos expressivos de uma frase, em 1975, e o de Ataliba Teixeira de Castilho, o qual trabalha com a teoria multissistêmica funcionalista cognitivista.

Em termos de grupos de pesquisa, segundo a linguista, o mais antigo é o Programa de Estudos sobre o Uso da Língua – PEUL – da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Os trabalhos desse grupo foram iniciados em 1979, sob a coordenação de Anthony Naro. Integram o PEUL pesquisadoras como Cláudia Roncarati, Helena Gryner, Maria Luíza Braga, Maria da Conceição A. Paiva e Vera Lúcia Paredes<sup>50</sup>.

Também no Rio de Janeiro encontra-se o grupo de estudos *Discurso e Gramática*, que envolve a Universidade Federal do Rio de Janeiro, a Universidade Federal Fluminense e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob enfoque na linha do funcionalismo norte-americano. Entre os pesquisadores desse projeto estão Sebastião Votre, Mariângela Rios e Maria Angélica Furtado da Cunha<sup>51</sup>.

Outro grupo, com pesquisas de abordagem funcionalista, além da formalista, é o intitulado *Gramática do Português Falado*, sob a coordenação de Ataliba T. de Castilho. Nesse projeto, as publicações têm como *corpus* dados do Projeto de Estudo da Norma Urbana Linguística Culta – NURC, desde 1990. Já foram publicados vários livros reunindo os trabalhos produzidos pelos colaboradores

---

<sup>50</sup> Site do PEUL: <http://www.lettras.ufrj.br/peul/index.html>

<sup>51</sup> Site do Projeto: <http://www.discursoegramatica.lettras.ufrj.br/>

do grupo, como diversos textos sobre os advérbios, por exemplo. Integram a equipe linguistas como Rodolfo Ilari, Maria Helena de Moura Neves, Roberto Camacho, Sírio Possenti, Maria Margarida Martins Salomão, entre outros. Neves também tem publicações fora do projeto, como sua *Gramática de Usos do Português, Dicionário de Usos do Português, Gramática Funcional*, entre tantas outras obras e artigos publicados.

Ainda na região Sudeste, encontra-se, na Universidade Federal de Minas Gerais, um grupo de pesquisadores que se orientam pelo funcionalismo em suas pesquisas. Mário Perini, Yara Liberato, Lúcia Fulgêncio, Maria Elizabeth Fonseca Saraiva, Vanda de Oliveira Bittencourt são alguns dos funcionalistas que atuam nesse projeto. Também é válido ressaltar a abastada produção oriunda do Programa Para a História da Língua Portuguesa – PROPHOR<sup>52</sup>, na Universidade Federal da Bahia, por meio de nomes como o de Rosa Virgínia Mattos e Silva, Sonia Borba Costa, Tânia Lobo e Américo Machado. Neves (1999) ainda enumera vários trabalhos produzidos de forma independente a um projeto coletivo nas mais diversas universidades do país.

Muitos desses trabalhos sobre mudança linguística são orientados pela gramaticalização que, de acordo com Furtado da Cunha, Oliveira e Martelotta (2003, p. 15), “é considerada um dos [processos] mais comuns que se tem observado nas línguas em geral”. Isso remete à gramática emergente, motivada pela renovação do sistema linguístico, observada por meio do “surgimento de novas funções para formas já existentes e de novas formas para funções já existentes” (FURTADO DA CUNHA; OLIVEIRA; MARTELOTTA, 2003, p. 15).

A partir do panorama aqui exposto sobre funcionalismo, discorreremos, no tópico a seguir, sobre o processo de gramaticalização, elencando os conceitos mais difundidos, bem como os princípios e estágios a ele associados.

### 5.3 CONSIDERAÇÕES ACERCA DA GRAMATICALIZAÇÃO

Estudos a respeito de gramaticalização datam do século X, na China (NEVES, 2004). Aparecem na França e na Inglaterra no século XVIII, e na Alemanha e nos Estados Unidos, no século XIX. No século XX, a partir da figura de Meillet,

---

<sup>52</sup> Site do Programa: [www.prohpor.ufba.br/](http://www.prohpor.ufba.br/)

sucedem-se outras pesquisas, principalmente na Alemanha e na Costa Oeste Americana. A literatura nos informa que Antoine Meillet é o primeiro autor a empregar o termo gramaticalização (“passagem de uma palavra autônoma à função de elemento gramatical”), embora no século X já constassem, segundo Heine *et al.* (1991), trabalhos que distinguiam símbolos linguísticos plenos de vazios. Ainda é preciso citar que, anteriores a Meillet, mas já com referências à gramaticalização, há os estudos de Horne Tooke e de Wilhelm Von Humboldt (GONÇALVES *et al.*, 2007).

Conforme já mencionado no início deste capítulo, as línguas estão em constante mudança e, em decorrência disso, “a gramática está num contínuo fazer-se, o que nos permite falar de uma relativa instabilidade da estrutura linguística” (FURTADO DA CUNHA; OLIVEIRA; MARTELOTTA, 2003, p. 50). Dessa instabilidade resulta o fato de que uma norma só passa a integrar a gramática de uma língua após o emprego casual de uma expressão tornar-se fixo. Nesse sentido, diz-se que o discurso (entendido como estratégias empregadas pelo falante a fim de organizar de forma funcional o seu texto, com vistas ao ouvinte, em determinada situação comunicativa<sup>53</sup>) é o ponto de partida e o ponto de chegada da gramática. Com o uso, uma palavra deixa o discurso e vai para a gramática (gramaticalização). Quando um termo começa a ser usado de forma não previsível, o inverso ocorre, ou seja, a palavra sai da gramática e vai para o discurso (discursivização).

Castilho (2006) ressalta que, para um item lexical ser passível de sofrer o processo de gramaticalização, deve “dispor de traços semânticos” e “de propriedades discursivas”, os quais lhe permitem atuar como um coesivo ou marcador conversacional. Mais adiante, o autor complementa que “qualquer expressão linguística exhibe simultaneamente propriedades lexicais, discursivas, semânticas e gramaticais, variando o grau de saliência entre elas, por razões ainda pouco claras” (CASTILHO, 2006, p. 250). Assim, não seria possível estabelecer um marco inicial e outro final no processo de mudança porque toda palavra apresentaria, ao mesmo tempo, todas as propriedades acima relatadas.

A gramaticalização propõe explicar esse processo de mudança por meio dos estudos das transformações pelas quais um item gramatical e/ou lexical<sup>54</sup> passa, assumindo sentidos e funções de ordem intralinguística. Essas mudanças

---

<sup>53</sup> Furtado da Cunha, Oliveira e Martelotta (2003).

<sup>54</sup> Itens lexicais seriam os nomes, verbos e adjetivos, dada a sua significação mais concreta.

dão origem às palavras gramaticais<sup>55</sup> que, segundo Costa (2004), constituiriam etapas de um processo diacrônico.

Sobre definições e terminologia, Antoine Meillet, no início do século passado, cunhou o termo hoje tão difundido de gramaticalização. Para Meillet (1975), existiam três classes de palavras: principais (um verbo locativo, por exemplo), acessórias (um verbo de ligação, por exemplo) e gramaticais (um verbo auxiliar, por exemplo), havendo entre elas uma transição gradual e é justamente essa transição que o linguista francês entende como o fenômeno aqui estudado. Nesse sentido, a transição provocaria um esvaimento de sentido e de forma, que levaria à transformação da palavra acessória em palavra gramatical, por exemplo. Com isso, a gramaticalização poderia ser explicada como um processo diacrônico, mas também sincrônico quando se observa a possibilidade de convivência de usos no mesmo recorte temporal (CASTILHO; LOPES, 2010).

Meillet, em sua obra, *L'évolution des formes grammaticales* (1975), destaca, ainda, conforme Longhin (2003), dois processos responsáveis pelo surgimento de formas gramaticais: a analogia e a gramaticalização. A analogia, nas palavras de Castilho (1997, p. 29), “é uma sorte de aproximação psicológica entre categorias em ausência, isto é, entre categorias situadas no eixo paradigmático”. Por meio desse processo, há a extensão de uma regra a outros itens. No Português, exemplifica-se a analogia na fonologia a partir da nasalização do item adverbial *sim* que, no latim era *sic*. A forma foi nasalizada devido a sua relação de oposição a *não* (< *non*).

A analogia como processo de mecanismo de criação, mencionada por Meillet (1975), remete a Hermann Paul (1889), que trata a trata como um tipo de mudança, com enfoque na linguagem infantil. Naquele momento, o neogramático explicara que a forma existente, de mesmo significado, não desaparecia subitamente diante do aparecimento de uma forma análoga. Em geral, alguns falantes conservam a forma antiga enquanto outros adotam a nova forma, mas permanece o convívio delas: “Portanto ambas as formas têm de se tornar correntes para um número maior ou menor de indivíduos. Só depois de longa luta entre ambas as formas é que o neologismo pode reinar sozinho” (PAUL, 1889, p. 126).

---

<sup>55</sup> Itens gramaticais seriam as preposições, advérbios, verbos auxiliares, pois assumem função gramatical na sentença. É, segundo Gonçalves *et al.* (2007), a autonomia da palavra que determina se ela é lexical ou gramatical.

O segundo procedimento para surgimento de formas gramaticais, a gramaticalização, é, para Meillet (1975), o mais importante, porque pode transformar o sistema linguístico ao criar formas que substituem as existentes ou categorias para as quais não havia expressão linguística anteriormente.

Mesmo com os estudos de Meillet, os trabalhos sobre gramaticalização ficaram relegados a segundo plano por várias décadas, devido à publicação da obra de Ferdinand de Saussure. Weinreich, Labov e Herzog (2006) informam que os estudos de Saussure, quanto à mudança linguística, não trouxeram significativas contribuições além das já apresentadas por Hermann Paul. Somente na década de 1970 houve o resgate da teoria sobre gramaticalização por meio de autores como T. Givón, B. Heine, P. Hopper, E. Traugott, C. Lehmann, entre outros.

Em *Approaches of gramaticalization*, Heine e Traugott (1991) expõem uma reflexão sobre as diferentes visões teóricas a respeito da gramaticalização, bem como das divergências existentes sobre a definição e das terminologias adotadas. Neste último aspecto, os linguistas salientam que não há um ajuste de ideias sobre a adoção de um termo único. Os pesquisadores que fazem uso da gramaticalização em seus trabalhos compartilham de diferentes perspectivas e nomenclaturas para se referirem ao processo. Dessa forma, é possível encontrar designações como *gramaticalização*, *gramaticização*, *sintaticização*, *descoramento semântico*, *enfraquecimento semântico*, *desvanecimento semântico*, *reanálise*, *condensação*.

Para Hopper e Traugott (1993), há uma divergência entre *gramaticalização* e *gramaticização*, pois a primeira associa-se a uma visão diacrônica e a segunda liga-se a uma perspectiva sincrônica. Outros termos empregados designam, na verdade, apenas aspectos, princípios do processo.

Gonçalves *et al.* (2007) elucidam parte da confusão terminológica ao mencionarem que a gramaticalização pode ser compreendida como processo, paradigma ou fenômeno. Como processo, tem por objetivo a “identificação e análise de itens que se tornam mais gramaticais” (GONÇALVES *et al.*, 2007, p. 16). Como paradigma, busca observar como surgem e como são usadas as formas e as construções gramaticais. Por fim, é um fenômeno quando trabalha com perspectivas diacrônicas (explicação a respeito do surgimento e desenvolvimento das formas na língua) e sincrônicas (preocupação com a identificação de graus de gramaticalidade que uma forma desenvolve a partir do uso da língua). Ainda é possível considerar a

união dessas duas perspectivas (diacronia e sincronia), denominada pancronia. No presente trabalho, adotamos as três nomenclaturas porque entendemos que elas se complementam no que se refere à explicação da gramaticalização.

Ao lado da definição clássica de Meillet (1975) sobre gramaticalização, está a de Kurylowicz ([1965]): “processo em que se verifica a ampliação dos limites de um morfema, cujo estatuto gramatical avança do léxico para a gramática, ou de um nível menos gramatical para mais gramatical, isto é, de formante derivativo para formante flexional”. Heine e Reh (1984 *apud* HEINE; TRAUGOTT, 1991) postulam que se trata de uma evolução linguística em que unidades perdem em complexidade semântica, significado pragmático, liberdade sintática e substância fonética.

Heine e Traugott (1991) acreditam que o processo em questão diz respeito à parte da teoria da linguagem que tem por objeto a interdependência entre *langue* e *parole*, entre o categorial e o menos categorial, entre o fixo e o menos fixo na língua. Por sua vez, Hopper e Traugott (1993) definem gramaticalização como o processo em que itens ou construções gramaticais passam, em determinados contextos linguísticos, a ser empregados com funções gramaticais. Ao se gramaticalizarem, essas expressões continuam a desenvolver novas funções gramaticais.

Conforme a discussão apresentada, verifica-se que a concepção de gramaticalização é entendida diferentemente por aqueles que a adotam como aparato teórico em seus estudos. Nesse sentido, Furtado da Cunha (2009, p. 173) esclarece que a gramaticalização ocorre “[...] com itens ou expressões muito frequentes, o que faz com que o termo normalmente sofra desgaste fonético, perdendo, assim, expressividade”.

Outros autores brasileiros também apresentam sua apreciação quanto à gramaticalização, como Martelotta, Votre e Cezário:

[gramaticalização] designa um processo unidirecional segundo o qual itens lexicais e construções sintáticas, em determinados contextos passam a assumir funções gramaticais e, uma vez gramaticalizados, continuam a desenvolver novas funções gramaticais. Um processo em cujo final o elemento linguístico tende a se tornar mais regular e mais previsível, pois sai do nível da criatividade eventual do discurso para penetrar nas restrições da gramática (MARTELOTTA; VOTRE; CEZÁRIO, 1996, p. 24).

Neves, por sua vez, concebe esse processo

[...] a partir de uma visão em pancronia, que coloco como rubrica inicial no estudo do processo. Ela domina um eixo central que, com fundamento nas mais básicas lições funcionalistas, já parte de uma “gramática” definida como um sistema de equilíbrio instável/dinâmico/provisório, devido a pressões externas e internas (Du Bois, 1993, 1995), o que configura a existência de categorias não discretas (Langacker, 1987). Assentado o estatuto de uma gramática instável, dinâmica e provisória em seu equilíbrio, surgem duas perspectivas pelas quais ela pode ser vista em seu uso: de um lado, a perspectiva sincrônica, na qual se verifica, exatamente, a fluidez de padrões; do outro lado, a perspectiva diacrônica, na qual se verifica a alteração de padrões (NEVES, 2010, p. 22).

Castilho (2010) compreende-a como um conjunto de processos pelo qual uma palavra passa, podendo ganhar novas propriedades, de ordem fonológica, morfológica, sintática e semântica; transformar-se em uma forma presa ou mesmo desaparecer devido a uma cristalização extrema. Em outro artigo, o autor, ao lado de Célia Regina Lopes, salienta que “A pesquisa mais recente vem incluindo na agenda desta teoria a identificação dos gatilhos cognitivista e pragmático da gramaticalização” (CASTILHO; LOPES, 2010, p.145).

Castilho (2010) cita como exemplo a gramaticalização do verbo *haver*, explicando sobre o fato de que esse verbo seleciona um sujeito, construído com objeto direto. Em latim, *habere* significa “ter posse, ser dono, guardar”. A ideia de posse perdurou até o século XVI, quando o verbo *ter* predominou em passagens possessivas. Após esse período, ao verbo *haver* coube ser empregado como verbo funcional ou verbo-suporte<sup>56</sup> e como formador de futuro do presente e do pretérito, além do pretérito perfeito composto. No caso de indicação de futuro, as formas derivam da construção latina de infinitivo + verbo *habere*: *Scribere litteram habeo* – *eu tenho uma carta para escrever*<sup>57</sup>. Nessa estrutura, havia a ideia de posse que permitiu o surgimento, por meio de redução fonética, do morfema indicador de futuro do português: *escrever+ei*.

No entanto, Castilho (2010) salienta que a gramaticalização não se findou nesse ponto acima descrito. Atualmente, na linguagem oral, faz-se o uso da perífrase verbal *ir* + *infinitivo* para a mesma indicação de tempo futuro. O

<sup>56</sup> Verbo-suporte é aquele que apresenta forte solidariedade com o substantivo que lhe é posposto. Nesse conjunto, os dois (verbo e substantivo) funcionam como núcleo do sintagma verbal, não apresentando fronteira sintática entre eles (CASTILHO, 2010). São exemplos de verbo-suporte as formas *dar conta*, *fazer ginástica*, *ter nojo*, *dar parte* (na polícia), entre outros. Observa-se que os verbos-suporte suprem algumas faltas do léxico, como o caso de *fazer ginástica*, atividade para qual não há um verbo pleno que consiga expressar esse sentido (\*ginastocar).

<sup>57</sup> Retirado de Castilho (2010, p. 403).

pesquisador ressalta que a adoção de um verbo de movimento para expressar temporariedade justifica-se pelo fato de que o futuro não integra a experiência de vida humana, ao contrário do passado (para tanto, há várias maneiras de expressá-lo: pretérito imperfeito, perfeito, mais que perfeito, entre outros) e do presente. Por sua vez, o futuro está no nível imaginário, para onde caminhamos. Nesse sentido, Castilho (2010, p. 405) explica que, quando utilizamos a perífrase ir + infinitivo, como em *Vou sair*, representamos sair “como espaços idealizados para os quais me dirijo.”

Por fim, Castilho (2010) tece considerações sobre a visão funcionalista de gramaticalização. Para ele, os pesquisadores que se valem dessa visão contrariam-na ao postular a língua como entidade em processo ao mesmo tempo em que a assumem como estática, representando-o de maneira linear, de modo que as categorias são dispostas seguidamente. Assim, o autor apresenta uma proposta alternativa, a teoria multissistêmica funcionalista cognitivista.

Essa teoria fundamenta-se em cinco postulados:

- a língua fundamenta-se em um aparato cognitivo;
- a língua é uma competência comunicativa;
- as estruturas linguísticas não são consideradas objetos autônomos;
- as estruturas linguísticas ultrapassam os limites da gramática por serem multissistêmicas;
- as explicações linguísticas devem ser buscadas por meio de uma visão pancrônica da língua (CASTILHO, 2010).

Sobre o primeiro postulado, o pesquisador esclarece que as línguas naturais explicitam categorias cognitivas de pessoa, coisa, tempo, entre tantas outras. A representação pode mudar de língua para língua, mas as categorias permanecem. Ao conceituar uma categoria, faz-se necessário, conforme evidencia o autor, voltar-se à teoria dos protótipos. Segundo essa teoria, as categorias representam a realidade. Assim, estabelecem-se entre elas limites não definidos, o que permite compreender a existência de elementos com traços mais característicos de sua categoria (haveria preposições “mais preposicionais”, como *de*) e outros com

aspectos mais gerais (preposições “acidentais”, como as advindas do particípio – *durante*).

Em relação ao entendimento de que a língua é uma competência comunicativa, Castilho (2010) explicita que essa última concepção consiste na habilidade do homem de veicular informações, expor sentimentos e dar ordens. Assim,

[...] (1) a língua opera constantemente sobre categorias cognitivas e semânticas, criando os significados; (2) língua é processamento da informação, referenciando-se à situação de fala e ao próprio texto que está sendo criado; (3) a língua se manifesta na interação social através da conversação, considerada como a articulação discursiva mais fundamental (CASTILHO, 2010, 71).

O terceiro postulado, segundo o autor, contrapõe o formalismo, o qual contextualiza a língua em si mesma. As estruturas linguísticas são vistas a partir de certos aspectos, como a flexibilidade e a pressão a que são submetidas por meio do uso, com base na estabilidade existente entre padrões e estruturas emergentes. Além desses, há a não arbitrariedade e a dinamicidade das estruturas, que estão suscetíveis à gramaticalização. Nesse sentido, a língua é determinada pelo uso.

O penúltimo aspecto elencado por Castilho (2010) corresponde ao fato de que a língua é um processo articulado por domínios, a saber: lexicalização, discursivização, semanticização e gramaticalização. Quando percebido como produto, trata-se de um conjunto de categorias sob quatro sistemas: léxico, discurso, semântica e gramática. Tais sistemas são autônomos entre si.

Na visão do pesquisador, os processos que envolvem gramaticalização são a fonologização, a morfologização e a sintaticização. A primeira é a “formação dos quadros vocálico, consonantal e da estrutura silábica, bem como das alterações desses quadros” (CASTILHO, 2010, p. 145). Como exemplo disso, temos a transição das vogais do latim para o português atual. A morfologização, por sua vez, compreende a formação de morfemas (flexionais ou derivacionais), como a redução das declinações latinas em relação ao português contemporâneo.

Por sua vez, a sintaticização é explicada, por exemplo, por meio dos casos morfológicos e de preposições, visto que a citada redução dos casos latinos

levou as línguas a providenciarem substitutos para essa categoria. Na sintaxe, a marcação dos adjuntos da sentença e dos argumentos dos verbos passou a ser realizada com o auxílio das preposições. Empregamos as preposições *a* e *para*, por exemplo, para introduzir o objeto indireto.

O último postulado, referente à pancronia, trata da interação sincronia/diacronia<sup>58</sup> na gramática funcionalista, pois esta considera, na contextualização de certos fatos linguísticos, inicialmente, os significados das expressões, ao longo do tempo, para, em seguida, questionar como ocorre a codificação gramatical.

Essa dicotomia (sincronia/diacronia), referendada por Saussure, a que se reporta não somente Neves (2010), como Castilho (2010), entre outros pesquisadores, constitui-se como mais um dos pontos críticos que permeiam o processo da gramaticalização. Isso porque, durante anos, a linguística diacrônica abrigou os estudos sobre gramaticalização também para fins de análise e de reconstrução da história de uma língua. Nos anos de 1970, questionamentos a respeito dessa interação (sincronia e diacronia) motivaram novos olhares para esse processo.

Hopper e Traugott (1993), por exemplo, veem duas perspectivas para estudar a gramaticalização: uma de forma histórica e outra sincrônica. Alguns autores, como Furtado da Cunha, Oliveira e Martelotta (2003), propõem a adoção de uma visão pancrônica do fenômeno, uma vez que as mudanças, ao longo do tempo, explicam alterações sincrônicas; envolvem o sistema e o uso. A adoção de apenas uma das abordagens não permite a observação da “natureza sistemática e estável das relações polissêmicas, dos usos e das construções em que se encontram os itens focalizados” (FURTADO DA CUNHA, OLIVEIRA; MARTELOTTA, 2003, p. 73).

Assim, visto em uma perspectiva diacrônica, o foco na explicação está direcionado para como formas gramaticais surgem e se desenvolvem na língua. É sincrônica quando se busca a identificação

[...] de graus de gramaticalidade que uma forma linguística desenvolve a partir dos deslizamentos funcionais a ela conferidos pelos padrões fluidos

---

<sup>58</sup> A sincronia é “Fase histórica de uma língua natural, delimitada por um conjunto razoavelmente estável de regras lexicais, semânticas, discursivas e gramaticais. A observação de um conjunto de sincronias é o mesmo que diacronia. Oposições e contrastes configuram uma sincronia” (CASTILHO, 2010, p. 692)

de uso da língua, portanto, sob um enfoque discursivo-pragmático. A combinação dessas duas perspectivas (pancrônica) também é uma possibilidade metodológica (GONÇALVES *et al.*, 2007, p.16).

Frente à consideração de que uma forma pode adquirir novos sentidos sem perder os antigos, *Votre et al.* (1999) reafirmam a adoção da pancronia nos estudos sobre gramaticalização, pelo fato de a sincronia e a diacronia se integrarem. Dessa forma, a pancronia amplia as explicações a respeito da teoria linguística ao mostrar como uma forma passou a desempenhar a nova função, além do fato de que, para reconstruir a gramática de uma língua morta, é preciso testar em uma língua viva, conforme reitera Hopper e Traugott (1993).

Também se torna viável a adoção da pancronia ao considerarmos os fatores cognitivos e comunicativos do significado gramatical, os quais são revelados pela mudança linguística. As generalizações também contribuem para a adoção da interação sincronia/diacronia porque as mais efetivas envolvem o trajeto percorrido por uma forma, o que não ocorre quando são feitas com base em um recorte sincrônico. A instabilidade da língua finaliza os motivos de *Votre et al.* (1999).

Vimos que a primeira problemática que envolve os estudos sobre gramaticalização diz respeito à definição do processo. A segunda corresponde à tentativa de estabelecer o ponto de partida do processo em questão. Alguns pesquisadores, como Lehmann (1982 *apud* CASTILHO, 1997), postulam que há uma unidirecionalidade, pois acreditam que a mudança ocorre sempre em uma única direção, de forma que não há possibilidade de reversão.

A unidirecionalidade é entendida por Gonçalves *et al.* (2007, p. 41) “metaforicamente falando [...] [como] o bisturi que recorta um tipo específico de mudança, a que promove o rebaixamento de categoria de um elemento, rumo a uma estrutura mais gramatical, e nunca o contrário”. Dessa forma, constituiria o preceito de que vários mecanismos atuam no fenômeno de gramaticalização, seguindo uma direção de mudança. Compreende-se, ainda, que a unidirecionalidade opera da esquerda para a direita, acreditando-se, assim, que não haveria rompimento desse caminho.

No entanto, faz-se necessário observar que alguns estudiosos do assunto apregoam que a unidirecionalidade pode ser rompida, mas esse rompimento não prejudicaria o uso e só ocorreria em raros casos, conforme Sweetser (1990). Outros autores, como Zygmunt Grajzyngier, ainda vislumbram a

possibilidade de bidirecionalidade, em que o *continuum* proposto poderia seguir da esquerda para a direita e vice-versa, comprovadas por meio de pesquisas sobre as línguas chádicas e as orações temporais e condicionais (GONÇALVES *et al.* , 2007, p.41).

Dentre as escalas propostas que evidenciam o “caminho” a ser percorrido pela forma durante o processo de mudança está o estabelecido por Givón (1979): *discurso* → *sintaxe* → *morfologia* → *morfologia* → *zero*. Neves (2010) explica que esse modelo serviu como base para vários trabalhos realizados no Brasil, como a obra de Martelotta, Votre e Cezario (1996), mencionada no *caput* deste trabalho. Em linhas gerais, a formulação givoniana “emerge do discurso” (NEVES, 2010, p. 29) e se constitui como a trajetória em que um item lexical passa a exercer função gramatical por meio do uso, seguindo uma direção única. O zero da escala representa a erosão de sentido e de forma. Um exemplo dessa escala seria o elemento *mal*, que no latim era um advérbio (*male*), passando a ser empregado como substantivo (*malum, i*), advérbio (*mal*) e prefixo latino (*male*). Desses usos, no Português atual, a mesma forma – *mal* – é empregada como substantivo, prefixo e conjunção temporal. Assim, como prefixo, a mudança ocorrida foi de forma livre para presa.

Outras escalas foram propostas, seguindo o princípio da unidirecionalidade, na tentativa de abranger todo o processo. Nesse sentido, na perspectiva cognitiva, voltada para o processo metafórico, Sweetser (1990) apresenta a seguinte trajetória: *mundo sócio-físico* > *experiência fundante* > *ato de fala*. Sobre essa proposta,

[...] os atos de fala, que correspondem ao ciclo funcional givoniano aqui referido, já constituem processo de derivação, uma vez que emergem da experiência, do conjunto de vivências humanas, que, por sua vez emergem da experiência, instância maior, identificada como o mundo sócio-físico ou histórico-social. Para Sweetser, portanto, toda a atividade linguística já é mais abstrata e refinada, se comparada às demais atividades e experiências humanas, e constitui um cline de derivação de sentidos (OLIVEIRA, 2010, p. 29).

Por sua vez, Heine e Traugott (1991) abordam a unidirecionalidade a partir das mudanças que compreendem a abstratização: passagem do concreto para o abstrato. O esquema representativo desse processo seria: *espaço* → *tempo* → *texto* e permite dois desdobramentos: o primeiro envolve o surgimento de categorias

lexicais, cuja origem é um item lexical de sentido concreto. Como exemplo desse desdobramento pode-se citar o uso recorrente do verbo *ir* empregado como auxiliar de futuro no Português Brasileiro. O segundo diz respeito à abstratização progressiva de significado de um elemento, não havendo mudança na categoria gramatical a que ele pertence. É o que ocorre em alguns usos do ONDE, quando é empregado com sentido temporal, estendendo, ainda, seu uso como marcador de pausas. Neste último caso, torna-se um conectivo vazio de significado. A tese de doutoramento de Martelotta (1991) faz uso dessa escala.

A trajetória apresentada por Heine e Traugott (1991), atribuída a casos de mudança de muitos advérbios para conjunção, revela que é possível considerar o status *espaço > texto*, sem que o elemento tenha, em determinado momento, o valor temporal. É o caso de elementos indicadores de espaço que são utilizados para designar pontos no texto. Esses usos contribuem para o desenvolvimento da função de conjunção do elemento, como o que acontece com *isso*, empregado por conjunção conclusiva quando associado à preposição *por*.

Heine, Claudi e Hünemeyer (1991) também expõem uma trajetória de base cognitiva: *pessoa > objeto > atividade > espaço > tempo > qualidade*. Essa proposta admite a metáfora como parte do processo, considerando a transferência metafórica como base para o desenvolvimento de categorias gramaticais. Segundo Oliveira (2010, p. 30), essa escala acrescenta elementos e a última etapa apresenta nome genérico (*qualidade*), o que, segundo a autora, “pouco dizem a respeito da referência articulada”. Martelotta (2010) faz uma crítica a esse modelo, ressaltando que essa proposta apresenta alguns problemas, como a falta de clareza da relação entre trajetória e gramaticalização:

Apesar de os autores mencionarem a relação entre metáfora e gramaticalização, nenhum desses movimentos expressos na trajetória em questão, pelo menos em princípio, implica necessariamente o surgimento de um elemento gramatical. Além disso, ora os autores parecem se referir a processos de gramaticalização propriamente, ora a fenômenos associados ao processo, como é o caso de as categorias OBJETO e PROCESSO tenderem, translinguisticamente, a ser expressas pelo mesmo pronome (MARTELOTTA, 2010, p. 54).

O autor encerra suas reflexões salientando que essa trajetória se mostra parcial porque não atinge os mecanismos que se encontram na base da mudança linguística. No tópico seguinte, esclarecemos melhor essa relação entre

metonímia e metáfora no processo de mudança, além de destacarmos os estágios e princípios mais difundidos da gramaticalização.

#### 5.4 PRINCÍPIOS E ESTÁGIOS DA GRAMATICALIZAÇÃO

Em torno da gramaticalização, residem alguns pontos lacunares, os quais tornam o trabalho com essa teoria mais interessante, uma vez que se busca, por meio da tentativa de conseguir superá-los, a explicação para mudanças em nosso idioma. Ao lado da dificuldade de adoção de um termo único, está a definição complexa, bem como a indagação sobre a existência (ou não) de estágios, critérios ou fatores que demonstrem se o elemento está mais ou menos gramaticalizado.

Castilho (1997) destaca os estágios ou fases que Lehmann (1982 *apud* CASTILHO, 1997) propõe em relação ao processo de gramaticalização: *sintaticização, morfologização e desmorfemização*. De modo geral, a *sintaticização* envolve recategorização sintática e categorização funcional. Isso significa que o elemento muda de classe gramatical ou assume funções diferentes daquelas que lhe eram atribuídas. A *recategorização* é comumente apresentada como um processo de composição e/ou de derivação. Observa-se, na mudança de classe gramatical, o seguinte *continuum*, proposto por Hopper e Traugott (1993, p. 104): “Categoria maior [verbo, nome, pronome] > Categoria mediana [adjetivo, advérbio] > Categoria menor [preposição, conjunção]”.

Castilho (2006), entretanto, já chamara atenção para esse *continuum*, pois se verificam diversos pontos questionáveis:

- se as categorias lexicais dão origem a categorias gramaticais, os itens lexicais realmente possuiriam propriedades gramaticais, capazes de serem agrupados em categorias?
- e se não houver essas propriedades, como seria possível entender a postulação de classes, divididas em maiores, intermediárias e menores?
- os itens, se não tiverem esse estatuto categorial configurado, permitirão identificar suas mudanças de forma linear?

Conforme o mesmo pesquisador, um item apresenta as propriedades gramaticais, discursivas, lexicais e semânticas simultaneamente, o que

dificultaria o estabelecimento de uma linha capaz de demonstrar claramente o caminho percorrido durante a mudança linguística.

Como exemplo de recategorização, tem-se a transformação de verbos plenos<sup>59</sup> em verbos funcionais<sup>60</sup> e auxiliares<sup>61</sup>, como o verbo *ir* usado em construções perifrásticas de futuro: *Vou viajar* no fim de semana. Nesse caso, já comentado anteriormente, há perda do sentido original de movimento e ganho de sentido de futuridade.

A fase seguinte da gramaticalização é a *morfologização*, entendida como “a criação de formas presas, seja afixos flexionais, seja afixos derivacionais” (CASTILHO, 1997, p. 19). Para o autor, no Português Brasileiro, diante das modificações no quadro pronominal da língua portuguesa, haverá a possível cliticização dos pronomes pessoais ao verbo e o surgimento de prefixos com função número-pessoal.

A desmorfemização corresponde ao desaparecimento de um morfema, ante a situação em que sua função é assumida por outros itens, que co-ocorrem com ele. No francês, a negação feita por meio da estrutura *ne... Verbo... pas*, vem sendo realizada, na fala, somente por meio da partícula *pas*. A negativa em Português Brasileiro também sofre mudança, visto que se registra, na oralidade, a dupla negação (*não... Verbo... não*). Esse recurso se faz necessário em razão ao enfraquecimento do *não* anteposto ao verbo – *Não vi nada não*. O segundo advérbio negativo seria um reforço do sentido. Verificam-se, ainda, casos em que somente se emprega o *não* posposto ao verbo – *Vi não*.

Gonçalves *et al.* (2007) complementam que os estágios de Lehmann não explicitam a redução fonológica, mas faz-se necessário considerá-la. Esse aspecto deve ser entendido, sobretudo, na morfologização, já que consiste na fusão de formas livres, transformando-se em formas presas. Exemplo típico desse estágio seria a redução da forma trissilábica *habeo* para a forma *ei*, um ditongo, formando o futuro nas línguas românicas.

---

<sup>59</sup> Núcleos de predicado.

<sup>60</sup> Indicam o modo, o tempo, o número e a pessoa em construções com verbo-suporte.

<sup>61</sup> Além de atribuir aos verbos plenos as categorias de número e pessoa, também indicam tempo, modo e aspecto.

Observa-se que, durante essas fases, os itens sofrem alterações semânticas ao perderem seu sentido original. Os mecanismos contribuidores para essas mudanças são, comumente, a metáfora e a metonímia.

No caso da metáfora, Martelotta, Votre e Cazário (1996) explicam que na trajetória espaço > discurso, o conceito espacial é visto como mais concreto, servindo de base para que outros elementos de menos valor concreto surjam. Dessa forma, os autores exemplificam suas afirmações com base no uso de *lá* e *isso*:

Observemos, no exemplo seguinte, a ocorrência de *lá* e de *isso*:

Ex 6: "... em frente à cama tem a televisão... que fica também na frente da janela...assim:...o que mais? que ela fica no alto assim... até é um saco... que o meu controle... às vezes/quebrou... e aí... à noite assim eu durmo e aí eu... "a:i não... tenho que apagar a televisão"...aí eu levanto... vou **lá**... a... aí... desligo... é um saco... **isso** é um saco..."

Nesse exemplo, os dois elementos em negrito, que são originariamente dêiticos espaciais, estão empregados, nesse contexto, com valor anafórico, pois ambos fazem alusão a algo anteriormente mencionado. O **lá** se refere ao lugar onde está a televisão e o **isso** faz alusão à necessidade de levantar e desligar a televisão citada anteriormente. São exemplos de metáfora espaço > discurso (MARTELOTTA; VOTRE, CEZARIO, 1996, p. 29-30).

Martelotta, Votre e Cezário (1996) também apresentam outro exemplo de metáfora, por meio do mecanismo da analogia, o qual não provoca a mudança linguística, mas contribui para a expansão dela na língua, regularizando situações: "É o que ocorre quando uma criança diz **eu sabo** ao invés de **eu sei**, ou o que gera regularidades do tipo **menos/menas, seja/seje**. Trata-se de casos em que o falante de modo unidirecional estende um uso mais geral para substituir usos menos gerais" (MARTELOTTA; VOTRE, CEZARIO, 1996, p. 30).

São vários autores que compartilham a ideia de que a gramaticalização é motivada pela metáfora – Heine *et al.* (1991), Sweetser (1990), entre outros. Esse processo envolve abstração de significados, pois a abstratização diz respeito à maneira como o ser humano compreende o mundo e o conceitua.

Heine *et al.* (1991), assim, procuram demonstrar que a metáfora na gramaticalização é diferente daquela estudada como figura de linguagem. No processo de mudança, ela é entendida como extensão de sentido. Os autores postulam que a análise de mudanças semânticas com base na metáfora pode ser feita de acordo com um arranjo de categorias conceptuais, em que cada uma delas se conceptualiza por outra categoria à sua direita, seguindo a escala abaixo:

PESSOA > OBJETO > ESPAÇO > TEMPO > PROCESSO >  
QUALIDADE

Nessa escala, observa o princípio da unidirecionalidade, haja vista que a escala acima constitui uma escala de abstratização, pois o avanço para a direita indica a possibilidade de conceptualizar-se. De acordo com os pesquisadores, qualquer elemento da escala pode ser conceptualizado como um elemento à sua direita, o que ocorre, a título de exemplificação, com o nome *pé*, que, designando uma parte do corpo de uma PESSOA, passa a se referir a uma parte de um OBJETO (*pé da cadeira*) ou a um ESPAÇO (*pé da letra*).

Outro exemplo é a expressão *tipo assim*. Bittencourt (1999) explica que o substantivo *tipo* (do grego *typos*) significa “cunho, molde, sinal deixado por forte impressão”. No entanto, esse item, em um processo de deslexicalização, o qual a mídia denomina modismo, assume traços gramaticais e pragmáticos, por contaminação com o advérbio *assim*. Na sentença, essa composição pode atuar como marcador de tempo, lugar, entre outros, conforme se verifica nos exemplos elencados pela linguista:

- (7<sup>62</sup>) eu tô pensano chegá LÁ... **tipo assim** DEZ horas...  
 (8) cê me LEva e fica me esperano **tipo assim** do lado de fora...  
 (9) se é pra comPRÁ::... vão comprá de uma vez **tipo assim** DEZ caixa...  
 (10) é bom encomendá **tipo assim**... pasTEL:: ... coXI::nha ... emPA::da ...  
 essas coisa...

A autora também descreve que, no nível interacional, a expressão se apresenta como conjunção, expressando causa, explicação e finalidade, observados, respectivamente, nos exemplos abaixo:

- (11) minha professora de matemática é HO::mem...**tipo assim**... ela é trunCUda...  
 (12) meu pai num sabe o que fazê com o Zé Ernesto... **tipo assim**...  
 [=porque] ele é cuNHAdo dele...  
 (13) o sujeito tinha uma mercedes e vendeu ela **tipo assim** comprá um

---

<sup>62</sup> Numeração e apresentação gráfica de acordo com o constante no artigo de Bittencourt (1999).

fusca...

Bittencourt (1999) também destaca o emprego discursivo-textual e conversacional de *tipo assim*, esclarecendo que, no primeiro caso, trata-se de uma estratégia de remissão a um discurso direto: “a- a turma que tava joGA::no meio que me olhou **tipo assim**...”. Soma-se a essa verificação o uso como expressão *dicendi* (como o verbo dizer, falar, explicar):

17) Loc. 1: pra mim esse governo num tá com NAda.... basta olhá o mundo de SEM que nós temos... é sem TERra... sem TEto... sem diNHERO... sem PERna... sem coRAGem... Loc. 2: **tipo assim** num tá nem aí pro social...

(18) Loc. 1: CA::ra... cê num faz iDÉia do filme que passaram ontem na tevê...  
Loc. 2: **tipo assim**... onDÉ que cê arranja SAco pra vê televisão?

Quanto à questão conversacional, a linguista elucida o uso ao mencionar que o *tipo assim* serve para indicar a sustentação da fala pelo locutor:  
*Loc. 1: pelo que tô VE:: no esse tal pastô tá* *Loc. 2: tipo assim fanatiZA::no o PO::vo...*

Bittencourt (1999, p. 75) conclui que as mudanças identificadas nos níveis funcional, morfossintático e fonético do processo do *tipo assim* estão ocorrendo da seguinte forma:

No primeiro caso, registra-se o distanciamento semântico do termo em relação ao item lexical-fonte e a assunção de papéis de caráter gramatical e discursivo-conversacional; no segundo, presenciamos uma coalescência composicional com o advérbio **assim**, de tal forma que o ex-substantivo pode chegar a figurar sozinho em lugar de toda a locução; finalmente, no terceiro, assistimos a uma fusão desse elemento com o seu parceiro adverbial, com o qual passa a formar um mesmo grupo de força. Uma evidência empírica dessa deslexicalização em curso do vocábulo em apreço é a impossibilidade de sua co-ocorrência com determinante ou modificador, que é o que se dá quando ele figura como núcleo (substantivo) de um SN, conforme referido anteriormente.

A metáfora pode ampliar uma categoria e, às vezes, o protótipo, como pondera Givón (1979). O protótipo é o elemento com maior número de características importantes de uma classe gramatical e todos os outros deveriam classificar-se com base nesse protótipo. As formas *e*, *ou* e *se*, por exemplo, classificam-se como protótipos de sua classe porque correspondem a formas que no latim já desempenhavam função de conjunção. Entretanto a forma *não obstante*,

gramaticalizada como conjunção, etimologicamente, consistia em um particípio presente, o que a afasta do modelo prototípico proposto para sua classe. A metáfora, em relação ao ONDE, explicaria, por exemplo, a extensão de sentido de lugar para tempo, explicação e conclusão que se observa na pesquisa de Souza (2007). A autora observou, em *corpus* do século XIV, alguns empregos do item como condicional:

*V, 1404: ...per tal guisa que provejan os seus corpos en boa maneyra e non por muyta fartura da sua garganta nen por fazerem e criarem luxuria; nen outrossi onde ouvessen panos preçados que vestissem nẽ por que ensobvercessen, mais os pobres e mĩguados e nuus e famijntos, chamã a Deos*

O parágrafo a que pertence o fragmento acima foi retirado da obra *Virgeu de Consolaçon*. O excerto remete a uma passagem em que São Bernardo salienta que os bens da igreja são dos pobres e que os prelados devem dispensá-los. Em seguida,

[...] o santo comenta como esses religiosos devem se vestir, sempre se atendo ao voto de pobreza feito por todos eles. Ressalta ainda que um eclesiástico, mesmo que se cubra com roupas caras, deve dispensar qualquer sentimento que gere pecado. Atentamos para o emprego do tempo verbal pretérito imperfeito do subjuntivo, que contribui para o uso da conjunção se na versão, por designar hipótese (SOUZA, 2007, p. 67).

Ainda na mesma obra, SOUZA (2007) verificou o valor explicativo, que aparece em contextos argumentativos, com o intuito de explicar uma citação bíblica ou parábola e/ou persuadir o leitor a seguir os ensinamentos apresentados. Mattos e Silva (1989) já observara que, em textos do século XIII, esse emprego era verificado, fruto da argumentação desenvolvida nos textos religiosos e o denomina “conclusivo”. Em Souza (2007, p. 68), observa-se esse uso:

*II, 224: Ypocrisia he madrasta das virtudes e madre dos peccados. Onde diz sancto Agustinho: Ypocrisia he fazer antre os homẽes semelhança de bondade, e teer a maldade no coraçõ...*

Nota-se, nesse contexto, a presença de uma metáfora em relação à hipocrisia e sua explicação por Santo Agostinho é introduzida por ONDE que, na versão, se encontra substituído por *por isso*.

Ainda sobre a metáfora, no processo de gramaticalização, Gonçalves *et al* (2007) explicam que esta envolve abstratização de significados:

[...] os quais, de domínios lexicais ou menos lexicais, são estendidos metaforicamente para mapear conceitos de domínios gramaticais ou mais gramaticais. Essa abstratização diz respeito à forma como os seres humanos compreendem e conceituam o mundo que os cerca. É nesse sentido que as coisas mais próximas são mais claramente estruturadas e delimitadas, menos abstratas, do que as que estão mais distantes. Na atuação desse mecanismo é que se identifica o bleaching semântico da forma-fonte de um processo de gramaticalização. (GONÇALVES *et al*, 2007, p. 42-43).

De acordo com Heine *et al.* (1991), a metáfora é concebida como pragmaticamente motivada para a função na gramática. Não se formariam novas expressões, mas haveria a introdução de novos sentidos às expressões já existentes.

Martelotta, Votre e Cezário (1996, p. 17) entendem a metáfora como “processo de transferência semântica, em que usamos uma forma ou construção para representar um significado estreitamente relacionado com o significado a que, até então, a forma vinha sendo relacionada”. Assim, os autores exemplificam a metáfora com as expressões *mão de ferro* (*Ele dirige sua empresa com mão de ferro*) e *mão na roda* (*Teu sistema é uma mão na roda em minha firma*). Nesses casos, percebe-se a transferência de sentidos, da ideia de ajuda e de disciplina.

Sobre o processo da gramaticalização e sua relação com a metáfora, os autores acreditam que

[...] não consideramos adequado diminuir a importância da metáfora no processo, pois acreditamos que a gramaticalização envolve vários níveis:

- a) Nível Cognitivo - A gramaticalização (pelo menos no que se refere ao nível morfológico) segue, como parece ocorrer com os processos de mudança metafórica em geral, a tendência de usar elementos do mundo concreto para o mundo abstrato. O elemento do léxico é mais concreto que o da gramática: é mais fácil conceptualizar substantivos do que relações textuais;
- b) Nível Pragmático - A gramaticalização envolve uma intenção genérica do falante de usar algo conhecido pelo ouvinte para fazê-lo compreender melhor o sentido novo que ele quer expressar. Pode-se também ver nessa passagem concreto > abstrato uma intenção comunicativa de facilitar a compreensão do ouvinte a partir da utilização de conceitos mais concretos e

mais conhecidos para a expressão de ideias novas que surgem no decorrer do processo comunicativo;

c) Nível Semântico - A gramaticalização, como processo de mudança ocorrida no léxico, envolve o conhecimento por parte dos interlocutores dos significados de origem das palavras envolvidas; caso contrário, o sentido novo corre o risco de não ser detectado pelo ouvinte;

d) Nível Sintático - A gramaticalização ocorre basicamente em contextos que a estimulem, o que significa que, não só existem aspectos sintáticos que propiciam a gramaticalização, mas, principalmente, que esses aspectos são responsáveis pelo fato de a mudança tomar efetivamente este e não aquele caminho. (MARTELOTTA; VOTRE; CEZÁRIO, 1996, p. 28-29).

Dessa forma, os autores compreendem que a gramaticalização ocorre por mecanismos de natureza metafórica e de natureza metonímica. A metáfora, então, é um processo unidirecional de abstratização crescente, por meio do qual conceitos próximos da experiência humana são utilizados para expressar aquilo que é considerado como mais abstrato e, conseqüentemente, difícil de receber definição. A metonímia, por sua vez, compreende os processos de mudança por contigüidade, uma vez que estes são gerados em contexto sintático” (MARTELOTTA; VOTRE; CEZÁRIO, 1996, p.30).

Martelotta, Votre e Cezário (1996, p.30) explicam que a contigüidade é posicional ou sintática, porque “a mudança não ocorre apenas com a forma em si, mas com a expressão toda da qual a forma faz parte”. A metonímia está ligada à reanálise, uma organização da estrutura, uma nova forma de interpretar os elementos que compõem o enunciado:

Trata-se de um mecanismo que atua no eixo sintagmático, caracterizando-se por uma reorganização da estrutura do enunciado, e uma reinterpretação dos elementos que o compõem. É o que ocorre, por exemplo, com o elemento *that* em inglês, que, de pronome catafórico, passa a conectivo (exemplo nosso):

Ex 7: [I said *that*.] [John is coming.] > [I said] [*that* John is coming.]

Nesse caso ocorreram dois fenômenos ao mesmo tempo. Por um lado, o elemento *that* passou a ligar-se à segunda cláusula e, por outro, passou a desempenhar a função de conectivo. O processo de reanálise ocorre também na passagem *ir* (movimento em direção oposta ao falante) > *ir* (marca de futuro) registrada nos exemplos 8, 9 e 10 (exemplos nossos):

Ex 8: [João] [vai] [à escola]

Ex 9: [João] [vai][falar] [com o professor].

Ex 10: [João] [vai começar] [o trabalho][amanhã]

No primeiro caso, o verbo *ir* expressa um movimento em direção a um objetivo espacial: a escola. No segundo caso, o verbo *ir* ainda expressa movimento e o objetivo é *falar com o professor*. No terceiro caso, *ir* se liga a *começar* e deixa de expressar movimento para atribuir ao verbo *começar*

a noção de futuro, apresentando-se como um caso de reanálise (MARTELOTTA; VOTRE; CEZÁRIO, 1996, p.31).

Assim, ao lado da metáfora, a metonímia também contribui para explicar mudanças semânticas. Heine *et al.* (1991) a concebem como uma figura por meio da qual o nome de uma entidade é usada para outra, mantendo proximidade em relação à primeira. Os autores também mencionam que a metonímia pode desencadear uma reanálise estrutural.

Para Sperber e Wilson (1984 *apud* NEVES, 2004, p. 137), metonímia é “a manipulação pragmático-discursiva pela qual os conceitos são sujeitos a fatores contextuais na interpretação de enunciado”. Castilho (1997a) conceitua a mudança metonímica como a alteração semântica desencadeada por itens que se associam de forma sintática, consistindo um processo estrutural. O caso da negativa francesa serve de exemplo porque o elemento *passu* (passo), ao assimilar um sentido negativo de *non*, que não era seu, deu origem a um novo advérbio de negação (*ne...pas*).

Gonçalves *et al.* (2007) escrevem que

A mudança de significado por associação metonímica resulta de um raciocínio “abduativo”, por meio do qual o falante observa determinado resultado no discurso, invoca uma lei (da linguagem) e infere que, a um uso posterior, pode ser aplicada essa mesma lei (GONÇALVES, 2007, p. 48).

A relação entre o processo metonímico e o metafórico é de complemento. Em alguns casos, percebe-se que o primeiro dá conta de problemas de representação, enquanto o segundo soluciona problemas de informatividade e relevância na comunicação.

Ao lado desses dois processos, ainda se registram a analogia, a reanálise e as relações icônicas como motivadores da mudança. Conforme já discutido, Castilho (1997) explica que a primeira consiste na aproximação entre categorias paradigmáticas, estendendo regras a itens que não foram atingidos por elas. Esse processo é verificado na já comentada mudança fonética da forma latina *sic* em *sim* do português contemporâneo. A *reanálise*, por sua vez, configura-se na mudança ocorrida no eixo sintagmático, o que a difere da analogia. O futuro do presente formou-se por reanálise e a atual perífrase de futuro, constituída pelo verbo *ir* + *infinitivo*, também se explica por meio desse processo. As relações icônicas

evidenciam que não haveria arbitrariedade entre as formas e funções na língua. Elas se combinam entre si a fim de expressar elementos complexos.

Os trabalhos de Heine e Reh (1984 *apud* HOPPER; TRAUGOTT, 1991) constituem-se as primeiras referências sobre gramaticalização no que diz respeito ao estabelecimento de “princípios”. A obra dos autores apresenta sete desses princípios, os quais, segundo os linguistas, são comuns a qualquer processo. Assim, quanto mais uma unidade linguística sofre gramaticalização:

- a) mais ela perde em complexidade semântica, significância funcional, e/ou valor expressivo;
- b) mais ela perde em pragmática e ganha em significância sintática;
- c) mais reduzido é o número de membros que pertencem ao mesmo paradigma morfossintático;
- d) mais sua variabilidade decresce, isto é, sua posição se torna fixa na oração;
- e) mais seu uso se torna obrigatório em alguns contextos e agramatical em outros;
- f) mais ela se funde semântica, morfossintática e foneticamente com outras unidades;
- g) mais ela perde na substância fonética.

As duas propostas mais conhecidas sobre princípios são de Lehmann (1982 *apud* CASTILHO, 1997) e de Hopper (1991). Os princípios estabelecidos pelo primeiro procuram verificar o grau de autonomia dos elementos que estejam em um estágio mais avançado da gramaticalização, enquanto o segundo volta-se para as fases iniciais do processo (GONÇALVES *et al.*, 2007)

Lehmann (1982 *apud* CASTILHO, 1997) estabeleceu seis parâmetros da gramaticalização que, segundo ele, procuram aferir o grau de autonomia de uma forma, medindo, assim, o grau de gramaticalidade. Transcrevemos, a seguir, um quadro resumitivo sobre esses parâmetros, resultado da combinação de três aspectos: peso, coesão e variabilidade.

**Tabela 3 – Os parâmetros de gramaticalização de Lehmann.**

Parâmetros	GR incipiente	Processo	GR avançada	
Eixo paradigmático	Integridade (peso)	Item possivelmente polissilábico, com muitos traços semânticos	Atrição	Item geralmente monossilábico, com poucos traços semânticos.
	Paradigmaticidade (coesão)	Participação “frouxa” do item em um campo semântico	Paradigmaticização	Item integra paradigma pequeno, altamente integrado
	Variabilidade paradigmática (variabilidade)	Escolha livre dos itens, segundo as intenções comunicativas	Obrigatoriedade	Escolhas sistematicamente restritas, uso obrigatório
Eixo Sintagmático	Escopo (peso)	Relação do item com constituintes de complexidade arbitrária	condensação	Item modifica a palavra ou a raiz
	Conexidade (coesão)	Justaposição do item independentemente	Coalescência (união)	Item é afixo ou traço fonológico
	Variabilidade sintagmática (variabilidade)	Liberdade de movimento do item	Fixação	O item ocupa uma posição fixa

Correlação de parâmetros da gramaticalização (adaptado de Lehmann, 1995 [1982], 164)<sup>63</sup>.

Os seis parâmetros são dependentes entre si, mas, segundo seu proponente, essa correlação não pode ser pensada em termos de 100%, devido à ausência de base teórica. Para o autor, espera-se que eles possam se correlacionar em um nível significativo, mas nada impede que sejam vistos de forma independente.

Em linhas gerais, no eixo paradigmático, observa-se a integração dos traços semânticos do item, a sua participação no domínio funcional e a possibilidade de escolha “[...] às expensas de outros itens de mesmo valor semântico-pragmático” (GONÇALVES *et al.* (2007, p. 72).

Assim, a integridade configura-se como o tamanho substancial semântico e fonológico de um item que, com o uso da forma, sofre desgaste destes dois aspectos. A paradigmaticidade, por sua vez, compreende o grau de coesão que um item apresenta em relação a outro em um paradigma. Dessa maneira, por

<sup>63</sup> In: Gonçalves *et al* (2007, p. 71).

exemplo, o paradigma dos verbos plenos é fechado em relação ao paradigma dos verbos auxiliares, tendo em vista a combinação que estes últimos possuem em relação às perífrases. A variabilidade paradigmática revela-se como a possibilidade de uso de um item no lugar daquele em processo de gramaticalização. É a liberdade do usuário de escolher, a partir de uma gama de possibilidades, um signo ou mesmo de adotar um termo de categoria genérica, disponível para aquele uso. Exemplo disso é a opção de utilizar vários verbos marcadores de aspectos inceptivos na sentença *O meu coração se põe a cantar*. Em substituição ao verbo pôr, podemos empregar vários outros, como *começar, danar, desandar, entrar, pegar* (GONÇALVES *et al.*, 2007, p. 75).

No eixo sintagmático, o escopo ou peso corresponde à extensão da construção que um item auxilia na formação. Nesse sentido, a relação de uma forma em processo de gramaticalização é restrita. Um verbo auxiliar, por exemplo, modifica apenas o verbo principal da perífrase, diferentemente do verbo pleno que interfere no sentido da sentença inteira. A conexidade, por outro lado, demonstra o grau de coesão de um item em relação a outros. Em geral, esse critério é aplicado em casos de morfologização. Por fim, a variabilidade sintagmática é a possibilidade de mobilidade de um item nas construções em que ele é empregado. Quanto mais fixa for a posição, mais gramaticalizado é o item. Os verbos auxiliares de construções perifrásticas novamente servem como exemplo, já que suas posições na sentença são fixas.

Hopper, em seu texto clássico *On some principles of grammaticalization* (1991), demonstra que a gramática de uma língua é emergente, porque surgem sempre novas formas para aquelas já existentes e nesse processo, podem-se reconhecer graus de gramaticalização. Gonçalves *et al.* (2007, p. 79) destacam que “Este artigo de Hopper vem constituir-se como um guia empírico para a identificação de tendências de gramaticalização, apreensíveis na língua em uso”.

Dessa forma, Hopper (1991) aponta cinco princípios, diferentes daqueles expostos por Lehmann (1982 *apud* CASTILHO, 1997). No entanto, alguns pesquisadores reconhecem que as propostas dos dois autores, na verdade, complementam-se, posto que cada uma eleger aspectos distintos do mesmo processo.

Os princípios de Hopper (1991) são a estratificação, a divergência, a especialização, a persistência e a descategorização. O primeiro deles, a *estratificação*, seria o aspecto correspondente ao fato de que, dentro de um domínio funcional amplo, novas camadas emergem continuamente. Quando isso ocorre, as camadas mais antigas não são necessariamente descartadas, mas podem continuar a coexistir e a interagir com as camadas mais novas. No português atual, por exemplo, o uso do pronome de tratamento *você* com função de pronome pessoal concorre com o *tu*, assim como a expressão *a gente* compete com as formas *eu* e *nós*. Nesse último caso, a forma *a gente*, provinda do latim (*gens, gentis*), era um substantivo feminino utilizado para designar o “conjunto de pessoas que pelos varões se ligam a um antepassado comum [...]”. Daí, por extensão: 2) Família, descendência, raça. 3) Povo, nação...” (FARIA, 1982). Omena (1996) explica que a forma *a gente*, originalmente usada como substantivo coletivo ou como forma indeterminadora em referência a um grupo de seres humanos, passou, por extensão de uso, a ser empregada sempre com o artigo “a” para indicar a primeira pessoa do discurso.

Esse processo de mudança é discutido por Menon (1997), a qual apresenta um quadro para demonstrar as fases do processo de gramaticalização da expressão no português.

LNPlena > LNEspecial >		LNInvariável >	pron. indet.> pron. pessoal P1				
...gente... >	a gente	>	[a gente]	>	a gente	>	a gente = nós, eu
LNP	LNE		LNI		pr. indet.		pr.pes. 1
pl.~sing.							

Em relação a esse quadro, Souza e Botassini (2009) explicam que

Segundo a autora, a locução nominal plena (LNP) corresponde à etapa em que o substantivo *gente* era utilizado de forma autônoma, podendo constituir qualquer locução nominal ou ser precedida de quaisquer determinantes. Posteriormente, à medida que seu uso se especializava, passou a ser utilizada com o artigo definido feminino singular *a*, constituindo locução nominal especial (LNE), adquirindo um significado específico em meio a outros usos já existentes desse substantivo. Nessa acepção específica, tornou-se invariável. Uma vez invariável (LNI), *a gente* passou a ser empregada como recurso de indeterminação do sujeito, tornando-se um pronome.

Por fim, verifica-se que, conforme Menon (1997), a forma em questão, quando classificada como pronome, é considerada gramaticalizada, pois perde autonomia na língua e assume funções específicas: i) como forma indeterminadora do sujeito, neutralizou-se a concordância; ii) ao ser empregada como pronome de primeira pessoa, concorrendo com *nós*, concorda em gênero e número com “o sexo do referente extralinguístico”.

Quanto a estudos sobre o ONDE, Andrade (2009) escreve que, no século XVII, têm-se os registros de *onde*, *aonde*, *donde*, com expressão de espaço físico, o que exemplificaria esse princípio, a partir dos dados pesquisados.

O segundo princípio proposto por Hopper (1991), a *divergência*, significa que, quando a forma lexical se gramaticaliza em um clítico ou em um afixo, a forma lexical original permanece como um elemento autônomo e sofre as mesmas mudanças que um item lexical comum. Também é entendida como um caso especial de estratificação, por envolver graus de gramaticalização em domínios funcionais similares, ao passo que a divergência é aplicada a casos em que uma palavra lexical se torna gramaticalizada em determinado contexto, mas não em outro. A forma *gente* (da expressão *a gente*) mantém-se como item autônomo em construções como *É preciso muita gente para fazer o serviço*. No que diz respeito ao ONDE, pesquisas evidenciam esse princípio com base na observação de que, no século XII, as formas *u*, *onde* e *unde*, cuja origem é a mesma, tinham uso distinto: *u* significava espaço físico; *onde*, espaço físico e temporal e *unde* designava procedência. Andrade (2009) considera o uso atual de ONDE (lugar em que) e DONDE (lugar de que) como exemplo de divergência.

O terceiro aspecto é a *especialização*: dentro de um domínio funcional, é possível haver em determinado estágio uma variedade de formas com nuances semânticas diferentes: quando a gramaticalização ocorre, estreita-se essa variedade de escolhas formais e um número menor de formas selecionadas assume significados semânticos mais gerais. Hopper acrescenta que a especialização se assemelha ao princípio da obrigatoriedade proposto por Lehmann. Hintze (2003) exemplifica o considerado princípio a partir das denominações aplicadas aos homens que exercem funções sacerdotais. Diante de uma variedade de termos como *cura*, *monsenhor*, *vigário*, *pároco*, em que cada título revela uma função sacerdotal específica – vigário em uma aldeia, encarregado de uma paróquia – o

uso popular adota o título de *padre* a todos eles, não se atendo às funções exercidas pelos religiosos.

Em relação ao uso de *a gente*, em Souza e Botassini (2009), observa-se que tanto velhos como jovens usam mais a forma “inovadora”<sup>64</sup>, o que demonstra a especialização do uso da forma gramaticalizada. Além disso, conforme Gonçalves *et al.* (2007), a preferência do uso da forma *a gente* se deve também ao fato de os usuários da língua evitarem o uso de *nós* mediante a preocupação com o desvio da concordância verbal de 1.<sup>a</sup> pessoa do plural.

Quanto a esse princípio e o item ONDE, pesquisado na fala de João Pessoa, Andrade (2009, p. 102-103) concluiu que

[...] *onde* – é usado para verbos que indicam lugar fixo exemplo (a); *aonde* – para verbos de movimento, exemplo (b) e *donde*, (exemplo (c) com verbos que indicam procedência, segundo nos mostram as ocorrências no falar pessoense:

- a. [...] Lá no Cristo *onde* fiquei oito meses. (VALPB – II, p. 37, l.44).
- b. Você vai *aonde*? (VALPB – II, p. 44, l.37)
- c. [...] sem tá veno as ondas do mar *daonde* vem. (VALPB –I, p.33, l.76).

No entanto, verifica-se que o AONDE/ONDE em contextos idênticos já eram registrados em momentos remotos de nossa língua.

A *persistência* é outro princípio postulado por Hopper (1991), que corresponde ao estágio em que uma forma se gramaticaliza, passando de uma função lexical para uma função gramatical, tanto quanto isso seja gramaticalmente viável. Nesse sentido, alguns traços do seu significado lexical original tendem a aderir à nova forma gramatical e detalhes de sua história lexical podem refletir-se na sua distribuição gramatical. Em inglês, a restrição do uso do título *mrs* a mulheres adultas reflete a história da forma *mistress* como o feminino de *master*. O termo *miss*, aplicado a mulheres não casadas ou jovens, surgiu apenas no século XVIII. Andrade (2009) explica que, em alguns usos do ONDE, podemos compreender esse estágio, pois, segundo o autor,

<sup>64</sup> O trabalho tem como *corpus* dados dos informantes do projeto Atlas Linguístico do Brasil – ALiB, do estado de São Paulo (excetuando-se a capital), divididos em duas faixas etárias: na primeira estão os indivíduos com idades entre 18 e 30 anos e, na segunda, os indivíduos entre 50 e 65 anos. Segundo a pesquisa, tanto os informantes da primeira faixa como os da segunda usam a forma *a gente* com mais frequência, conforme se verifica nos resultados apresentados: jovens apresentaram 68 ocorrências de *a gente* contra 38 casos de *nós*, enquanto os velhos fizeram 78 realizações de *a gente* contra 46 casos de *nós*.

[...] O *onde* usado como marcador discursivo ainda mantém traços de sua forma prototípica. Observemos o exemplo abaixo, em que o advérbio *aonde* está sendo usado como um marcador discursivo, mas ainda conserva a ideia de lugar, talvez um lugar desconhecido dos interlocutores (*onde isso acontece?*) ou o caráter excepcional de uma situação (Cf. BORBA, op. cit): Rapaz matando peixe de espingarda. *Aonde?* (VALPB – II, p.93). (ANDRADE, 2009, p. 103)

Por fim, a *descategorização* compreende formas em processo de gramaticalização que tendem a perder ou a neutralizar as marcas morfológicas e as propriedades sintáticas das categorias plenas *Nome* e *Verbo* e a assumir atributos característicos das categorias secundárias, tais como o adjetivo, o particípio, a preposição etc. Neves (2002) aborda a questão dos nomes genéricos, passíveis de serem interpretados como nome ou pronome substantivo indefinido. É o caso de *coisa* em frases como *Coisa de louco!* A autora também comenta a flutuação de nomes concretos que podem indicar quantificação: *um pingo de vergonha na cara, rios de dinheiro, uma senhora barriga.*

De maneira geral, os princípios ou os estágios auxiliam na compreensão da gramaticalização, mas, devido ao seu caráter dinâmico e histórico, é preciso observar que é difícil precisar ou determinar uma única fase quando se analisa um item em processo de mudança gramatical.

## 6 OS MANUSCRITOS E O ITEM ONDE

Neste capítulo, apresentamos a metodologia adotada nesta pesquisa, os gêneros textuais dos manuscritos pesquisados e a análise dos dados.

### 6.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta tese constrói-se à luz da gramaticalização, entendida como processo de mudança linguística em que um item lexical assume funções gramaticais. As discussões sobre essa teoria ainda são calorosas, visto haver muitas lacunas a serem preenchidas quanto à terminologia, à conceituação, bem como aos estágios e princípios que a regem.

Existem inúmeros trabalhos publicados tendo a gramaticalização como base teórica porque esse processo permite a análise das formas tanto de maneira sincrônica como diacrônica. Além disso, a gramaticalização também busca evidenciar os aspectos que levam à mudança linguística, importante para o entendimento das modificações ocorridas em nosso idioma.

No presente trabalho, empregamos como tipo de pesquisa a quantitativa e a qualitativa, além da bibliográfica, por meio de levantamento de fontes que discorressem sobre os aspectos relevantes para a análise dos dados. Quanto a estes, já mencionamos que se trata dos 735 manuscritos guardados no Arquivo Público do Estado de São Paulo, referentes ao Estado do Paraná, os quais, ao lado de 750 manuscritos do arquivo do Paraná e Casa da Memória, compõem o *corpus* do PHPP. Ao identificarmos os fragmentos em que aparecem o item ONDE, observamos que, em termos de datação, o documento mais antigo data de 1722 e o mais recente, de 1830.

Para o trabalho com esses manuscritos, realizamos uma limpeza, quando adotamos a separação de palavras grafadas juntas (*deCuritiba, aessa, amayor*) e a união daquelas que se encontravam separadas nos documentos (exemplo dessas junções são as palavras *outra* e *nomearão*, que nos manuscritos aparecem grafadas da seguinte forma: *o utra, nomear ao*). Para realizarmos esse trabalho, adotamos a grafia moderna dos vocábulos, mas não fizemos, por exemplo, o desmembramento dos pronomes oblíquos em relação aos verbos (*Retirandoçe, derigirse*).

Essa atividade foi concluída para que pudéssemos empregar um programa de busca de dados, o NOTEPAD ++, *software* obtido por meio do programa CAPES/COFECUB, mediante convênio mantido pela Universidade Federal da Bahia e Universidade Estadual de Londrina em parceria com a Université Paris XIII, na França. Por intermédio desse convênio, nos foi concedido um estágio doutoral no Laboratório *Lexiques, Dictionnaires, Informatique*, sob a coordenação do professor Dr. Salah Mejri.

Com o programa em questão, identificamos os trechos com o ONDE e procedemos à análise desses fragmentos, considerando as ocorrências ainda das formas *haonde, deonde, entre outras*. Procuramos identificar a função exercida pelo item, agrupando os excertos em que o valor do item é o mesmo; observamos os itens antepostos ou pospostos ao termo, com o intuito de reconhecer quais os condicionantes para o sentido do termo.

Ao fim desta etapa, foi realizada a discussão dos dados, considerando o processo de gramaticalização e as políticas linguísticas adotadas em nosso país, sobretudo na fase colonial, as quais teriam interferido no uso da norma gramatical nos documentos estudados.

Também identificamos os gêneros textuais dos manuscritos e elaboramos uma tabela, a partir de dados do PHPP, com o intuito de observar se o gênero textual poderia determinar a função do ONDE. Em Souza (2007), o fato de trabalhar com narrativas religiosas possibilitou a identificação de uso frequente do item com referências a lugar e tempo, pois essas tipologias textuais bem como os gêneros envolvidos requeriam situar os fatos em um tempo e um espaço definidos.

Ainda sobre a análise dos dados (o anexo A contém todos os fragmentos pesquisados), expomos os fragmentos em que o ONDE é utilizado. Ao fim do excerto, encontra-se o número do documento, cuja numeração é estabelecida pelo PHPP, o ano em que foi escrito e o gênero textual do manuscrito. Não informamos as linhas referentes ao trecho, pois fizemos, para esta pesquisa, a junção de frases que não estavam unidas nos originais, a fim de facilitar a leitura dos fragmentos. A numeração que se encontra no início de cada fragmento foi organizada por nós.

A numeração do PHPP foi estabelecida com base na ordem em que os documentos foram digitalizados junto ao Arquivo Público. Dessa maneira, os

manuscritos não estão em ordem cronológica (Anexo B) e é comum encontrarmos documentos repetidos ou cuja continuação do texto está numerada bem diferente da primeira parte do manuscrito. Sobre esse aspecto, destacamos que os documentos 341 e 342 são repetidos, ou seja, constituem-se como cópia um do outro. Da mesma forma, os manuscritos 514, 516 e 518 são idênticos, bem como os de número 554 e 556; as cópias 326 e 333 e as de número 530 e 531. Em face disso, computamos a ocorrência do ONDE em apenas uma das cópias dos grupos descritos acima.

Assim, o capítulo de análise é organizado da seguinte forma: inicialmente, discorreremos sobre os gêneros textuais dos manuscritos pesquisados – somente aqueles em que há registro do ONDE – destacando os elementos que compõem cada gênero, procurando apresentar aspectos do gênero não apenas na atualidade, mas em tempos remotos de nossa história, sobretudo no período em que foram produzidos. Incluímos também exemplos de cada gênero, a partir dos manuscritos pesquisados.

Na sequência, apresentamos a análise propriamente dita, com tabelas constituídas por dados da pesquisa, a discussão em torno de cada função e sentido atribuído ao ONDE e a exposição de fragmentos dos documentos que evidenciem o uso analisado.

No capítulo seguinte, discutimos mais amiúde os dados, aplicando os princípios de Hopper (1991), além de incluímos reflexões acerca das políticas linguísticas adotadas no Brasil durante o período colonial, as quais poderiam ter influenciado a norma gramatical dos manuscritos.

## 6.2 OS GÊNEROS TEXTUAIS DOS MANUSCRITOS DO PHPP

As equipes de trabalho que compõem o PHPB, no tocante aos *corpora*, preocupam-se em editar documentos que apresentem “uma maior proximidade com o vernáculo ou com os falares cotidianos” (SIMÕES, 2012, p. 57). Assim, com base nos critérios estabelecidos pelos pesquisadores envolvidos no Projeto, existem conjuntos básicos de textos que compõem o *corpus* comum mínimo de manuscritos (testamentos, processos-crimes, atas da câmara, cartas particulares, cartas da administração privada, cartas oficiais, cartas de redatores/editoriais, cartas de leitores e anúncios), bem como um *corpus* diferencial “[...] muitas vezes exclusivo

de uma determinada região, que tenha sido coletado pelos pesquisadores para o estudo mais abrangente de um fenômeno específico” (SIMÕES, 2012, p. 61).

Ainda na seleção dos manuscritos, consideram-se os contextos de produção dos textos; as relações de hierarquia no Brasil colônia, entre outros aspectos que venham contribuir com a história social de nosso país, como a identificação dos escribas (sobretudo pela equipe do PHPB-BA), bem como sua trajetória de vida e nacionalidade (o que poderia revelar o início da diferenciação entre o Português Brasileiro e o Português Europeu) (SIMÕES, 2012, p. 59).

Dada a relação de proximidade entre Paraná e São Paulo, no que diz respeito à colonização e história, destacamos aqui alguns dos aspectos considerados pelos linguistas da equipe paulista quanto a fatores determinantes da produção de textos por elas analisadas: a diversidade linguística existente anteriormente ao Decreto de Pombal; as formas de aquisição do português após o Decreto (inclusive a aquisição do português como norma padrão); as escolas e seu papel primordial como propagadora da norma culta; o papel da imprensa como modelo de norma culta; o perfil das pessoas letradas; a mobilidade social; a possível influência de normas de províncias vizinhas, como Minas Gerais e Rio de Janeiro; as condições para as mudanças de uma norma em relação a outra e a mudança linguística encontrada em determinados gêneros textuais (SIMÕES, 2012).

Mencionamos esses critérios, sobretudo aqueles que dizem respeito aos decretos do Marquês de Pombal e às mudanças linguísticas quanto ao gênero textual, porque esses elementos talvez pudessem influenciar os resultados desta pesquisa. No caso dos manuscritos, a maioria dos textos são cartas oficiais, em que se demonstra a obediência aos governantes, descreve-se a situação das vilas, do comércio local, entre outros assuntos cotidianos, como forma de informar às autoridades os problemas da região. No documento abaixo, cuja cidade de origem seria Curitiba, Francisco Xavier e Inácio de Sá, os prováveis autores da carta, solicitam que sejam tomadas providências em relação aos barcos e do comércio em Antonina:

*Vem o Povo desta Vila requerer a Vossa Magestade para que attendão aos prejuizos que geralmente se estão recebendo do contracto das canoas do Cubatão, que por serem taõ públicos parece que não he necessario estar repetindo hum por*

*hum porque se encheriaõ remas de papel por cujo motivo o mesmo Povo querendo procurar remedio de taõ grandes males, vendo, que o Illustríssimo e Excelentíssimo Senhor. General he taõ piedozo para com os pobres, creose a nova Vila de Antonina do Pillar, **onde** se estabelece comercio, ou entrada franca de barcos que ahi vem com generos dos mais portos, [...] (Doc. 55, 1798, carta oficial)*

Os documentos paranaenses são compostos por diferentes gêneros textuais. Para o presente trabalho, foram considerados apenas os manuscritos em que se observa o uso do ONDE em 95 documentos. A maioria dos documentos é composta por cartas oficiais – foram 87 analisadas. Somam-se a elas duas atas, um requerimento, um aviso, um atestado e três relatos.

Essa classificação dos documentos tem sido realizada pela equipe do PHPP, atendendo ao que os estudos sobre gêneros textuais estabelecem. Os gêneros textuais são definidos como

[...] textos que encontramos em situações comunicativas recorrentes. Os gêneros textuais são os textos que encontramos em nossa vida diária e que apresentam padrões sociocomunicativos característicos definidos por composições funcionais, objetivos enunciativos e estilos concretamente realizados na integração de forças históricas, sociais, institucionais e técnicas. [...] Alguns exemplos de gêneros textuais seriam: telefonema, sermão, carta comercial, carta pessoal, romance, bilhete, reportagem, aula expositiva [...]” (MARCUSCHI, 2008, p.155).

A documentação colonial, embora guarde significativa similaridade com a redação oficial dos dias atuais, apresenta certas peculiaridades, haja vista o período em que foi produzida e quem a escreveu. Trata-se de um trabalho árduo definir as características dos gêneros textuais de cada manuscrito, pelo fato de que a produção científica sobre esse assunto, hodiernamente, é relativamente nova, o que nos permite aqui discorrer brevemente sobre os aspectos mais relevantes do assunto.

Belloto (2002, p. 45-46) selecionou alguns manuscritos, tidos como mais usuais na administração pública ou na área notarial e, a partir deles, procurou identificar seus elementos mais gerais. A autora afirma que suas considerações podem

[...] ser úteis porque, trazendo a conceituação e, em alguns casos, a decodificação diplomática das várias espécies documentais diplomáticas encontráveis nos arquivos, podem também ter a sua aplicação no dia-a-dia do arquivista, sobretudo nas tarefas da identificação, classificação, avaliação e descrição. Isso porque, além dos documentos diplomáticos, procurou-se estender o trabalho para as demais espécies documentais que servem de veículo também aos documentos não-diplomáticos.

Interessante observar que o manual de redação da Presidência da República, referência para a redação oficial atual, revela que a tradição de outrora ainda se faz presente na elaboração de textos oficiais, pois, algumas das normas vigentes datam do período imperial, como a obrigatoriedade de colocar ao fim dos documentos os anos transcorridos desde a declaração da Independência, estabelecida no decreto imperial de 10 de dezembro de 1822 (estamos no 191º da Independência e 124º da República). Há outras regras que perduraram por anos, como a fixação de fechos para a comunicação oficial, prevista na portaria n.º 1 do Ministério de Estado da Justiça, de 8 de julho de 1937 e revogada quando houve a primeira edição do atual manual de redação, em 1991.

Tendo em vista os gêneros textuais dos manuscritos paranaenses estudados, apresentamos, sinteticamente, as características principais de cada um deles.

### 6.2.1 Gênero Carta

O gênero carta data do século XI, difundido, sobretudo, na Itália, quando o clero, a nobreza e os cidadãos passaram a requerer documentos oficiais com mais frequência. Os centros irradiadores da *ars dictandi* eram a Bologna e o convento beneditino de Montecassino. Essa arte previa um rígido código de regras para escrituração dos textos. O livro sobre *ars dictandi* mais antigo de que se tem conhecimento é de Adalberto Samaritano, escrito entre 1111 e 1118, onde se encontram vários tipos de saudação, além de modelos de cartas (SIMÕES, 2012). Com o passar dos anos, houve modificações quanto a essa rigidez, uma vez que se fazia necessário adequar os textos às necessidades discursivas de que eles precisavam.

O transcorrer do tempo também serviu para popularizar a escrita de cartas, as quais se tornaram uma forma de as pessoas estabelecerem contato com amigos e parentes. Essa atividade contribuiu para o surgimento de vários manuais,

com modelos e regras para bem escrever, como a obra *La Secrétaire à la mode*, de Jean Puget de La Serre, em 1640, na França. Em Portugal, a escrita de cartas foi regulamentada a partir do século XVII, por meio de *Corte na Aldeia*, de Francisco Rodrigues Lobo (SIMÕES, 2012).

No Brasil, a equipe do *Para a História do Português Paulista* observou que as cartas de seu acervo apresentavam características textuais diversas, mesclando

[...] uma norma considerada culta para a época e ao mesmo tempo alguns traços da norma popular. Se de um lado podíamos entrever elementos de norma mais controlada, associados tanto à própria tradição epistolar oficial e jurídica, como é o caso das fórmulas de início e de fim, o corpo destas cartas deixava entrever alguns elementos de uma norma considerada mais informal (SIMÕES, 2012, p. 69).

Faz-se necessário, todavia, salientar, que há vários tipos de cartas analisadas pelo grupo paulista, como carta de leitores, cartas de redatores, entre outras. No PHPP, somente cartas oficiais, até o momento, compõem os *corpora*. Nesse sentido, poderíamos entender que a norma popular, na presente tese, dificilmente seria verificada ao considerarmos os critérios paulistas, o que nos levaria a uma conclusão diferenciada quanto ao registro da língua portuguesa no Paraná, ainda que a relação entre este estado e o de São Paulo seja muito próxima, conforme verificada no capítulo 2.

Em geral, carta comercial é o nome dado aos gêneros textuais que partem da forma estrutural, do propósito comunicativo, do conteúdo, do meio de transmissão, dos papéis dos interlocutores ou do contexto situacional (MARCUSCHI, 2008). Belloto (2002, p. 52), a respeito da carta na administração colonial, explica que se tratava de uma correspondência enviada por subalternos ao rei. Seu teor consistia em abordar “[...] as questões de caráter oficial ou particular que se desejasse expor ao Rei, quaisquer que fossem os assuntos, desde que não de caráter peditório [...]”.

Sobre os elementos que a compunham, a autora enumera o *protocolo inicial*: “Direção - Senhor, seguido da titulação do signatário. Texto: conteúdo, que nos casos mais frequentes é de teor administrativo. Protocolo final: datas tópica e cronológica e assinatura do autor” (BELLOTO, 2002, p. 52).

Atualmente, são elementos principais da carta oficial (MEDEIROS, 2010):

- a. local e data;
- b. vocativo;
- c. texto propriamente dito;
- d. cumprimento final;
- e. assinatura.

O autor salienta ainda que são qualidades desse tipo de redação: a exatidão, entendida como o não uso de palavras vagas, de difícil entendimento para o receptor; coerência de ideias: clareza e concisão.

A seguir, apresentamos um exemplo de carta oficial analisada nesta tese:



## 6.2.2 Ata

Belloto (2002) define ata como um documento de caráter diplomático e testemunhal de assentamento. Também é um registro resumido de atividades de uma reunião, assembleia ou seção, descrevendo o que foi discutido e definido nessas ações. Seus elementos são:

**Protocolo inicial:** número da ata e nome da entidade subscritora da reunião. Data cronológica, inclusive designação da hora, do local, com endereço. Nome das pessoas presentes, sua qualificação e declaração de abertura da seção pelo presidente e secretário. **Texto:** assuntos discutidos, em obediência ou não a uma ordem do dia ou pauta. **Protocolo final:** fecho: “nada mais havendo a tratar... eu... secretário lavrei a presente...” Assinaturas do presidente e do secretário. (BELLOTO, 2002, p. 48, grifo da autora)

De acordo com Medeiros (2010), atualmente, a ata constitui-se o registro dos acontecimentos de uma reunião, assembleia ou convenção. O documento deve ser assinado pelos participantes da reunião (de acordo com o estatuto da empresa, condomínio etc.), além do presidente e do secretário.

As normas a serem seguidas durante a escrita de uma ata correspondem à (i) lavratura em livro próprio ou folhas soltas, desde que não haja possibilidade de serem introduzidas modificações no texto; (ii) escrita sem rasuras; (iii) paragrafação não marcada; (iv) numeração grafada por extenso, bem como a possibilidade de retificações realizadas à ata anterior. São ainda elementos constitutivos da ata a data, o local e a hora da reunião, a relação das pessoas que se fazem presentes, a ordem do dia e o fecho.

A seguir, apresentamos uma ata que compõe o acervo do PHPP:

Figura 3 – exemplo de ata no PHPP.

Cópia

Senhor = Senhores Vereadores Extraordinarios de 28  
do Conselho, Lido em Presencia do Povo Propriamente  
dita Villa, e Termo de Vereação Extraordinaria, que se fez  
bom em 23 de Maio deste anno, e Cheffes de  
novo da Camara da Cidade e Corte do Thesouro de Janeiro,  
a Sella que os errou pela Noticia do Presidente de  
gio de S. A. C., e a Representação do Povo da m. d. d.  
foi por todos muito aplaudida, dizendo que era m.  
tao or. deo. unanimem. e sentim. toc. pedindo-nos que  
queressemos na Augusta Presencia de S. A. C.  
Se podiamos que fize Senar, unindo suas Supli-  
cas ao Povo, e Camara desta Cidade, tendo honra  
de subir a Augusta Presencia de S. A. C. rogando  
queira promover a fidelidade de Christo do Bra-  
zil, em mandas Consoas quanto antes humo. e  
blea para as Provincias delle, a fim de se Livrar  
deo. e momentaneamente perigos que o ameaçam, e que  
peramos. O. deo. Confesso. no glorioso Titulo que  
S. A. C. deignou aheitar, deo. Defensor P. deo.  
do Reino do Brasil, para cuja Conservação offere-  
cermos nova. e. deo. queira promover a S. A. C.  
coquando p. m. anno para fidelidade de Nova. N. d.  
de Castro em Vereação Extraordinaria de 28 de Julho  
de 1822. = De S. A. C. = Parath. deo. = deo.  
quim. Barbara. Leite. = Joao Baptista deo. =  
João Antonio deo. = Miguel da Rocha deo.  
reio. = Antonio Domingos deo. = Paria.

Esta Conforme o Original

O. deo. da Camara.

Luis Vicente deo. deo.

Exemplo de ata: Documento 341 – Assunto: termo de vereação, em que se pede a convocação de uma Assembleia Geral das Provincias. Cidade de Castro (28/07/1822).

### 6.2.3 Aviso

O aviso consiste em um documento informativo e que, segundo Belloto (2002), no período colonial, era utilizado para a comunicação entre secretários de Estado e presidentes de tribunais. Nele eram informadas ordens régias expedidas pelo rei: “Portanto, diplomas expedidos pelos ministros e secretários de Estado por ordem verbal do soberano e em seu nome designando-se diretamente o destinatário, seja pessoa ou instituição” (BELLOTO, 2002, p.50).

Segundo a autora, os elementos que compunham o aviso eram a titulação - nome e qualificação da autoridade expedidora; a indicação da direção do documento, ou seja, o destinatário, enfatizando sua qualificação; texto com a inscrição de que se comunicava algo por parte do Rei. Ao final, a data tópica e cronológica.

Medeiros (2010, p.69) descreve o aviso como “[...] informação, comunicado de uma pessoa para outra”. Esse registro, atualmente, é empregado no comércio, na indústria, no serviço público, bem como na rede bancária. Entre suas funções estão ordenar, cientificar, prevenir e noticiar. Entre os avisos mais conhecidos que se registram atualmente está o aviso prévio, um comunicado de rescisão de trabalho advindo do empregado ou do empregador. Mediante a necessidade de explicitar algo, o aviso exige um texto breve e linguagem clara. Do *corpus* foi extraído o modelo *aviso* que segue:



#### 6.2.4 Requerimento

O requerimento traduz-se como uma solicitação fundamentada legalmente, pois, por meio dele, solicita-se algo que é permitido por lei. É um gênero por meio do qual se discutem assuntos, apresentando sustentação, refutação, negociação e/ou tomadas de posição (DOLZ; SCHNEUWLY, 2004).

Belloto (2002) ressalta que esse documento, contrariando a petição, baseia-se em atos legais e em jurisprudência. Na fase colonial brasileira, o requerimento destinava-se a solicitar privilégios ou direitos de existência consolidada, mediante preenchimento dos requisitos necessários para tal. Os elementos componentes desse documento eram o nome e a qualificação do requerente e, em muitos casos, encontrava-se o verbo “Diz” antes do nome do interessado. No texto do requerimento havia a narração em alusão aos direitos e interesses daquilo que se pede, isto é, o pedido em si. Ao fim, encontramos a sigla ERM – *espera receber mercê* – e a assinatura do requerente. A data cronológica não constava do documento.

Atualmente, segundo Medeiros (2000), são elementos que compõem o requerimento a invocação - forma de tratamento a quem se refere ou se dirige o documento. Não se apresenta o nome da autoridade no vocativo nem há fórmula alguma de saudação após a forma de tratamento. Há ainda:

- a. o texto – informações sobre o requerente, como nome, filiação, naturalidade, estado civil, profissão e residência. Em seguida, é exposto o que se deseja com justificativa pertinente;
- b. o fecho – emprega-se a expressão “nestes termos pede deferimento” ou equivalente;
- c. o local e a data;
- d. a assinatura.

Recomenda-se que não seja escrito com tinta vermelha. Hodiernamente, há a recomendação dos espaços a serem respeitados da folha em que se redige o requerimento (MEDEIROS, 2000).

Apresentamos, a seguir, um modelo de requerimento extraído do *corpus*:



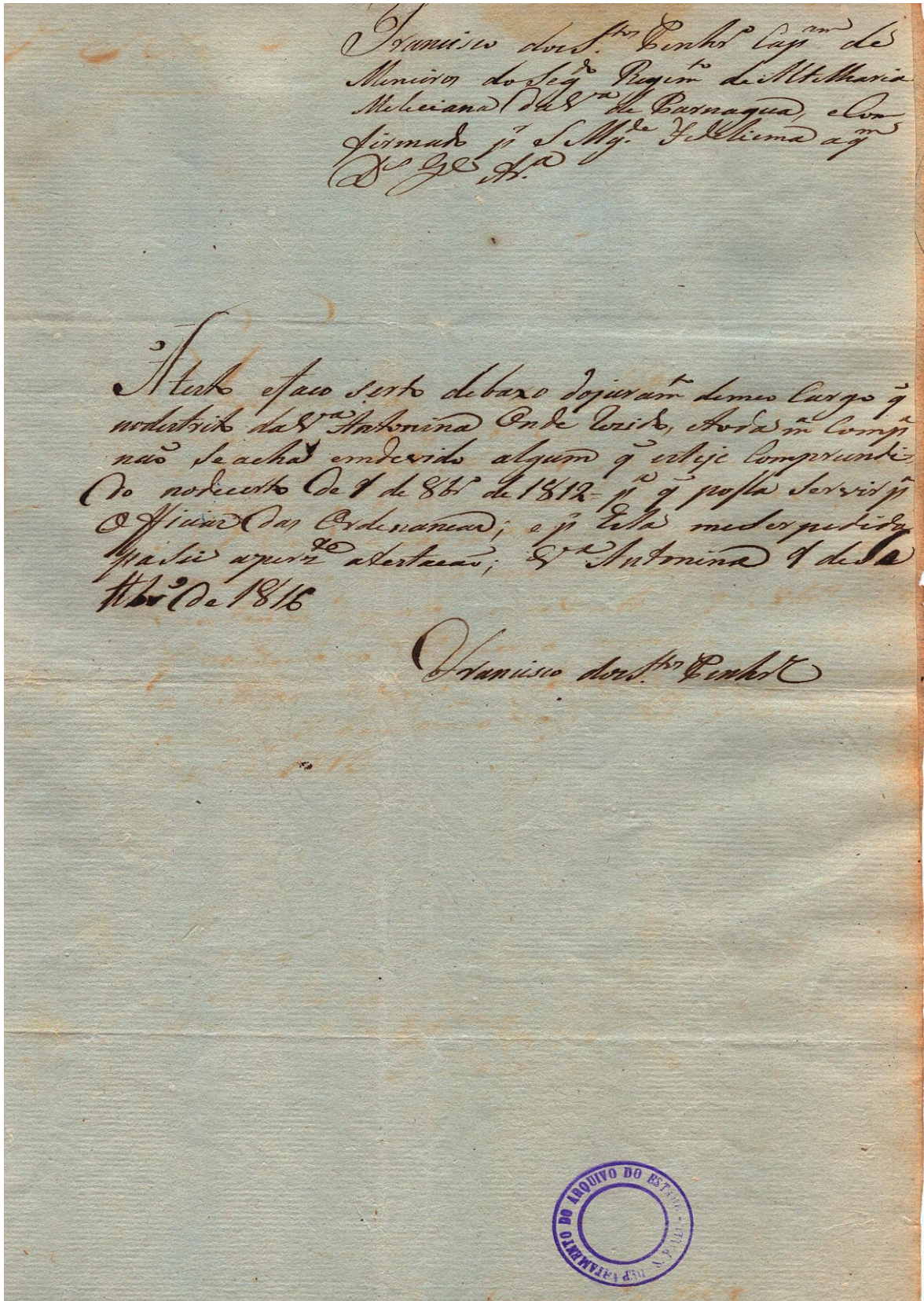
### 6.2.5 Atestado

O atestado constitui o documento em que uma autoridade declara algo em favor de alguém ou sobre determinado fato. Trata-se de um documento que certifica algo em interesse a alguém (MEDEIROS, 2000). Belloto (2002) explica que as autoridades podem ser governamentais, civis, militares, eclesiásticas ou notariais. Em geral, confundimos o atestado e a certidão, dada a proximidade da redação entre eles, mas, enquanto o primeiro é uma declaração, o segundo é uma transcrição legitimada.

Os elementos que compõem um atestado são o timbre do órgão emissor; o título do documento: “Atestado de...”, “Atesto para os devidos fins que ...”; o texto propriamente dito, onde se escreve sobre o que é atestado, o nome do interessado, bem como sua identidade (BELLOTO, 2002).

A seguir apresentamos um atestado retirado do acervo do PHPP:

Figura 6 – exemplo de atestado do acervo do PHPP.



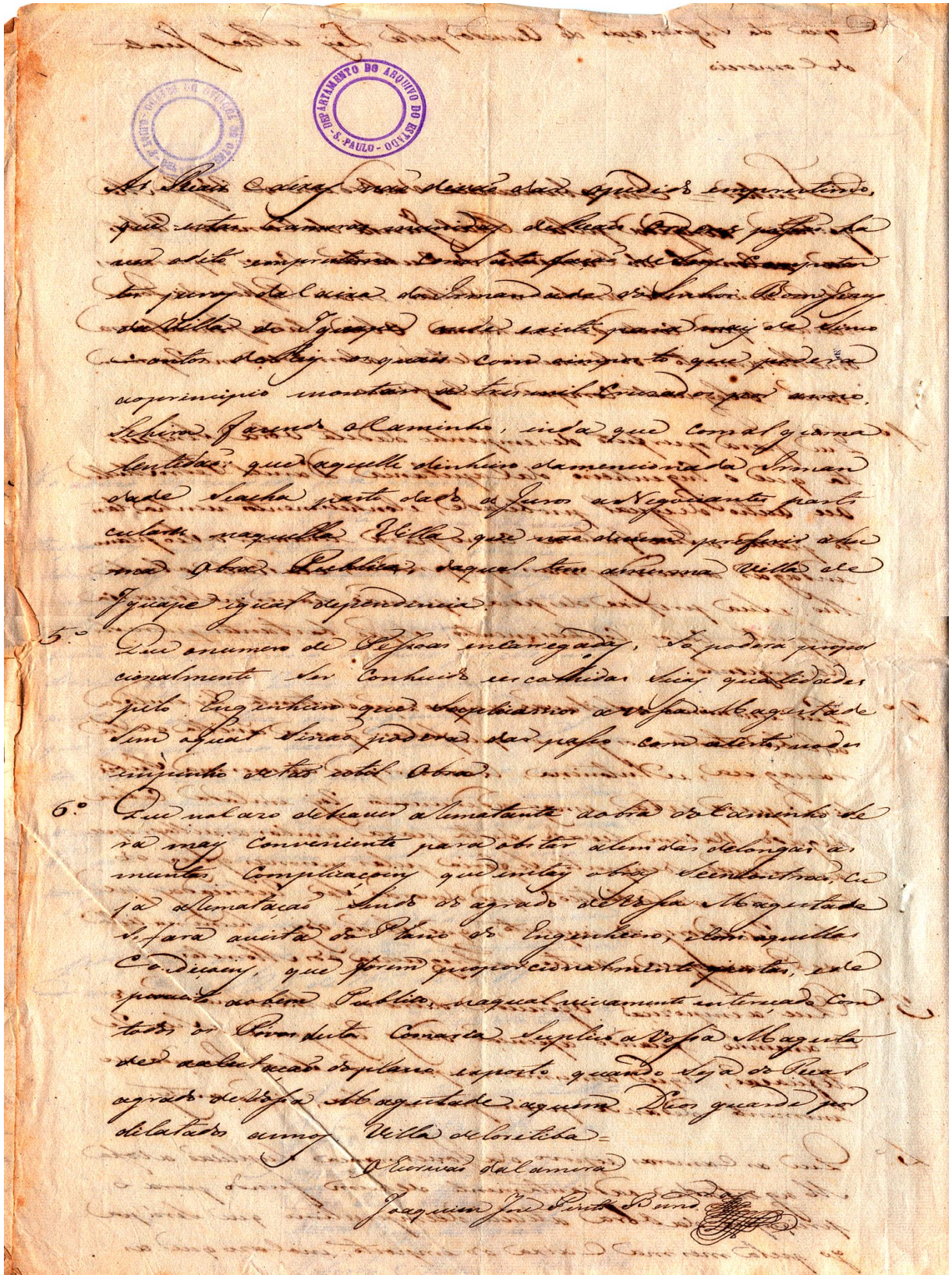
Exemplo de atestado: documento 465 – Assunto: atestado sobre o capitão e sua companhia em relação a sua situação no distrito de Antonina. Cidade de Antonina (09/09/1816).

### 6.2.6 Relato

Sobre o gênero textual relato, faz-se necessário compreender que os gêneros são agrupados em cinco blocos: ordem do narrar, ordem do relatar, ordem do argumentar, ordem do expor e ordem do descrever ações (DOLZ; SCHNEUWLY, 2004). O relato pertence à ordem do relatar, pois documenta experiências humanas, situadas no tempo. Apresentamos a descrição de Belloto (2002) sobre relatório, dada a proximidade entre os dois gêneros – relato e relatório. Para a autora, trata-se de um documento testemunhal, em que se expõem ocorrências, fatos, com a finalidade de “prestar contas” às autoridades superiores.

De um relato devem constar o nome, título e cargo do destinatário; o texto, no qual se pode pedir uma providência para o fato descrito; a assinatura do autor, bem como descrição de seu cargo e data. Na sequência, apresentamos o manuscrito 132, do PHPP, onde se registra um relato:

Figura 7 – exemplo de relato do acervo do PHPP.



Exemplo de relato: documento 132 – Assunto: Relato do pedido de melhoramento do comercio das vilas. Cidade de Curitiba (s/d).

Apresentamos, no tópico seguinte, a ocorrência do ONDE nos documentos, acompanhada da análise dos fragmentos.

### 6.3 AS OCORRÊNCIAS DE ONDE NO PHPP

Apresentamos, inicialmente, o levantamento das ocorrências do item pesquisado e de suas variantes gráficas.

**Tabela 4 – ONDE e suas variantes gráficas.**

<b>ONDE e suas variantes</b>	<b>Ocorrências</b>	<b>%</b>
ONDE	50	51
HONDE	03	03
AONDE	08	09
<b>DE ONDE</b>		
DE ONDE	02	02
<b>DONDE</b>		
DONDE	06	06
<b>PARA ONDE</b>		
PARA ONDE	04	04
<b>POR ONDE</b>		
POR ONDE	17	18
<b>POR DONDE</b>		
POR DONDE	07	07
<b>TOTAL</b>	<b>97</b>	<b>100%</b>

**Fonte:** Elaborada pela autora.

Salientamos que a tabela acima se refere apenas à grafia do ONDE, não contemplando os contextos em que ele aparece. Observa-se que a forma ONDE, grafada como hoje conhecemos, é a mais utilizada pelos autores dos manuscritos, ainda que se verifique a variante com H – HONDE, encontrada ainda no português arcaico.

Encontramos o registro da expressão DE ONDE escrito separadamente, mantendo, assim, a preposição sem aglutinação, conforme se verifica em (1):

(1) [...] nos requereu lhe mandasemos pagar o mesmo que costumava levar por ser tambem custume na cabessa da Comarca DE ONDE juntou certidam nos advertidos da referida Sindicança, em que manda observar a Lei, e não o ccustume, asim lhe difirimos mandando... (Doc. 4, 1764, carta oficial)

Em (1), observamos que o item denota origem, em referência à procedência das certidões. Trata-se de uso pronominal do item, em referência a lugar, uma vez que retoma um termo já explicitado: comarca. Também encontramos a forma duplamente preposicionada, POR DONDE, a qual foi registrada sete vezes, exemplificado em (2):

(2) [...] esquerda do mesmo Rio athe o Rio de Tupancitanduva por DONDE se servem todos os moradores da margem do dito Rio athé as carnicas, e athé esta villa, alem dos viandantes e paradas do Serviço de Sua Magestade, e no primeiro Requerimento lhe puzemos o [...] (Doc. 442, 1803, carta oficial)

No excerto (2), o escriba<sup>65</sup> descreve que o rio Tupancitanduva é o meio empregado pela população local. Nesse sentido, a preposição POR seria empregada, a fim de indicar o rio como transporte, deslocamento, dispensando a forma DE, a qual vem aglutinada ao ONDE. Assim, verificamos o uso de DONDE por ONDE, sem haver, entre elas, distinção de sentido.

Em relação ao uso do ONDE nos fragmentos, verificamos que ele, quando exprime relação relativa, ou seja, ao exercer função de pronome relativo, remete à ideia de permanência, proveniência e direção. Assim, retoma um termo que lhe antecede, determinando os valores descritos anteriormente, valores esses adverbiais.

Também encontramos o ONDE encabeçando orações adverbiais, em estruturas hipotáticas, nas quais a relação semântica expressa tempo, modo e causa:

---

<sup>65</sup> Utilizamos as formas *escriba* e *copista* para nos referirmos a quem assina o manuscrito, considerando-o autor.

Na taxonomia de Halliday, as orações hipotáticas adverbiais correspondem à combinação entre encarecimento e hipotaxe. Quando falamos em encarecimento (ou *enhancement*, termo inglês), estamos falando em realce, quer dizer que a oração dependente modifica a oração núcleo e pode expressar tempo, espaço, modo, causa ou condição, introduzidas por preposições, conjunções ou locuções conjuntivas hipotáticas. Para Chafe (1984), a oração hipotática adverbial serve para 'emoldurar' o conteúdo da oração principal. Dik (1989; 1997) propõe a ideia de que os argumentos e satélites constituem elementos de naturezas singulares entre si e desempenham papéis diferentes na organização dos enunciados, expandindo seu sentido (SANTOS, 2010).

Assim, observa-se o ONDE com função de conjunção, ao exprimir as circunstâncias de tempo, modo e causa. Tem-se, assim, um dado interessante para os estudos em relação ao item, uma vez que seu uso com valores não locativos estão associados, nos fragmentos analisados, a uma relação sintática hipotática na frase em que aparecem.

Na maioria dos casos observados, verificamos o emprego do item em referência a lugar (77 exemplos), enquanto apenas 20 fragmentos apresentam usos que designam tempo, modo ou causa. É um índice que nos permite entender que a variação de uso pode ser encontrada também no Português setecentista e oitocentista no Paraná.

Nos compêndios gramaticais da primeira metade do século XX e aqueles produzidos no início da segunda metade, o item ONDE é empregado em referência a lugar, sendo essa referência mencionada ou subentendida no período. Nos documentos paranaenses, na maioria das ocorrências registradas, o valor empregado é locativo, o qual designamos lugar concreto.

O uso anafórico, ou seja, aquele em que o item retoma um termo a ele anteposto é o mais produtivo. Ao retomar termos antepostos, em referência a espaço, ONDE foi antecedido por uma palavra ou expressão que denotava esse sentido, conforme se observa em (3), (4) e (5):

(3) [...] sete annos nesta vila de Nossa Senhora do Rozario de Pernagoa em cazas de moradas do Ouvidor interino e Capitaõ ONDE eu Escrivão do Seu cargo ao diante nomeado juiz vindo, e sendo ahÿ prezente o Alferes novamente Provido nas serventias dos [...] (Doc. 37, 1797, carta oficial)

(4) *No dia 26 destte ffomos a Igreja Matris Com o Estandartte Real e Povo ONDE se celebrou Missa Canttada Com o Santissimo Sacramentto expostto e no dia 27 se rrepittio o mesmo Comhum Sermaõ, e prosisão em que foi [...]* (Doc. 39, 1797, carta oficial)

(5) *Excelentíssimo Senhor. General he taõ piedozo para com os pobres, creo se a nova Vila de Antonina do Pillar, ONDE se estabelece comercio, ou entrada franca de barcos que ahi vem com generos dos mais portos, pertendeo por isso este Povo a limpar o antigo caminho [...]* (Doc. 55, 1798, carta oficial)

Nos fragmentos apresentados, os termos retomados “casas de moradas” (3), “igreja matris” (4) e “nova Vila de Antonina do Pillar” (5) ilustram o uso do ONDE em referência a lugares concretos. No entanto, observamos que há a possibilidade de o item, como pronome relativo, retomar não apenas espaço, mas pessoa:

(6) *Temos procurado socegallos dizendolhes que já fizemos sientes a Vossa Exelencia DONDE esperamos o recurço [...]* (Doc. 230, 1820, carta oficial)

Em (6) o copista esclarece que *Vossa Exelencia* é a pessoa de quem a população espera um recurso. Dessa maneira, entendemos que o ONDE é pronome relativo ao referir-se ao termo que o antecede, além de integrar o pronome de tratamento *Vossa Excelência* como objeto indireto da oração seguinte: *Esperamos o recurso de Vossa Excelência*.

Como pronome anafórico, exprimindo o sentido de origem, isto é, procedência, encontramos cinco excertos: (7), (8), (9), (10) e (11). Nos fragmentos assinalados, a forma DONDE foi empregada predominantemente, levando-nos a crer que o condicionante para esse sentido é a preposição DE, a qual vem aglutinada a ONDE:

(7) *[...] espieemos os momentos felizes de felicitar nossos concidadaons e de dar a nossa Patria aquella consistencia de DONDE mana a fortuna dos Povos; atrevemo nos a pôr na Augusta Prezença de Vossa Magestade a grande nessecidade que tem [...]* (Doc. 139, 1820, relato)

Em (7) observamos o duplo uso da preposição DE. Neste caso, podemos pensar que a preposição aglutinada não conseguiria, sozinha, expressar a ideia de origem, restando à preposição isolada essa função. Depreendemos, assim, que a preposição DE na forma preposicionada DONDE não permitiria a distinção, a indicação de proveniência efetivamente, levando o copista à repetição do condicionante. Por outro lado, se objetarmos que se trata de um erro de escrita do escriba, nesse caso, a postulação anterior seria inválida.

(8) *Vossa Excelencia. Más a que lamentavel Estado não ficará reduzido Esta villa, perdendo os homens daquella Freguezia; DONDE Ordinariamente sahem os officiaez, que nella Servem? Se ainda Conservando-se a uniaõ das [...]* (Doc. 647, 1792, carta oficial)

Nesta passagem (8), o escriba questiona a situação da vila se esta perder os oficiais, os quais saem da freguezia onde servem. Observamos o uso locativo, mediante a indicação da procedência dos oficiais, reforçada pelo verbo *sair*.

(9) *[...] Logo que pelo Edittal se fez publico o determinado por Vossa Excelencia se emtresseseu o Comercio tanto de terra, como maritimo pelos infaliveis prejuizos, que os amiaça o hirem os barcos a Santos DONDE não podem vender efeito algum dos que levarem com igualdade ao Rio, Bahia e Pernambuco pois são Capitaes opolentas, e com muitos compradores que de tudo nesecitaõ, e de tudo tem para venderem, e não Santos pois nem tem quem compre nem quem venda fazendas, e mais artegos precizos, pois os moradores negociantes de Santos tambem se surtem das tres Cidades apontadas [...]* (Doc. 713, 1813, carta oficial)

(10) *Elle fica no amcoradouro a concertar, DONDE o não deixarei hir sem Vossa Excelencia o mandar. Pede-me o Capitam algumas duzias de ttaboas que lhe poderaõ cer percizas para comodo do seu [...]* (Doc. 722, 1803, carta oficial)

(11) *[...] todos os mais que seruião pera o emtento, se puzeraõ a saluo RetirandoÇe para os matos; DONDE por força he moralmente inposiuel o poderençe tirar. Temos*

*Usado de disimulaçam Como Vnico meio pera os avermos as [...] (Doc. 609, 1723, carta oficial)*

As expressões Santos (9), amcoradouro (10) e matos (11), que antecedem o item indicam o lugar de onde advirão as ações comentadas pelos copistas. Assim, observamos o emprego do pronome relativo novamente, com sentido locativo, em que a preposição aglutinada ao ONDE não tem sentido, nesse contexto.

Já em relação ao sentido de direção, encontramos também cinco excertos. Em todos os casos, o item vem precedido pela preposição PARA, o que pode ser considerado fator determinante para a atribuição desse sentido, conforme se verifica em (12), (13), (14), (15) e (16):

*(12) Nesta Villa de Coritiba, para ONDE me conduzio o dezejo de sollicitar remedio para huã gravissima enfermidade, que padeço, tive a honra de receber a apreciavel Carta de Vossa Excelência a qual em muito prézo, e estimo; e com ella tambem a copia [...] (Doc. 86, 1799, carta oficial)*

*(13) [...] Justiça, ser bastante as Correioins annuais, e a prezidencia do Doutor Ouvidor na Cabeça da Comarca, para ONDE no breve tempo de vinte e quatro Oras se alcança o Recurço neçesario, porem como a nossa rustiçidade [...] (Doc. 97, 1804, carta oficial)*

*(14) [...] como athe gora não temos tido Soluçãõ alguma, Lembrando-nos talvez, que esta demora Seria procedida no Retardamento do dito Officio pelas paradas, para ONDE foi derigido, ou muitas vezes descaminho das mesmas paradas, como tem alguãs vezes acontecido, novamente transcrevemos [...] (Doc. 332, 1822, Carta oficial)*

*(15) [...]Sendo tambem perguntado saindo desta Barra para HONDE faria sua de rota respondeo Ende ser para a Ilha de Santa Illena, e de Lá para Cabo de Orne, e perguntado pelo seo despacho do Rio de Janeiro, respondeo [...] (Doc. 723, 1803, carta oficial)*

(16) [...] *conselheiro, como projeto de não da rapelação para a ouvidoria mas sim para o supremo tribunal da Ordenação para ONDE o A. por pobre e miseravel não pode seguir.* O doutor também fez advogar para este Juízo outra cauza [...] (Doc. 716, 1830, carta oficial)

Observamos que, além da preposição PARA, há, nos excertos, outras referências a deslocamento, como o verbo conduzir (12), dirigir (14) e seguir (16), bem como verbo-suporte que envolve movimento: fazer rota (15).

No corpus, o item ONDE também é empregado para se referir a lugar ainda que este não seja mencionado no contexto. Nesses casos, temos o que Bechara (2004) denomina Oração Adverbial Locativa, pois se tem o ONDE sem referência a antecedentes. São exemplos desse uso os fragmentos (17), (18), (19), (20) e (21). Esse uso é identificado quando o enunciado posposto ao item sugere a indicação locativa, ainda que não a mencione explicitamente. Seria um uso com referência exofórica.

(17) *Se mostra pella certidaõ folhas seis, e Ser Sellario que declara no mesmo Regimento; e HONDE Se acha O caso da Ley, não Se pode aplicar diversso Sentido, nem admitir estillo contrario: Termos em que dando lhe provimento no dito Aggravo, Se [...]* (Doc. 21, 1764, carta oficial)

(18) [...] *nossas possibilidades nam abrangem ao desempenho que nos presisa a ôbrigaçam pondo os ONDE alcanssem decoroso estado. Vossa Excelentissima pello [...]* (Doc. 606, 1722, carta oficial)

Nos dois exemplos acima, aborda-se a indicação locativa, como em (17), pois a lei deve ser aplicada e respeitada em qualquer lugar – “[...] e HONDE se acha o caso da ley, não se pode aplicar diversso sentido, nem admitir estillo contrario [...]”; em (18), subentendemos a menção a um local “onde alcanssem decoroso estado”, ou seja, a informação é exofórica.

(19) [...] *por mim escrivão tudo visto, e revisto; Lido, conferido, e concertado de que passo a presente para assim constar ONDE convenha em esta sobredita Villa de Parnagoâ aos oito dias do mez de Mayo de 1767* (Doc. 631, 1765, carta oficial)

(20) [...] *Lido, Conferido, subscrevido, assinado, para assim constar ONDE convenha passo. A prezente por mim feita, e assinada Parnagoá [...]* (Doc. 632, 1810, carta oficial)

(21) *Se ainda Conservando-se a uniaõ das duas Freguesias com difficuldade se pode arranjar a eleição de hum trienio, como será possível Escolher duas Camaras de hum povo pequeno, e falta de homens habeis para os ministerios publicos? Depois disto não hé presumivel que creçaõ os interessez do Estado, ONDE não há crescimento de gente; Esta verdade hé fora de questaõ, porque ella hé vizivel: A divisão de hum povo em dous Corpos não faz se não que oz redditos se recolhaõ por diversoz Canaes, ao mesmo tem [...]* (Doc. 647, 1792, carta oficial)

Em (19) e (20), o copista esclarece que a carta vai assinada, a fim de ser apresentada onde se fizer necessário. No excerto (21), a argumentação pauta-se no questionamento de se unirem duas freguesias, o que ocasionaria a criação de um lugar pequeno, carente de “homens hábeis para os ministérios públicos” e que não despertaria interesses no Estado, por não haver crescimento populacional. Em todos os casos acima, é possível a substituição do ONDE por “em que lugar”. Assim, podemos refletir se temos um caso de pronome indefinido ou relativo, uma vez que no contexto, esclarece-se que os interesses do Estado não se voltam para aquelas freguesias. No entanto, o termo freguesias está longe do item pesquisado.

Em geral, a forma AONDE é empregada com sentido locativo, em contextos em que a regência do verbo requer a preposição A. Assim, passagens com o verbo chegar e ir, por exemplo: Irei aonde me for solicitado, requereriam a forma preposicionada AONDE. No entanto, registra-se, em sentenças desse tipo, nos manuscritos, o uso de ONDE, ou seja, um uso que contrariaria a gramática tradicional.

Segundo Kury (1987, p. 32), há certos verbos de movimento ou de situação (chegar, ir, partir, segui, vir, voltar, estar, morar, entre outros) que, ao pedirem um complemento adverbial de lugar, para integrarem seu sentido, deveriam ser considerados transitivos adverbiais. Isso porque a transitividade dos verbos seria vista como a falta de completude de uma ideia expressa pelo verbo: “ é um principal

que é feito para um complemento e que parece não ter cumprido a sua função se não chega até ele” (KURY, 1987, p. 32-33). Nesses casos, o advérbio não seria apenas um adjunto adverbial, mas se configuraria como um complemento.

A tabela a seguir demonstra a frequência de emprego do AONDE nos manuscritos, os quais estão separados por Vilas:

**Tabela 5 – Ocorrências de AONDE nos manuscritos.**

Vilas (locais de produção dos manuscritos)	Uso de AONDE
Curitiba	04
Paranaguá	03
Castro	---
Lapa	01
Antonina	01
<b>Total</b>	<b>09</b>

**Fonte:** Elaborada pela autora.

Dos nove fragmentos, oito registram o uso de AONDE em contextos que requereriam a forma não preposicionada, uma vez que não há nenhum caso de regência que exija a preposição A, como em (22). Há também o registro de um caso em que o ONDE foi utilizado sem a preposição (23), mas o contexto exigia a forma preposicionada, por haver o verbo *chegar* (“onde não chegão tropas a invernar”). Conforme discutido, para Kury (1987), *chegar* é verbo intransitivo do ponto de vista sintático, mas, do ponto de vista semântico, trata-se de verbo transitivo adverbial, o que nos levaria à construção “aonde não chegão tropas a invernar”:

(22) [...] *para os verdes das suas tropas; e tem succedido q’ue alguns tem largado fogo nos campos AONDE invernaraõ no ultimo dia, q’ue delles saem só com o fim de prejudicarem áquellê, de quem receberão o beneficio: outras vezes [...] (Doc 44, ?, carta oficial)*

(23) *Requerimento asim da antiga posse da Suplicante como de serem os ditos Campos desolutos e paragem ONDE não chegão tropas a Invernar: Espera real Merce Senhor Juis Prezidente mais Senhores da Camara com todo o devido*

*respeito replica a Suplicante dizendo que Vossas Mercês pelo Seo [...] (Doc. 79, 1798, carta oficial)*

Na passagem (22), o escriba explica que foi ateado fogo no lugar onde as tropas pernoveram recentemente. Não aparece, no período, verbo algum que necessite de complemento com a preposição A, ou seja, nenhum caso de verbo transitivo adverbial, embora o escriba tenha empregado a forma AONDE. Já em (23), ocorre o inverso: é um caso que necessita de preposição, mas ela não foi utilizada. Isso evidencia que a confusão no uso dessas formas não é uma prática recente.

Cambráia (2002) afirma que o primeiro registro da forma preposicionada AONDE data do século XIV, com sentido de lugar em que e lugar a que. Seu uso foi intensificado a partir do século XVI. Andrade (2009), para discorrer sobre o uso do ONDE na fala de João Pessoa (Paraíba), apresentou um histórico sobre a tríade ONDE, AONDE e DONDE, salientando que o emprego dos três perdurou até o século XVIII, quando DONDE, com valor de lugar em que, caiu em desuso, permanecendo até os dias atuais com o sentido de procedência. O autor enfatiza que, hodiernamente, AONDE e ONDE são empregados com mesmo sentido, “sem se ater ao que prescreve a doutrina gramatical” (ANDRADE, 2009, p. 66).

Andrade (2009) ainda complementa que, embora muitos normativistas façam a distinção entre as três formas discutidas anteriormente, muitos gramáticos do século passado já observavam a “sinonímia” entre elas. Andrade (2009) também chama atenção para o fato de que na escrita e na fala atual, o rigor gramatical não é “respeitado” quando se trata do uso das formas em questão. Para tanto, o autor expõe frases retiradas do projeto Variação Linguística no Estado da Paraíba – VALPB:

(1) *Eu vou **aonde** eu quero. (VALPB – V, 55)<sup>66</sup>.*

(2) *Sem tá vendo as onda do mar **daonde** vem. (VALPB – I, 76).*

O linguista explica que os sentidos de AONDE e DONDE (de onde) são diretivo e procedência, respectivamente, marcados pela preposição presente

---

<sup>66</sup> Andrade (2009, p. 68).

nas formas aglutinadas, A e DE. O autor encerra suas explicações sobre esse fenômeno afirmando que, diacronicamente, há o retorno aos usos já existentes e, sincronicamente, “a forma *aonde* corresponde à prótese da preposição *a* ao item *onde* e da preposição *de* em *donde*” (ANDRADE, 2009, p. 68). Assim, o verificado nesta tese confirma a explicação do autor mencionado, já que observamos o uso de AONDE e ONDE sem distinção entre eles.

Atribuímos, nesta tese, a nomenclatura de emprego não locativo para os valores em que não há referência locativa de ONDE, como a expressão temporal, relações causais, entre outros.

O fato de alguns advérbios locativos serem empregados para referência temporal nos permite compreender o uso do ONDE em contextos que denotam tempo. Essa projeção temporal de alguns, por extensão, seria aplicada ao item aqui pesquisado, permitindo construções como as (24), (25) e (26):

(24) [...] *por inconvenientes, Segundo por que immediatamente que estas Se tomaraõ, chegou nesta villa o Doutor Corregedor da Comarca de Correçam ONDE Subiraõ para o mesmo os livros da Receita e despeza do mesmo Concelho dos quais se tiraõ as contas para as Remeter, a Secretaria do Governo, na forma ordenada, e praticado; e como desta Correçam não ficaraõ os referidos livros, por isto inda não pode hir, a Conta e neste mesmo acto escrevemos ao Referido Doutor Corregedor indo em carta do mesmo o Contheudo na conta de [...]* (Doc. 286, 1808, carta oficial).

Observamos que o item ONDE retoma um espaço não físico, embora haja, no período, a indicação de um local (Villa). O que se destaca, nesse excerto, é menção ao momento que corresponde à chegada do corregedor e à consequente requisição de apresentação dos livros de registro da vila. Temos o ponto de partida temporal para “a subida dos livros de receita”.

(25) [...] *indigência que não tendo para pagar as Cartas de uzanças dos Juizes, e Vereadores que Servem, os actuais para deixarem de servir, não tem duvida de pagar para os que os HAONDE vir Suceder, Como ja tem acontecido; nestas*

*circunstancias, xeios de Submiaõ, e desrespeito xegamos aos pés de Vossa Excelencia, para [...]* (Doc. 479, 1821, carta oficial)

Em (25), a referência temporal está presente na declaração do escriba de que o dever será cumprido pelos sucessores, quando estes assumirem os cargos, indicando, assim, um evento “localizado” em determinado percurso do tempo.

(26) [...] assim Convem ao Real Serviço fazendo se asento nesta da hora em que se expedir e os Paradeiro da em que a3 receberem para se Conhecer AONDE teve a1 demora e ser o1 retardor castigado Com as penas estabelecidas sobre este objecto Maio Eu Escrivaõ que o1 Escrevi Faso espedir para diante [...] (Doc. 522, 1808, carta oficial)

O último exemplo temporal situa os fatos, indicando que, diante de uma ação não praticada (expedir o paradeiro), houve demora e esta ação levou a um castigo. A ideia de consequência é percebida neste fragmento, ao lado da contextualização temporal dos acontecimentos. Nos três fragmentos em que o ONDE é empregado em referência a tempo, é possível a substituição do termo pela conjunção QUANDO. Em todos os casos, a menção temporal diz respeito ao momento em que as ações ocorreram.

O ONDE também pode ser usado indicando o meio pelo qual acontece algo ou algo foi realizado. Em alguns casos, o meio refere-se a lugar, mas em outros, a referência é abstrata. Como a construção sintática é a mesma, expomos aqui as duas situações: uso locativo e não locativo.

Assim, nos manuscritos, observamos um número expressivo do item acrescido da preposição POR. Destacamos que, segundo Bechara (2004, p. 317-318), a preposição POR denota i) lugar por onde, em sentido próprio ou figurado; ii) meio; iii) modo; iv) distribuição; v) divisão; vi) torça; vii) causa, motivo; viii) em petições e juramentos, indica a pessoa ou coisa invocada para firmar o juramento; ix) em favor de; x) tempo, duração; xi) agente da passiva; xii) manifestações de disposição de ânimo para com alguma coisa; xiii) fim; xiv) introduzindo o predicativo

do objeto direto. Assim, verificamos que a preposição em questão, associada ao item ONDE, pode exprimir vários sentidos.

Nos dados do PHPP, em referência espacial, encontramos passagens com elementos designativos de lugar antecedendo o item ONDE, sendo este precedido pela preposição POR: estrada, rio, vila, conforme exemplificado em (27), (28) e (29):

(27) [...] *suposto que este o fexe logo he aberto e tranquiado o mesmo passo pelos Tropeiros e andantes ao mesmo tempo que estes tem huma estrada publica por ONDE poção derigirse asim para o Cajuru, como para outra qualquer parte, sem prejuizo do recorrente, e mais não disse, e [...]* (Doc. 48, 1798, carta oficial)

Observamos que a estrada pública, segundo o copista, é o meio, caminho por onde os tropeiros e os andantes podem se deslocar. Além da preposição, notamos a presença do verbo dirigir-se, o qual pressupõe um local para deslocamento: dirigir-se implica um meio para realização da atividade (pela estrada, pelo caminho, pela rua etc.).

(28) [...] *do Contracto do Cubataõ dos Morretes, a exemplo da Villa de Santos; porque Sendo esta Estrada o Canal, por ONDE gira o maior Cumercio, daquelle Continente, para esta Marinha; se axa quaze intranzitavel, o que fas suã total decadencia, na Agricultura daquele Continente; estes os motivos da nossa [...]* (Doc. 576, 1820, carta oficial)

Em (28), observamos que a estrada é o canal – conforme o próprio copista descreve – por onde o comércio se desenvolve. No fragmento abaixo, a referência de lugar também está presente, mas há uma peculiaridade no emprego do item:

(29) [...] *e atendendo ao que ao dito Caminho he geral para todos os moradores da margem do Rio do Cubataõ e juntamente por DONDE tranzitaõ as paradas e Seo caminho para aquelle mesmo povo ir ouvir Missa e acudir as confiçoins, e naõ [...]* (Doc. 446, 1803, carta oficial )

Novamente podemos depreender duas explicações: na primeira, presenciáramos o esvaziamento de sentido da preposição aglutinada ao ONDE, já que é necessária a preposição POR para compreender a semântica do período: o caminho permite o deslocamento da população para realizar as atividades religiosas: ouvir missa, confessar. Conforme já discutimos, já não havia distinção entre o uso das formas AONDE, DONDE e ONDE, pois Andrade (2009, p. 65, grifos do autor) exemplifica empregos equivocados em diversas sincronias:

Trata-se de uma prescrição gramatical que nem sempre é e nem foi seguida fielmente até mesmo na norma padrão, conforme os exemplos:

a. Português atual:

**Onde** vamos chegar assim? (*O Pensador* – setembro/ 2007)

b. Português Medieval:

Venha cá **aonde** eu estou. (Bernandim Ribeiro, apud. Oiticica op. cit. 223).

c. Português clássico:

**Onde** levas tuas águas. Tejo aurífero

**Onde** a que mares (Camões apud. Bueno, op. cit. 355).

d. Gramático quinhentista:

Nos podemos saber **onde** e elas podem chegar (Fernão de Oliveira, 1536 apud. Guterres: 60).

Em um segundo entendimento, estaríamos diante de um considerado por aqueles que não aceitam a variação como um desvio de norma gramatical, assim como poderia ter ocorrido no comentado exemplo (7).

No exemplo a seguir, (30), verificamos que não podemos nos ater somente ao termo que antecede o ONDE, já que o elemento a que ele se refere, neste excerto, corresponde a *caminho*, localizado, praticamente, uma linha antes do item. O termo *público*, anteposto ao ONDE, é um adjetivo atribuído ao caminho. Tem-se novamente o uso fórico do item, ao retomar o meio pelo qual as pessoas tem acesso a outras paragens:

(30) *Se por ahi taõ bem tranzitaõ as paradas do Serviço de Sua Magestade debaixo do qual juramento que Receberaõ diceraõ todos oniforme mente de que o caminho de que Se trata naõ he particular mas Sim publico por DONDE Se Servem mais de trezentas pessoas, por Ser muito mais perto que pelo Rio asima, e he por ONDE tranzitaõ as paradas de Sua Magestade digo do Serviço de Sua Magestade, taõ bem*

*por ONDE a quelles moradores expecialmente os pobres vaõ ouvir miça e as confiçõins e a Capela dos Morretes sem risco de vida expecialmente na ocaziã de Rio cheyõ, que muitos tem perdido a vida, e a parte do caminho que quer impedir, naõ lhe cauza prejuizo algum nem devaça a Sua caza, [...] (Doc. 443/444, 1803, carta oficial)*

Ainda sobre o POR ONDE com função fórica, observamos 09 passagens em que o item se referia a lugar abstrato ou pessoas: *portaria, documento oficial, certidão, serviços religiosos, ordens reais, canal (meio de transmissão de informação), regimento (tropas militares)*, conforme o exemplo (31):

(31) [...] *Officiaes da Camara, mas antes mandando que o aggravante, juntas e o Regimento por DONDE Levava os ditos emolumentos, o que com effeito fes o aggravante na vereança de onze de Fevereyro deste prezente anno juntando com [...] (Doc. 15, ?, carta oficial)*

Observamos que no fragmento acima, o regimento - corpo de tropas sob o comando de um coronel (FERREIRA, 1999) - é o responsável por levar os lucros (emolumentos). Assim, cabe à tropa o transporte dos bens. Nesse contexto, mais uma vez, presenciemos o emprego de DONDE desprovido do sentido etimológico de origem, uma vez que ele está na expressão POR DONDE, indicando o meio que leva os lucros da tropa. A retomada de regimento pelo ONDE como meio pelo qual também se registra em (32) e (33):

(32) [...] *por que tendo feito os mercadores requerimento para que o Aggravante, mostrase regimento, por ONDE Levava os oitenta reis das entradas dos suicidios e o mais alegado, mostrou a certidaõ a folhas, da qual naõ consta tal Levar, nem os trezentos, e sesenta reis, da Licença, que aquelle escrivam Leva; [...] (Doc. 20, 1764, carta oficial)*

(33) *Senhores do Nobre Senado Apresente o escrivã o Regimento por DONDE Leva os Sellarios que nesta petiçam se declara, e torne para deferir em camara [...] (Doc. 24, 1764, carta oficial)*

Ao contrário do exemplo (28), em (34), a referência a canal não corresponde a um lugar físico, mas a um documento, o ofício.

(34) [...] *hi o Director do Correio, e indo o meo officio remetido ao Illustrissimo Brigadeiro Inspector, como Canal proprio por ONDE devem caminhar as Informaçoens; se o dito Officio não foi entregue [...]* (Doc. 118, 1818, carta oficial).

Da mesma forma, nos fragmentos (35) e (36), a palavra *certidão* é o termo retomado por POR ONDE, assim como em (37), quando se tem como referente *portaria*, ou seja, documentos:

(35) [...] *de Vossa Excelencia com Requerimento para Sismaria, esta Ordem fica Registada E incluza vai a Certidaõ por ONDE assim Se mostra, e fiicamos na inteligencia de não discrepar no que Vossa Excelencia [...]* (Doc. 546, 1812, carta oficial).

(36) *Illustrissimo e Excelentissimo Senhor. Na prezente Conjuntura Remetemos a Certidaõ do Escrivam deste Senado, por ONDE constam ter-se feyto com acistencia do Capitam mor desta villa a nomeasão dos dous [...]* (Doc. 659, 1798, carta oficial)

(37) [...] *exselenssia guarde os Reverendos Padres da companhia de Jesus que existe nesta villa apresentaraõ ao Juiz ordinario hua portaria de Vossa Illustrissima por ONDE ordena se faça Refazer dentro em três dias huns pillares que os mesmos Reverendos Padres tinhaõ fundado poçe e Com efeito o ffizeraõ dando por prinçipio os Referidos pillares e que vindo os ditos Nossos anteseçores e o provimento em contrario e ordens' Reais por ONDE Sua Magestade que Deos guarde auia por confirmados os tais capitullos como das copias juntas [...]* (Doc. 627, 1743, carta oficial).

No excerto abaixo (38), a expressão POR ONDE retoma os ofícios divinos, isto é, às orações diárias do Catolicismo:

(38) *Liberata de tal Termo de juramento aos ditos nomeados e abaixo asignados, logo pelo nosso Luis Presidente o Sargento Mor lhe foi defirido o juramento dos Santos Evangelhos em que cada hum delles de per si pós Suas maons direitas debaixo do qual lhe encarregou que Sem odio nem malicia ira digo malicia ou declarasem se o referido caminho era preciso e necessario para as Suas Serventias expecialmente para confiçoins e acudir aos officios divinos e Se tinhaõ outra parte por DONDE pode sã fazer com a mesma presteza, e que prejuizo cauzava a Gabriel lacintho Pereira, e a que tempo Se achava aberto aquelle pedaço que elle empedia pela barra do Rio e que mais pessoas [...]* (Doc. 443, 1803, carta oficial).

As verbas mencionadas pelo tabelião em (39) são os meios pelos quais se pode constar o deduzido. Assim, observamos, mais uma vez, um uso não locativo aplicado ao ONDE, mas temos ainda a questão da anáfora.

(39) *[...] ca, para que n'esta intelligencia se dirijaõ ao ditto novo Ouvidor nos cazos occorrentes, devendo ser me remettida a Portaria original com a refferida certidaõ, e mais verbas por ONDE conste o deduzido: O que cumprãõ. Sam Paulo Tabelaõ do publico ludicial e Nottas, e Escrivaõ ordinario desta villa, e seu termo [...]* (Doc. 677, 1802, carta oficial)

Este tipo de construção também fora identificado por Souza (2008), em manuscritos dos séculos XVII (Cartas da Bahia) e XVIII (Cartas Baianas Setecentistas), classificado pela autora como uso abstrato, nocional, indicando lugar, conforme exemplo a seguir:

*Carta do desembargador Francisco Nunes da Costa (Salvador, 1792).  
[...] que ali se achaõ hua grande Su-/máca, e algumas outras embarçaõens defora à carga de/farinha, sem que os Mestres mostrem Despacho de Vossa Excelência, **por onde** lhe concedesse esta faculdade* (SOUZA, 2008, p. 10)

Encontramos, ainda, fragmentos em que o ONDE associado à preposição POR, indicava razão, motivo responsável pela continuidade de um determinado governo. Assim, verificamos o uso da expressão com valor causal:

(40) [...] *Mor por Ordem do Illustrissimo e Excelentissimo Senhor antecessor de Vossa Excelencia razaõ por ONDE entregamos o Governo ao mesmo Capitaõ Mor por se achar nelle todos os predicados tão recomendados por Sua Alteza Real a todas as pessoas que Governãõ, que he prudente, amigo da páz, abundante de bens, independente de pessoa alguma, ultimamente Excelentissimo Senhor he Pae dos [...]* (Doc. 530, 1809, carta oficial)

Residem, sobre o emprego do ONDE, discussões acerca da terminologia a ser empregada a ele quando este tem um uso diferenciado, ou seja, quando seu valor é construído a partir de sua significação na sentença, em referência a significados não locativos. Marinho (2002), com base na abordagem modular, classifica como uso discursivo do item quando este é um relativo capaz de marcar comentários ou estabelecer relações argumentativas, representando causa, explicação, conclusão, finalidade, entre outros.

Nesse sentido, encontramos três fragmentos em que se verifica o ONDE expressando causa. Observamos que, em (41), o item introduz oração adverbial causal, pois indica o motivo de se ter perdido tempo dada a resposta desatenta de Thomás Cordeiro, o oficial de ferreiro, a quem se refere o autor do texto:

(41) [...] *A quem mandando eu chamar, não para serviço meo, como dizem na conta, que de mim deraõ a Vossa Excelência masb sim para ajustar com elle o preço da ferragem necessaria para o novo Cofre, que havia de se fazer naquella Villa; não só se conduzio com pouca obediencia ao meo chamado, como ainda me mandou huã repostas desattenta, e aggravante, motivo este, por onde o fiz prender por tempo somente de duas horas. Esta he toda a verdade, que posso com sinceridade responder a Vossa Excelência a quem não devo illudir, e a cujas sabias determinaçoens submetto minha rendida, e cega obediência [...]*. (Doc. 81/82, 1799, carta oficial)

Em (42), encontramos a explicação para os incômodos gerados à população: o fato de os filhos responderem pelo pai. Observamos essa expressão

de causa ao notarmos a presença do porquê no fragmento, elemento explicativo que será complementado pelo ONDE na sequência:

(42) [...] *este Povo por que os Filhos do dito Capitam he que Respondem pello Pay, de ONDE nascem muitos encomodos aos moradores da dita Freguezia, como melhor poderá informar [...]* (Doc. 31, ?, carta oficial).

Em (43), o motivo introduzido pelo ONDE, em oração adverbial, é a justificativa para os comerciantes e donos de embarcação não deixarem de ir a Santos: a dívida de muitos mil cruzados.

(43) *[donos de embarcação e comerciantes] Deixar de hir ao Reino dispõr da madeira, e bettas, que he a mayor abundancia das Cargas e Regreçarem com sal, e fazendas de que perciza o Comercio, as quais não achaõ em Santos, pois estes mesmos se vaõ surtir naquela Cidade do que percizaõ, e ainda que as ouvessem não podiaõ mudar de Negociação por deverem muitos mil cruzados a praça do Reino DONDE se achaõ acreditados, e tem muitos Comissarios abundantes para fiarem con espera, que liberalizaõ as suas fazendaas sem [...]* (Doc. 711, ?, carta oficial).

Ao fim da análise, identificamos o uso frequente do ONDE em referência a lugar nos séculos XVIII e XIX. Nos manuscritos paranaenses, verificamos ainda um reduzido número de empregos do item que se afastariam do uso locativo, mas que evidenciaríamos o uso do item como expressão de causa, modo, introduzindo orações adverbiais. Tem-se, assim, um emprego como pronome relativo e outro como expressão de causa, tempo, modo, sobretudo porque os manuscritos são, em sua maioria, cartas oficiais, cujo gênero argumentativo requer argumentação, explicação, apresentação de causa para determinados pedidos ou justificar medidas tomadas pelos representantes governamentais em solo brasileiro, demonstrando variação de usos nos períodos estudados, o que poderia denotar um processo de mudança linguística.

## 7 O QUE REVELAM OS DOCUMENTOS PARANAENSES

A análise dos dados nos permitiu observar a variação de valores atribuídos ao item ONDE, ainda que o número de ocorrências, nos manuscritos, fosse pequeno<sup>67</sup>. Esses “multiusos” do termo em questão evidenciaram que um processo de mudança linguística está em curso. Sobre os resultados e o fenômeno de variação ou mudança, apresentamos aqui uma discussão acerca da unidirecionalidade e dos princípios de Hopper (1991). Também discorremos sobre as políticas linguísticas adotadas no período colonial, as quais poderiam também se revelar responsáveis pelo baixo número do emprego do item com valores não preconizados pela gramática tradicional.

A gramaticalização constitui-se um processo de mudança por meio do qual um item passaria a assumir sentidos e funções distintas daquelas que etimologicamente ou tradicionalmente lhe são atribuídas. Tal processo englobaria fases ou princípios e levaria anos para se concretizar.

Na pesquisa para a tese, observamos dois séculos de emprego do ONDE e observamos que, em 77 registros, o item foi empregado em referência a lugar, tal como preconizado pela gramática tradicional. Mas é válido destacar que, em 20 excertos, outros usos atribuídos ao termo demonstraram que, mesmo diante das imposições da língua ou mesmo das políticas linguísticas de Portugal em relação ao Brasil, a variação do termo, que é antiga, fez-se presente.

Os usos registrados demonstram que a mudança está em processo, pois, se os valores locativos já se registravam no latim, no português arcaico há a ampliação desses sentidos, como o valor temporal aplicado à forma U e a expressão de causa ao ONDE, cujos registros aparecem no período do português moderno, escrito no Paraná colonial.

Nesse sentido, o ONDE, na perspectiva da gramaticalização, percorreu o caminho esperado para um item nesse processo, porque ele transitou de uma categoria de referência locativa para referência não locativa. Ainda observamos que, no caminho de mudança, ou seja, na investigação sobre a unidirecionalidade, o processo de mudança do item em questão pode ser também visualizado no esquema proposto por Heine e Traugott (1991): *espaço* → *tempo* → *texto*. Isso

---

<sup>67</sup> Resultados semelhantes ao nosso também foram verificados por Pinheiro da Silva (2008), ao estudar o mesmo item em *corpus* que compreendem os anos de 1711 a 1786.

porque o ONDE, empregado como item locativo, passa a ser usado para expressar tempo. Nesse sentido, uma nova categoria seria atribuída ao item: temporal. E, por fim, encontramos o ONDE expressando significados de ordem intralinguística, como causa, motivo.

No entanto, precisamos considerar que as discussões acerca da unidirecionalidade não se configuram como um aparato teórico com perspectivas bem definidas, já que alguns estudos demonstram que nem sempre um item seguirá, estritamente, o caminho descrito por esse princípio. Pinheiro da Silva (2008), por exemplo, demonstrou em sua pesquisa que, ao longo das sincronias por ela investigada, esperava-se que o sentido locativo diminuísse com o passar dos séculos, mas os dados evidenciaram um aumento da expressão locativa em detrimento das outras ante o avançar dos anos em que os textos foram escritos.

Quanto aos princípios de Hopper (1991), entendemos que, nas sincronias estudadas, o item encontra-se na fase da *estratificação*, pois novos sentidos são criados para o ONDE, mas o valor inicial se mantém e, mesmo que haja outros empregos para o mesmo item, não há diferenciação entre eles, ou seja, o mesmo termo expressa vários sentidos.

Salientamos que, nesta tese, a análise e, conseqüentemente, a classificação do processo de gramaticalização no estágio da *estratificação* ocorreu porque pesquisamos somente o item ONDE, na modalidade escrita, em determinado período histórico, não nos atendo a outros pronomes relativos que, por sua vez, pudessem ocupar o mesmo contexto e, assim, assumir a mesma função que o termo aqui pesquisado. Nesse sentido, remetemos a Pinheiro da Silva (2008), a qual percorreu não apenas sobre o ONDE, mas também às formas QUE, ENTÃO, além de outras expressões conjuncionais:

Os resultados obtidos com a análise do *onde* mostraram que o item, em seu caminho de mudança *lexical > gramatical > mais gramatical*, sofre interferência de outros itens da língua. Foi o que se verificou, primeiro, com a análise quantitativa do *aonde* no português moderno – período em que o *onde* apresentou baixa frequência em detrimento do *aonde*, que foi altamente produtivo – e depois com algumas considerações sobre os vocábulos *então*, o pronome relativo *que* e expressões conjuncionais que evidenciam relações de conclusão, explicação, causa, conseqüência e finalidade entre as sentenças.

Esses itens convivem com o *onde* e, ao que parece, interferem em sua expansão como um item gramatical. Na modalidade escrita, as expressões conjuncionais (*sendo que, de forma que, uma vez que, já que, visto que, para que, porque, de/em guisa que*) são concorrentes possíveis para o

*Onde* F.Gra2, impedindo sua expansão. A função relativa, embora tenha apresentado queda ao final da última sincronia, mostrou-se produtiva na contemporaneidade, na acepção abstrata. Dessa forma, os concorrentes do *Onde* F.Gra1 (*em que*, *no qual* e variantes), ao que parece, não atuaram como os concorrentes das outras formas, pois, embora não se tenha verificado o espraiamento do item na função relativa, esse uso ainda é produtivo na língua escrita (PINHEIRO DA SILVA, 2008, p. 109-110).

O fato de também não termos observado um número significativo de ocorrências do ONDE, os quais se afastam do sentido descrito na gramática tradicional em vigor antes da primeira metade do século XX, uma vez que na segunda encontramos compêndios que se debruçam sobre a variação ou usos da língua falada, descritos e explicados por diversos linguistas, despertou nosso interesse pela história das políticas linguísticas do Brasil, no período colonial. Essa busca fundamentou-se na perspectiva de poder identificar possíveis explicações para o emprego desse uso significativo do item como locativo também nos documentos pesquisados, uma vez que esse período (séculos XVIII e XIX) é marcado pela diversidade linguística.

Nesse sentido, política linguística designa a determinação de decisões importantes referentes à relação entre língua e sociedade, e, segundo Calvet (2007), seria um conceito recente, ainda que a tentativa de imposição de um idioma não se configure como novidade para os estudos linguísticos. Isso porque há tempos existem pessoas que buscam intervir em uma língua e o poder político, muitas vezes, valeu-se dela para dominar.

O termo teria aparecido em 1959, em um trabalho de E. Haugen, acerca de problemas de ordem linguística da Noruega, pois sua pesquisa buscava demonstrar como a intervenção normativa do Estado havia sido feita para a construção de uma identidade norueguesa após séculos de domínio dinamarquês. Sucederam esse trabalho os estudos e publicações de J. Fishman, C. Ferguson, J. Rubin, J. Das Gupta e B. Jernudd, os quais se dedicaram durante anos a essa nova área (CALVET, 2007). No Brasil, atualmente, há vários pesquisadores que se debruçam sobre o assunto, como Orlandi (2007), Mariani (2004), Savedra (2003), Oliveira (2003) e Faraco (2002).

Além da expressão *política linguística*, encontramos também o termo *colonização linguística*. Não se trata de sinônimos, mas de conceitos que se

aproximam, pois esta última refere-se à colonização de um povo por meio de um idioma. No caso do Brasil, Mariani escreve que

O estudo da colonização linguística brasileira permite a compreensão de vários aspectos ligados às instâncias de poder nesse período que vai do XVI ao XVIII. A língua é um lugar crucial na interrelação da lei, instrumento real de distribuição de direitos e deveres, com os vassallos. É a língua que vai constituir um dos laços de união dos diferentes sujeitos numa nação organizada juridicamente (MARIANI, 2003, p. 80).

Na época do descobrimento brasileiro, a língua portuguesa que aqui chegou estava em fase de sistematização, com base nas obras gramaticais de Fernão de Oliveira e de João de Barros (MARIANI, 2004). Nas palavras de Melo (1981, p. 17), este idioma encontrou um rival: o tupi, “que, até o século XVIII, chegou em certas regiões a ser mais falado do que o português”.

Nos primórdios dessa fase colonial, coube aos jesuítas a catequização e escolarização dos índios em relação à língua portuguesa. Para alcançar esses objetivos, os eclesiásticos aprenderam o tupi e procuraram sistematizá-lo, a fim de que fosse possível comunicar-se com os silvícolas. Ao lado das línguas indígenas, os falares africanos também compunham a comunicação no Brasil colônia, bem como outros idiomas europeus. Sobre essa miscigenação linguística, Spina (1987, p. 21) descreve que “o intercâmbio com as populações africanas e os povos orientais resultou num enriquecimento considerável da língua portuguesa”.

Assim, sobre a política implantada no Brasil em relação à língua, Portugal adotou, para com suas colônias, uma colonização linguística pautada no catolicismo jesuítico:

O objetivo conjunto Estado/Igreja de colonizar e de evangelizar definia-se pelo sistema de padroado, ou seja, por um lado o papa atribuía à Coroa portuguesa atividades da hierarquia religiosa e as despesas eram tributadas ao Rei; por outro, cabia a Portugal a tarefa de evangelizar os habitantes das terras descobertas. O padroado gerava obrigações e sujeições para ambas as partes: Portugal devia evangelizar, mas o clero ficava submetido ao poder real. A única ordem religiosa que tinha mais independência, mais acesso direto ao Papa e menos subserviência aos reis portugueses, era a Companhia de Jesus. São os jesuítas que, ao longo da história da formação da sociedade colonial, exerceram um papel influente na composição das políticas linguístico-colonizadoras tecidas pelos reis portugueses e pelo Vaticano (MARIANI, 2003, p. 76).

No entanto, essa colonização não ocorreu de forma pacífica, visto que, conforme já dito, a terra *brasilis* era ocupada por diferentes tribos indígenas que conviviam com os europeus aqui chegados para colonizar ou explorar a região.

Para a língua portuguesa se tornar língua de colonização, foi necessário que ela fosse instituída, tivesse um caráter institucional, conforme foi dito. Ela foi fundada como instituição, legitimando Portugal como nação. Em termos históricos, aos portugueses é natural, óbvio, ter a língua portuguesa como língua nacional: português tanto designa povo quanto a nação (MARIANI, 2004, p.33).

Dessa forma, segundo a autora, no Brasil, a língua portuguesa foi institucionalizada, por meio de ato político-jurídico, o chamado *Diretório dos Índios*<sup>68</sup>. Esse ato obrigou o uso do idioma luso, tanto na fala como na escrita, com base na gramática portuguesa vigente na Corte, em toda a colônia brasileira. Conforme Melo (1981, p. 17), os habitantes do país tropical, os quais tinham o tupi como língua materna, “abandonaram-no e adotaram o novo idioma. Naturalmente não puderam dominar todo o mecanismo e todas as suas sutilezas, antes, aprenderam-no mal, desfigurando-o com uma série de defeitos provenientes dos antigos hábitos linguísticos”.

Com essa imposição linguística, os portugueses buscavam silenciar a língua geral empregada em território colonizado e manter, ainda que de forma hipotética, a ideia de homogeneidade linguística entre metrópole e colônia, entre o rei e seus súditos, conforme Pero Vaz de Caminha já antecipara em sua carta sobre o “achamento” do Brasil (MARIANI, 2003). O uso da língua portuguesa na metrópole teria se tornado obrigatório a partir de uma lei de D. Dinis, no século XIII, momento em que também criou a Universidade de Coimbra (PEREIRA DA SILVA, 2006).

No entanto, a miscelânea de falares dificultava o uso efetivo da língua portuguesa em território brasileiro. “Mas é no oitocentos que uma resistência frente à colonização linguística toma uma forma política mais visível, colocando em causa a subordinação imposta por Portugal ao falar do Brasil” (MARIANI, 2004, p.

---

<sup>68</sup> O *Diretório dos Índios* surge em um contexto histórico específico, quando os jesuítas começam a perder seus privilégios e são expulsos não apenas da colônia brasileira, mas de várias outras colônias. No *Diretório*, língua não é apenas um instrumento catequético. Língua, mais especificamente a língua do Príncipe, passa a significar um elemento constitutivo da civilização europeia. A língua geral, por sua vez, é chamada de “invenção diabólica”, invertendo os sentidos a ela atribuídos pelos jesuítas (MARIANI, 2003, p.78).

21). Nesse período, Marquês de Pombal expulsou os jesuítas e impôs o uso da língua lusa em nosso país.

A Língua Portuguesa sempre foi o idioma da elite administrativa, bem como de autoridades eclesiásticas, jurídicas e dos donatários das capitanias hereditárias (MARIANI, 2004). Isso é constatado ao observamos a estrutura linguística dos documentos paranaenses, sobretudo no que diz respeito ao uso do item ONDE, uma vez que não se registram usos tão afastados da norma gramatical. Como os manuscritos são materiais textuais da elite administrativa, o uso gramatical padrão do idioma era requerido.

Em uma pesquisa sobre a escrita dos professores baianos e qual norma era utilizada por eles no século XIX, principalmente no que diz respeito ao uso do advérbio ONDE<sup>69</sup>, Souza e Santana (2009) observaram que a forma ONDE é mais empregada do que a variante AONDE. Esta última foi usada uma única vez com sentido de origem, constituindo-se, segundo as autoras, no período estudado, como desvio de norma. Quanto à primeira forma, seu uso mais expressivo foi o canônico, denotando *lugar em que*. Houve dois registros do item com sentido de origem e de posse. Os sentidos de tempo e noção só foram registrados nos fragmentos com as formas variáveis *em que* e *no qual*.

Face aos dados apresentados, as pesquisadoras concluíram que há pouco desvio de norma em relação à escrita dos mestres baianos, inferindo que eles propagavam a forma de prestígio, ainda que a formação deles fosse precária. Isso porque as autoras enumeraram vários problemas referentes à formação docente na Bahia no período oitocentista, como o fato de a Escola Normal não conseguir atender à demanda para formar professores e de os concursos públicos nem sempre serem realizados e, quando ocorriam, a aprovação de muitos professores se dava por influência política.

Pinheiro da Silva (2008) observou que, no período por ela estudado (1711-1786), a forma AONDE foi bastante utilizada, havendo pouquíssimos usos que denotassem desvio da norma, como o fato de o item ter sido empregado como

---

<sup>69</sup> Os dados, segundo as autoras, são oriundos das correspondências manuscritas de docentes da Província da Bahia para o Diretor de Instrução Pública, no ano de 1880, e versam sobre solicitação de material didático, remoção de professores, entre outros assuntos.

conectivo de ideias – para isso, a pesquisadora empregou a expressão “de forma que”, como sinônimo para ONDE:

[...] *que havião outros Ryos mais que no tempo das agoas crescião e nelles havia o mesmo perigo e que toda a Freguezia era montuosa onde (de forma que) a mayor parte dos caminhos erão intransitaveis e que passavam por logares ermos q. muitas vezes estavão sujeitos aos Escravos fugidos que insultavão os Passageiros e em varias partes tinha havido invazoens do gentio q. sahia do sertão a roubar e matar [...]*<sup>70</sup>

Em uma perspectiva mais ampla sobre o sistema educacional no período colonial, Bello (2001) apresenta um retrato das transformações ocorridas, desde o período jesuítico até 2003 e cujas explanações foram realizadas a partir do estabelecimento de delimitações temporais feitas pelo próprio autor, com base na importância histórica das fases analisadas. Cabe-nos, aqui, relatar apenas as modificações no período que vai desde o descobrimento até a proclamação da república, tendo em vista as sincronias pesquisadas neste trabalho.

Dessa forma, a primeira fase da educação brasileira, segundo Bello (2001), corresponde ao período compreendido entre 1549 e 1759, quando os jesuítas chegaram ao nosso país, sob o “comando” de Padre Manoel da Nóbrega. A atividade desses religiosos mesclava pregação e educação, já que entendiam que os índios só seriam convertidos quando soubessem ler e escrever. Empregavam o método pedagógico regulamentado pelo documento *Ratio Studiorum*, escrito por Inácio de Loiola. Segundo o autor, o modelo utilizado pelos eclesiásticos era bem estruturado e contava com colégios e escolas de primeiras letras. O fim dessa modalidade educacional ocorreu quando o Marquês de Pombal expulsou os jesuítas das colônias portuguesas em 1759.

A expulsão dos jesuítas foi uma das várias ações empreendidas pelo Ministro Pombal, que se convenceu “da necessidade urgente de renovar radicalmente toda a política do Estado, sob pena de Portugal perder definitivamente o carro da História” (PINTO, 1988, p.11). Assim, retirar a Companhia de Jesus das colônias era uma medida para ajudar a metrópole a se reerguer, visto que o país estava em decadência em comparação às demais nações europeias. A visão religiosa da Companhia para com a educação não era aceita por Pombal, porque a

---

<sup>70</sup> Fragmento retirado de textos cartoriais de Barra Longa, Minas Gerais, produzidos entre 1736 a 1786 (PINHEIRO DA SILVA, 2008, p. 69).

igreja entendia que, após a Contra-reforma, a única alternativa para expandir o catolicismo era empregar o idioma local das colônias (no caso do Brasil, utilizava-se o *tupi*, inicialmente chamado de *língua brasílica* e, depois, *geral*), de acordo com Mariani (2003). Por outro lado, Pombal desejava usar a escola a favor do Estado: “Não escapou à argúcia do poderoso Ministro e à dos seus assessores que a base das mudanças desejadas devia ser a modernização do ensino, nos seus métodos, objetivos e finalidades” (PINTO, 1988, p. 11).

Com o início da fase pombalina (BELLO, 2001), foram instauradas as aulas de latim, grego e retórica, todas autônomas entre si. Em 1772, em face da estagnação da educação motivada por essas leis, Portugal instituiu um subsídio para manter o ensino primário e médio. Esse subsídio consistia em um imposto cobrado sobre alguns itens, como aguardente e vinho. Porém, como a cobrança nunca foi feita de forma regular, os docentes deixavam de receber seus vencimentos durante meses (BELLO, 2001).

Com a vinda da família real para o Brasil, instaura-se o período joanino (1808-1821), marcado pela abertura de academias militares, escolas de Direito e de Medicina, Biblioteca Real e Imprensa Régia. Ainda assim, a educação não obteve grandes avanços. Nova reformulação viria na fase seguinte, no período Imperial (1822-1888), com D. Pedro I que, ao outorgar a primeira constituição brasileira, declarou que a instrução primária deveria ser gratuita a todos os cidadãos. Instituiu o Método Lancaster, ou seja, um aluno treinado ensinava dez alunos sob vigilância de um inspetor. Posteriormente, o imperador criou as escolas primárias (Pedagogia), liceus, ginásios e academias. Mesmo com todo esse investimento, segundo Bello (2001), a educação no Brasil, até 1889, não conseguiu êxito, devido a vários fatores, como a dificuldade imposta pelas dimensões do território.

Dessa forma, observamos que havia uma realidade dupla no Brasil colonial: de um lado, a incessante tentativa de fazer que a Língua Portuguesa falada em Portugal fosse empregada *ipsis litteris* na colônia, ao mesmo tempo em que a realidade brasileira convergia para uma língua diferenciada, fruto da miscigenação linguística que aqui havia, além da baixa escolaridade populacional e da reduzida oportunidade de ensino formal existente em nosso país.

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esta tese, buscamos investigar os empregos e sentidos que o item ONDE apresenta em parte dos documentos paranaenses do PHPP, procurando identificar registros que se afastem daqueles prescritos pela gramática normativa da primeira metade do século XX, quando não se considerava maior variação acerca do ONDE. Esses usos, para muitos linguistas, evidenciariam um processo de mudança linguística em andamento.

Após a análise e discussão dos dados, foi possível observar que o ONDE desempenha a função de pronome relativo, expressando direção, proveniência e permanência. O emprego desse item, em referência a lugar é o mais registrado não impedindo que outros registros fossem verificados, como expressão temporal e causal. Os números indicaram que, ainda que houvesse um rigor da norma gramatical, justificada possivelmente pela fase pombalina em vigor durante significativa parte do período analisado, há variação no Português Brasileiro no que concerne ao uso do ONDE.

Comparando os dados com pesquisas já divulgadas, os valores nocionais do item não constituem uma inovação, uma vez que, por exemplo, o sentido temporal fora observado por Magne (1944) e Souza (2007). Os demais empregos também foram verificados por outras pesquisadoras, como Pinheiro da Silva (2008), Mattos e Silva (1989), entre outras.

À luz da gramaticalização, entendemos que o item passa por processo de mudança, pois há o deslizamento de sentido entre o valor locativo e outros, como o temporal e o causal, não esgotando o processo, ou seja, ele continua. Esse fato indica a possibilidade de mudança em um idioma, a partir de mecanismos já existentes na língua, já que, no caso do português, muitos vocábulos que são empregados para indicar espaço também são utilizados para expressar tempo, por exemplo. Assim, haveria uma recategorização do item, ao expressar esse sentido, pautando-se em Heine e Traugott (1991) e a escala de espaço > tempo > texto.

Em face da verificação de que o mesmo item apresenta usos diversos, os quais extrapolam sua etimologia e seu uso prescrito pela gramática de uma língua, no mesmo período, nos reportamos aos princípios estabelecidos por

Hopper (1991) para entender que o item ONDE se encontra na fase da *estratificação*, na pesquisa realizada. Isso porque o ONDE acumula funções e sentidos variados no mesmo período histórico. Também identificamos que, da mesma forma que Andrade (2009) observara, encontramos o registro de ONDE como ONDE, AONDE e DONDE, empregados em referência a lugar, o que demonstra a coexistência de formas novas com a antiga, já que a original não teria preposição.

Em nossa proposta, um dos objetivos específicos era estudar as acepções atribuídas ao ONDE e seus correlatos nos manuscritos paranaenses dos séculos XVIII e XIX. Sobre isso, registramos, além da forma ONDE, as variantes HONDE, AONDE, DE ONDE, DONDE, POR ONDE, PARA ONDE e POR DONDE. No que diz respeito aos sentidos, o item foi empregado como lugar concreto, mencionado ou não na sentença – casos de orações adverbiais locativas; origem e direção. Ao lado desse uso, registramos os valores de ONDE em relações semânticas de tempo e causa.

Os possíveis condicionantes para os sentidos locativos foram termos lexicais que indicavam esse valor, antepostos ao item, como *vila, caminho, Pátria, freguesia, igreja*. A título de exemplificação do uso anafórico locativo, reapresentamos o fragmento (4), no qual se observa a retomada do termo “igreja”:

(4) *No dia 26 destte ffomos a Igreja Matris Com o Estandartte Real e Povo ONDE se selebrou Missa Canttada Com o Santissimo Sacramentto expostto e no dia 27 se rrepittio o mesmo Comhum Sermaõ, e prosisão em que foi [...]* (Doc. 39, 1797, carta oficial).

Ainda sobre a expressão espacial, encontramos, ao lado dos termos locativos, o uso de preposições como DE e PARA, as quais também são utilizadas para a referenciação locativa, indicando origem (10) e deslocamento, respectivamente:

(10) *Elle fica no amcoradouro a comcertar, DONDE o naõ deixarei hir sem Vossa Excelencia o mandar. Pede-me o Capitam algumas duzias detta boas que lhe poderaõ cer percizas para comodo do seu [...]* (Doc. 722, 1803, carta oficial).

Para o uso do ONDE em contextos locativos indeterminados – em relação à expressão locativa em que não havia termos lexicais dessa natureza presentes no excerto estudado –, foi preciso compreender o assunto discutido no fragmento e fazer inferências, a partir dos verbos e expressões empregados, como no já comentado no exemplo (19), pois compreendemos que a carta em questão vai assinada, a fim de ser apresentada nos locais onde se fizer necessário:

(19) [...] *por mim escrivão tudo visto, e revisto; Lido, conferido, e concertado de que passo a presente para assim constar ONDE convenha em esta sobredita Villa de Parnagoâ aos oito dias do mez de Maýo de 1767 (Doc. 631, 1765, carta oficial).*

Para os outros valores do ONDE, foram considerados como condicionantes os itens que antecediam o item, os quais, por sua vez, indicavam, por exemplo, causa, bem como o contexto ou outras expressões que viessem denotar a relação semântica de causa, como o uso do porquê em determinado fragmento.

Quanto aos gêneros textuais, estes trouxeram significativas contribuições para a análise, uma vez que a maioria dos manuscritos consistia em cartas oficiais, as quais, por sua natureza, requeriam a argumetnação, a apresentação da situação no tempo e no espaço, além da apresentação de justificativas para os atos realizados pelos governantes no Brasil. Assim, os documentos registraram tanto o uso locativo como a variação do item ONDE.

As hipóteses elencadas para este trabalho foram confirmadas. Isso porque, conforme já citado, 80% dos dados revelaram o uso locativo do ONDE. Uma possível explicação para o uso elevado estaria no fato de que, no Brasil colonial, vivia-se sobre a imposição da Língua Portuguesa da metrópole, sobretudo a partir do Diretório dos Índios. Essa preocupação com a norma adviria das tentativas promovidas por Portugal em colonizar linguisticamente o povo brasileiro, a fim de manter seu poder sobre as novas terras. Essas medidas vinham ao encontro dos interesses lusitanos em evitar modificações nas relações entre a colônia e a metrópole, como forma de evitar possíveis revoltas e efetivar seu domínio sobre as terras brasileiras. Também podemos considerar que observamos, no período

colonial, que os textos que mais circulavam eram os documentos oficiais e, dada a sua natureza, requeriam o uso da norma culta.

A homogeneidade linguística sonhada, todavia, não se concretizaria porque a existência de várias tribos indígenas, bem como o número elevado de escravos trazidos para o Brasil, de diversas etnias, além dos idiomas europeus distintos aqui falados, frutos da imigração portuguesa e mais tardiamente, italiana, alemã, francesa, japonesa, entre tantas outras levas de imigrantes, fez nossa língua portuguesa deixar de ser lusa e passar a ostentar o status de Português Brasileiro.

Ainda sobre as hipóteses elencadas, o uso de ONDE e AONDE em contextos idênticos, sem a observação da regência verbal foi registrado em um número reduzido, justificado parte pelo período de confusão linguística em que os manuscritos foram produzidos, bem como pelo fato de já se registrar em tempos remotos esse uso.

Desse modo, observamos que o processo de mudança pode levar séculos para se concretizar, dadas as imposições não apenas de ordem linguística, mas também gramaticais há muito discutidas, mas também as políticas administrativas implantadas. No que concerne ao estudo do ONDE na documentação paranaense, acreditamos que o trabalho ora apresentado venha compor as pesquisas já existentes sobre o mesmo item, a fim de traçarmos, efetivamente, o processo de mudança desse item, contribuindo, assim, não apenas para o entendimento sobre ele, mas também sobre pontos lacunares da teoria da gramaticalização, como a unidirecionalidade. Isso porque a unidirecionalidade envolveria um caminho único na mudança de categorias do item gramaticalizado

Observamos, todavia, que, no caso do ONDE, os empregos locativos convivem com outros valores há bastante tempo. Dessa maneira, não nos parece pertinente compreender que, em um processo de mudança, a passagem de uma categoria para outra ocorra sem um período de transição, haja vista que, hodiernamente, encontramos ainda ao lado do uso espacial, outros usos que vão além desse emprego, como explicativo, discursivo, entre outros.

Finalmente, esperamos que o presente trabalho possa servir como contribuição para outras investigações acerca da variação/mudança linguística do ONDE e da composição do Português Paranaense e, por extensão, Brasileiro.

## REFERÊNCIAS

- AGUILERA, V. A.; VASCONCELOS, C. A. **Scripturae na Villa de Pernagoa: manuscritos setecentistas**. Londrina: UEL, 2007.
- AGUILERA, V. A. (Org.) **Para a História do Português Brasileiro**. v. 7. Tomos I e II. Londrina. EDUEL, 2009.
- AGUILERA, V. A. **Atlas Linguístico do Paraná**. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado, 1994.
- AGUILERA, V. A.; BARONAS, J. E. A. (Org.). **Scripturae nas Villas de São Luiz de Goaratuba e Antonina: manuscritos Setecentistas e Oitocentistas**. Londrina: UEL, 2007.
- ALGACYR, M. **Porto de Paranaguá, contribuição à História: período 1648-1935**. Paranaguá, Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina. 1985. Paranaguá: Ed. Gráfica Serena, 1985.
- ALMEIDA BARONAS, J. E. **A influência da urbanização na fala de informantes rurais**. 2005. 272 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP. Araraquara, 2005.
- ALMEIDA, A. Os caminhos do sul e a feira de Sorocaba. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, v. 186, p. 96-173, 1945.
- ALTINO, F. C. **Atlas Linguístico do Paraná – II**. 2007. 187 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2007.
- ALVES-FILHO, I. **Brasil, 500 anos em documentos**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- ANDRADE NETO, J. M. **O item lexical onde como forma de elegantização da linguagem**. 2004. 145 p. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2004.
- ANDRADE, T. L. **O item linguístico ONDE na comunidade de fala de João Pessoa: uma abordagem funcionalista**. 2009. 152 p. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal da Paraíba, UFPB. João Pessoa. 2009.
- BABLER-GUSMÃO, A. **As realizações da vibrante na variedade linguística rural do Paraná**. 2005. 156 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2005.
- BARBOSA, A. G. Linguística de Corpus. In: CASTILHO, A. de; HORA, D. da. **História do Português Brasileiro: versão preliminar**. João Pessoa: Ideia Editora, 2010.

BARBOSA, A. G. Normas cultas e normas vernáculas: a encruzilhada histórico-diacrônica nos estudos sobre Português Brasileiro. In: CASTILHO, A. *et al.* (Org.). **Descrição, história e aquisição do Português Brasileiro**. São Paulo: Fapesp, Campinas: Pontes Editores, 2007.

BARONAS, J. E. A. *et al.* Documentos paranaenses do século XVIII: primeiras notícias. In: AGUILERA, V. de A. (Org.). **Para a História do Português Brasileiro**. v. 7 – Vozes, veredas, voragens. Londrina: EDUEL, 2009. p. 679-698.

BARRETO, T. M. M. Estruturas trecentistas. In: MATTOS E SILVA, Rosa V. (Org.) **A carta de Caminha: testemunho linguístico de 1500**. Salvador: EDUFBA, 1996. p. 149-168.

BARROS, J. Gramática da língua portuguesa: cartinha, gramática, diálogo em louvor de nossa linguagem diálogo da viciosa vergonha. 4 ed. 1540. Apud: CASTILHO, A. T. **Gramática do Português Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.

BATORÉO, H. **Expressão do espaço no português europeu: contributo psicolinguístico para o estudo da linguagem e cognição**. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucena, 2004.

BELLO, J. L. P. Educação no Brasil: a História das rupturas. **Pedagogia em Foco**, Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb14.htm>>. Acesso em: 18 fev 2012.

BELLOTO, H. L. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial do Estado, 2002.

**BÍBLIA SAGRADA**. Tradução da CNBB. São Paulo: Paulus, 2001.

BITTENCOURT, V. O. Variação e mudança no português arcaico: um antigo e novo *onde* nas Cantigas de Santa Maria. **Scripta**, v. 9, p. 178-192, 2006.

BITTENCOURT, V. O. Rumos da gramaticalização no português oral do Brasil. **Philologus**, v. 1, n. 13, p. 69-75, 1999. Disponível em: [http://www.filologia.org.br/revista/artigo/5\(13\)69-75.html](http://www.filologia.org.br/revista/artigo/5(13)69-75.html)>. Acesso em: 16 abr. 2012.

BONFIM, E. R. M. **Advérbios**. São Paulo: Ática, 1988.

BONFIM, E. R. M. **Subsídios para o estudo do aonde e donde usados por onde, no português moderno**. Disponível em: <[http://www.letras.puc-rio.br/catedra/revista/6Sem\\_23.html](http://www.letras.puc-rio.br/catedra/revista/6Sem_23.html)>. Acesso em: 11 dez. 2005.

BOTO, C. A dimensão iluminista da reforma pombalina dos estudos: das primeiras letras à universidade. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 44, maio/ago. 2010. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782010000200006&lang=PT](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782010000200006&lang=PT)>. Acesso em: 08 mar. 2012.

CACCIAGUERRA, V. O relativo onde de uma perspectiva a multissistêmica. In: CASTILHO, A. T. de. (Org.) **História do Português Paulista**. Campinas: UNICAMP/Publicações IEL, 2009.

CALVET, L. J. **As políticas linguísticas**. Tradução de: Isabel de Oliveira Duarte, Jonas Tenfen e Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial: IPOL, 2007.

CAMARGO, J. B. **História do Paraná (1500 - 1889)**. Bertoni: Maringá, 2004.

CAMBRAIA, C. N. Sobre as origens do “aonde” na língua portuguesa. In: COHEN, M. A; RAMOS, J. (Org.) **Dialeto mineiro e outras falas: estudos de variação e mudança lingüística**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

CARVALHO, J. B. **História do Brasil: a verdadeira história das capitanias hereditárias**. São Paulo: Editora do Autor, 2008.

CASTILHO, A. T. A gramaticalização. **Estudos Linguísticos e Literários**, Bahia, n. 19, p. 25-63, 1997.

CASTILHO, A. T. Proposta funcionalista de mudança linguística: os processos de lexicalização, semanticização, discursivização e gramaticalização na constituição das línguas. In: LOBO, T. *et al.* (Org.). **Para a história do português brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2006. v. 6, t. 1, p. 223-296.

CASTILHO, A. T. **Gramática do Português Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.

CASTILHO, A. T. Representações das categorias cognitivas e sua diacronia. **Filol. linguíst. port.**, n. 13(1), p. 63-87, 2011. ISSN 1517-4530 Disponível em: <[http://www.fflch.usp.br/dlcv/lport/flp/images/arquivos/FLP13\\_1/castilho\\_a.pdf](http://www.fflch.usp.br/dlcv/lport/flp/images/arquivos/FLP13_1/castilho_a.pdf)>. Acesso em: 22 jul 2012.

CASTILHO, A. T., ELIAS, V. M. **Pequena Gramática do Português Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2012.

CASTILHO, A. T; LOPES, C. R. S. História do Português Brasileiro: tomo 2 – mudança sintática: perspectiva funcional. In: CASTILHO, A. de; HORA, D. da. **História do Português Brasileiro: versão preliminar**. João Pessoa: Ideia Editora, 2010.

CAVALCANTE, R. **A negação pós-verbal no Português Brasileiro: análise descritiva e teórica de dialetos rurais de afro-descendentes**. 161 p. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal da Bahia. Salvador. 2007.

COELHO, S. M. **Uma análise funcional do ONDE no português contemporâneo: da sintaxe ao discurso**. 2001. 123 f. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

COMBA, P. J. **Programa de latim**. 8. ed. São Paulo: Salesiana Dom Bosco, 1986.

COSTA, S. B. B. Adverbiais portuguesas no século XVI. In: MATTOS E SILVA, R. V.; MACHADO FILHO, A. V. L. (Org.). **O português Quinhentista: estudos linguísticos**. Salvador: Edufba, 2002. p. 197-215.

COSTA, S. B. B. Espaço e tempo em adverbiais portuguesas quinhentistas. In: COSTA, S. B. B.; MACHADO FILHO, A. V. L. (Org.). **Do português arcaico ao português brasileiro**. Bahia: Edufba, 2004. p. 175-192.

COUTINHO, I. L. **Pontos de gramática histórica**. 7 ed. rev. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1976.

CUNHA, A. G. **Dicionário Etimológico Nova Fronteira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

CUNHA, C. **Edição semidiplomática de manuscritos de Antonina: traçando caminhos da filologia**. 2008. 215 p. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina. Londrina. 2008.

CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. **Nova gramática do português contemporâneo**. 2. ed. São Paulo: Nova Fronteira, 1985.

DOLZ, J.; SCHNEUWLY, B. **Gêneros orais e escritos na escola**. Tradução e organização de: Roxane Rojo; Gláís Sales Cordeiro. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2004.

FARACO, C. A. **Linguística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas**. São Paulo: Parábola, 2005.

FARACO, C. A. **Norma culta brasileira: desatando alguns nós**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

FARACO, C. A. Questões de política de língua no Brasil: problemas e implicações. **Educar em Revista**, n. 20, p. 13-22, 2002.

FARIA, E. **Dicionário escolar latino-português**. 6. ed. Rio de Janeiro: FENAME, 1982.

FERREIRA, A. B. de H. **Dicionário Aurélio eletrônico: século XXI**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Lexicon Informática, 1999.

FURTADO DA CUNHA, M. A. Funcionalismo. In: MARTELOTTA, M. E. **Manual de linguística**. São Paulo: Contexto, 2009.

FURTADO DA CUNHA, M. A. Gramaticalização nos mecanismos de negação em Natal. In: MARTELOTTA, M. E.; VOTRE, S.; CEZARIO, M. M. **Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. Disponível em: <<http://www.discursioegramatica.lettras.ufrj.br/>>. Acesso em: 20 out. 2010.

FURTADO DA CUNHA, M. A.; OLIVEIRA, M. R. de; MARTELOTTA, M. E. (Org.). **Linguística funcional: teoria e prática**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GIVÓN, T. **On understanding grammar**. London: Academic Press, 1979.

GONÇALVES, S. C. L. *et al* (Org.). **Introdução à gramaticalização**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

HEINE, B. *et al*. From cognition to grammar: Evidence from African languages. In: HEINE, B.; TRAUGOTT, E. C. **Approaches to gramaticalization**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1991.

HEINE, B.; CLAUDI, U.; HÜNNEMEYER, F. **Grammaticalization: a conceptual framework**. Chicago: The University of Chicago, 1991.

HEINE, B.; REH, M. Grammaticalization and reanalysis in African languages. Hamburg: Helmut Buske, 1984. *Apud* HEINE, B.; TRAUGOTT, E. C. **Approaches to gramaticalization**. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1991.

HEINE, B; TRAUGOTT, E. C. **Approaches to gramaticalization**. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1991.

HINTZE, A. C. J. **Conexões perifrásticas: um estudo sobre as funções de expressões gramaticalizadas**. 2003. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Unesp, Araraquara, 2003.

HOPPER, P. J. On some principles of grammaticalization. In: HEINE, B.; TRAUGOTT, E. C. **Approaches to gramaticalization**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1991.

HOPPER, P. J.; TRAUGOTT, E. C. **Gramaticalization**. Cambridge: University Press, 1993.

HOUAISS, A. O português do Brasil. Rio de Janeiro: UNIBRADE/UNESCO, 1985. *Apud* MATTOS E SILVA, R.V. **Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

ILARI, R. Considerações sobre a posição dos advérbios. In: CASTILHO, A. T. (Org.). **A gramática do português falado: a ordem**. Campinas: Unicamp/São Paulo: FAFESP, 1996. p. 63-141.

KERSCH, D. F. A palavra onde no Português do Brasil. In: MARINHO, Janice Helena Chaves. **O funcionamento discursivo do item onde: uma abordagem modular**. 2002. 305 p. Tese (Doutorado em Estudos Lingüísticos), UFMG, Belo Horizonte, 2002.

KURILOWICZ, J. The evolution of Grammatical Categories. In: **Esquisses linguistiques II**. Munique: Fink, ([1965] 1975), p. 38-54.

KURY, A. G. **Novas lições de análise sintática**. 3 ed. São Paulo: Ática, 1987.

LEHMANN, C. Thoughts on grammaticalization. München Interschleissheim; Newcastle: Lincon Europa, 1995 [1982]. *Apud* CASTILHO, A. T. de. A gramaticalização. **Estudos Linguísticos e Literários**, Bahia, n. 19, p. 25-63, 1997.

LIMA-HERNANDES, M. C. (Org.). **Gramaticalização em perspectiva: cognição, textualidade e ensino**. São Paulo: Paulistana, 2010.

LABOV, W. **Padrões sociolinguísticos**. Trad. Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008.

LABOV, W. **Field methods of the project on linguistic change and variation**. Austin: Southwest Educational Development Laboratory, 1981.

LONGHIN, S. R. **A gramaticalização da perífrase conjuncional só que**. 2003. 217 p. Tese (Doutorado em Lingüística) – Unicamp, Campinas, 2003.

MACAMBIRA, J. R. **Português estrutural**. São Paulo: Pioneira, 1978.

MACEDO, R. L.; BARONAS, J. E. A. Ter ou haver: um estudo da história da Língua Portuguesa em Paranaguá. In: XX Seminário do CELLIP, 2011, Londrina. **Anais...** 2011.

MAGNE, A. **A Demanda do Santo Graal: glossário**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944. v. III.

MARCHELLO-NIZIA, C. Grammaticalisation et évolution des systems grammaticaux. **Langue Française**, Paris, n.130, p. 33-41, mai, 2001.

MARCONDES, R. L.; SUPRINYAK, C. E. Movimentação de tropas no Centro-Sul da Colônia: aspectos estruturais do mercado de animais na segunda metade do século XVIII. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, nº 40, julho-dezembro de 2007, p. 47-69. Disponível em <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1282/421>>. Acesso em: 2 set. 2011.

MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARIANI, B. **Colonização linguística**. Campinas: Pontes, 2004.

MARIANI, B. Políticas de Colonização Linguística. In: **Letras**, Santa Maria, n. 27, p. 73-82, julho-dezembro, 2003. Disponível em: <[http://w3.ufsm.br/revistalettras/artigos\\_r27/revista27\\_7.pdf](http://w3.ufsm.br/revistalettras/artigos_r27/revista27_7.pdf)>. Acesso em 26 jan. 2012.

MARINHO, J. H. C. **O funcionamento discurso do item onde**: uma abordagem modular. 2002. 271 p. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

MARTELOTTA, M. E. Categorias cognitivas e unidirecionalidade. In: LIMA-HERNANDES, M. C. (Org.). **Gramaticalização em perspectiva**: cognição, textualidade e ensino. São Paulo: Paulistana, 2010.

MARTELOTTA, M. E. **Os circunstanciadores temporais e sua ordenação**: uma visão funcional. 1991. 229p. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.

MARTELOTTA, M. E.; AREAS, E. K. A visão funcionalista da linguagem no século XX. In: FURTADO DA CUNHA, M. A.; OLIVEIRA, M. R. de; MARTELOTTA, M. E. (Org.) **Linguística funcional**: teoria e prática. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MARTELOTTA, M. E.; VOTRE, S.; CEZARIO, M. M. **Gramaticalização no português do Brasil**: uma abordagem funcional. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. Disponível em <<http://www.discursioegramatica.lettras.ufrj.br/>>. Acesso em: 20 out. 2010.

MARTINS, M. A.; TAVARES, M. A. (Org.). **História do Português Brasileiro no Rio Grande do Norte**: análise linguística e textual da correspondência de Luís da Camara Cascudo a Mário de Andrade – 1924 a 1944. Natal: EDUFRN, 2012.

MARTINS, R. **Terra e gente do Paraná**. Farol do Saber: Curitiba, 1995.

MATTOS E SILVA, R. V. **Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

MATTOS E SILVA, R. V. **Estruturas trecentistas**: elementos para uma gramática do Português Arcaico. Lisboa: Imprensa Nacional, 1989.

MATTOS E SILVA, R. V. **O português arcaico**: fonologia, morfologia e sintaxe. São Paulo: Contexto, 2006.

MATTOSO CÂMARA JUNIOR, J. **Dicionário de Linguística e gramática**: referente à língua portuguesa. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

MATTOSO CÂMARA JUNIOR, J. **História e estrutura da língua portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1976.

MEDEIROS, J. B. **Português instrumental**: para cursos de contabilidade, economia e administração. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

- MEDEIROS, J. B. **Redação Empresarial**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- MEILLET, A. L'évolution des formes grammaticales. In: MEILLET, A. **Linguistique historique et linguistique générale**. Paris: Champion, 1975, p. 130-148.
- MELO, G. C. **A língua do Brasil**. 4 ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1981.
- MENON, O. P. S. A gente, eu, nós: sintomas de uma mudança em curso no Português do Brasil? In: II ELFE – Encontro Nacional sobre Língua Falada e Escrita. Maceió, **Anais...** 1997, p. 396-402.
- MERCER, J. L. V. **Áreas fonéticas do Paraná**. 1992. 165 f. Tese (Admissão como Docente Titular). Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 1992.
- MIRA MATEUS, M. H. *et al.* **Gramática de Língua Portuguesa**. 6. Ed. Lisboa: Editorial Caminho, 2003.
- MIRANDA, C. A. X. **Morretes, meu pé de serra**. Curitiba: edição do autor, 2007.
- MUSSA, A. O papel das línguas africanas na história do português do Brasil. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro. 1991. Mimeografada. *Apud* MATTOS E SILVA, R. V. **Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- NARO, A. J.; SCHERRE, M. M. P. Sobre as origens do Português Popular do Brasil. In: NARO, A. J.; SCHERRE, M. M. P. (Org.). **Origens do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- NEBRIJA, A. Gramática de la lengua castellana. Madrid: Nacional, edición preparada por Antonio Quilis. *Apud*: CASTILHO, A. T. **Gramática do Português Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.
- NEGRÃO, F. **Boletim do Archivo Municipal de Curytiba**: documentos para a história do Paraná. Curytiba: A.M, [1907?] Descrição baseada em: v. 6, 1908.
- NEVES, M. H. M. Gramaticalização, discursividade e determinações cognitivo-perceptuais. In: LIMA-HERNANDES, M. C. (Org.). **Gramaticalização em perspectiva**: cognição, textualidade e ensino. São Paulo: Paulistana, 2010.
- NEVES, M. H. M. **A gramática funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- NEVES, M. H. M. **A gramática**: história, teoria e análise, ensino. São Paulo: UNESP, 2002.
- NEVES, M. H. M. Estudos funcionalistas no Brasil. **DELTA**. 15 p.71-104, 1999.
- NEVES, M. H. M. **Gramática de usos do português**. São Paulo: UNESP, 2000.
- NÚÑEZ CABEZA DE VACA, Álvaro. **Comentários**. Curitiba: Farol do Saber, 1995.

OLIVEIRA, G. M. **Declaração Universal dos direitos Linguísticos**: novas perspectivas em Política Linguística. Campinas, SP: Mercado de Letras, Associação de Leitura do Brasil (ALB), Florianópolis: IPOL, 2003.

OLIVEIRA, M. R. Categorias cognitivas em debate: a trajetória dos pronomes locativos no português. In: LIMA-HERNANDES, M. C. (Org.). **Gramaticalização em perspectiva**: cognição, textualidade e ensino. São Paulo: Paulistana, 2010.

OMENA, N. P. A referência à primeira pessoa no plural. In: SILVA, G. M. de O; SCHERRE, M. M. P. (Org.). **Padrões sociolinguísticos**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996, p. 311-323.

ORLANDI, E. P. (Org.). **Política Linguística no Brasil**. Campinas, SP: Pontes, 2007.

PANTE, M. R. **Pronomes adverbiais U e ONDE nas cantigas de amigo galego-portuguesas**: trajetória de gramaticalização. Cadernos do CNLF (CiFEFil), v. IX, p. 163-170, 2006.

PAUL, H. **Prinzipien der sprachgeschichte**. Tradução portuguesa de: Maria Luisa Schemann: Princípios fundamentais da história da língua. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1886.

PEGORARO, J. W. **Ouidores régios e centralização jurídicoadministrativa na América portuguesa**: a comarca de Paranaguá (1723-1812). 2007. 112 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2007.

PEREIRA DA SILVA, J. Ensino da língua portuguesa: um detalhe da sua história. In: BOTELHO, J. M. (Org.). **Ensino da língua portuguesa**: um detalhe da sua história. 1 ed. Rio de Janeiro: Botelho Editora, 2006, v. 1, p. 51-64.

PEREIRA, E. C. **Gramática expositiva**. 139. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1953.

PERINI, M. A. **Princípios de linguística descritiva**: introdução ao pensamento gramatical. São Paulo: Parábola, 2006.

PERINI, M. A.. **Gramática descritiva do português**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1996.

PINHEIRO DA SILVA, F. C. **O percurso de mudança do item onde na perspectiva da gramaticalização**. 2008. 135p. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.

PINTO, R. M. **História da Língua Portuguesa IV**: século XVIII. São Paulo: Ática, 1988.

PONTES, E. **Espaço e tempo na Língua Portuguesa**. Campinas: Pontes, 1992.

PONTES, I. Alçamento da pretônica média anterior no falar rural do Paraná: um estudo preliminar. **Signum**, Londrina, v.2, p. 217-229, 1999.

RIBEIRO, E. C. Serões Grammaticaes ou Nova Gramática Portuguesa. Salvador, Livraria Progresso Editora, [1890]. In: COELHO, S. M. **Uma análise funcional do ONDE no português contemporâneo**: da sintaxe ao discurso. 2001. 123f. Dissertação (Mestrado em Letras)–Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

ROCHA LIMA, C. H. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 15. ed. São Paulo: José Olympio, 1972.

RODRIGUES, A. D. As línguas gerais sul-americanas. **Papia**. Brasília: Thesaurus, n. 4, p. 6-18, 1996.

SACCONI, L. A. **Nossa gramática**: teoria e prática. 5. ed. São Paulo: Atual, 1983.

SAID ALI, M. **Gramática histórica da língua portuguesa**. 7. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1971.

SANTIAGO, V. M. **Manuscritos paranaenses**: um estudo ortográfico e fonético em documentos de Antonina. 2007. Monografia (Especialização em Língua Portuguesa) Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2007.

SANTOS, J. A. Articulação de orações no português em uso. In: 1º CIELLI, 2010, Maringá. **Anais...** Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2010. Disponível em: <<http://www.cielli.com.br/downloads/505.pdf>>. Acesso: 8 nov. 2012.

SAVEDRA, M. M. G. Política Linguística no Brasil e Mercosul: O ensino de primeiras e segundas línguas em um bloco regional. **Palavra**. n. 11. Rio de Janeiro: Trarepa, 2003, p. 39-54.

SILVA, E. B. **O vocabulário em documentos escolares de Morretes oitocentista no Paraná**: um estudo filológico. 2011. 2 v. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, 2011.

SIMÕES, J. S. A importância da história dos gêneros para a constituição de *corpus* acadêmicos. In: MARTINS, M. A.; TAVARES, M. A. (Org.). **História do Português Brasileiro no Rio Grande do Norte**: análise linguística e textual da correspondência de Luís da Camara Cascudo a Mário de Andrade – 1924 a 1944. Natal: EDUFRRN, 2012.

SOUZA, A. S. **Tempo e espaço**: a gramaticalização do item adverbial onde em textos religiosos: séculos XIV, XVI e XXI. 2007. 137f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2007.

SOUZA, A. S.; BOTASSINI, J. O. M. A variação no uso dos pronomes-sujeito *nós* e *a gente*. In: Simpósio Internacional de Letras e Linguística, 2009, Uberlândia. **Anais....** v. 1, n. 1. Uberlândia: EDUFU, 2009. Disponível em <[http://www.ileel.ufu.br/anaisdosilel/pt/arquivos/gt\\_lg06\\_artigo\\_4.pdf](http://www.ileel.ufu.br/anaisdosilel/pt/arquivos/gt_lg06_artigo_4.pdf)>. Acesso em: 15 fev. 2012.

SOUZA, E. H. P. M. **A multifuncionalidade do ONDE na fala de Salvador**. 2003. 284f. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

SOUZA, E. H. P. M. O onde e seus correlatos em *corpus* do século XVII e XVIII. **Tabuleiro de Letras**, Universidade Estadual da Bahia. v. 1, p. 1-16, 2008.

SOUZA, E. H. P. M.; SANTANA, N. P. o uso do onde e do aonde na escrita de professores primários. **Odisséia**, Rio Grande do Norte. v. 3. 2009. Disponível em <[http://www.cchla.ufrn.br/odisseia/numero3/arquivos/Emilia\\_Helena\\_e\\_Noemi%20Peireira\\_USO\\_DO\\_ONDE\\_E\\_DO\\_AONDE.pdf](http://www.cchla.ufrn.br/odisseia/numero3/arquivos/Emilia_Helena_e_Noemi%20Peireira_USO_DO_ONDE_E_DO_AONDE.pdf)> Acesso em: 22 fev. 2012.

SPERBER, D.; WILSON, D. *Relevance: Communication and Cognition*. Cambridge: Havard University Press, 1986. *Apud* NEVES, M. H. M. **A gramática funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SPINA, S. **História da Língua Portuguesa III: segunda metade do século XVI e século XVII**. São Paulo: Ática, 1987.

STECA, L. C.; FLORES, M. D. **História do Paraná: do século XVI à década de 1950**. Londrina: UEL, 2002.

SWEETSER, E. **From etymology to pragmatics: metaphorical and cultural aspects of semantic structure**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

TEIXEIRA, F. M. P.; DANTAS, J. **Estudos de História do Brasil**. v. 1. São Paulo: Moderna, 1977.

TEYSSIER, P. **História da língua portuguesa**. Lisboa: Sá da Costa, 1982.

TONIOLO, Ê. J. **Manuscritos da Vila Nova de Castro: um estudo filológico de documentos dos séculos XVIII e XIX**. 2007. 431 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina. Londrina. 2007.

TONIOLO, Ê. J. **Vocabulário de Tibagi**. Apucarana: Faculdade de Ciências Econômicas, 1981.

VASCONCELOS, C. **Edição de Manuscritos de Paranaguá do século XVIII: um percurso filológico**. 2006. 175p. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

VOTRE, S. *et al.* A interação sincronia/diacronia no estudo da sintaxe. **Delta**, v. 15, p. 85-111, 1999.

WACHOWICZ, R. C. **História do Paraná**. 7 ed. Curitiba: Editora Gráfica Vicentina, 1995.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. I. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. São Paulo: Parábola, 2006.

[www.castro.pr.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=4&Itemid=5](http://www.castro.pr.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4&Itemid=5). Acesso em: 05 set. 2011.

[www.explorevale.com.br/rotadostropeiros/lapa/historia.htm](http://www.explorevale.com.br/rotadostropeiros/lapa/historia.htm) Acesso em: 03 set. 2011.

[www.explorevale.com.br/rotadostropeiros/lapa/historia.htm](http://www.explorevale.com.br/rotadostropeiros/lapa/historia.htm) Acesso em: 5 set 2011.

[www.guaratuba.pr.gov.br](http://www.guaratuba.pr.gov.br). Acesso em: 03 set. 2011.

[www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=411320#](http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=411320#) Acesso em: 03 set. 2011.

[www.lapa.pr.gov.br/cidade\\_rg2007.asp](http://www.lapa.pr.gov.br/cidade_rg2007.asp) Acesso em: 27 out. 2011.

## **ANEXOS**

## ANEXO A

Todos os fragmentos com o item adverbial ONDE retirados dos manuscritos do  
PHPP

1 [...] nos requereu lhe mandasemos pagar o mesmo que costumava levar por ser tambem custume na cabessa da Comarca de ONDE juntou certidam nos advertidos da referida Sindicança, em que manda observar a Lei, e não o ccustume, asim lhe difirimos mandando [...] (Doc. 4, 1764, carta oficial)

2 [...] esquerda do mesmo Rio athe o Rio de Tupancitanduva por DONDE se servem todos os moradores da margem do dito Rio athé as carnicés, e athé esta villa, alem dos viandantes e paradas do Serviço de Sua Magestade, e no primeiro Requerimento lhe puzemos o [...] (Doc. 442, 1803, carta oficial)

3 [...] sete annos nesta vila de Nossa Senhora do Rozario de Pernagoa em cazas demoradas do Ouvidor interino e Capitaõ ONDE eu Escrivão do Seu cargo ao diante nomeado juiz vindo, e sendo ahÿ presente o Alferes novamente Provido nas serventias dos [...] (Doc. 37, 1797, carta oficial)

4 No dia 26 destte ffomos a Igreja Matris Com o Estandarte Real e Povo ONDE se selebrou Missa Canttada Com o Santissimo Sacramentto expostto e no dia 27 se rrepittio o mesmo Comhum Sermaõ, e prosisão em que foi [...] (Doc. 39, 1797, carta oficial)

5 Excelentíssimo Senhor. General he taõ piedozo para com os pobres, creo se a nova Vila de Antonina do Pillar, ONDE se estabelece comercio, ou entrada franca de barcos que ahi vem com generos dos mais portos, pertendeo por isso este Povo a limpar o antigo caminho [...] (Doc. 55, 1798, carta oficial)

6 [...] Temos procurado socegallos dizendolhes que já fizemos sientes a Vossa Exelencia DONDE esperamos o recurço; que' os Povos desta mesma Vila dezeirão que hé ser Paulista, e por isso rogamos a Vossa Exelencia nos insinou o modo por que imilhor havemos conter a este Povo, a fim de que senão desarranjem de seos estabelacimentos HONDE vivem Deos felecite e Guarde a Illustre Pessoa de Vossa Exelencia para meus anos Vossa [...] (Doc. 230, 1820, carta oficial)

7 [...] espiemos os momentos felizes de felicitar nossos concidadaons e de dar a nossa Patria aquella consistencia de DONDE mana a fortuna dos Povos; atrevemo nos a pôr na Augusta Prezença de Vossa Magestade a grande nessecidade que tem [...] (Doc. 139, 1820, relato)

8 Vossa Excelencia. Más a que lamentavel Estado não ficará reduzido Esta villa, perdendo os homens daquella Freguezia; DONDE Ordinariamente sahem os officiaez, que nella Servem? Se ainda Conservando-se a uniaõ das [...] (Doc. 647, 1792, carta oficial)

9 [...] Logo que pelo Edittal se fez publico o determinado por Vossa Excelencia se emtresseseu o Comercio tanto de terra, como maritimo pelos infalveis prejuizos, que os amiaça o hirem os barcos a Santos DONDE naõ podem vender efeito algum dos que levarem com igualdade ao Rio, Bahia e Pernambuco pois saõ Capitaes opolentas, e com muitos compradores que de tudo nesecitaõ, e de tudo tem para venderem, e não Santos pois nem tem quem compre nem quem venda fazendas, e mais artegos precizos, pois os moradores negociantes de Santos tambem se surtem das tres Cidades apontadas [...] (Doc. 713, 1813, carta oficial)

10 Elle fica no amcoradouro a comcertar, DONDE o naõ deixarei hir sem Vossa Excelencia o mandar. Pede-me o Capitam algumas duzias de ttboas que lhe poderaõ cer percizas para comodo do seu [...] (Doc. 722, 1803, carta oficial)

11 [...] todos os mais que seruião pera o emtento, se puzeraõ a saluo RetirandoÇe para os matos; DONDE por força he moralmente inposiuel o poderençe tirar. Temos Vsado de disimulaçam Como Vnico mejo pera os avermos as mãos [...] (Doc. 609,1723, carta oficial)

12 Nesta Villa de Coritiba, para ONDE me conduzio o dezejo de sollicitar remedio para huã gravissima enfermidade, que padeço, tive a honra de receber a apreciavel Carta de Vossa Excelência a qual em muito prézo, e estimo; e com ella tambem a copia [...] (Doc. 86, 1799, carta oficial)

13 [...] Justiça, ser bastante as Correçoins annuais, e a prezidença do Doutor Ouvidor na Cabeça da Comarca, para ONDE no breve tempo de vinte e quatro Oras se alcança o Recurço neçesario, porem como a nossa rustiçidade [...] (Doc. 97, 1804, carta oficial)

14 [...] como athe gora naõ temos tido Soluçãõ alguma, Lembrando-nos talves, que esta demora Seria procedida no Retardamento do dito Officio pelas paradas, para ONDE foi derigido, ou muitas vezes descaminho das mesmas paradas, como tem alguãs vezes acontecido, novamente transcrevemos [...] (Doc. 332, 1822, carta oficial)

15 [...] Sendo tambem perguntado saindo desta Barra para HONDE faria sua de rota respondeo Ende ser para a Ilha de Santa Illena, e de Lá para Cabo de Orne, e perguntado pelo seo despacho do Rio de Janeiro, respondeo [...] (Doc. 723, 1803, carta oficial)

16 [...] conselheiro, como projeto de naõ da rapelação para a ouvidoria mas sim para o supremo tribunal da Ordenação para ONDE o A. por pobre e miseravel naõ pode seguir. O doutor tambem fez advocar para este Juizo outra cauza [...] (Doc. 716, 1830, carta oficial)

17 Se mostra pella certidaõ folhas seis, e Ser Sellario que declara no mesmo Regimento; e HONDE Se acha O caso da Ley, naõ Se pode aplicar diversso Sentido, nem admitir estillo contrario: Termos em que dando lhe provimento no dito Aggravo, Se [...] (Doc. 21, 1704, carta oficial)

18 [...] nossas possibilidades nam abrangem ao desempenho que nos presisa a ôbrigaçam pondo os ONDE alcanssem decoroso estado. Vossa Excelentissima pello [...] (Doc. 606, 1722, carta oficial)

19 [...] por mim escrivão tudo visto, e revisto; Lido, conferido, e concertado de que passo a presente para assim constar ONDE convenha em esta sobredita Villa de Parnagoâ aos oito dias do mez de Maýo de 1767 (Doc. 631, 1765, carta oficial)

20 [...] Lido, Conferido, subscrevido, assinado, para assim constar ONDE convenha passo. A prezente por mim feita, e assimnada Parnagoá [...] (Doc. 632, 1810, carta oficial)

21 Se ainda Conservando-se a uniaõ das duas Freguesias com difficuldade se pode arranjar a eleição de hum trienio, como serã possivel Escolher duas Camaras de hum povo pequeno, e falta de homens habeis para os ministerios publicos? Depois disto não hé presumivel que creçaõ os interesez do Estado, ONDE não há crescimento de gente; Esta verdade hê fora de questaõ, porque ella hê vizivel: A divisãõ de hum povo em dous Corpos não faz se não que oz redditos se recolhaõ por diversoz Canaes, ao mesmo tem [...] (Doc. 647, 1792, carta oficial)

22 [...] para os verdes das suas tropas; e tem succedido q'ue alguns tem largado fogo nos campos AONDE invernaraõ no ultimo dia, q'ue delles saem só com o fim de prejudicarem áquellê, de quem receberão o beneficio: outras vezes [...] (Doc 44, ?, carta oficial)

23 Requerimento asim da antiga posse da Suplicante como de serem os ditos Campos devolutos e paragem ONDE não chegaõ tropas a Invernar: Espera Real Merce Senhor Juis Prezidente mais Senhores da Camara Com todo o devido respeito replica a Suplicante dizendo que Vossas Mercês pelo Seo [...] (Doc. 79, 1798, carta oficial)

24 [...] por inconvenientes, Segundo por que immediatamente que estas Se tomaraõ, chegou nesta villa o Doutor Corregedor da Comarca de Correiaçam ONDE Subiraõ para o mesmo os livros da Receita e despeza do mesmo Concelho dos quais se tiraõ as contas para as Remeter, a Secretaria do Governo, na forma ordenada, e praticado; e como desta Correiaçam não ficaraõ os referidos livros, por isto inda não pode hir, a Conta e neste mesmo acto escrevemos ao Referido Doutor Corregedor indo em carta do mesmo o Contheudo na conta de [...] (Doc. 286, 1808, carta oficial)

25 [...] indigência que não tendo para pagar as Cartas de uzanças dos Juizes, e Vereadores que Servem, os actuais para deixarem de servir, não tem duvida de pagar para os que os HAONDE vir Suceder, Como ja tem acontecido; nestas circumstancias, xeios de Submissãõ, e desrespeito xegamos aos pés de Vossa Excelencia , para [...] (Doc. 479, 1821, carta oficial)

26 assim Comvem ao Real Serviço fazendo se asento nesta da hora em que se expedir e os Paradeiro da em que a3 receberem para se Conhecer AONDE teve a1 demora e ser o1 retardor castigado Com as penas estabelecidas sobre este objecto Maio Eu Escrivão que o1 Escrevi Faso espedir para diante [...] (Doc. 522, 1808, carta oficial)

27 [...] suposto que este o fexe logo he aberto e tranquiado o mesmo passo pelos Tropeiros e andantes ao mesmo tempo que estes tem huma estrada publica por ONDE poção derigirse asim para o Cajuru, como para outra qualquer parte, sem prejuizo do recorrente, e mais não disse, e [...] (Doc. 48, 1798, carta oficial)

28 [...] do Contracto do Cubataõ dos Morretes, a exemplo da Villa de Santos; porque Sendo esta Estrada o Canal, por ONDE gira o maior Comercio, daquelle Continente, para esta Marinha; se axa quaze intranzitavel, o que fas suã total decadencia, na Agricultura daquelle Continente; estes os motivos da nossa [...] (Doc. 576, 1820, carta oficial)

29 [...] e atendendo ao que ao dito Caminho he geral para todos os moradores da margem do Rio do Cubataõ e juntamente por DONDE tranzitaõ as paradas e Seo caminho para aquelle mesmo povo ir ouvir Missa e acudir as confiçãos, e não [...] (Doc. 446, 1803, carta oficial )

30 Se por ahi taõ bem tranzitaõ as paradas do Serviço de Sua Magestade debaixo do qual juramento que Receberaõ diceraõ todos oniformemente de que o caminho de que Se trata não he particular mas Sim publico por DONDE Se Servem mais de trezentas pessoas, por Ser muito mais perto que pelo Rio asima, e he por ONDE tranzitaõ as paradas de Sua Magestade digo do Serviço de Sua Magestade, taõ bem por ONDE a quelles moradores expecialmente os pobres vão ouvir miça e as confiçãos e a Capela dos Morretes sem risco de vida expecialmente na ocaziaõ de Rio cheyõ, que muitos tem perdido a vida, e a parte do caminho que quer impedir, não lhe cauza prejuizo algum nem devaça a Sua caza, [...] (Doc. 443/444, 1803, carta oficial)

31 [...] Officiaes da Camara, mas antes mandando que o aggravante, juntase o Regimento por DONDE Levava os ditos emolumentos, o que com effeito fes o aggravante na vereança de onze de Fevereyro deste presente anno juntando com [...] (Doc. 15, ?, carta oficial)

32 [...] por que tendo feito os mercadores requerimento para que o Aggravante, mostrase regimento, por ONDE Levava os oitenta reis das entradas dos succidios e o mais a Legado, mostrou a certidaõ a folhas, da qual não consta tal Levar, nem os trezentos, e sesenta reis, da Licença, que aquelle escrivam Leva; [...] (Doc. 20, 1764, carta oficial)

33 Senhores do Nobre Senado Apresente o escrivaõ o Regimento por DONDE Leva os Sellarios que nesta petiçam se declara, e torne para deferir em camara [...] (Doc. 24, 1764, carta oficial)

34 [...] hi o Director do Correio, e indo o meo officio remetido ao Illustrissimo Brigadeiro Inspector, como Canal proprio por ONDE devem caminhar as Informaçõens; se o dito Officio não foi entregue [...] (Doc. 118, 1818, carta oficial).

35 [...] de Vossa Excelencia com Requerimento para Sismaria, esta Ordem fica Registada E incluza vai a Certidaõ por ONDE assim Se mostra, e fiicamos na inteligencia de não discrepar no que Vossa Excelencia [...] (Doc. 546, 1812, carta oficial).

36 Illustrissimo e Excelentissimo Senhor. Na presente Conjuntura Remetemos a Certidão do Escrivam deste Senado, por ONDE constam ter-se feyto com acistencia do Capitam mor desta villa a nomeação dos dous [...] (Doc. 659, 1798, carta oficial)

37 [...] exselenssia guarde os Reverendos Padres da companhia de Jesus que existe nesta villa apresentaraõ ao Juiz ordinario hua portaria de Vossa Illustrissima por ONDE ordena se faça Refazer dentro em três dias huns pillares que os mesmos Reverendos Padres tinhaõ fundado poçe e Com efeito o ffizeraõ dando por princípio os Referidos pillares e que vindo os ditos Nossos anteseçores e o provimento em contrario e ordens' Reais por ONDE Sua Magestade que Deos guarde auia por confirmados os tais capitullos como das copias juntas [...] (Doc. 627, 1743, carta)

38 (...) Termo de juramento aos ditos nomeados e abaixo asignados, logo pelo nosso luis Prezidente o Sargento Mor lhes foi defirido o juramento dos Santos Evangelhos em que cada huns delles de per si pós Suas maons direitas debaixo do qual lhe encarregou que Sem odio nem malicia ira digo malicia ou declarasem se o referido caminho era preciso e necessario para as Suas Serventias especialmente para confiçoins e acudir aos officios divinos e Se tinhaõ outra parte por DONDE podesẽ fazer com a mesma presteza, e que prejuizo cauzava a Gabriel Iacintho Pereira, e a que tempo Se achava aberto aquelle pedaço que elle empedia pela beira do Rio e que mais pessoas [...] (Doc. 443, 1803, carta oficial).

39 [...] ca, para que n'esta intelligencia se dirijaõ ao ditto novo Ouvidor nos cazos occorrentes, devendo ser me remettida a Portaria original com a refferida certidaõ, e mais verbas por ONDE conste o deduzido: O que cumprãõ. Sam Paulo Tabelaõ do publico Iudicial e Nottas, e Escrivaõ ordinario desta villa, e seu termo [...] (Doc. 677, 1802, carta oficial)

40 [...] Mor por Ordem do Illustrissimo e Excelentissimo Senhor antecessor de Vossa Excelenca razaõ por ONDE entregamos o Governo ao mesmo Capitaõ Mor por se achar nelle todos os predicados tão recomendados por Sua Alteza Real a todas as pessoas que Governãõ, que he prudente, amigo da páz, abundante de bens, independente de pessoa alguma, ultimamente Excelentissimo Senhor he Pae dos [...] (Doc. 530, 1809, carta oficial)

41 [...] ao meo chamado, como ainda me mandou huã reposta desattenta, e aggravante, motivo este, por ONDE o fiz prender por tempo somente de duas horas. (Doc. 81/82, 1799, carta oficial)

42 [...] este Povo por que os Filhos do dito Capitam he que Respondem pello Pay, de ONDE nascem muitos encomodos aos moradores da dita Freguezia, como melhor poderá informar [...] (Doc. 31, ?, carta oficial).

43 [donos de embarcação e comerciantes] Deixar de hir ao Reino dispõr da madeira, e bettas, que he a mayor abundancia das Cargas e Regreçarem com sal, e fazendas de que perciza o Comercio, as quais naõ achaõ em Santos, pois estes mesmos se vaõ surtir naquela Cidade do que percizaõ, e ainda que as ouvessem naõ podiaõ mudar de Negociação por deverem muitos mil cruzados a praça do Reino DONDE se achaõ acreditados, e tem muitos Commissarios abundantes para fiarem con espera, que liberalizaõ as suas fazendas sem [...] (Doc. 711, ?, carta oficial).

44 Em dia 31 o mandei subir para dar fundo mais perto, que fica meia legoa o mais desta Via que he DONDE tem fundo: Em dois do perzente mes mandei ritirar o Cabo, e que da escolta com que estava des'dele [...] (Doc. 721, 1803, carta oficial)

45 Atesto e faco Serto debaxo do juramento de meo Cargo que no destrito da Vila Antonina ONDE rezido, e toda minha Companhia naõ Se achã em devida algum que esteje compreendido no decerto de 9 de outubro de 1812 para que possa Servir para officiar [...] (Doc. 465, 1816, atestado)

47 [...] Camara para abastecimento do povo, e publica utelidade Proveu, que em qualquer parte AONDE houvessem citios ou Lugares pantanozos, e charcos dagua, em que as água se achem emcharcadas, e sem darem Lugar á penetrar os [...] (Doc. 501, 1804, carta oficial)

48 Certefico que revendo hum livro em que Se copiaraõ os Capitulos de Correiaõ feitos pelo Dezembargador ONDE taõ bem se achaõ registadas varias Ordens e Resoluçoins Regias nelle a folhas sento e dezoito te folhas sento e dazanove se axa o Registo de huma Carta Regia a [...] (Doc. 510, 1808, carta oficial)

49 [...] que troucer, como por se evitarem os enganos, que por câ se podem vir fazer: as quais mandaraõ Registrar no livro do Registo desta Camera, ONDE se Registrarão taõ bem todas as patentes, e ordens, que a esta [...] (Doc. 513, 1808, carta oficial)

50 Certefico que revendo hum livro em que se copiaraõ os Capitulos de Correissão feitos pelo Dezembargador ONDE tao bem se axaõ Registadas varias Ordens e Resoluçoins Regias nelle a folhas sento e dezacete verço lhe folhas dezoito se acha os Registo de [...] (Doc. 514/516 e 518, carta oficial)

51 [...] os enganos, que por câ se podem vir fazer: as quais mandarãõ Registrar no livro do Registo desta Camera, ONDE se registrarãõ taõ bem todas as patentes, e ordens, que â esta Camera vierem de Sua Magestade, que Deos guarde, e de seus Governadores, e Ministros, e as [...] (Doc. 520, 1808, carta oficial)

52 Aos vinte e quatro dias do mes de Dezembro de mil e setecentos e secenta e tres annos nesta Villa de paranagua em os Passos do Conselho della ONDE se achavaõ em acto de Camara os actuais officiais do Senado e sendo ahi pelo Juis Prezidente foi dado o juramento e posse de Capitaõ Mor da Ordenança desta Villa ao Capitaõ que jurou debaixo do juramento dos Santos Evangelhos [...] (Doc. 554/556, 1815, carta oficial)

53 Aos oito dias do mes de Outubro de mil setecentos setenta e seis annos nesta Villa de Paranaguá e nos passos do Conselho ONDE Se achavaõ em Vereança o Juis Prezidente, e mais officiais da Câmara e sendo ahi apareseo presente o Capitaõ e por elle [...] (Doc. 558, 1815, carta oficial)

54 Senhora do Rozario Capitania de Pernagua nos passos do concelho estando em Camera os officiaes della ONDE se achava presente o ouvidor geral e corregedor desta comarca o Doutor Ouvidor digo Doutor Antonio dos Santos Soares e o Juiz ordinario [...] (Doc. 620, 1732, carta oficial)

55 Muitos chaons ocupados no lugar e ponta da villa ONDE em the o presente assistem e atalharem por este fim aver Lugar para outras Relligioins' Sufficientes atendendo outro Sim que No alvarâ por que Sua Magestade foy Seruido conçeder Licença para a [...] (Doc. 628, 1743, carta oficial)

56 Doutor Corregedor, a que nos escrevesse a Carta, cuja Copia vai em o Numero 3.º AONDE bem se vê reprehender-nos Severamente com ameaças, chamando culpa, ao que tinhamos obrado. (Doc. 64, 1798, carta oficial)

57 [...] vinte reis pela Conta que me tem dado commandante tudo isto praticaram no Mato AONDE acometeram os ditos Bugres. Consta agora e entraõ a dizer que alem deste Dinheiro foi tomado [...] (Doc. 367, 1818, carta oficial)

58 [...] de nossa Senhora do Rosario de Parnagoá em casas de residência do ouvidor geral por bem da ordenassaõ, que e sendo o requerente ONDE eu escrivão actual desta ouvidoria geral nesta comarca o adiante nomeado, que de seo cargo sirvo pois vindo appareceo [...] (Doc. 629, 1762, carta oficial)

59 [...] que naquelle Porto carregaõ para o Rio de Janeiro de alguns efeitos da terra vão primeiramente a villa de Santos, ONDE fazem descarregar, e vender com prejuízo notavel não só dos donos, mas ainda dos [...] (Doc. 707, 1803, carta oficial)

60 [...] de outubro do dito anno nesta Barra de Parnaguâ a bordo do Navio Ingles chamado Brunsnique, de que hê Cappitaõ que ONDE eu Escrivaõ da Ovidoria abacho declarado fui vindo, por mandado do Ouvidor pela [...] (Doc. 723, 1803, carta oficial)

61 [...] servido, e que elle dito Menistro tem obcervado na revista do Cartorio Proveu que se proceda na factura, ou reforma do Curral do Concelho, AONDE sejaõ recolhidos os animais de qualquer qualidade que forem achados a fazer danno, ou ainda mesmo aquelles a que se não achar [...] (Doc. 501, 1804, carta oficial)

62 [...] animais cavalares, ou muares, para de noute cavalgarem nelles, sem serem posuidores dos mesmos Sejaõ presos, e da Cadea AONDE estavaõ trinta dias paguem seis mil reis para as dispezas da [...] (Doc. 502, 1804, carta oficial)

63 Está a doutrina de Saõ Paulo na Epistola terceira aos Romanos: Na terceira ao Seo discipulo Tito ONDE lhe dis Admone illos principibus, et potestatibus subditos esse; dicto obedire e na segunda de Saõ Pedro aos Romanos. Esta a mesma identica doutrina que Vossa Excelencia taõ doutamente nos ensina [...] (Doc. 276, 1803, carta oficial)

64 [...] Culpa pelas Leys de Sua Alteza Real a ter grande cuidado no bem commum, e sucego dos Povos razaõ por ONDE nos obrigou a obrar o que obremos a beneficio e sucego dos mesmos Povos e não o querer authorizar-nos de autoridade taõ incompetente como Vossa Excelencia nos dis [...] (Doc. 531, 1809, carta oficial)

65 [...] forma Seguinte Prove o que supostta a notisia que há de se poder abrir Caminho entre Taguarápira e os órgaons que va sahir do Rio Da Grasioza, por

ONDE dizem já antigamente se andou Com mais suavidade Que pello Caminho que hoje se frequenta.

Os Juizes e officiaes da Camara aberta a picada que sustentam apenando todos os moradores desta Villa e Seo termo vão abrir o dito Caminho e fazer nelle estrada, por ONDE todos se posão servir: porque ahinda que neste Caminho haja as mesmas subidas de Serras, e morros que se experimentão no Caminho que hoje se frequentaõ Sempre será mais convenientte ao bem comum, para se evitarem as Itaúpabas, desgrasas e riscos, que há no Rio (Doc. 62, 1798, carta oficial)

66 [...] como estes se aviam de Remetter nas embarcassonins que neste porto se achassem: E nella também demos a Vossa Excelentissima em como esta Terra tem tres barras abertas por ONDE entram embarcassonins, e por huã Navios de alto bordo como o tem experimentado estava sem mais fortificaçaõ, ou defenssam que os moradores della com a âvulssam de suas proprias pessoas [...] (Doc. 607, 1722, carta oficial)

67 [...] a annual despeza que se precisa para o Concerto dos ditos dous Caminhos, e pontez que pellas mais estradas precisaõ, ou a mayor parte se porãõ innasessiveis, ou se HAONDE fazer pello povo como de antez, o que naõ podemos fazer na forma da dita Sindicancia, nem [...] (Doc. 4, 1764, carta oficial)

68 [...] e Almotassaria, e porque para certos requerimentos, e bem de sua justiça no Juízo ONDE lhe competir, lhe he necessário que o escrivam deste nobre segnado lhe passe por certidaõ jurada debaixo de seu officio,[...] (Doc. 9, 1754, requerimento)

69 [...] nella servindo as occupaçoens de escrivão da camara, orfaõs, e Almotassaria: dos officiaes da camara della ONDE quem melhor em direyto for no presente agravo, ou appellaçam se julgar afinal [...] (Doc. 12, ?, carta oficial)

70 [...] Portanto: Mando aos Juizes ordinarios, da ditta villa, e mais Pessoas a que tocar o deixem servir os dittos officios, tomando primeiro juramento, e fazendo signal publico, no Livro competente desta ouvidoria para poder servir o officio de carimbo para servir os mais annexos, tomara' juramento ONDE com de tudo lhi mandei passar o presente sendo parecer a com o selo que perante mim serve e neste Juizo com o que dever na freguesia praticada Dado passado nesta [...] (Doc. 34, 1797, carta oficial)

71 [...] Caminho que hoje há pello Rio do Cubataõ ahONDE o tem para o Cittio a que lhe chamaõ as Carnisas. Nada mais se continha em os dittos Provimenttos respettivel ao Caminho ditto da Grasioza. Pasa na [...] (Doc. 63, 1798, carta oficial)

72 [...] o seu Procurador que ábonou na quantia de 75\$721 reis He de advertir tambem que na mesma conta que Remetemos vai carregada na Receita de 1820 a quantia de 71\$260 de dois quarteis adiantados do Rendimento do Porto de Jaguariaiva, cuja quantia he pertencente ao anno de 1821, como na Correiaçaõ que neste anno se ha de fazer, indespinçavelmente ha de haver a mesma necessidade de adiantar do dito Porto de Jaguariaiva alguns quarteis, para suprir as despesas deste Conselho, por não ter outros reeditos DONDE possa haver qualquer quantia que lhe seja [...] (Doc. 326, 1821, carta oficial)

73 [...] deste Gentio por que hoje se vê logares altos magnificamente produzidos com praças vazias, parede em circunferencia formada de terra de altura dous palmos, em té tres, com declivio para o sentro, e no meio huma pequena altura AONDE se julga ver assento do Casiqui, isto tudo Senhor Excelentissimo He formado com preceito, tanto que elles formaõ estacada de pau, fazem foço, e contra foço de boracos subterrâneos, que não tem deferença do seo plano ao nosso, senaõ nas Armas, e estas por cauza do tempo deste Continente nos serve de muitas desventajas. [...] (Doc. 385, 1809, carta oficial)

74 [...] e porto por fé que em virtude do Requerimento e despacho dos Senhores officiais da Camara AONDE vivẽ e moraõ as pessoas do Ról junto e lá os notefiquei em Suas proprias pessoas e por assim ser verdade passo a referida certidaõ do que dou minha fé. declaraçaõ do dito Alcaide Declaro na minha certidaõ Supra que a todos notefiquei menos a Thereza Maria, Manoel do Funil e a mulher do Eugenio Liberata de tal Copia do Ról junto aos ditos Requerimentos o Seguinte, Rol das pessoas que saõ moradores do Cubataõ de que Se Servem pelo dito Caminho o que melhor consta do Requerimento; Liberata de tal Termo de juramento aos ditos nomeados e abaixo asignados, logo pelo nosso luis Prezidente o Sargento Mor lhe foi defirido o juramento dos Santos Evangelhos em que cada hum delles de per si pós Suas maons direitas debaixo do qual lhe encarregou que Sem odio nem malicia ira digo malicia ou declarasem se o referido caminho era preciso e necesario para as Suas Serventias expecialmente para confiçoins e acudir aos officios divinos e Se tinhaõ outra parte por DONDE pode sã fazer com a mesma presteza, e que prejuizo cauzava a Gabriel Iacinho Pereira, e a que tempo Se achava aberto aquelle pedaço que elle empedia pela barra do Rio e que mais pessoas [...] (Doc. 443, 1803, carta oficial)

75 [...] Como tudo Vossa Excelencia verá na Copia junta passou a nossa desconfiança à realidade E por isto vai toda esta Corporação por na presença de Vossa Excelencia a lista junta ONDE se tem as pessoas que alticolarmente Servem, as que tem servido e as que podem servi Como que para [...] (Doc. 533, ?, carta oficial)

76 Pedindo lhe licença para o dito Colegio. A esta villa chegou o Sargento Mor da praça de Santos Manoel Gonçalves de Agiar e nos Requereo Camera ONDE nos apresentou huã ordem de Vossa Excelencia para prender os soldados que andaçem fogidos de suas Companhias Como tambem fazer nestas villas trinta soldados ONDE nesta Villa diz a de fazer dezaseis e esta Camera por dar Comprimento a ordem de Vossa Excelencia se obrigou a doar o que Retemos athe segunda ordem de Vossa Excelencia pella muita nesicidade em que se acha esta terra de Nossos destinos Ser esta Villa huã terra que tem tres Barras ONDE huã he franca por ONDE entram nauios de linha Como assim esta suçedendo terem emtrado naos de estrangeiros e esta villa lhe he nesecario [...] (Doc. 592, 1792, carta oficial)

77 [...] para que n'esta intelligencia se dirijaõ ao ditto novo Ouvidor nos cazos occorrentes, devendo ser me remettida a Portaria original com a refferida certidaõ, e mais verbas por ONDE conste o deduzido: O que cumprãõ. Sam Paulo Tabelaõ do publico Iudicial e Nottas, e Escrivaõ ordinario desta villa, e seu termo [...] (Doc. 677, 1802, carta oficial)

78 Asinando se lhe huma ouvidoria para embargos ao Lançamento nem asim apareceu, e nestes termos vieraõ os autoz para a concluzaõ ADONDE faço pasarte Rezulução de Vossa Excelencia. Tambem he certo que naquele Mandado não pôs o Juis Cumpra se nem não[...] (Doc. 716, 1830, carta oficial)

79 [...] conselheiro, como progeto de não dar apelação para a ouvidoria mas sim para o supremo tribunal da Ordenação para ONDE o Autor por pobre e miseravel não pode seguir. O doutor tambem fez advocar para este Juizo outra cauza [...] (Doc. 716, 1830, carta oficial)

**ANEXO B**

Quadro demonstrativo dos gêneros textuais dos documentos do PHPP

<b>Número do documento junto ao PHPP</b>	<b>Cidade</b>	<b>Gênero textual</b>	<b>Ano - século</b>
04	Curitiba	Carta oficial	1764 – XVIII
05	Curitiba	Carta oficial	1764 – XVIII
09	Curitiba	Requerimento	1754 – XVIII
12	Curitiba	Carta oficial	(?)*
15	Curitiba	Carta oficial	(?)
20	Curitiba	Carta oficial	1764 – XVIII
21	Curitiba	Carta oficial	1704 – XVIII
24	Curitiba	Carta oficial	1764 – XVIII
31	Freg. São José	Carta oficial	(?)
34	Paranaguá	Carta oficial	1797 – XVIII
37	N.S. do Rozário	Carta oficial	1797 – XVIII
39	Curitiba	Carta oficial	1797 – XVIII
44	Curitiba	Carta oficial	(?)
45	Paranaguá	Carta oficial	1796 – XVIII
48	Curitiba	Carta oficial	1798 – XVIII
55	Curitiba	Carta oficial	1798 – XVIII
62	Curitiba	Carta oficial	1798 – XVIII
63	Curitiba	Carta oficial	1798 – XVIII
64	Curitiba	Carta oficial	1798 – XVIII
72	Curitiba	Carta oficial	1798 – XVIII
78	Curitiba	Carta oficial	1798 – XVIII
79	Curitiba	Carta oficial	1798 – XVIII
81	Curitiba (?)	Carta oficial	1799 – XVIII
82	Curitiba (?)	Carta oficial	1799 – XVIII
86	Curitiba	Carta oficial	1799 – XVIII
87	Curitiba	Carta oficial	1799 – XVIII
97	Curitiba	Carta oficial	1804 – XIX
115	Curitiba	Carta oficial	(?)
118	Paranaguá	Carta oficial	1818 – XIX
132	Curitiba	Relato	(?)

133	Curitiba	Relato	1819 – XIX
139	Curitiba	relato	1820 - XIX
230	Guaratuba	Carta oficial	1820 – XIX
276	Castro	Carta oficial	1803 – XIX
278	Castro	Carta oficial	1803 – XIX
286	Castro	Carta oficial	1808 – XIX
291	Castro	Carta oficial	1811 – XIX
319	Castro	Carta oficial	1821 – XIX
322	Castro	Carta oficial	1821 – XIX
324	Castro	Carta oficial	1821 – XIX
326	Castro	Carta oficial	1821 – XIX
327	Castro	Carta oficial	1821 – XIX
332	Castro	Carta oficial	1822 – XIX
333	Castro	Carta oficial	1822 – XIX
341	Castro	Ata	1822 – XIX
342	Castro	Ata	1822 – XIX
362	V.N. Príncipe	Carta oficial	1812 – XIX
367	Lapa	Carta oficial	1818 – XIX
369	V.N. Príncipe	Aviso	1818 – XIX
374	V.N. Príncipe	Carta oficial	1821 – XIX
385	Vila de Lages (?)	Carta oficial	1809 – XIX
397	Paranaguá	Carta oficial	1796 – XVIII
442	Antonina	Carta oficial	1803 – XIX
443	Antonina	Carta oficial	1803 – XIX
444	Antonina	Carta oficial	1803 – XIX
446	Antonina	Carta oficial	1803 – XIX
465	Antonina	Atestado	1816 – XIX
479	Antonina	Carta oficial	1821 – XIX
501	Paranaguá	Carta oficial	1804 – XIX
502	Paranaguá	Carta oficial	1804 – XIX
510	Paranaguá	Carta oficial	1808 – XIX
513	Paranaguá	Carta oficial	1808 – XIX
514	Paranaguá	Carta oficial	1808 – XIX
516	Paranaguá	Carta oficial	1808 – XIX
518	Paranaguá	Carta oficial	1808 – XIX

520	Paranaguá	Carta oficial	1808 – XIX
522	Paranaguá	Carta oficial	1808 – XIX
530	Paranaguá	Carta oficial	1809 – XIX
531	Paranaguá	Carta oficial	1809 – XIX
533	Paranaguá (?)	Carta oficial	(?)
546	Paranaguá	Carta oficial	1812 – XIX
554	Paranaguá	Carta oficial	1815 – XIX
556	Paranaguá	Carta oficial	1815 – XIX
558	Paranaguá	Carta oficial	1815 – XIX
576	Paranaguá	Carta oficial	1820 – XIX
592	Paranaguá	Carta oficial	1792 – XVIII
606	Paranaguá	Carta oficial	1722 – XVIII
607	Paranaguá	Carta oficial	1722 – XVIII
609	Paranaguá	Carta oficial	1723 – XVIII
620	Paranaguá	Carta oficial	1732 – XVIII
627	Paranaguá	Carta oficial	1743 – XVIII
628	Paranaguá	Carta oficial	1743 – XVIII
629	Paranaguá	Carta oficial	1762 – XVIII
631	Paranaguá	Carta oficial	1765 – XVIII
632	Paranaguá	Carta oficial	1810 -XIX
647	Paranaguá	Carta oficial	1792 – XVIII
659	Paranaguá	Carta oficial	1798 – XVIII
677	São Paulo (?)	Carta oficial	1802 – XIX
707	Paranaguá	Carta oficial	1803 – XIX
711	Paranaguá (?)	Carta oficial	(?)
713	Paranaguá	Carta oficial	1803 – XIX
716	Paranaguá	Carta oficial	1830 – XIX
721	Paranaguá	Carta oficial	1803 – XIX
722	Paranaguá	Carta oficial	1803 – XIX
723	Paranaguá (?)	Carta oficial	1803 – XIX

**Fonte:** Elaborada pela autora.

Chamamos a atenção para o fato de que só apresentamos aqui os documentos em que aparece o ONDE. Daí a falta de sequência dos documentos.

\* O ponto de interrogação indica que falta informação suficiente para confirmar o ano ou a cidade em que o manuscrito foi escrito.